



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO

ANA CATARINA ALVES COUTINHO

**CONTEXTO DA (IN)SEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL**

NATAL/RN

2022

ANA CATARINA ALVES COUTINHO

**CONTEXTO DA (IN)SEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para aprovação no processo de Defesa de Tese, localizada na área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

NATAL/RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Coutinho, Ana Catarina Alves.

Contexto da (in)segurança e políticas públicas de desenvolvimento turístico local / Ana Catarina Alves Coutinho. - 2022.

221f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Turismo. Natal, RN, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

1. Insegurança pública - Tese. 2. Turismo - Tese. 3. Desenvolvimento urbano - Tese. 4. Nordeste brasileiro - Tese. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

CONTEXTO DA (IN)SEGURANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para aprovação no processo de Defesa de Tese, localizada na área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Banca examinadora

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.

Presidente da Banca e orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Mozart Fazito Rezende Filho, Dr.

Avaliador interno – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN)

Járvis Campos, Dr.

Avaliador externo ao programa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(PPGDEM/UFRN)

José Luiz de Amorim Ratton Júnior, Dr.

Avaliador externo – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Fernando Almeida Garcia, Dr.

Avaliador externo – Universidade de Málaga (Espanha)

Aos meus pais, Dr. Wellington Coutinho (*in
memoriam*) e Maria Do Céu Alves.
Vencer pela educação não foi exatamente uma
opção, para eles, mas uma obrigação para suas
filhas.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2017 foi ótimo para mim. No final daquele ano, fui incentivada por Mayana Viegas a me inscrever no processo seletivo de doutorado, diante dos benefícios do profissional pesquisador em angariar projetos de pesquisa, além disso pude contar com um brilhante apoio familiar. Agradeço a minha família, que foi e sempre será meu porto seguro. Não importa a distância ou as dificuldades, como é bom ter um porto. Maria Do Céu, Raiza, Renata e Maria Isabel (e minha Viga – Lilica), vocês são minha inspiração de mulheres, determinação e amor, cada uma a seu modo. Ao meu pai, Wellington Coutinho (*in memoriam*), o original e legítimo doutor, agora pode contar com uma de suas filhas doutora. Foi e sempre será por vocês!

A orientação teórica e metodológica do Professor Dr. Wilker Nóbrega contava com doses extras de ânimo e incentivo, em que sabiamente compreendia o momento de elogios, de pausas e de cobranças. Aprendi a ser mais humana e profissional. Ainda que de forma indireta, o professor Dr. Mozart Fazito funcionou como um pesquisador orientador que guiava as leituras e discussões.

Aos que me antecederam nesta descoberta da pesquisa científica, sou muito grata! A pergunta que sempre me faziam sobre a relação entre turismo e (in)segurança pública foi também um caminho construtivo entre os professores Dr. Luiz Ratton, Dr. Jarvis Campos e Dr. Fernando Almeida, que muito colaboraram com a leitura da pesquisa e suas sugestões. Obrigada por contribuírem com este desafio.

Fui provocada e agraciada por colegas de pesquisa como Débora Urano, Alberto Matte, Ana Neri Justino, Edilene Pequeno, Bruna Galdino, Verônica e Ricardo Bolzan para dividir as angústias, descobertas e conquistas da pesquisa científica. A partir desse diálogo, fundamos a linha de pesquisa sobre Teoria e Epistemologia do Turismo (GETET/CNPQ/UFMA) e as perguntas que sempre pairava nas reuniões permanece: afinal de contas, o que é turismo? E ciência? Talvez não precisemos responder. Aos meus amigos que tornam os dias mais leves com suas palavras, sorrisos, abraços e incentivos: Cristiane Oliveira (quero relatório na mesa, rs), Dayse Martins, Cléo Brito e Sylvana Marques.

Realizar pesquisa científica em instituição pública no Brasil não é uma tarefa fácil. E apesar do movimento anticiência que vivemos, são essas instituições que produzem, ainda de forma autônoma, a investigação científica. Por isso, sou grata à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pela trajetória de incentivo. E às diversas outras instituições, aos projetos de pesquisa que fomentaram o meu saber durante o percurso de doutoramento. Solidariedade a todos os pesquisadores. Avante!

*Com uma dose da especialização do ofício,
aqui disserto sobre o mundo real*

RESUMO

O cenário de violência e insegurança pública tem despertado o interesse de pesquisadores e expandido para áreas de dinâmica turística. Segue a perspectiva com o foco no comportamento do turista e como um indicador na escolha do destino turístico. O que escapa nessa percepção é que, embora não seja um fenômeno recente, a insegurança e a violência remontam às primeiras organizações em sociedade, acompanhou mudanças substantivas no estilo de vida e, portanto, incorpora um processo de discussão de desenvolvimento urbano e social. Por esse motivo, esta tese tem como objetivo analisar como as políticas de desenvolvimento urbano têm impactado na dinâmica socioespacial do turismo e na insegurança no bairro de Ponta Negra, Natal/RN. Com o olhar do método da complexidade, foram coletados dados estatísticos criminais, turísticos e urbanísticos; foi realizada análise documental, legislativa e de política pública; e coletados relatos empíricos a partir de uma imersão no cotidiano e em narrativas constituídas sob a insegurança pública. Estruturada em três capítulos, a tese discute, em um primeiro momento, o consenso estabelecido de que o aumento da criminalidade incide na diminuição do fluxo turístico. No segundo momento, esclareceu as raízes da relação entre turismo e *insegurança pública* a partir do processo de desenvolvimento urbano revestida pela dimensão física e simbólica da produção do espaço. No terceiro momento, a partir de relatos empíricos de campo, demonstrou que não existe um sentimento de insegurança, mas diversos sentimentos, no sentido plural da palavra, e estes não se apresentam de forma aleatória. Os resultados desta tese mostram que a insegurança pública funciona como um risco inerente às dinâmicas de globalização e mobilidade social, onde o turismo ganha um papel fundamental como indústria globalizadora. Conclui-se, assim, que as políticas de desenvolvimento urbano conduzem uma beleza estética para determinadas áreas, especialmente as que possuem a dinâmica socioespacial do turismo; outras áreas são segregadas e, portanto, palco do sentimento de insegurança pelo cenário de desordem, incivilidade e ausência de serviços públicos. A insegurança pública transita de um sentimento emocional para o racional. O turismo retroalimenta o sentimento a partir das mobilidades sociais e o advento de novas economias e fluxo de pessoas, utilizando de um apelo ambiental e paisagístico para conformar povos transitórios.

Palavras-chave: Insegurança pública; Turismo; Desenvolvimento urbano; Nordeste brasileiro.

ABSTRACT

The scenario of violence and public insecurity has aroused interest of researchers and it has expanded into areas of tourist dynamics. In the tourism field, it follows the perspective that focus on tourist behavior, and violence and public insecurity are perceived as an indicator of tourist destination choice. What is lost in this perception is that, despite not being a recent phenomenon, insecurity and violence dates back to the first organizations in society, it has accompanied substantive changes in lifestyle. Therefore, there is a necessity to incorporate into this debate, a discussion of urban and social development process. In this sense, this thesis aims to analyze how urban development policies have impacted the socio-spatial dynamics of tourism and insecurity in the Ponta Negra neighborhood, Natal/RN. Under the complexity method, criminal, tourist, and urban statistical data were collected; documental, legislative, and public policy analysis were conducted; and data from empirical testimonies were collected through an immersion in everyday life and through narratives constituted under public insecurity. Structured in three chapters, the thesis discusses, at first, the established consensus that the increase in crime causes the decrease in tourist flow. In the second moment, it evidenced the roots of the relationship between tourism and public *in*security from the perspective of urban development process encompassed by the physical and symbolic dimension of the production of space. In the third moment, based on the empirical field testimonies, it became evident that there is no feeling of insecurity, but several feelings, in the plural sense of the word, and they are not presented randomly. The results of this thesis show that public insecurity works as an inherent risk in the dynamics of globalization and social mobility. In this context, tourism gains a fundamental role as a globalizing industry. It is concluded that, on the one hand, urban development policies lead to an aesthetic beauty for certain areas, especially where there is socio-spatial dynamics of tourism. On the other hand, other areas are segregated and, consequently, stage of the feeling of insecurity due to the scenario of disorder, incivility, and absence of public services. Public insecurity moves from an emotional feeling to a rational one. Tourism feeds back the feeling through social mobility, the advent of new economies and flow of people, using an environmental and landscape appeal to please transitory peoples.

Keywords: Public insecurity; Tourism; Urban Development; Brazilian Northeast.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Propriedades desejadas das estatísticas oficiais	40
Quadro 2. Categorização de ocorrências em CVLI e CVP	49
Quadro 3. Variáveis de equipamentos públicos urbanísticos	51
Quadro 4. Cálculo para análise do fluxo turístico mensal	52
Quadro 5. Categorização dos atrativos e equipamentos turísticos de Natal/RN	53
Quadro 6. Design metodológico da pesquisa	54
Quadro 7. Portifólio bibliográfico	88
Quadro 8. Distribuição dos serviços no bairro de Ponta Negra	127
Quadro 9. Perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados	145
Quadro 10. Intensidade dos relatos	147
Tabela 1. Menor distância, em metros, entre crimes e componentes turísticos – Natal/RN, 2020	71
Tabela 2. Mediana de incidência criminal em Natal/RN, por tipo de crime	73
Tabela 3. Componente turístico e densidade de CVLI (Natal/RN, 2020)	74
Tabela 4. Comparativo de dados sociodemográficos (2021).	126
Gráfico 1. Evolução da taxa de Mortes Violentas Intencionais, regiões brasileiras (2011 a 2020).	55
Gráfico 2. Crescimento populacional de Natal/RN.	108
Gráfico 3. Crescimento populacional de Ponta Negra/RN	113

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Capitais mais violentas do Brasil	18
Mapa 2. Localização do bairro de Ponta Negra, Natal/RN	28
Mapa 3. Zonas administrativas de Natal/RN	56
Mapa 4. Dinâmica socioespacial do turismo em Natal/RN	58
Mapa 5. Interpolação de Kernel – CVLI, 2020	66
Mapa 7. Interpolação de Kernel dos equipamentos de serviço público, Natal/RN (2021)	68
Mapa 8. Prescrições urbanísticas em Ponta Negra, 2007	116
Mapa 9. Plano Diretor, Ponta Negra, 2007	124
Mapa 11. Empreendimentos verticais de uso único e misto do turismo em Ponta Negra/RN	124
Mapa 12. Vazios urbanos e relatos de insegurança pública	183
Mapa 13. Empreendimentos verticais de fluxo turístico e relatos de insegurança	184
Mapa 14. Vitimização primária e incidência criminal (CVLI e CVP) em Ponta Negra/RN	189

DASHBOARDS

Dashboard 1. CVLI em Natal (2011-2021).

63

Dashboard 3. Perfil sociodemográfico da vítima de CVLI, Natal/RN.

66

Dashboard 4. Fluxo turístico e criminalidade em Natal/RN (2019 e 2020).

70

LISTA DE ABREVIATURAS

CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
CADASTUR	Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
GEPPOT	Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo
GETET	Linha de Pesquisa em Teoria e Epistemologia do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICVS	<i>International Crime Victimization Survey</i>
Mtur	Ministério do Turismo
OBVIO	Rede Observatório da Violência do Rio Grande do Norte
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Primeiro Comando da Capital
PD/VC	Megaprojeto Turístico Parque das Dunas/Via Costeira
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEMURB	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
UNICRI	<i>United Nations International Crime and Justice Research Institute</i>
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À INSEGURANÇA NO CONTEXTO DO TURISMO	15
1. Nas trilhas problemáticas da (in)segurança urbana no contexto do turismo	16
2. Para tornar o caminho objetivo	24
3. Traçados científicos: o método e o lócus de investigação	25
4. As ideias e sua organização: questões centrais	33
Referências	35
 CAPÍTULO 1 - CONTEXTO CRIMINAL E DINÂMICA DO TURISMO: FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS	39
Resumo	40
1. A problemática teórica e empírica da violência urbana em espaços turísticos	40
2. Forma e conteúdo: o contexto dos dados estatísticos	42
3. Base de dados utilizada: as fontes estatísticas criminais, urbanas e do turismo	49
3.1. <i>Análise criminal: Metabanco da Rede Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO)</i>	50
3.2. <i>Análise urbana: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb)</i>	52
3.3. <i>Análise do fluxo turístico: Secretaria Municipal de Turismo (Setur) e Consórcio Inframérica</i>	53
4. Contexto contemporâneo dos crimes violentos e dinâmica do turismo: Natal/RN em cena	57
4.1. <i>Contexto criminal de Natal/RN: crimes letais e crimes patrimoniais</i>	61
4.2. <i>Infraestrutura urbana e contexto criminal: equipamentos públicos urbanos</i>	69
4.3. <i>Turismo e criminalidade: período e espacialização</i>	71
5. O contexto e a teoria: discussão dos resultados	78
6. A resposta da problemática: o contexto da violência urbana	80
Referências	82
 CAPÍTULO 2 – RAÍZES HISTÓRICAS: POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA, (IN)SEGURANÇA E TURISMO	86
Resumo	87
1. A problemática urbana e o turismo: um convite ao tema	87
2. Design metodológico: sobre abordagem e fontes	89
3. Desenvolvimento urbano e turismo: o contexto pós-moderno da insegurança pública	92
3.1. <i>Desenvolvimento urbano modernista: consensos de crise para a gentrificação</i>	92
3.2. <i>Turismo na práxis do desenvolvimento urbano: da gentrificação à turistificação</i>	100
4. Turistificação e insegurança urbana: bairro de Ponta Negra, Natal/RN	106
5. Dinâmica socioespacial do turismo e insegurança pública urbana	131
6. Para não encerrar o debate: as raízes e suas ramificações	132
Referências	134

CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS TURÍSTICOS E INSEGURANÇA PÚBLICA: TEORIAS E REALIDADES	140
Resumo	141
1. Introdução de narrativas e sentimentos: a insegurança pública e o turismo	141
2. Fontes e metodologias: o sujeito e o objeto investigado	143
3. Do medo à insegurança urbana: contextos urbanos do turismo e da criminalidade	150
<i>2.1. Teoria das Atividades Rotineiras (TAR): pensando o sul-global</i>	153
<i>2.2. Teoria da eficácia coletiva: o contexto de sociabilidade</i>	159
<i>2.3. Turismo crítico: mobilidades da produção científica e social</i>	163
4. Sentimento de insegurança e turismo: dimensões e categorias	168
5. Relatos de insegurança pública urbana e dinâmica do turismo: o caso de Ponta Negra/RN	174
<i>5.1. Relato Sociopolítico</i>	175
<i>5.2. Relato urbano</i>	180
<i>5.3. Relato criminal</i>	188
<i>5.4. Insegurança pública em espaços turísticos: implicações práticas e reflexões teóricas</i>	193
Referências	202
 AFINAL DE CONTAS, QUAL A RELAÇÃO ENTRE A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E A DINÂMICA DO TURISMO? CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
Referências	215
 Apêndices	216
Apêndice A – Componente turístico e densidade de CVP (Natal/RN, 2020)	216
Apêndice B – Roteiro de entrevista e observação da rotina dos indivíduos	222

INTRODUÇÃO À INSEGURANÇA NO CONTEXTO DO TURISMO



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

1. Nas trilhas problemáticas da (in)segurança urbana no contexto do turismo

*Insegurança: condição, particularidade ou característica
do que é inseguro
Sem segurança, em que há perigo, periculosidade*

(Dicionário Priberam)

Desde meados do século XIX, tem aflorado uma onda de crimes¹ e violências no mundo e as estatísticas oficiais vêm confirmando a aceleração do crescimento de variadas modalidades de crime (Adorno, 2005; Botterill & Jones, 2010; Springer & Le Billon, 2016). Embora não seja um fenômeno recente, a violência remonta às primeiras organizações em sociedade e esse crescimento acompanhou mudanças substantivas no comportamento social, uma vez que o aumento do índice de crimes acabou por restringir estilos de vida e provocou divisões sociais (Caldeira, 2003).

Durante o século XX, marcado por acontecimentos que discutiam o processo desenvolvimentista das nações (Boisier, 1996; Britton, 1982; Sen, 2000), que tinha como fundo as crises sanitárias, políticas e econômicas que ocorreram ainda no início do século², os crimes passaram a ser vistos como um obstáculo, tornando-se uma preocupação social e pauta das ações que envolviam a gestão pública. Ignorar não era uma questão relevante, sendo necessário uma mudança de postura do Estado a fim de combatê-los, quer seja por uma questão socioeconômica, que refletiria na eficiência do Estado, ou mesmo pela pressão da sociedade civil organizada.

Assim, estimuladas pelo debate público, as pesquisas sobre o crime inicialmente se detiveram a entender os padrões de comportamento dos criminosos (criminologia tradicional) e posteriormente como um processo de construção social (criminologia crítica), provocando diversas ações de políticas de segurança (Botterill & Jones, 2010).

Durante a década de 1960, permeada pela eclosão dos movimentos sociais, buscava-se uma resposta diante do crescente cenário de criminalidade. As políticas públicas tiveram como ênfase ações punitivas e reativas, o que acabou por gerar uma onda de aversão aos riscos. No campo científico, os primeiros estudos foram realizados nos Estados Unidos, que incentivou a criação do *National Crime Victimization Survey*, em 1973. Foi identificado que o medo era

¹ Crime aqui associado à dimensão física e jurídica, após transitado e julgado. A violência, por sua vez, relaciona com a dimensão tanto física quanto simbólica, abordada por pesquisadores como Marilena Chauí (2017) e Sérgio Adorno (2005).

² É o caso da Gripe espanhola (1918-1920), da depressão econômica (1929) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

maior do que as reais taxas de criminalidade, o que ficou conhecido como o paradoxo risco-medo (Farrall, Gray, & Jackson, 2007).

Posteriormente, a partir de uma série de pesquisas encomendadas pelo governo do Reino Unido, define-se o medo como uma resposta emocional negativa devido à criminalidade (Jackson & Gouseti, 2013). Naquele contexto, por meio do abandono, (des)uso do espaço e comportamento desordeiro, houve uma compreensão da gestão pública sobre aspectos psicológicos do medo do crime por meio do seu imaginário, e não mais focado em situações concretas criminais (Swanson, 2013). Portanto, o medo passa a ser uma categoria mais importante do que o crime e o comportamento dos criminosos, tornando-o mais complexo do que se sugere.

Nas décadas de 1970 e 1980, o medo do crime foi cada vez mais endossado nos discursos e nas formações políticas, o que possibilitou o aumento no sistema de justiça criminal, como um tópico politicamente carregado a partir de concepções como lei e ordem; e a vinculação do medo do crime a sua prevenção, integrando, assim, as ações da mídia como importante instrumento de controle social. Nesse contexto, emergem muitas teorias para explicar o comportamento social, a exemplo da *Broken Windows Theory*, segundo a qual as percepções do ambiente físico e social e o comportamento de alguns indivíduos afetam a percepção pública do crime; e posteriormente alguns modelos norte-americanos de gerenciamento do crime e violência como o *Zero Tolerance*, o *Predictive Policing* e o *Evidence Based Crime Reduction*, que são usualmente replicados no contexto brasileiro (Botterill & Jones, 2010).

Considerando o enfoque histórico e cultural, é no final da década de 1980 que se observa uma mudança no papel do Estado e no modelo de gestão pública no mundo ocidental, que reflete pensamentos contrários, desassociando o medo do crime com as questões políticas e de organização social, por entender que as ansiedades sociais e individuais sobre o crime existem independentemente da atuação política (Farrall et al., 2007). Tais noções surgem em um contexto de Estado mínimo, a formalização de instâncias de governança que corresponsabilizam os entes locais e a descredibilidade da atuação estatal, que culminou na crise do capitalismo globalizado. Todavia, o que escapa à noção é que o medo do crime permeia numa estrutura de organização social e cultural, e, portanto, política. Esse medo, em muitos casos, é estimulado por uma política, uma vez que as ações de desenvolvimento são legitimadas pelo Estado, presente por uma estrutura jurídica e legal.

O medo, nessa perspectiva, passa a incorporar não somente uma resposta emocional que as pessoas associam ao crime, mas um conjunto de inseguranças diante das incertezas do

mundo. Conforme elucida Bauman (2009), essas incertezas se intensificam com a redução do controle estatal e a substituição de vínculos amigáveis, estabelecidos dentro de uma comunidade, por laços artificiais que foram rendidos à pressão das forças globais. O abandono do espaço público, as punições advindas do sistema de justiça e uma nova estruturação de organização social revelam que o que está em questão não é o medo como resposta emocional associada ao crime, mas a uma indignação e impotência desse quadro de segurança social. A sociedade abandonada em si mesma, a segurança é substituída por seu oposto: a insegurança, onde o medo se faz presente como um dos sentimentos.

Apesar disso, a literatura faz menção ao *Fear of Crime* como um campo de estudo já consolidado, associando não somente as questões relativas à criminalidade, mas também ao contexto social, político e econômico em que se desenvolveu a sociedade contemporânea ocidental. No Reino Unido, por exemplo, através do *British Criminal Survey*, há uma linha de pesquisadores focados em compreender as diferenciações entre preocupação, ansiedade e medo (Jackson & Gouseti, 2013), as ansiedades relacionadas ao crime e os efeitos psicológicos (Farrall et al., 2007; Moore & Shepherd, 2007), os custos do medo do crime (Moore & Shepherd, 2006), o que remete a uma percepção de que apesar de o medo do crime possuir causa e consequências distintas da criminalidade (Trindade & Durante, 2019a), a sua denominação não foi desassociada, e eleva a dificuldade da formulação de teorias e suas aplicabilidades.

É importante também contextualizar que o cenário de insegurança e crime emerge de maneira distinta nas localidades do mundo ocidental. Ao passo que no Reino Unido os estudos sobre insegurança e crimes violentos estão relacionados ao uso excessivo de álcool e abuso sexual com turista (Botterill et al., 2013), em parte da Europa estão relacionados com as ações de terrorismo (Almeida García & Jiménez Serrano, 2018) e nos Estados Unidos com a questão da desigualdade racial (Sampson, 2012)³. Para tanto, na América do Sul, os crimes são moldados por uma mudança na estrutura estatal que intensifica o cenário de desigualdade social (Dammert, Salazar, Montt, & González, 2010; Kessler, 2011; Reyes-Sosa & Molina-Coloma, 2018).

No Brasil, de forma específica, a falta de um sistema de justiça criminal eficiente prejudica as políticas de, com poucas informações sobre as atuações policiais e ausência de interesse de sua sistematização no âmbito público (Daudelin & Ratton, 2018). Há de se

³ Há uma tentativa de ser reducionista na compreensão dos contextos gerais, embora não seja pertinente, uma vez que a mobilidade gera diversos paradoxos onde é quase impossível afirmar um único fenômeno. Todavia, a discussão remete às especificidades, pensando o processo de desenvolvimento local.

considerar também o processo social migratório de uma população agrária para o eixo-urbano industrial, gerando superpopulações impulsionadas por políticas pós-guerra no Brasil. Nessa conjuntura, os crimes violentos no país não se distribuem de forma igualitária na sociedade, se concentrando fundamentalmente nas principais áreas urbanas do país (Beato, Peixoto, & Andrade, 2004; Trindade & Durante, 2019b). É a partir desse aglomerado urbano que o tráfico de drogas ilícitas ganha força, operado por organizações criminosas que com a sua venda fortalece o lucro dos negócios. Sua organização se constitui a partir de formação de redes em diversos níveis, e, no caso do Brasil, se deve, em parte, às características do sistema penitenciário, isto é, dos modelos punitivos e restritivos que acompanharam a política nacional (Trindade, 2018).

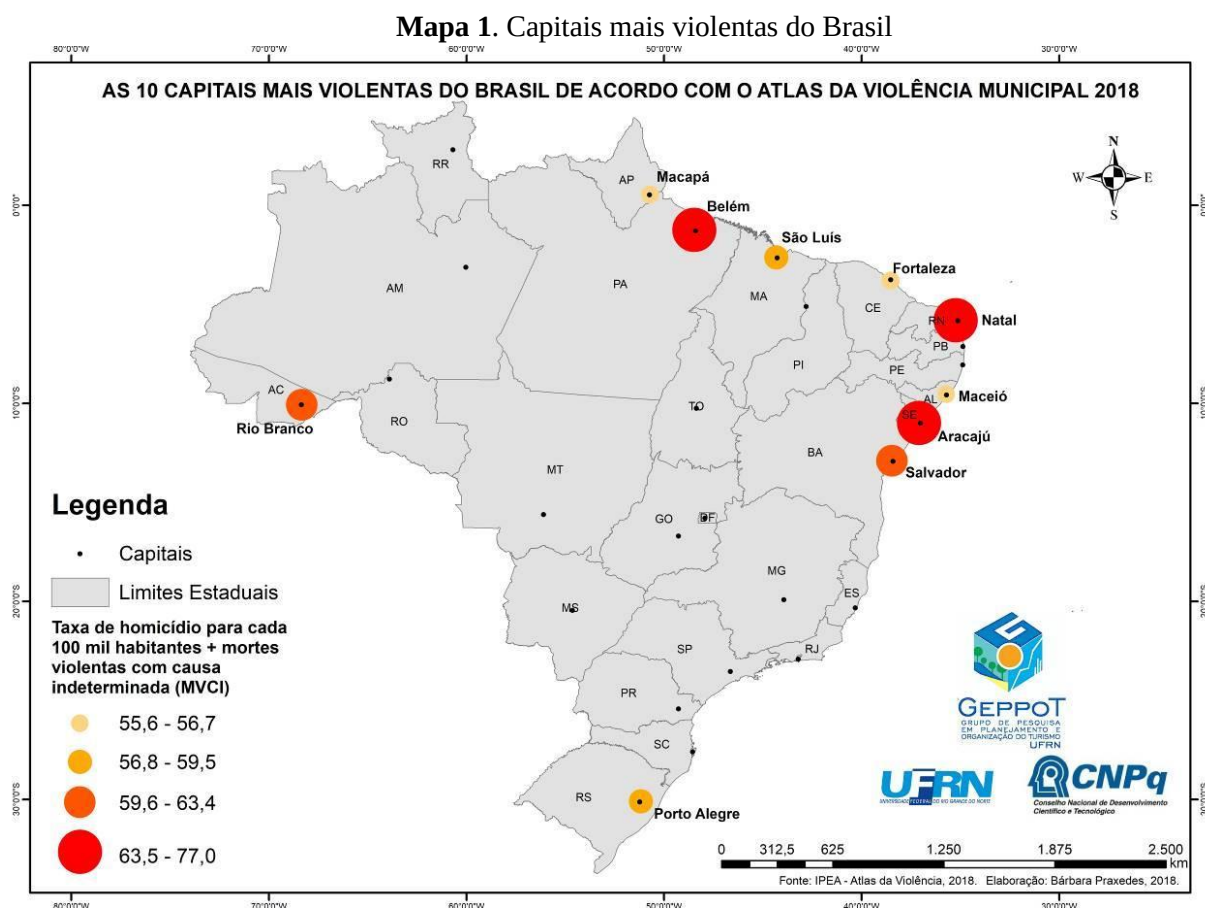
Assim, a insegurança brasileira possui relação com a constituição do processo de desenvolvimento urbano, crescimento do tráfico de drogas e ineficácia das políticas públicas. Essa tríade que assola e faz aumentar a insegurança no país possui interface, mas não restrita, com os crimes violentos. Nessa perspectiva, a insegurança como categoria de estudo, melhor se adapta ao contexto investigado, que incorpora a noção do medo do crime ao mesmo tempo em que compreende as preocupações políticas das incertezas do mundo contemporâneo.

É importante também considerar que o cenário de violência e insegurança no Brasil esteve concentrado nas últimas décadas no eixo sul e sudeste a partir desse aglomerado e crescimento urbano (IPEA, 2020). Todavia, conhecida por sua tranquilidade, diversidade de recursos naturais e desejo de consumo turístico, a região do Nordeste brasileiro vem sinalizando episódios de crimes violentos que possuem impacto na vida humana. Tais questões situam algumas capitais da região Nordeste e Norte como a mais violenta (ver Mapa 1), de acordo com dados de violência homicida.

O turismo, como fenômeno moderno, que tem como essência o deslocamento de pessoas, passa a coexistir com o aumento do índice de criminalidade nessas localidades. Essas mudanças não se restringem à dimensão criminal, mas a exemplo de outras cidades brasileiras, as transformações se fazem sentir, sobretudo, na paisagem urbana que adquirem novas funcionalidades. Essa paisagem apresenta um forte processo de verticalização, decorrente do adensamento populacional (Jeudy, 2005). É nessa lógica em que o processo de crescimento urbano, a dinâmica do turismo e a incidência criminal se conectam e apresentam especificidades nesta região que esta pesquisa se propõe a entender.

É preciso compreender que apesar de o turismo promulgar melhorias sociais, sobretudo de renda, dos saberes locais e nas dimensões tácitas do conhecimento, o processo de urbanização desencadeado pelo turismo é direcionado para o consumo (Minasi, 2020). Esse

consumo ocorre por meio da apropriação, interação e uso do espaço, tendo como destaque o olhar do turista. Assim, o processo de planejamento e gestão do turismo tem como ênfase o seu papel econômico, privilegiando quem se desloca (o turista) e não quem o recebe (a comunidade local), direcionando estruturas e superestruturas para essa prática.



Fonte: GEPPOT, 2019. De acordo com dados do Atlas da Violência, 2018.

Como resultado desse processo, a dinâmica do turismo provoca contradições e conflitos no lugar e nas relações estabelecidas, reforçado por políticas públicas que delimitam espaços para o uso estritamente econômico do turismo (Almeida García & Chahine, 2016; Fonseca, Bastos, & Lima, 2016; Valente, Dredge, & Lohmann, 2015).

Nesse sentido, como um fenômeno recente, o turismo, a criminalidade e a insegurança pública coexistem no mesmo espaço, mas poucos são os estudos e relações elucidativas que demonstrem essas interações, para além do olhar efêmero e econômico do turista. No âmbito teórico, a relação entre turismo, criminalidade e insegurança, apesar de recente, aborda a perspectiva com o foco no comportamento do turista e com indicadores na escolha do destino, o que, por sua vez, pode influenciar na demanda e no fluxo turístico.

No cenário internacional, as pesquisas desenvolvidas na Eurásia através dos estudos de Ozascilar, Mawby e Ziyalar (2019), constataram que os turistas possuem baixa percepção dos riscos e têm menos intenção de adotar alguma estratégia de precaução. Ademais, as mulheres tendem a perceber riscos maiores; e embora não haja um perfil definido de turistas, há, de maneira geral, um medo do desconhecido, sem que acompanhe atitudes de mudança comportamental.

Por sua vez, os estudos de George (2010) realizados na África do Sul, identificaram que as atitudes em relação aos riscos percebidos pelos turistas não influenciam na intenção de retornar e recomendar o destino e que os fatores de perfil sociodemográfico no que refere à nacionalidade (e derivações sociodemográficas), acrescidos da frequência de visita ao destino, influenciam na forma como o risco é percebido. De forma particular, os turistas domésticos tendem a perceber menos os riscos, entretanto, ambos continuam a visitar e recomendar a destinação.

No cenário brasileiro, as pesquisas realizadas no campo do turismo que têm interface com a insegurança pública são realizadas em duas principais regiões: no Sudeste e, mais recentemente, no Nordeste. Na região sudeste, os estudos de Tomé (2018; 2013) enfatizam o medo social como categoria mais ampla que inclui diversos elementos não restritos ao crime. Todavia, há uma forte tendência de correlacionar o medo com a insegurança, apesar de não apresentar uma definição clara. A base metodológica de sua pesquisa é positivista com a escolha de fatores restritivos para a confirmação de concepções preexistentes. E, em caso de não confirmação, restringe-se os dados para enviesamento metodológico e confirmação dos resultados previamente esperados.

Em suas pesquisas, revela que, apesar dos altos índices de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, “as guerras” foram um dos 13 fatores restritivos⁴ relacionados ao medo social que se apresentou como mais significativo na escolha de um destino. E somente quando utilizou critérios metodológicos restritivos, delimitados por 5 das 13 categorias, previamente estabelecidas, é que os turistas reais e potenciais da cidade do Rio de Janeiro sinalizaram a “Criminalidade e Violência” como aspecto mais significativo na escolha de um destino turístico. Isso implica afirmar que a temática da insegurança não é bem explorada nessas

⁴ Os outros fatores foram: Crise econômica local e no destino, Custo elevado, Destino com elevados índices de pobreza, Distância, Elevado índice de violência e criminalidade, Instabilidade política, Limitações relativas à infraestrutura, Problemas de comunicação, Problemas de saúde pública, Riscos de atentados terroristas, Risco de contaminação e Riscos de desastres naturais.

pesquisas e tampouco apresenta indicadores avaliativos que possam ser contextualizados em forma de políticas nas realidades investigadas.

É preciso compreender as escolhas metodológicas da pesquisa a partir do momento que em a maioria das entrevistas foram realizadas com o turista exatamente no destino investigado e, apesar de relatar determinado tipo de medo – em um primeiro momento relacionado às guerras – isso não foi impeditivo para o processo de escolha do destino e inclusive a sua visitação, justamente por se encontrar no destino ou com interesse de sua visitação (em caso de coleta de dados virtual). Nesse sentido, apesar da forte evidência de que o olhar do turista pode não revelar a dinâmica criminal local, ainda recai na armadilha neoliberal de políticas cada vez mais punitivas, o que não contribui com o processo de desenvolvimento local. Há um reforço positivista estrutural para direcionar os interesses propostos da pesquisa.

Por sua vez, os estudos de Costa e Herrera (2019) e Feitoza e Costa (2019), realizados no Nordeste brasileiro, comprovaram que as áreas de interesse turístico não são as que coincidem com aqueles que operam a violência homicida – o que restringe suas análises a um único tipo de crime (homicida). Isso pode revelar que dados segmentados criminais não operam como um fator determinante para a insegurança. Outrossim, os autores concluem que as áreas de interesse turístico são os principais alvos de elaboração e implementação de políticas públicas e que isso talvez explique a atuação de menores índices criminais nessa região, mas não exploram esta discussão.

O estudo de Borges (2021) realizado no Nordeste brasileiro identificou que, do ponto de vista metodológico, as análises estatísticas disponíveis, por meio dos registros policiais, não conseguem revelar o cenário real de violência urbana que atinge os turistas, compreendendo ser maior do que se mensura. Todavia, a partir da evidência de outras fontes de dados, afirma que não há incidência de violência grave que acomete o turista; e o fluxo turístico não é afetado pela violência. Tais questões confirmam a escassez e a qualidade dos dados estatísticos na área e que a violência urbana não possui relação causal com o turismo, inclusive para justificar uma segurança “turística”. Ainda é interessante destacar em sua descoberta que, sob o viés do olhar do turista, a percepção do medo está relacionada com a dimensão urbanística da cidade, o que contradiz a elaboração das políticas públicas na área do turismo e urbana que reforçam a estigmatização e a segregação socioespacial do espaço de consumo turístico, mas que não foi discutida na pesquisa.

Esses e outros estudos internacionais (como pode ser visto: Chauhan, 2015; Karagiannis & Madjd-Sadjadi, 2012; Seabra, Dolnicar, & Kastenholtz, 2012), abordam um ou outro aspecto diferente. Todavia, o que possuem em comum é o fato de que o risco, o medo e a insegurança

nas realidades investigadas não possuem efeito na escolha, indicação ou visitação do turista. Busca-se uma relação causal que não apresenta correlações positivas, inclusive com proposições de diferenciação de perfil sociodemográfico⁵, mudança comportamental, intenção e recomendação do destino, áreas de localização dos crimes violentos e o turismo e/ou impacto no fluxo turístico, tendo como ênfase o olhar consumista do turista.

O turista tem o seu olhar direcionado (Korstanje, 2017; Urry, 2002), não revelando a complexidade das relações e vínculos sociais locais, principalmente de um fenômeno como o turismo, que engloba aspectos para além do turista e da emergência da insegurança. Ademais, o turismo promulga a defesa de melhorias sociais, e neste aspecto, estaríamos incluindo uma discussão sobre o processo de desenvolvimento em que o turismo é um fenômeno humano que deve ser contextualizado no tempo e no espaço. E, portanto, muito mais amplo do que o olhar do turista.

Entende-se que a insegurança na percepção do turista não é um fator isolado ou imune às diversas modalidades de crime (Botterill, Seixas, & Hoeffel, 2014; Korstanje, 2017), mas é orientado por uma lógica de gestão que direciona esforços para determinada atitude. É a partir da constituição desse processo que são estruturadas diversas medidas de políticas públicas para captar o turista a uma localidade, com a criação, inclusive, de áreas de uso turístico. Nesta pesquisa, estamos dando ênfase à origem da insegurança e às estratégias de ação direcionadas para o contexto público (onde inclui a comunidade local) e com menor ênfase no seu resultado (percepção do turista), comumente realizado pela literatura contemporânea. Isso nos leva a crer que a insegurança engloba não apenas os fatores psicológicos que envolvem sua relação com o contexto ambiental e sociodemográfico, mas como a insegurança faz agir e também é influenciada (em um processo dialógico) no contexto de gestão dos destinos turísticos, o que inclui as várias políticas de desenvolvimento urbano.

Evidencia, desse modo, que, apesar de a literatura retratar aspectos que envolvem a insegurança pública no que se refere a aspectos urbanísticos, políticos e criminológicos com vastas pesquisas notadamente realizadas por países norte-americanos e anglo-saxônicos; ainda assim o debate no turismo é limitado, sendo realizado a partir de concepções únicas com foco no olhar do turista, sem que evidencie uma explicação para o fenômeno da insegurança. De modo que entender como as políticas públicas se estruturam para o desafio da percepção da insegurança nos destinos turísticos, torna-se um desafio diante da complexidade do mundo

⁵ É importante considerar que as variáveis perfil sociodemográfico e mudança comportamental são comumente confirmadas pela criminologia como fatores determinantes da insegurança.

contemporâneo, e, mais do que isso, como podem ser pensadas as estratégias para sua resolutividade.

Com base no exposto, esta pesquisa tem como pergunta de partida: *Como as políticas de desenvolvimento urbano têm impactado na dinâmica socioespacial do turismo e na percepção da insegurança pública?*

Apresenta ainda como questionamentos secundários: O que dizem (e o que não dizem explícita e diretamente) os dados estatísticos sobre o que ocorre com os crimes em espaços de dinâmica turística? As políticas urbanas que visam a dinâmica socioespacial do turismo fazem aumentar ou diminuir a insegurança do crime nessas localidades? O que faz as pessoas se sentirem inseguras? Como avaliar a insegurança e sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo?

2. Para tornar o caminho objetivo

Diante da abrangência do tema, define-se como objetivo geral da pesquisa: **Analisar como as políticas de desenvolvimento urbano têm impactado na dinâmica socioespacial do turismo e na insegurança no bairro de Ponta Negra, Natal/RN.**

Para o alcance desse objetivo, delimitam-se três objetivos específicos:

- (a) Compreender o contexto dos crimes contemporâneos e sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo a partir da leitura dos dados estatísticos, no município de Natal/RN;
- (b) Discutir as raízes do quadro de insegurança pública a partir das teorias de desenvolvimento urbano com o olhar sobre a dinâmica do bairro de Ponta Negra, Natal/RN;
- (c) Analisar a percepção da insegurança pública à luz dos moradores do bairro de Ponta Negra, Natal/RN, e sua associação com a dinâmica socioespacial do turismo.

Na seara da compreensão da dinâmica socioespacial do bairro de Ponta Negra, Natal/RN, e sua relação com a insegurança, são apresentadas algumas hipóteses que serão confirmadas ou negadas ao fim desta investigação, sendo elas:

H1 – A insegurança pública urbana é multicausal e não pode ser reduzida a um único fator, principalmente no contexto brasileiro, que apresenta contradições no espaço;

H2 - As políticas públicas urbanas provocam conflitos e desigualdades socioespaciais, gerando uma onda de insegurança aos turistas e moradores ao frequentarem espaços de alta polarização social.

H3 - As áreas de interesse e fluxo turístico são as que possuem maior investimento em políticas urbanas e de segurança, mas não são essas políticas que garantem a diminuição da insegurança pública, e sim, a conjuntura social.

3. Traçados científicos: o método e o lócus de investigação

Para alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa delineia um caminho científico estabelecido pelos pressupostos filosóficos. Para tanto, concebe-se esta investigação como uma realidade que é socialmente construída, a partir dos desafios do mundo contemporâneo e as relações que foram estabelecidas ao longo dele. Estes são aqui revelados pela emergência da insegurança pública e pela dinâmica socioespacial do turismo.

Essa realidade, do ponto de vista ontológico, é determinada em pequenos passos ou camadas, em um primeiro momento observa-se a existência das instituições e organizações, migrando para os seus eventos e ações, até que se trilhem caminhos mais profundos como a relação com as estruturas sociais, as teorias, as regras, os mecanismos e as normas (Andery, 2007). Essa profundidade na pesquisa dar-se-á através da adoção de uma postura abrangente e complexa, voltada para sua ética e a estruturação de ações mais aprofundadas para as pesquisas e análises do turismo (Severino, 2016).

Dessa forma, a pesquisa positivista ancorada em uma racionalidade técnica, estruturada para os modelos de gestão operacional, comumente realizado pelos pesquisadores na investigação científica em turismo, não se adequaria aos objetivos propostos. Essa racionalidade derivada do Iluminismo, que tem como seu expoente Immanuel Kant (1724-1804), emerge como resposta à crise ocasionada pela Revolução Francesa e a crescente necessidade do processo de industrialização e especialização do conhecimento. A racionalidade pura tem como ênfase a separação, a hierarquização, a centralização e a união do conhecimento científico baseado em um ordenamento⁶.

Essa segregação do conhecimento científico ilumina os estudos iniciais do turismo baseado na noção de sistemas fechados a partir da especialidade dos seus temas (análise

⁶ Advém das ideias positivistas e tecnicistas o nome no centro da bandeira do Brasil: ordem e progresso. Promulgada por um governo militar, aspirava uma nação dotada de crescimento econômico finito que ocorre por um ordenamento (científico, técnico, econômico etc.).

sistêmica). Esse conhecimento turístico é organizado por meio de modelos, sobretudo, quantitativos, que funcionam como uma máquina sob o espectro da metodologia científica, que isola o sujeito pesquisador em seu modo de produção e os contextos em que foram produzidos. O turista é objetivado e o objetivo investigado, o turismo se torna disciplina, não obstante na prática o turismo não pode ser visto por suas caixas segmentadas.

Essa ideia do conhecimento científico cartesiano, a partir da exclusão de suas anomalias, foi a base para a formulação da dialética, que vem se confirmando a partir de seus polos epistemológicos. Embora a dialética, enquanto teoria do conhecimento, remonte à filosofia a partir dos estudos gregos de Sócrates (469-399 a.C.); perpassasse a Idade Média com o apogeu metafísico; caminhou pelo movimento renascentista por filósofos como George Hegel (1770 – 1831), que a concebia em uma visão utópica do conhecimento a partir do ser, é com o formato do Marxismo que concebemos na modernidade e os seus reflexos na pós-modernidade (Andery, 2007).

A partir de uma visão empírica, Karl Marx (1818-1883), compreende que o trabalho impulsiona o desenvolvimento humano, igualmente a seu antecessor Hegel, mas a forma de sua divisão priva o trabalhador de suas fontes de produção, o aparecimento das classes sociais e eleva a sua alienação. A produção científica, para Marx, deve ser vista por sua construção histórica a partir de uma visão empírica e de bases contraditórias, e estabelece um novo marco: o materialismo histórico-dialético.

Como forma de pensar as contradições por meio da dialética, as categorias são estabelecidas também a priori no sentido de uma condução para a transformação profunda. Fazem parte desse contexto o socialismo/capitalismo, totalidade/fragmentação, teoria/prática, subjetividade/objetividade, autonomia/dependência, criticidade/alienação. Na produção do turismo, emergem abordagens empíricas, baseadas em sua construção histórica que denotam a práxis do turismo, isto é, as desigualdades estabelecidas que explicam a realidade existente a partir dos excluídos.

Enquanto um afasta a diferença por meio da concepção de uma unidade simples (positivismo); o outro encobre a unidade e só concebe a diferença (materialismo histórico-dialético). O mito da produção científica promulga que não existe verdade sem que esteja expressa de forma clara e nítida, por meio de seus modelos ou contradições (Chalmers, 1993). É preciso compreender que demarcações absolutas não fazem a produção científica. A reificação da informação em uma era tecnoinformacional não deve ser determinística, pelo contrário, como um ponto de partida, deve-se estimular novas reflexões em busca de uma totalidade, que é o caso da concepção do fenômeno do turismo. Ademais, a produção científica

em sua essência não busca a verdade por meio do poder, mas a sua realidade, pensando como deveria ser (teorias).

No contexto neoliberal, o Estado, as empresas e a sociedade não possuem bases científicas. Estes se apropriam da ciência para endossar suas decisões que têm no seu cerne uma ciência positivista a serviço da técnica com pouca consciência de sua produção (Morin, 2005). Ainda assim, se esse saber turístico serve ao mercado neoliberal, o lucro dependerá da intensidade dos saberes que devem caminhar para perspectivas críticas e, principalmente, autocríticas para compreensão do fenômeno.

Retirar o homem do seu ambiente a fim de controlá-lo e modificá-lo para o conhecimento científico, não faz a ciência. É o que fazem os estudos dos chimpanzés ao isolá-los em laboratórios, dos questionários realizados com turistas (esquecendo suas outras múltiplas funções: filho, empregado, amigo etc.) ou mais recentemente, com estudos da ivermectina para diminuição do contágio pelo coronavírus. Quando retiradas do modelo *in vitro* para o *in vivo*, diante da complexidade e relações humanas, não atingem o resultado *tecnocientífico* de forma satisfatória. É necessário pensar o fenômeno do turismo como auto-organizado por sujeitos autônomos e que atuam em diversas áreas, onde a ciência determinista não o concebe.

O método científico, portanto, orienta o pensamento e as atitudes do cientista. Nesse sentido, esta pesquisa caminha para a compreensão de uma matriz epistemológica direcionada para abordagens do método da complexidade⁷ (Morin, 2002).

A complexidade, como método científico, situada nas novas abordagens (Urano, Mathe, Coutinho & Marques, 2021), está ancorada na compreensão de um sistema social que é auto-organizado de forma complexa (*unitas multiplex*), tecido de forma conjunta, global e contextualizada. Mas, ao mesmo tempo, reconhece a singularidade, a individualidade. Essa complexidade está baseada no que seu expoente Edgar Morin (1994, 2000, 2012) e que a define em três princípios: dialogia, recursividade e hologramaticidade.

A dialogia consiste em entrelaçar coisas que aparentemente estão separadas, que por alguma razão são antagônicas, mas coexistem numa mesma realidade (Morin, 1994). Nesse princípio, pode-se observar o turismo e a insegurança como temática, por vezes, divergentes, uma vez que o turismo tem como essência as práticas relacionadas às melhorias sociais e a insegurança o seu oposto. Todavia, no processo de desenvolvimento urbano, a insegurança e o

⁷ É importante considerar que o paradigma apresentado por Thomas Kuhn tem sentido diferenciado para Edgar Morin. Para este o paradigma é estabelecido pelo controle das relações lógicas, de escolas de pensamento fechadas, e, portanto, do controle de uma lógica do discurso em que são produzidas. Por esse sentido, os novos métodos científicos ainda não são amplamente aceitos ou sequer concebidos como métodos científicos.

turismo passam a coexistir no mesmo espaço. A sua compreensão precisa ir além de um par dialético, mas deve apoiar-se numa relação dialógica – assim como são os indivíduos e as diversas áreas em que elas atuam na vivência humana.

Para Morin (1994), a dialogia introduz uma autonomia e ao mesmo tempo uma dependência que está em constante regeneração e, por isso, a reforça. Essa questão proporciona uma releitura do turismo e da insegurança onde não há polaridades entre positivo e negativo a partir dos impactos gerados, mais da própria concepção de desenvolvimento, do ir e vir da humanidade, do desejo humano e das práticas de sobrevivência. Nesse sentido, em um processo dialógico pode ser que o turismo, o desenvolvimento urbano e a insegurança se retroalimentem na forma de ser, questões estas que serão discutidas na pesquisa.

O segundo princípio – recursivo – determina uma lógica em círculo na qual causa e efeitos são os próprios produtores daquilo que o fazem. De acordo com Morin (2007, p. 51), “a causa produz o efeito, que produz a causa. Somos recursivamente causa e efeito”, o que pressupõe uma leitura para além de um retorno (*feedback*), mas que, neste caso, tanto a insegurança quanto o turismo são causa e efeito, isto é, ora como motivação, ora como objetivo fim.

O princípio hologramático coloca em evidência a crítica mestre sobre a teoria dos sistemas. Assim, agindo na contramão de uma ideia reducionista, infere que não há uma compreensão suficiente sobre o fato de que “o todo é maior do que a soma das partes”, uma vez que há propriedades ou qualidades novas do que se fossem apenas consideradas isoladamente (Morin, 1994). Tudo se entrelaça de maneira interdependente, produzindo sentidos e significados distintos quando estão isolados ou em conjunto. É o caso de analisar o turismo de forma isolada e o mesmo fenômeno quando incorporado na dimensão da cidade e seus inúmeros efeitos e relações com outras dinâmicas. Não há um único sistema, mas vários.

No estudo da insegurança e do turismo, o método da complexidade se faz necessário, no que se constitui por pluralidades de fatores que não se sobrepõem, ou, ainda, não há uma linearidade de fatores, mas são vistos em uma relação dialógica. Há também um efeito sobre a causa, principalmente a partir do pensamento do processo de desenvolvimento humano, a emergência dos crimes e da insegurança.

Ademais, considera as críticas existentes sobre a episteme do turismo e à ausência de abordagens metodológicas devidamente aprofundadas (Cohen & Cohen, 2019; Panosso Netto, Tomillo Noguero, & Jäger, 2011; Tribe, 1997) que superem a mera descrição técnica. Sendo assim, o método da complexidade torna possível uma nova perspectiva nos estudos do turismo.

Surge, obviamente, com o olhar do pesquisador perante a realidade em sua imersão inicial do campo e da complexidade que envolvia a dinâmica local. Como pensar fenômenos tão complexos como o turismo e a segurança pública se ambos não podem ser vistos de forma segmentada? Pensar os excluídos ou segmentá-los? As falas dos sujeitos permitiram a abertura do olhar e a incorporação desse método, ainda desafiador, considerando o *modus operandi* da pesquisa. É um desafio para a ciência pensar os elementos dessa condição humana, enfrentar as incertezas e permitir a ampla compreensão (Morin, 2012).

Reconhece-se também que o método da complexidade não se pauta por uma predição dos procedimentos metodológicos, isto é, não tem metodologia, tem princípios; não tem definição clara, é abordagem. E sabendo disso, a descrição dos principais princípios se torna fundamental para o olhar da realidade investigada.

De maneira geral, adota-se uma leitura da realidade do método da complexidade por compreender que as concepções entre insegurança e turismo recaem na mesma armadilha de pesquisa: o consumo dominante, não provocando, assim, uma nova reflexão do mundo, limitando as contribuições para a realidade e o seu agir. Torna-se um terreno fértil para refletir de forma crítica sobre as características de um campo que requer uma visão transdisciplinar, repensando a razão utilitarista (Fazito, 2012; Tribe, 1997).

Como escolha do lócus de pesquisa, foi delineado o Nordeste brasileiro, que vem sinalizando episódios de crimes violentos. A organização não governamental (ONG) do México denominada *Seguridad, Justicia y Paz* afirma que a região metropolitana de Natal, localizada no estado do Rio Grande do Norte, ocupa o ranking da região do mundo como sendo a mais violenta, segundo dados dos homicídios mundiais (Seguridad, 2019). Esses elementos também são evidenciados em pesquisas brasileiras, como, por exemplo, o Anuário de Segurança Pública (IPEA/FBSP, 2019a) e o Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2019b), que sinalizam a região Nordeste com o aumento de crimes violentos, sendo Natal uma das três capitais mais violentas do país. Natal vem se destacando no cenário nacional e internacional com o crescente número de crimes violentos, especialmente de vítimas homicidas, a partir da crise do sistema carcerário que iniciou em 2016 e repercutiu em diversas esferas do turismo no estado.

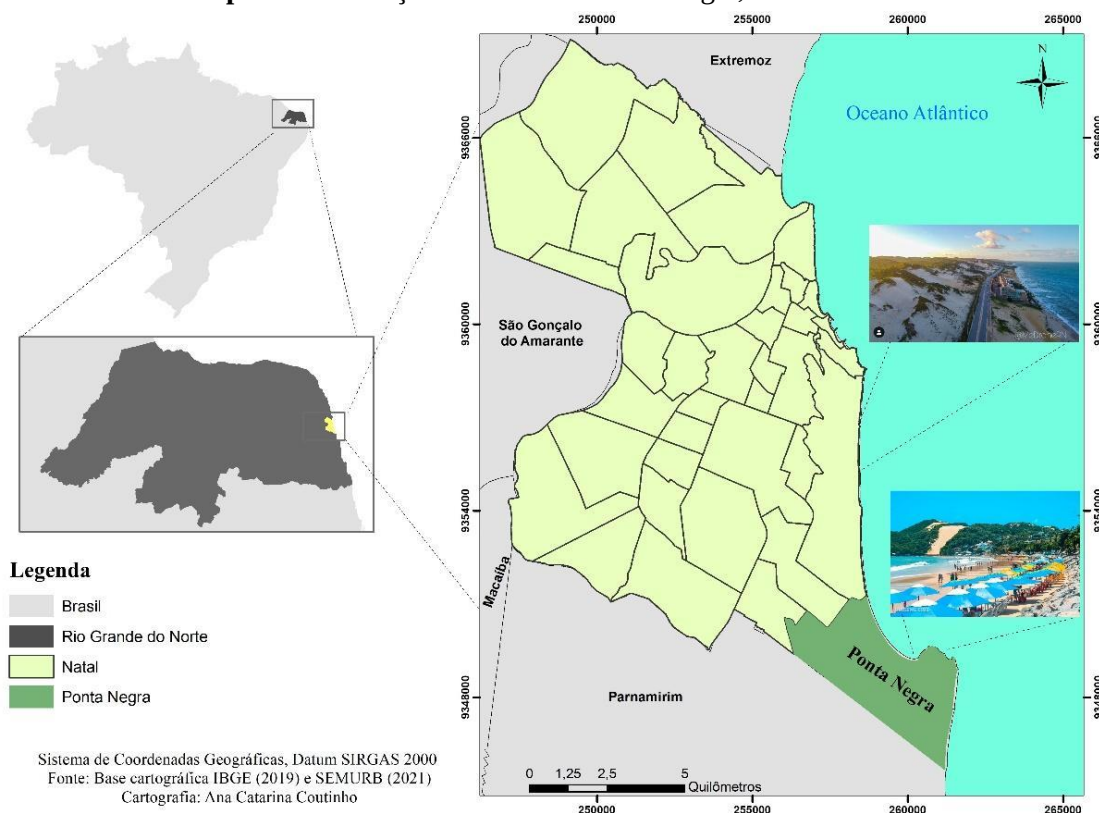
Localizado na zona sul litorânea da cidade do Natal (ver Mapa 2), é no bairro de Ponta Negra que está situado o principal atrativo turístico natural da cidade do Natal, o Morro do Careca⁸. Como consequência de sua atração, um conjunto de equipamentos e serviços foram estruturados para atendimento ao turista. Essa dinâmica foi motivada por políticas públicas que

⁸ Sua formação dunar com 107 metros e uma área sem vegetação lhe confere esse nome.

provocaram o incentivo econômico na região, como é o caso do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira (PD/VC), o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), entre outros, mas que contraditoriamente apresenta um contexto de desigualdade socioeconômica e expressivos números de violência.

Na sua concepção original, o bairro de Ponta Negra, era caracterizado por uma vila de pescadores e contemporaneamente apresenta uma zona adensável de 60 metros ou 20 pavimentos e uma renda acima de 5 salários mínimos⁹. Sua população está prevista em 23mil habitantes e distribuída em 6 conjuntos habitacionais e 3 favelas (favela da lagoinha, favela do pião e favela do alagamar) (IBGE, 2020). A densidade demográfica é entre 20 a 40hab/ha, o que sinaliza que as áreas verticalizadas concentram a maior renda e infraestrutura instalada e, portanto, maior contradição socioespacial (Natal, 2019).

Mapa 2. Localização do bairro de Ponta Negra, Natal/RN.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Desse modo, como recorte de pesquisa, será analisado o bairro de Ponta Negra, localizado na capital, Natal, no Nordeste brasileiro. A escolha se justifica em relação ao crescimento e a importância que o turismo adquiriu ao longo dos anos com aplicação de

⁹ O salário mínimo atual (ano 2022) é de R\$1.212,00.

investimentos públicos em políticas urbanas que permitiram a instalação de equipamentos e serviços. Além de fatores como o contexto de desenvolvimento social desigual com discrepância entre perfis sociais em um mesmo bairro, altos índices de violência e crescimento urbano intensificado. Essas discussões se tornam um terreno fértil para entender a tríade entre política pública, desenvolvimento urbano e insegurança em um contexto de globalização das economias e defesa ideológica do bem-estar social.

De posse da compreensão do olhar da pesquisa, sob a discussão do método científico e o lócus de investigação, o processo de coleta de dados foi realizado considerando quatro principais processos que serão detalhados nos capítulos específicos por meio de suas técnicas e fontes.

Na primeira etapa, adotou-se a metodologia desenvolvida por Ensslin et al. (2010), denominada ProKnow-C – *Knowledge Development Process Constructivist*, para o levantamento bibliográfico.

A segunda etapa consiste na análise dos crimes violentos para contextualização do seu cenário macro. Para isto conectou fontes de dados criminais, utilizando a base de dados do Observatório da Violência (OBVIO); dados da dinâmica urbana a partir da fonte da gestão pública municipal de planejamento urbano (Semurb); e da dinâmica do turismo na cidade a partir da secretaria de turismo, consórcio inframérica, pesquisa de demanda turística e dinâmica socioespacial do turismo. Esses dados criminais, urbanos e turísticos foram categorizados e permitiram a análise considerando tanto a sua periodização, quanto elementos espaciais a partir do georreferenciamento.

Foram utilizadas diferentes técnicas de análise como a estatística simples descritiva, interpolação de Kernel (mapa de calor ou mancha), análise socioespacial e densidade em torno de um cluster de circulação com apoio de softwares como o Excel (Plus 2016), Arcgis (versão 10.0) e Qgis (versão 3.18). As informações foram ilustradas em formato de Dashboard, mapas, gráficos e tabelas. Este é um esforço metodológico para conectar diferentes fontes e técnicas que subsidiem uma discussão do fenômeno tão complexo como o turismo e a criminalidade.

A terceira etapa consistiu no levantamento documental, sociodemográfico e urbanístico da realidade investigada. Objetivou-se com isso contextualizar o processo de desenvolvimento urbano da cidade, de forma específica, o bairro analisado e o seu diálogo com as questões da insegurança pública. Esses dados foram analisados por meio de uma linha do tempo (análise temporal) e para a elaboração dos mapas ilustrativos utilizou-se o auxílio do programa Arcgis (versão 3.18) em conjunto com o programa Google Earth Pro (versão 7.3.4).

O quarto e o último processo remete a uma investigação e imersão no campo para compreender a dinâmica local que ocorre por meio das relações e inter-relações sociais. Optou-se, assim, por realizar um modo de investigação que permite aproximar e apreender a realidade local por meio dos saberes e práticas da vida social e buscar reconhecer as ações e representações que se tornam *coletivas* na vida humana. A esta investigação denominamos, no campo científico e metodológico, como etnografia¹⁰. O contato e a aproximação com o objeto do estudo tiveram que, em alguns momentos, ser adaptados em virtude da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a pesquisa também mergulhou nos conhecimentos metodológicos e procedimentais da netnografia¹¹, que reflete a etnografia aplicada a ciberespaços (Kozinets, 2010).

De maneira geral, o conjunto dessas técnicas também seguiu os protocolos do comitê de ética que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS). Quando possível e em ocasião de identificação do sujeito pesquisador, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e assinado pelo sujeito investigado.

Por fim, não se pode deixar de considerar, do ponto de vista metodológico, que esta pesquisa foi iniciada em um período de crise social e política e se intensifica com a pandemia da Covid-19. Para os pesquisadores da ciência clássica e determinística, poder-se-ia incorrer no desespero e no recorte de dados que outrora estavam previstos inicialmente. A pesquisa positivista molda o pesquisador com conceitos preconcebidos e metodologias definidas, onde qualquer alteração estrutural e/ou refutação de hipótese(s) pode indicar o fracasso da investigação. No seu processo, rapidamente estrutura-se um novo modelo para encaixar a pesquisa determinística, não permitindo o olhar do pesquisador desestruturado sobre a realidade, conforme ela se apresenta. Acontece que nas ciências sociais é difícil definir como as relações e estruturas acontecem de forma definida, em muitos momentos a metodologia da pesquisa é definida em um contexto diferente de sua coleta.

¹⁰ Com origem na Escola de Chicago, em meados da década de 1930, a etnografia se detinha a investigar o fenômeno urbano e industrial e as diversas questões de crise social que emergiam. Todavia, contemporaneamente, compreende-se que a cidade é o contexto em que se desenvolvem as relações sociais e os problemas desencadeados. Nesse sentido, o bairro de Ponta Negra/RN, não se torna o foco da pesquisa, mas o lócus onde a vida e as relações são constituídas.

¹¹ Com surgimento mais recente, no fim da década de 1990, a netnografia não apresenta nomenclatura clara entre os pesquisadores, que ora utilizam etnografia virtual, webnografia ou simplesmente acrescentando o termo “net” à palavra etnografia. Possui um novo valor perante a etnografia ortodoxa: a existência de uma mediação na relação social, no caso, o instrumento tecnológico. Contudo, os demais valores da etnografia, enquanto campo de conhecimento consolidado, são mantidos (Polivanov, 2014).

Assim, para esta pesquisa, compreende-se que as incertezas fazem parte da construção do seu saber, de modo que não se considerou ajustes teóricos ou metodológicos, mas um novo olhar para o objeto e, sobretudo, o sujeito investigado. As abordagens de coleta, como fontes de técnicas de pesquisa, foram híbridas e as análises consideraram a complexidade do fenômeno turístico e a vivência social.

4. As ideias e sua organização: questões centrais

A presente pesquisa é um esforço para reunir informações sobre a insegurança que possam ser discutidas no âmbito da dinâmica socioespacial do turismo. Para isso, pretende-se, romper não somente com a configuração positivista e mercadológica de se pensar a dinâmica do turismo na pós-modernidade, mas as estruturas em que são produzidas essas pesquisas e suas teorias. Essas questões perpassam inicialmente pela forma em que esta tese se apresenta.

Estruturada em três principais capítulos, cada um deles com o formato de artigo científico, composto por: resumo, introdução, desenvolvimento e conclusão seguida de suas referências incorporadas à discussão. Para tanto, um fôlego maior foi necessário para o desenvolvimento da problemática da pesquisa que se apresenta nesta introdução um tanto prolongada. Cada capítulo corresponde a um objetivo específico da pesquisa, assim:

No capítulo 1, como abertura de uma pesquisa que retrata a criminalidade, realiza-se uma contextualização da incidência criminal a partir da sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo. A discussão incide no guarda-chuva da forma e conteúdo em que os dados estatísticos são produzidos. E mais do que isso, como eles podem contribuir para compreender a realidade criminal contemporânea. Para isto, utilizamos diferentes fontes estatísticas criminais, urbanísticas e de fluxo turístico, além de diferentes técnicas de análise, em uma espécie de mosaico, para apresentar o contexto criminal em áreas de dinâmica turística. Utilizamos como recorte uma capital do Nordeste brasileiro que vem sofrendo impacto com o aumento da criminalidade e possui dinâmica turística com serviços e equipamentos direcionados para sua ação. A motivação para essa discussão emerge diante do senso estabelecido de que o aumento da criminalidade incide na diminuição do fluxo turístico. Tais questões são retratadas nas pesquisas científicas a partir de suas escolhas metodológicas restritivas. Desse modo, neste capítulo, além de discutir sobre a forma e o conteúdo dos dados estatísticos e suas limitações na constituição, abandona-se a relação causal e caminha-se para uma leitura do contexto criminal em áreas de dinâmica turística.

No capítulo 2, discute-se teoricamente as raízes do quadro de insegurança pública. O fenômeno da insegurança é uma dinâmica real de impacto no processo de desenvolvimento urbano, entretanto, pouco estudada por pesquisadores da área de turismo. Concentramos a atenção no bairro de Ponta Negra, Natal/RN, por alguns motivos. Primeiro, o bairro de Ponta Negra era conhecido por sua vila de pescadores e praias tranquilas até o final da década de 1980 e, contemporaneamente, vem sendo palco de aumento de índices violentos, alterando a conjuntura e a dinâmica social da localidade. Segundo, o estado tem direcionado diversas políticas públicas urbanísticas visando o aumento do fluxo turístico que vem alterando sobremaneira a dinâmica local, assim como muitas políticas semelhantes no Nordeste brasileiro. Terceiro, Ponta Negra apresenta características de um cenário de diferentes perfis socioeconômicos atuando no território que permite uma análise da complexidade das relações existentes.

Argumenta-se que o aumento de políticas desenvolvimentistas pautado no paradigma da modernização refletiu no aumento da criminalidade e da insegurança. Para isso, levanta-se dois questionamentos dicotômicos: As políticas urbanas que visam a dinâmica socioespacial do turismo fazem aumentar a insegurança nessas localidades a partir da comunidade? As políticas públicas urbanísticas fazem diminuir a insegurança pela dinamização de fluxo e de pessoas? O olhar está direcionado para o contexto de desenvolvimento do bairro e as estratégias de políticas públicas.

No capítulo 3, há um duplo esforço. Primeiro, de construir um arcabouço teórico e metodológico, para além da visão positivista estrutural utilizada em pesquisas em turismo que retratam a criminalidade. De forma específica, buscamos elucidar esses conceitos a partir da literatura indicada, buscando definições e categorias. Recorremos a periódicos nacionais e internacionais, livros fundamentais para a contextualização do tema e a indicação dos professores em ocasião da banca de qualificação. Segundo, a aplicabilidade dessas dimensões e categorias a partir de uma imersão no campo com a construção de relatos de insegurança.

A pesquisa foi aplicada em um bairro de dinâmica turística, mas sob o olhar do morador, comerciante e trabalhador, ao longo de dois anos de imersão, transcendendo a visão direcionada do turista. Nossas análises consideram as heterogeneidades dos indivíduos investigados, compreendendo o cenário em que se inserem. Os resultados obtidos permitiram refletir sobre três principais elementos da percepção da insegurança pública em espaço de dinâmica turística, sob a perspectiva de quem vivencia a realidade.

Entende-se que a relação entre essas diversas fontes estruturadas ao longo dos capítulos pode levar a uma condução de um novo viés da discussão sobre a insegurança e a dinâmica

socioespacial do turismo. Em cada capítulo o leitor pode identificar o fechamento de um ciclo. Entretanto, em todos eles há uma linearidade da discussão que se complementa na busca da compreensão do fenômeno da insegurança no mundo pós-moderno e a dinâmica socioespacial do turismo, seja ela pela leitura estatística, urbanística ou empírica dos relatos.

A conclusão da pesquisa se apresenta assim como um grande desafio, não necessariamente de indicar estratégias objetivas para solucionar a problemática posta como uma espécie de manual. Todavia, tem como objetivo especial sintetizar as ideias aqui construídas, confirmar e negar as hipóteses e contribuir com as discussões sobre o fenômeno investigado. A realidade é uma capital do Nordeste Brasileiro, mas pode ser refletida em seus diferentes contextos.

Boa leitura e bem-vindo ao mundo do turismo no contexto da (in)segurança pública!

Referências

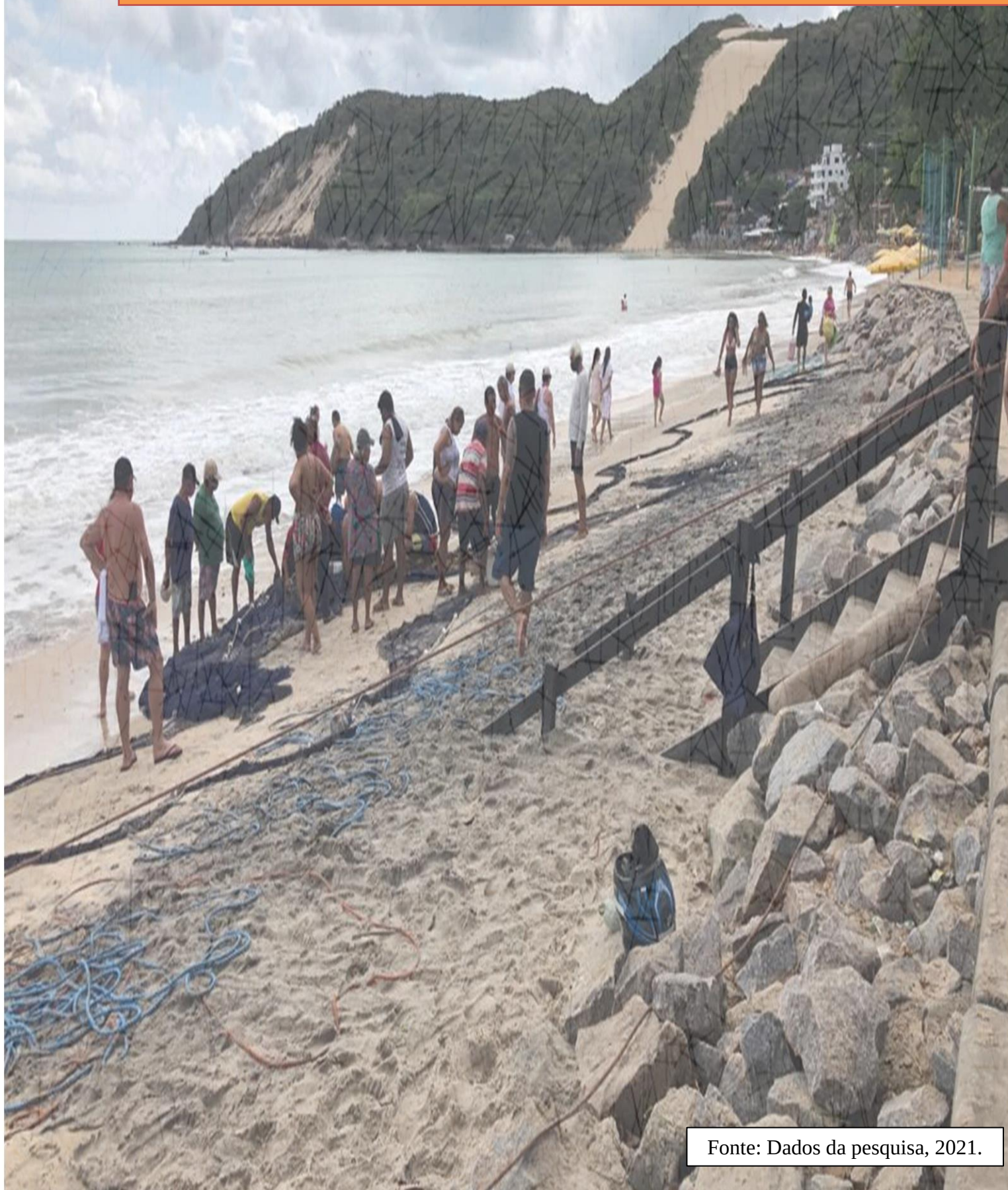
- Adorno, S. (2005). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, (8), 84–135.
<https://doi.org/10.1590/s1517-45222002000200005>
- Almeida García, F., & Chahine, S. (2016). Evolución de la política turística y la intervención estatal. El caso de Marruecos. *Cuadernos de Turismo*, (38), 17.
<https://doi.org/10.6018/turismo.38.271331>
- Almeida García, F., & Jiménez Serrano, S. (2018). Turismo y terrorismo. Crisis y medios de comunicación. *Revista Investigaciones Turísticas*, (16), 23–45.
<https://doi.org/10.14198/inturi2018.16.02>
- Andery, M. A. (2007). *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Zahar.
- Beato, C., Peixoto, B., & Andrade, M. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).
- Boisier, S. (1996). Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, 13, 1–33.
- Borges, A. (2021). *Turismo e percepção do medo: o impacto da violência urbana no uso dos espaços públicos de Natal/RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Botterill, D., & Jones, T. (2010). Tourism and crime: key themes. In: *Goodfellow Publishers Limited*.
<https://doi.org/10.1080/13032917.2011.631419>
- Botterill, D., Pointing, S., Hayes-Jonkers, C., Clough, A., Jones, T., & Rodriguez, C. (2013). Violence, Backpackers, Security and Critical Realism. *Annals of Tourism Research*, 42, 311–333.
<https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.01.007>
- Botterill, D., Seixas, S. R. D. C., & Hoeffel, J. L. (2014). Tourism and Transgression: Resort Development, Crime and the Drug Economy. *Tourism Planning and Development*, 11(1), 27–41.
<https://doi.org/10.1080/21568316.2013.815269>
- Britton, S. G. (1982). The political economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism*

- Research*, 9, 331–358. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3295132>
- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* (34th ed., Vol. 9). São Paulo: EDUSP.
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* Editora Brasiliense, 210.
- Chauhan, V. (2015). Safety and security perceptions of tourists visitins Kashmir, India. *Advances in Hospitality and Leisure*, 3(1), 3–17. [https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S1745-3542\(06\)03001-3](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S1745-3542(06)03001-3)
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. São Paulo: Autêntica.
- Cohen, S., & Cohen, E. (2019). New directions in the sociology of tourism. *Current Issues in Tourism*, 22(2), 153–172. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1347151>
- Costa, J. H., & Herrera, M. R. G. (2019). Criminalidade, segurança pública e sustentabilidade em destinos turísticos. *Marketing & Tourism Review*, 4(1), 1–39. <https://doi.org/10.29149/mtr.v4i1.5510>
- Dammert, L., Salazar, F., Montt, C., & González, P. (2010). *Crimen e inseguridad: indicadores para las Américas*. Santiago, Chile: FLACSO/BID.
- Daudelin, J., & Ratton, J. L. (2018). *Illegal Markets, Violence, and Inequality: Evidence from a Brazilian Metropolis*. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-76249-4>
- Enslin, et. al. (2010). *ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist*. Brasil.
- Farrall, S., Gray, E., & Jackson, J. (2007). Theorising the Fear of Crime: The Cultural and Social Significance of Insecurities about Crime. *SSRN Electronic Journal*, (January). <https://doi.org/10.2139/ssrn.1012393>
- Fazito, M. (2012). Turismo Crítico. *IX Seminário Da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação Em Turismo*, 1–12.
- Feitoza, B., & Costa, J. H. (2019). Violência urbana, insegurança e turismo na ‘cidade do sol’ (Natal, RN, Brasil). *Turismo y Sociedad*, 25, 93–112. <https://doi.org/10.18601/01207555.n25.05>
- Fonseca, M. A. P. da, Bastos, M. L., & Lima, R. (2016). Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas / RN / Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(5), 1229–1240. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.082>
- George, R. (2010). Visitor perceptions of crime-safety and attitudes towards risk: The case of Table Mountain National Park, Cape Town. *Tourism Management*, 31(6), 806–815. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.08.011>
- IPEA/FBSP. (2019a). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019* (pp. 1–206). pp. 1–206.
- IPEA/FBSP. (2019b). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- IPEA. (2020). *Atlas da Violência* (p. 96). p. 96. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>
- Jackson, J., & Gouseti, I. (2013). Fear of Crime. *The Encyclopedia of Heoretical Criminology*, 1–6. <https://doi.org/10.1002/9781118517390/wbetc130>
- Jeudy, H.-P. (2005). *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

- Karagiannis, N., & Madjd-Sadjadi, Z. (2012). Crime, criminal activity and tourism performance: Issues from the Caribbean. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 4(1), 73–90. <https://doi.org/10.1108/17554211211198606>
- Kessler, G. (2011). La extensión del sentimiento de inseguridad en América Latina: relatos, acciones y políticas en el caso argentino. *Revista de Sociologia e Politica*, 19(40), 83–100. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300007>
- Korstanje, M. (2017). *The Mobilities Paradox A Critical Analysis*. UK: Elgar.
- Kozinets, R. V. (2010). Netnography: Doing ethnographic research online. In: *International Journal of Advertising* (Vol. 29). <https://doi.org/10.2501/S026504871020118X>
- Minasi, S. M. (2020). *Categorias da urbanização turística: uma análise a partir da morfologia urbana e práticas espaciais*. Universidade Vale do Itajaí.
- Moore, S., & Shepherd, J. (2007). The elements and prevalence of fear. *British Journal of Criminology*, 47(1), 154–162. <https://doi.org/10.1093/bjc/azl006>
- Moore, S., & Shepherd, J. P. (2006). The cost of fear: Shadow pricing the intangible costs of crime. *Applied Economics*, 38(3), 293–300. <https://doi.org/10.1080/00036840500367781>
- Morin, E. (1994). *Introducción al pensamiento complejo*. España.
- Morin, E. (2000). *Edgar morin: ciencia con consciencia*. Anthropos.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência* (8 ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2012). *Edgar Morin Os sete saberes necessários à educação do futuro*.
- Ozascilar, M., Mawby, R. I., & Ziyalar, N. (2019). Perceptions of risk on vacation among visitors to Istanbul. *Safer Communities*, 18(1), 16–29. <https://doi.org/10.1108/SC-06-2018-0017>
- Panosso Netto, A., Tomillo Noguero, F., & Jäger, M. (2011). Por uma visão crítica nos estudos turísticos. *Revista Turismo Em Análise*, 22(3), 539–560. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p539-560>
- Polivanov, B. (2014). Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. *Esferas*, 1(3). <https://doi.org/10.19174/esf.v1i3.4621>
- Reyes-Sosa, H., & Molina-Coloma, V. (2018). Análisis psicométrico de una escala para medir el miedo al delito en jóvenes ecuatorianos. *Acta Colomb Psicologia*, 21(1), 300–309. <https://doi.org/10.14718/ACP.2018.21.1.13>
- Sampson, R. J. (2012). *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. <https://doi.org/10.1111/socf.12096>
- Seabra, C., Dolnicar, S., & Kastenholz, E. (2012). Heterogeneity in risk and safety perceptions of international tourists. *Tourism Management*, 36, 502–510. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.008>
- Seguridad, J. y P. (2019). *Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018*. México.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Severino, A. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Springer, S., & Le Billon, P. (2016). Violence and space: An introduction to the geographies of violence. *Political Geography*, 52, 1–3. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2016.03.003>

- Swanson, K. (2013). Zero tolerance in Latin America: Punitive paradox in urban policy mobilities. *Urban Geography*, 34(7), 972–988. <https://doi.org/10.1080/02723638.2013.799369>
- Tomé, Marcello. (2018). Factores restrictivos del turismo: La percepción de la demanda real y potencial sobre la seguridad pública en Rio de Janeiro (Brasil). *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 27, 968–984.
- Tomé, Marcello. (2013). Turismo, Medo e Violência. *Turismo & Sociedade*, 6(1), 225–228.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 638–657. [https://doi.org/10.1016/s0160-7383\(97\)00020-0](https://doi.org/10.1016/s0160-7383(97)00020-0)
- Trindade, A. (2018). *A violência na Área Metropolitana de Brasília* (E. U. de Brasília, Ed.). Brasília.
- Trindade, A., & Durante, M. (2019a). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 12(2), 239-265.
- Trindade, A., & Durante, M. O. (2019b). Police and fear of crime in distrito federal. *Dados*, 62(1). <https://doi.org/10.1590/001152582019172>
- Urano, D. G., Mathe, A. J., Coutinho, A. C. A., & Marques, S. (2021). Scientific production in tourism: an analysis of the methodological approaches. *Current Issues in Tourism*, 0(0), 1–12. <https://doi.org/10.1080/13683500.2021.2014790>
- Urry, J. (2002). The tourist gaze. In: *Sage* (Second Edi). California: SAGE.
- Valente, F., Dredge, D., & Lohmann, G. (2015). Leadership and governance in regional tourism. *Journal of Destination Marketing and Management*, 4(2), 127–136. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2015.03.005>

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO CRIMINAL E DINÂMICA DO TURISMO: FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

***Em um mundo onde não há cultura, a violência vira espetáculo
(Pichações em muro)***

Resumo

As teorias de turismo que abordam a relação do turismo com a criminologia têm reforçado a lógica de segregação e insegurança a partir de dados estatísticos que retratam o estímulo-resposta. Isso contribui com o fomento da equação de que mais crimes geram menos turistas nas destinações turísticas. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo compreender o contexto dos crimes contemporâneos a partir da sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo. Para isso, baseado no olhar de uma realidade que é complexa, foram coletados dados estatísticos criminais do Observatório da Violência (Obvio/RN); de fluxo turístico do Consórcio Inframérica e da Secretaria Municipal de Turismo (Setur); e urbanístico da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Semurb) de uma capital no Nordeste brasileiro. Esses dados foram analisados com diferentes técnicas estatísticas e socioespaciais georreferenciadas. Os resultados sugerem uma reflexão seminal sobre a forma e o conteúdo incipientes e peculiares em que as fontes e os dados estatísticos são formulados, elevando a compreensão da necessidade de visões mais amplas e autocríticas. Evidenciou-se que os crimes devem ser analisados conforme sua especificidade tipológica, o que permitiu identificar que o fluxo turístico pode estar mais relacionado com as férias anuais dos turistas e que a dinâmica criminal atua de maneira independente desse fluxo, não sendo, portanto, um determinante. Todavia, quando se trata do crime patrimonial, identificou-se que, na análise espacial, há menor distância entre as áreas de fluxo turístico, e que os atrativos culturais são os que têm maior densidade na incidência criminal. Os resultados também permitiram a confirmação de que a distribuição dos equipamentos urbanos públicos na cidade não dialoga como medida de combate à criminalidade, endossando a segregação social existente e menos a relação causal com o fluxo turístico, preconizada pela literatura. Por fim, essas análises e descobertas só foram possíveis através de uma leitura para além da lógica positivista estrutural, conforme é comumente retratada em pesquisas nessa área.

Palavras-chave: Dados estatísticos; Fluxo turístico; Criminalidade; Nordeste brasileiro.

1. A problemática teórica e empírica da violência urbana em espaços turísticos

A análise de qualquer agenda de política pública brasileira, nos mais diversos eixos de atuação, preconiza a tríade entre o bem-estar social, a redução da desigualdade e a democratização (Pós-Constituição Federativa de 1988) aos mais variados acessos a serviços públicos. Ainda assim, o Brasil é um país violento que mantém a sociedade em estado permanente de insegurança pública. A crise que assolou o sudeste brasileiro nas décadas de 1990 e meados de 2000, chega ao Nordeste brasileiro como resultado da crise do estado em garantir segurança e cidadania para a população (IPEA/FBSP, 2021).

No campo científico, o estudo sobre a criminologia crítica, no Brasil, é uma área recente com atuação predominantemente da sociologia urbana e pesquisadores localizados no centro-sul (Beato et al., 2004; Trindade & Durante, 2019a). Por sua vez, o estudo do turismo e da criminalidade no cenário brasileiro, é ainda mais incipiente, porém segue a perspectiva internacional, a partir da leitura de fatores restritivos na escolha do destino turístico.

As pesquisas no campo do turismo, de maneira geral, debatem sob o olhar do turista o impacto do terrorismo, reforçando a necessidade da segurança e proteção como pré-requisito para a imagem de um destino turístico (Chauhan, 2015; Tomé, 2018). Reconhece-se a necessidade de atuação estatal no direcionamento de campanhas de marketing, para além do reforço de políticas punitivas e brandas. Assim, a punição ao crime perpassa pela discussão da competitividade de um destino turístico no mundo neoliberal globalizado (Karagiannis & Madjd-Sadjadi, 2012). Também há ligações causais com a percepção do risco, identificando que quanto mais se conhece o destino, maior o medo de se tornar vítima (George, 2010); mas também identifica que o crime que ocorre com os turistas é baixo (Costa, Câmara, Brandão, & Hermes Júnior, 2018; Ozascilar et al., 2019), portanto o turista não sente risco significativo em quase nenhuma dimensão investigada das pesquisas. Ainda assim, há recomendações de produto de marketing para diferentes segmentos de risco percebidos (Seabra et al., 2012).

Essas pesquisas não apresentam evidências de que a percepção do risco, da violência e da criminalidade influencia na escolha, visitação e indicação de um destino (Chauhan, 2015; George, 2010; Ozascilar et al., 2019); não apresentam clareza sobre as áreas de fluxo turístico e incidência da violência criminal (Costa, Câmara, et al., 2018; Costa, Brandão, Hermes Júnior, & Farias, 2018), ou ainda, não há diferença entre medidas como medo, ansiedade ou insegurança (Karagiannis & Madjd-Sadjadi, 2012; Seabra et al., 2012; Tomé, 2018). Busca-se uma relação causal que não apresenta fatores que expliquem tais relações, mesmo assim, os turistas e a comunidade local continuam a se sentir inseguros para frequentar determinados espaços, a partir de um olhar unicamente direcionado para o estímulo-resposta.

Tais questões reforçam o ideal pseudoestatístico que o aumento da criminalidade reduz o fluxo turístico e pouco contribui com as discussões do processo de desenvolvimento local e da sustentabilidade das destinações (Costa, Tomé, Nóbrega, & Fazito, 2021). Reforça-se, com isso, a atuação do sistema de justiça criminal que direciona ações punitivas, mas que continua a negar coletivamente as tensões existentes (Botterill et al., 2013).

Entender como a criminalidade atua no território, principalmente onde há uma dinâmica do turismo, é o caminho para sua mitigação a partir de estratégias direcionadas e derivadas dessa análise. Norteados por questionamentos, busca-se então saber: O que dizem (e o que não

dizem explícita e diretamente) os dados estatísticos sobre o que ocorre com os crimes em espaços de dinâmica turística? As áreas de fluxo turístico sofrem com incidência criminal? Desse modo, este capítulo tem como objetivo compreender o contexto dos crimes contemporâneos e sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo a partir da leitura dos dados estatísticos.

De maneira estruturada, a seguir, explicita-se a forma e o conteúdo de como os dados estatísticos criminais são construídos, a partir de um levantamento teórico nas principais bases de pesquisa criminal. Esse é um exercício de reflexão e autorreflexão do que os dados estatísticos podem revelar sobre uma realidade e as inferências realizadas. No segundo tópico, são apresentadas as principais fontes de dados utilizadas, as técnicas e o método aplicado nesta pesquisa. Em seguida, discutimos os resultados, que a partir das evidências empíricas permitem novas reformulações teóricas e contextualizadas sobre o fenômeno. Por fim, apresentamos a resposta da problemática da violência em espaços turísticos a partir de breves considerações finais e limitações da pesquisa.

2. Forma e conteúdo: o contexto dos dados estatísticos

A análise do contexto contemporâneo dos crimes violentos é uma tarefa complexa e está em constante debate para se chegar a uma análise da criminalidade real. Compreende-se que a qualidade das pesquisas de segurança pública não depende somente dos modelos teóricos, mas da estruturação metodológica que fundamenta suas investigações. Este é um assunto que tem despertado mais o interesse da ciência da informação e da estatística, e, inclusive, seus pesquisadores sinalizam doze atributos desejáveis para tornar os dados estatísticos inteligíveis e cientificamente apropriados por qualquer área de conhecimento (ver Quadro 1). Assim, os mecanismos de medição estatística remetem ao alcance das metodologias utilizadas e dos instrumentos aplicados para se atingir as propriedades desejadas.

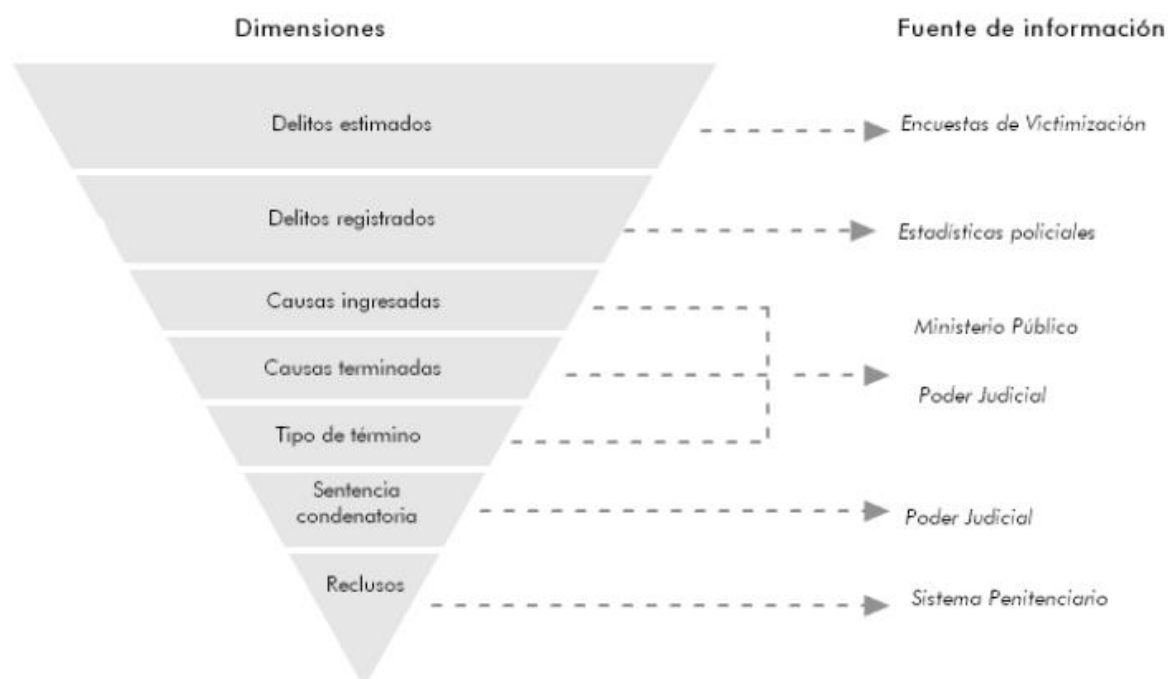
Quadro 1. Propriedades desejadas das estatísticas oficiais

● Relevância ● Validade ● Confiabilidade ● Grau de cobertura ● Sensibilidade ● Especificidade	● Inteligibilidade ● Comunicabilidade ● Factibilidade ● Periodicidade ● Desagregabilidade ● Comparabilidade
--	--

Fonte: Trindade e Lima (2018).

No campo da investigação criminal, Dammert (2010) explica que há, pelo menos, três principais fontes de informações criminais que funcionam como uma espécie de pirâmide invertida (ver Figura 1). Em primeiro lugar estão os crimes cometidos em período específico, apenas parte deles foi reportada às instâncias de segurança, e a outra parte compreende a existência de manchas ocultas. Estes são alvos das pesquisas de vitimização, medo e risco que tentam construir um dado próximo da realidade e serão abordados mais adiante. Em segundo lugar estão os registros policiais, que são compostos por denúncias segundo as mais diversas tipologias. Essa notificação ocorre quando o crime é conhecido e também registrado. Em terceiro lugar, estão os mecanismos de justiça e as penalidades que se relacionam com o contexto judicial e legislativo de cada país e culminam na punição penitenciária.

Figura 1. Dimensões e fontes de informação sobre violência e criminalidade



Fonte: (Dammert et al., 2010)

De acordo com o World Prison Brief do Institute for Crime & Justice Policy Research¹² que acompanha, dentre outros fatores, os números de encarceramento no mundo, o Brasil situou-se em 3º lugar, em 2020, no ranking mundial de população prisional, com 30,1% de toda a população encarcerada. Esse dado contribui para o entendimento de políticas públicas punitivas ineficazes e descontinuadas. No caso brasileiro, sobretudo, a ênfase reside nos processos administrativos como mecanismo de justiça social e muito menos nas estruturas, tipo

¹² Para mais informações, consultar: <https://www.prisonstudies.org>. Acesso em: 20 ago. 2021. Cabe considerar, ainda, que o Estados Unidos das Am3ricas est3 situado em primeiro lugar no ranking com popula33o encarcerada.

e usos dos dados. Tais questões inviabilizam análises comparativas com outras realidades e eficácia das decisões de política pública (Cerqueira, 2014).

Apesar de a criminalidade ser assunto de política pública, reconhece-se que somente a institucionalidade não é capaz de abarcar os fatos criminais. A construção desses dados na América Latina, sobretudo no cenário brasileiro, tem ocorrido com a contribuição de instituições não governamentais e acadêmicas¹³. Há crimes que são difíceis de quantificar, como é o caso do crime organizado, onde, no melhor dos casos, as análises são oriundas de denúncias, mas não é suficiente; e da segurança privada, que supre a função estatal de garantir segurança pública e onde os dados são de difícil acesso (Dammert et al., 2010). Portanto, é preciso compreender que a estatística criminal remete a uma análise sobre os dados que são conhecidos e notificados, isto é, apenas uma parte do contexto criminal.

No Brasil, os crimes violentos conhecidos e notificados possuem duas principais fontes de dados: a) o Boletim de Ocorrência (BO), que é realizado nas delegacias distribuídas nas unidades federativas, e b) o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que foi criado, em 1976, pelo Ministério da Saúde.

No primeiro, o cidadão deve procurar a unidade policial e registrar todo e qualquer tipo de crime e, dependendo do caso, procede a verificação. Assim como o policial pode notificar o ocorrido em ocasião de vigilância de rua. Pesquisadores que utilizam esse tipo de análise carecem de informações periódicas que impossibilitam análises de séries históricas, bem como não há padronização dos dados. Assim, enquanto alguns estados contabilizam a atuação policial como um único ato, outros estados contabilizam a atuação individual, isto é, cada ser humano que sofreu com a operação (Ribeiro & Cano, 2016). Logo, não permite análises comparativas entre estados brasileiros, somente em unidades menores de análise, como é o caso de município e de bairros dentro de uma mesma unidade federativa.

No segundo, o instrumento de coleta de dados é a declaração de óbito, o que significa afirmar que só contabiliza um tipo de crime, o letal. Outra diferença reside no local de ocorrência para as duas unidades de análise. Enquanto para o BO contabiliza o local de ocorrência do crime, para o SIM contabiliza onde a pessoa faleceu (Trindade & Lima, 2018). Nesse sentido, mesmo em ocasião de agregar as duas fontes de dados, é preciso compreender as especificidades que são inerentes aos dados e as inferências que serão realizadas a partir desse contexto.

¹³ É o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do Atlas da Violência e de centros de pesquisa e investigação que sistematicamente apresentam dados e informações criminais com recorte longitudinal e sistemático.

De maneira geral, essas fontes de dados, quando registradas, não possuem informações detalhadas sobre o crime e suas circunstâncias. Estão ausentes informações sobre o agressor e suas derivações demográficas. Não há padronização do preenchimento das informações, ficando a critério dos estados brasileiros a condução de sua notificação (Borges, 2021). Acrescenta-se a isto a ausência de uma cultura da informação em segurança pública (Beato Filho & Marinho, 2007). Essas dificuldades têm levado os especialistas na área a adotar o homicídio como a padronização (proxy) da situação da criminalidade e violência que possibilite comparar distintas realidades. Isso talvez explique o aumento da incidência de homicídio nos últimos anos a partir de análises detalhadas.

O metabanco de análise criminal do Observatório da Violência (OBVIO/RN) compreende a compilação de várias fontes de dados no processo de coleta, mas também de fontes que qualificam o tipo do ocorrido, o que inclui em sua base de dados, no caso dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), as seguintes fontes de dados: o Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP-RN), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Divisão Especializada em Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP), Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN), Instituto Médico Legal (IML), jornalistas e policiais que recebem treinamento para filtro das informações¹⁴.

Por sua vez, para a fonte de dados dos Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) do Metabanco dos dados do OBVIO, inclui na base de dados: o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) e o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), que faz parte do Controle de Atendimento e Despacho (CAD) do estado do Rio Grande do Norte. Todavia, neste último, há ausência de informações sobre o perfil da vítima e maior profundidade de dados desagregados. Isso se explica por duas razões, tanto por se tratar tanto da qualidade do cadastro das informações, quanto pelo alto nível de subnotificação.

Em vista da dificuldade de coleta de dados mais fidedignas, surgem as pesquisas de vitimização para suprir a lacuna estatística sobre os crimes cometidos – que estão no topo da pirâmide das informações estatísticas criminais. Estas complementam as estatísticas produzidas e têm ajudado a atenuar as problemáticas da atuação policial e sua capacidade de resolução de

¹⁴ Para mais detalhes, ver Hermes e Dionísio (2014).

conflitos. A ênfase reside muito menos no infrator e mais no reconhecimento dos direitos e interesses das vítimas dos crimes tradicionais, sem que ocorra uma regularidade metodológica e abrangência de realização (Catão, 2021).

Em vista das colocações sobre a forma como os dados estatísticos são produzidos, qualquer decisão com base nas análises estatísticas, principalmente em contexto nacional, deve refletir sobre sua construção e as lacunas inerentes ao processo. Apesar das ponderações aqui realizadas, não há uma fonte de informação melhor do que outra, ou uma defesa do abandono de pesquisas estatísticas para análise da criminalidade brasileira. Compreende-se que quanto mais acesso a dados e informações, melhores serão suas análises e seu aperfeiçoamento com ênfase em uma política baseada em evidências (Kopittke & Ramos, 2020).

Em relação ao conteúdo, os estudos iniciais, que se dedicavam à temática do crime se detiveram a compreender a natureza criminal, isto é, o comportamento dos criminosos, sugeriram que as camadas mais pobres da sociedade apresentavam comportamento delinquente, sendo, portanto, a mais perigosa (Adorno, 2005; Swanson, 2013). A maior parte dessas teorias tem como base de discussão o perfil sociodemográfico da vítima, contudo, a qualidade do preenchimento não traz informações sobre o autor da conduta criminal, cujas motivações são protagonistas da maioria das teorias. Nesse sentido, conforme alertam Ribeiro e Cano (2016), a relação causal entre pobreza, renda, escolaridade, desemprego e sua relação com a criminalidade, especialmente do tipo homicida, têm como ênfase o olhar sobre a vítima e não necessariamente a motivação dos agressores.

Ao associar o crime à pobreza, remete à falácia e à incompreensão de que o crime é uma coisa má, e, como sendo má, emerge de outras maldades tais como desemprego, crueldade, desigualdade e assim por diante. Deve-se compreender processos sociais mais amplos que acompanharam o processo evolutivo social como a abolição da escravidão, a industrialização, superpopulações no eixo urbano e, mais recentemente, o levante da autonomia do trabalho livre, que contribui com essa afirmação e afasta as obrigações do ente público em assegurar as garantias sociais (Bauman, 2009).

Nesse sentido, o crime passou a ser entendido como perda da comunidade ideal perante o capitalismo global. As mudanças nos paradigmas da sociedade provocam novas maneiras de entender os problemas sociais, criando um ciclo infinito de novos problemas. Assim, para os crimes letais o perfil da vítima permanece sendo homens, jovens, negros, residentes na periferia, com o uso da arma de fogo (IPEA/FBSP, 2019b). Mas, para o crime patrimonial se torna mais difuso, atingindo todas as classes e rendas (Beato et al., 2004; Jackson & Gouseti, 2013; Moore

& Shepherd, 2006). Ainda assim, esse perfil, remete à forma como os crimes e os criminosos são socialmente construídos e esquecem do direcionamento das decisões públicas.

Nesse processo, não se pode esquecer o aumento populacional, incentivado por políticas pós-guerra e endossado por estratégias de industrialização que provocaram o aumento de pessoas que passaram a viver nos grandes centros urbanos em condições marginalizadas. O Brasil, desde a década de 1960, contabiliza 50% da população predominantemente urbana (Maricato, 2003). Todavia, tal fluxo não acompanhou o processo de planejamento, o que contribuiu com o acirramento das desigualdades existentes (Rolnik, 2017). Se antes a sociedade mais nobre possuía espaço delimitado de moradia diferente das camadas mais vulneráveis socioeconomicamente, o Brasil, no final do século XX, apresenta novas expressões urbanas onde os diferentes grupos sociais passam a conviver mais próximos, separados por muros, tecnologia e segurança privada (Caldeira, 1997).

Nesse sentido, pesquisadores (Caldeira, 2003; Coutinho, Nóbrega, & Fazito, 2021; Maricato, 2003), elucidam a segregação socioespacial como indicativo do aumento da criminalidade urbana. Para os autores, a ausência de políticas de educação, saúde, lazer e segurança pública, provocada por uma ausência do estado, gera espaços propícios à violência criminal. Ora, as condições da estrutura urbana já foram evidenciadas como um importante elemento para as condições da saúde humana desde os escritos de Albert Camus, em 1988, no livro intitulado *A Peste*; ou ainda nas teorizações contemporâneas de David Harvey (2014) sobre a criação dos bens comuns urbanos. Ele diferencia como os bens públicos (sistema de saúde, educação, pavimentação de ruas, saneamento, acesso à água, praças etc.) contribuem para o bem comum¹⁵. Todavia, conforme alerta Harvey (2014), não são todos os bens comuns que são públicos, o que possibilita, em diversos casos, a utilização de estratégias de cercamento. O bem comum, nesse caso, pode ser mercantilizado privando as pessoas dos bens públicos, como é o caso do lazer e da cultura, mas também da educação, saúde e saneamento.

A disponibilidade e o acesso a serviços e equipamentos urbanos têm se tornado a tônica de diversas políticas de segurança no mundo e no Brasil¹⁶ como caminho para o bem comum. Isso quer dizer que se uma rua sem iluminação é reincidente de crimes violentos, é mais

¹⁵ Harvey faz menção a duas principais teorias. A primeira, de Garret Hardin, sobre “The Tragedy of Commons”, que apresenta uma crítica em relação à escala de funcionamento e o cerne do problema do aumento populacional; e a segunda, de Elinor Ostrom, sobre “Governing the Commons”, que também apresenta uma crítica em relação à escala e uma suposta imposição na decisão pública quando se trata de maiores dimensões e dos males na lógica do cercamento para manter o bem comum.

¹⁶ Ver estrutura da Política de Segurança de Minas Gerais, conhecida pelo slogan “Programa fique Vivo”, e a Política do estado de Recife denominada “Pacto pela Vida”, como exemplos.

eficiente para o estado fornecer iluminação, acesso a saúde, escola, do que construir presídios e formar policiais por meio de políticas punitivas. É o que esclarecem essas teorias.

Nessa discussão de serviços e equipamentos públicos para diminuição da criminalidade, é importante situar a distribuição territorial dos crimes. Pesquisas têm evidenciado uma forte associação entre a densidade demográfica e o aumento da criminalidade letal (Silva & Beato Filho, 2014; Zaluar, 1999). A rápida urbanização, o saneamento básico precário e a presença de imigrantes também se apresentam como fatores significativos para a incidência criminal. No entanto, como alerta o estudo de Ribeiro e Cano (2016), deve-se ter cuidado com o uso de unidades agregadas territoriais para explicar o contexto de desigualdade social que serviria de motivação para a frustração e o aumento da violência¹⁷. Os autores ainda explicam que essa associação pode levar a uma falácia ecológica segundo a qual agressores e vítimas residem nas mesmas áreas e compartilham o mesmo perfil. Como alternativa, sugerem que esse pressuposto é mais plausível quando realizado em dimensões espaciais grandes, como é o caso de países, e menos real para unidades menores, como bairros, setores censitários ou municípios. Para os autores, em grupos sociais mais homogêneos, seria mais difícil a permanência de vítimas e agressores ocuparem o mesmo espaço, no caso de unidades de análise maior.

Outras pesquisas (Costa, Câmara, et al., 2018; Feitoza & Costa, 2019) têm realizado uma correlação entre as áreas de maior fluxo turístico e a incidência criminal, demonstrando que não há relação entre as duas variáveis. Para os autores, o fenômeno da violência altera e influencia a dinâmica social e urbana e pode implicar no declínio da atividade turística e imagem do destino. As pesquisas mencionadas identificaram que as áreas de maior incidência homicida são direcionadas para contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, baixo nível educacional e zonas periféricas. Nesse sentido, os autores concluem que as áreas de fluxo turístico não possuem dinâmica criminal homicida por existir uma estratégia de segurança pública reforçada e direcionada exclusivamente para esses espaços. Tais questões são justificadas pela representação simbólica e apelo midiático de um assassinato ocorrer com um turista e muito menos com um morador local.

O estudo de Borges (2021), realizado posteriormente com dados estatísticos e sob o viés do turista, confirma as descobertas anteriores. A autora identifica que há uma fragilidade no preenchimento das informações das delegacias especializadas ao turista pelos profissionais e estrutura do questionário, mas ratifica que o fluxo turístico, isto é, as áreas de dinâmica turística,

¹⁷ A teoria de matriz econômica explica que a pobreza pode aumentar a frustração e com ela a tendência ao aumento à violência. Para os autores desse pensamento, a pobreza eleva a deterioração da coesão social e da anomia e aumenta a sua frustração (Ribeiro & Cano, 2016).

não são afetadas pela violência, bem como a violência grave não acomete o turista. Esse estudo apresenta como interessante o viés urbanístico que os turistas relatam ao retratarem o medo de frequentar determinados espaços. Seus resultados evidenciaram que se evitou a circulação em determinados espaços e turnos (principalmente à noite) por perceberem algum tipo de risco.

Com base nas considerações aqui realizadas, a seção seguir expõe os caminhos metodológicos como uma espécie de mosaico para responder à questão problema de pesquisa.

3. Base de dados utilizada: as fontes estatísticas criminais, urbanas e do turismo

Esta pesquisa desenha um caminho metodológico baseado no método da complexidade por entender que a realidade é fluida, interdisciplinar, recursiva e hologramática (Morin, 2000). Para tanto, compreende que a insegurança pública não possui uma relação direta com o fato de ser vítima de um crime ou uma categoria exclusiva de estudo, mas multicausal que influencia e também é influenciada pelos processos desencadeados em uma sociedade capitalista pós-moderna.

Assim sendo, a coleta de dados foi organizada, no primeiro momento, por uma análise estatística criminal com ênfase no município de Natal/RN, Nordeste brasileiro. Essa análise tem como objetivo situar o contexto criminal a partir da estruturação da forma e do conteúdo em que os dados são apresentados, e menos na relação causal em que os dados estatísticos podem inferir sobre a realidade investigada.

A escolha de Natal como lócus de pesquisa se justifica mediante dois principais fatores: a) o aumento significativo de violência letal, tornando-se palco da crise do sistema carcerário, que inicia em 2016. Esta ação representa a consolidação da migração dos crimes letais que eram predominantemente localizados no eixo sul para o Nordeste brasileiro, conhecido por sua relativa tranquilidade e belezas naturais, e repercute em diversas esferas do turismo no estado; b) alteração na paisagem urbana, que adquire novas funcionalidades, decorrentes de investimentos para o fluxo turístico e adensamento populacional. Há, com isso, o aumento populacional, especialmente, do tipo estrangeiro (Fonseca et al., 2016). Essas questões tornam um terreno fértil para compreender a problemática de pesquisa.

Como uma escolha metodológica, dividiu-se o processo em três principais análises: criminal, urbana e de fluxo turístico, que conectam as fontes de dados utilizadas nas pesquisas, além de técnicas e métodos aplicados.

3.1. *Análise criminal: Metabanco da Rede Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO)*

Para a análise do contexto criminal, foram adotadas, em âmbito nacional, as publicações científicas do Anuário de Segurança Pública e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apresentam dados e *insights* para pensarmos os problemas de violência brasileira. Em âmbito local, os metabancos da Rede Observatório da Violência (OBVIO/RN), baseados em transparência e contínuo aperfeiçoamento sem que seja necessário recorrer a outras fontes de dados, como usualmente é realizado em pesquisas desse tipo. Ademais, supera as análises sobre o *proxy* do homicídio como único crime possível para fazer referência e inferência a todo o contexto criminal (Dammert et al., 2010).

Desse modo, escolhemos especificamente o metabanco dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e o metabanco do Crime Violento contra do Patrimônio (CVP) por possuírem relação direta com o cenário de criminalidade local. A análise foi realizada da última década e só foi incluído até o primeiro trimestre do ano de 2021, considerando que o período de coleta e análise coincidia com este momento. O seu recorte longitudinal, inclusive anterior ao período de crise de segurança pública, que tem início em 2016, fornece, ainda que de forma incipiente, subsídios para uma análise baseada em evidência (Kopittke & Ramos, 2020; Trindade & Lima, 2018), mas pouco utilizada em pesquisas sobre o turismo.

Para fins de delimitação conceitual, o metabanco de dados de CVLI está estruturado segundo critérios de tipificação do Código Penal Brasileiro. Acrescenta como fonte de categorização o Protocolo de Bogotá (2015), que afere as principais informações que devem ser inseridas, além de buscar responder às propriedades que são desejadas nas estatísticas oficiais (Trindade & Lima, 2018).

O metabanco do CVP segue a mesma classificação do Código Penal Brasileiro. Todavia, por sua característica criminal de subnotificação dos crimes, as denúncias, quando realizadas, trazem poucas informações sobre os criminosos e as vítimas, com poucos dados desagregados. Essas categorias de análise são importantes para o contexto do turismo. Em muitos casos, o crime é registrado em local diferente do ocorrido e não há muitos detalhes na descrição e/ou preenchimento dos dados. Desse modo, os metabancos compreendem as seguintes ocorrências expostas no Quadro 2.

No total foram analisados, no recorte temporal de dez anos, 90.790 casos de crimes violentos na cidade do Natal, sendo a incidência de 4.856 casos de CVLI e 85.934 casos de CVP. A análise foi realizada por meio de estatística simples descritiva e, para permitir uma

melhor visualização dos dados, foram utilizados Dashboards informativos com os gráficos elaborados a partir do suporte do programa Excel (Pacote Office Professional Plus 2016, versão 2003) e de mapas temáticos no Arcgis (versão 10.5).

Quadro 2. Categorização de ocorrências em CVLI e CVP

CVLI	
● Homicídio doloso: quando o infrator assume a autoria do crime; ● Latrocínio: para subtrair coisa alheia para si ou para outrem utilizada da morte, isto é, o homicídio é o crime-meio. ● Feminicídio: assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino; ● Intervenção policial: morte decorrente de oposição à intervenção policial; ● Lesão corporal seguida de morte: as mortes e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.	
CVP	
● Furto: subtração de coisa móvel alheia. ● Roubo: subtração de coisa móvel alheia mediante grande ameaça ou violência à pessoa, depois de mecanismo de resistência. ● Arrombamento: ingresso em imóveis a fim de encontrar coisas ou pessoas para apreensão. ● Extorsão: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter vantagens econômicas. ● Receptação: adquirir, receber, transportar ou ocultar coisa que sabe ser produto de crime.	- Estabelecimento comercial (restaurante, casa lotérica, banco, farmácia, posto de combustível, saída de banco). - Veículo (<u>de</u> veículo e <u>em</u> veículo, que inclui: ônibus, taxi e carro particular). - A pessoa - A residência - Estabelecimento público municipal - De carga* - De animais* Não possui subcategoria

Fonte: Elaboração própria, a partir do Código Penal Brasileiro.

*Não inclui arrombamento

Para permitir a comparabilidade entre os diferentes tipos de crime do ponto de vista territorial, adotou-se como opção metodológica, neste primeiro momento, como recorte espacial de análise o bairro, uma vez que não são todos os anos do metabanco de dados do OBVIO que possuem informações georreferenciadas. Além disso, possibilita a concretude de uma análise histórica e periódica com as outras variáveis que foram escolhidas na pesquisa, são elas: tipologia de crime, período e turno. É importante ainda considerar que para a análise do perfil sociodemográfico da vítima, só há informações disponíveis dos crimes letais (CVLI), mas não foi possível realizar a contextualização sociodemográfica com os crimes patrimoniais (CVP).

Conforme fomos avançando nas análises criminais no município de Natal, evidenciou pequena demais a necessidade de uma perspectiva mais localizada de ocorrência dos crimes.

Neste caso, optou-se por trabalhar as densidades de aproximação definidas pelo método de interpolação de Kernel (núcleo ou também conhecido como mapa de calor). Essa estimação é conhecida como *kernel estimator*, que parte das seguintes condições: raio de influência maior ou igual a zero, sendo necessária a definição da vizinhança do ponto a ser interpolado; e uma função de estimação com propriedades de suavização do evento mapeado. Para tanto, o pesquisador precisa definir o raio de influência, que por sua vez não deve ser pequeno demais, para evitar a construção de manchas descontínuas (Druck et al, 2004), sendo que, para este trabalho, estabeleceu-se o raio de influência de 700 metros para CVLI e 800 metros para CVP, considerando a existência maior de pontos, calculado pela seguinte fórmula:

$$\lambda_r(u) = \frac{1}{r_2} \sum_{i=1}^n k \left(\frac{d(u_i, u)}{r} \right), d(u_i, u) \leq r$$

Onde o λ_r é a função da intensidade; u_i são as localizações de n eventos observados na unidade de análise; e u representa a localização genérica cujo valor deve ser estimado; o r é o raio de influência que define a vizinhança do ponto a ser interpolado e o k é a função da interpolação (Druck et al, 2004). Aqui, estimam-se as curvas de densidade, não sendo relevante as áreas predefinidas, como foi o caso dos bairros, realizado anteriormente.

Escolheu-se como parâmetro o ano de 2020, por sua recente periodização para ambos os tipos de crime, uma vez que o recorte de 2021 estava incompleto na ocasião de coleta e análise dos dados. Também foi realizada a análise com o ano de 2019, todavia não se observou distorções espaciais significativas que nos permitisse verificar a realização de novas análises/mapas, embora as tenha realizado, mas não incluído na tese. Tal compreensão já tinha sido identificada em pesquisas anteriores (Freitas, 2021). Desse modo, o metabanco dos dados do OBVIO do ano de 2020 dos CVLI e CVP foi organizado por coordenadas X e Y; e optou-se por utilizar o software Qgis (versão 3.18), considerando a implementação do conhecimento de novos softwares¹⁸.

3.2. Análise urbana: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb)

O acesso aos dados estatísticos criminais possibilitou a leitura da dinâmica urbana do município de Natal utilizando os equipamentos urbanísticos. Para essa análise, utilizou-se da

¹⁸ O primeiro contato com as análises espaciais ocorreu por meio do software Arcgis (versão 10.5). Todavia, em virtude de cursar disciplina no Departamento de Demografia na UFRN e o principal software utilizado ser o Qgis (versão 3.18) para as análises práticas, adotou-se o uso dessa nova ferramenta que se apresentou mais complexa a partir dos conhecimentos adquiridos.

base de dados da gestão pública municipal de planejamento urbano (Semurb) do ano de 2021 referente aos equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança pública (aqui faz-se questão de sublinhar o termo). Excluiu-se, assim, a possibilidade de análise dos equipamentos privados em qualquer um dos eixos investigados, configurando as seguintes variáveis expostas no Quadro 3. No total, foram analisados 712 equipamentos urbanos públicos ¹⁹.

Quadro 3. Variáveis de equipamentos públicos urbanísticos

Equipamento	Descrição
Educação	Creches, escolas municipais e estaduais, universidade federal e estadual.
Segurança	Policial distrital, Polícia especializada, Corpo de bombeiros e Polícia militar.
Saúde	Clínica, posto de saúde, hospital, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidade Saúde da Família (USF).
Lazer	Praças, parques e equipamentos poliesportivos.

Fonte: Dados da pesquisa a partir de Semurb (2021)

É importante considerar que os dados disponibilizados pela Semurb não consideram o calçadão da praia como equipamento de lazer. Nesse sentido, optou-se por, neste momento, considerar essa fonte de dado reforçando a sua fragilidade – e sua limitação de fonte estatística. Todavia, na análise do fluxo turístico (subtópico seguinte), incluiu-se a dinâmica de uso turístico e incluiu-se o calçadão da praia para suprir essa relação.

Os dados da Semurb são no formato de Shapefile, que representa um tipo de dado para pesquisas em análise espacial configurado no formato de ponto, linha e polígono. Esses dados foram agrupados em um único formato de ponto. A análise foi realizada com o auxílio do software Qgis (versão 3.18) e trabalhou-se com a interpolação de Kernel (mapa de calor) para análise espacial. Foi estabelecido o raio de influência de 700 metros, por se tratar de uma unidade escalar que não é grande, no caso Natal, conforme explicado no subtópico anterior.

3.3. Análise do fluxo turístico: Secretaria Municipal de Turismo (Setur) e Consórcio Inframérica

A análise sobre a dinâmica do turismo foi motivada pela máxima de que o aumento da criminalidade ocasionaria a diminuição do fluxo turístico, conforme preconizado pela literatura (Feitoza & Costa, 2019) e questionado nesta pesquisa. Nesse sentido, a partir de dados

¹⁹ É importante considerar que esse tipo de análise já foi realizada em pesquisa anterior (Freitas, 2021). Todavia, na ocasião trabalhou-se com dados de todos os equipamentos urbanos (privados e públicos). Nesta pesquisa, enfatiza-se a dimensão pública e o processo de discussão do estado na difusão de segurança pública. Motivo que exclui os equipamentos privados da análise georreferenciada e analisa somente a dimensão pública e, portanto, novos resultados são identificados.

desagregados, trabalhou-se, em um primeiro momento, com a análise mensal entre fluxo turístico e os diferentes tipos de criminalidade.

Para o cálculo de fluxo turístico, utilizou-se o modal de transporte aéreo, como base de informação em razão de frequência, confiabilidade e disponibilidade longitudinal dos dados em conjunto com as pesquisas de demanda de perfil do turista. Para o primeiro, a fonte de dados é o Consórcio Inframérica, que administra o Aeroporto Internacional de Natal, localizado no município de São Gonçalo do Amarante; e para a segunda a fonte de dados foi a Secretaria Municipal de Turismo (Setur). Foram escolhidos dois principais períodos – anterior, ano de 2019, e durante a pandemia, ano de 2020 – para evitar análises distorcidas pelo fenômeno de crise ocasionada pela Covid-19.

Durante e no retorno das viagens ocasionadas pela crise pandêmica, o modal que sofreu maior interferência foi o terrestre, principalmente, de curta distância, mas não há dados acessíveis e/ou disponibilizados para que fosse realizado o cálculo, bem como do setor de hospedagem que permitisse a sua triangulação. Acrescido a isto, as pesquisas de demanda de perfil de turistas, que contribuem para a métrica de escolha do modal de transporte, iniciam com regularidade em diferentes períodos do ano somente em 2020. O que significa afirmar que em 2019 foi realizada apenas uma pesquisa de perfil de turista no período de alta estação e, neste caso, foi replicada para os demais meses analisados. Apesar da possibilidade de distorção dos dados, é a forma como é realizado o cálculo de fluxo turístico. Reconhecer suas limitações nas fontes de dados, também faz parte dessa discussão de pesquisa. Não é uma ciência determinística, mas a possibilidade de evidência de um quadro mais próximo da realidade.

O cálculo para a análise do fluxo turístico, utilizou a seguinte fórmula, para cada mês de análise, de acordo com os dados disponibilizados (ver Quadro 4).

Quadro 4. Cálculo para análise do fluxo turístico mensal

$$X = \frac{\text{fluxo do modal X (\% dos turistas que não escolheram o modal)}}{\text{\% do que escolheu o modal}}$$

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Para a análise dos dados criminais, utilizou-se a mesma periodização, isto é, o ano de 2019 e 2020, tanto dos crimes letais quanto dos crimes patrimoniais, utilizando como recorte de análise o mês da incidência criminal. Essa relação periódica é apresentada em forma de gráfico, utilizando como suporte o Excel (Pacote Office Professional Plus 2016, versão 2003).

Logo em seguida, verificou-se a necessidade de análise socioespacial de ocorrência dos crimes. Nesse sentido, optou-se por realizar duas análises: a) a menor distância, em metros,

entre a ocorrência dos crimes e dos serviços e equipamentos de turismo de Natal/RN; e b) a densidade de ocorrência dos crimes em um cluster de circulação do turista em torno de um atrativo turístico. Em ambas as análises foi necessário identificar e georreferenciar os componentes turísticos, subdivididos entre atrativos e equipamentos da cidade do Natal através de seis principais categorias, descritas no Quadro 5. Esse conjunto de componentes contribuiu para a elaboração de um mapa temático da distribuição da dinâmica socioespacial do turismo em Natal/RN.

Quadro 5. Categorização dos atrativos e equipamentos turísticos de Natal/RN

	Componente	Descrição
Atrativo	Natural	Elementos do meio ambiente como praias, parque dunar e encostas.
	Cultural	Equipamento esportivo, museu, teatro, igrejas de visitação histórica, mercado público.
	Artesanato	Centros de venda de artesanato
Equipamento	Gastronomia	Restaurantes e supermercados
	Hospedagem	Hotéis, pousadas e hostel
	Infraestrutura	Parques, praças, shoppings, centro de eventos

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Escolheu-se a denominação de componente por congregar um conjunto de atrativos e equipamentos. Consideram-se os atrativos em menor quantidade por serem geograficamente distribuídos em pontos diferentes da cidade. Por sua vez, os equipamentos apresentam-se em maior quantidade e mantêm proximidade um com o outro. Para ilustração socioespacial da dinâmica turística na cidade de Natal, elaborou-se um mapa temático.

No total foram identificados 179 componentes turísticos divididos entre atrativos e equipamentos de circulação do turista em Natal que foram organizados no formato de Shapefile no formato de ponto. Nesse sentido, para a primeira análise, contou-se com o suporte do Software Qgis (versão 3.18) para calcular a menor distância entre os componentes turísticos e a ocorrência dos diferentes tipos de crime. Esses dados foram organizados em formato de tabela e foi considerada também a análise da unidade de bairro, o que justifica a ausência de determinadas categorias de componentes turísticos dentro de um bairro.

Para o segundo, também com o auxílio do Software Qgis (versão 3.18), criou-se um raio de circulação em torno dos componentes turísticos definido em 300 metros. Dentro desse raio, calculou-se a quantidade de ocorrências de crimes. É importante considerar que na identificação dos equipamentos turísticos, os de hospedagem se apresentam de forma mais expressiva no bairro de Ponta Negra como resultado do processo de planejamento e gestão da cidade, o que

pode elevar a interpretação dos dados para os equipamentos de hospedagem devido a sua proporção em relação aos demais equipamentos. Os dados também foram organizados e apresentados em formato de tabela.

De maneira geral, a metodologia deste capítulo da pesquisa compreende o conjunto de fontes e técnicas, ilustrado no Quadro 6, que foram organizadas e compiladas para melhor visualização.

Quadro 6. Design metodológico da pesquisa

Tipo	Fonte de coleta	Ano	Tipo de dado	Análise dos dados	Categoria de análise	Software	Ilustração
Criminal	Observatório da violência (OBVIO)	2010 a 2021 (primeiro semestre)	CVLI CVP	Estatística simples descritiva	- Recorte espacial do bairro - Tipo de crime - Período - Turno - Perfil sociodemográfico	Excel Arcgis (versão 10.0)	Dashboard e mapa
		2020	CVLI CVP	Interpolação de Kernel (mapa de calor)	- Distância em relação a um ponto central, intensidade e plotagem	Qgis (versão 3.18)	Mapa
Urbana	Semurb	2021	Equipamentos urbanos públicos	Interpolação de Kernel (mapa de calor)	- Distância em relação a um ponto central, intensidade e plotagem - Equipamentos: educação, segurança, saúde e lazer	Qgis (3.18)	Mapa
Fluxo turístico	Setur e Inframérica	2019 e 2020	Entrada e saída de turistas/ passageiros	Estatística descritiva simples	- Fluxo turístico mensal	Excel (10.0)	Gráfico
	Dinâmica turística e OBVIO	2020	Serviços e equipamentos turísticos + dados criminais	Análise socioespacial	- Distância euclidiana, em metros	Qgis (3.18)	Tabela de atributos
				Densidade em torno de um cluster de circulação	- Raio de circulação de 300 metros	Qgis (3.18)	Tabela de atributos

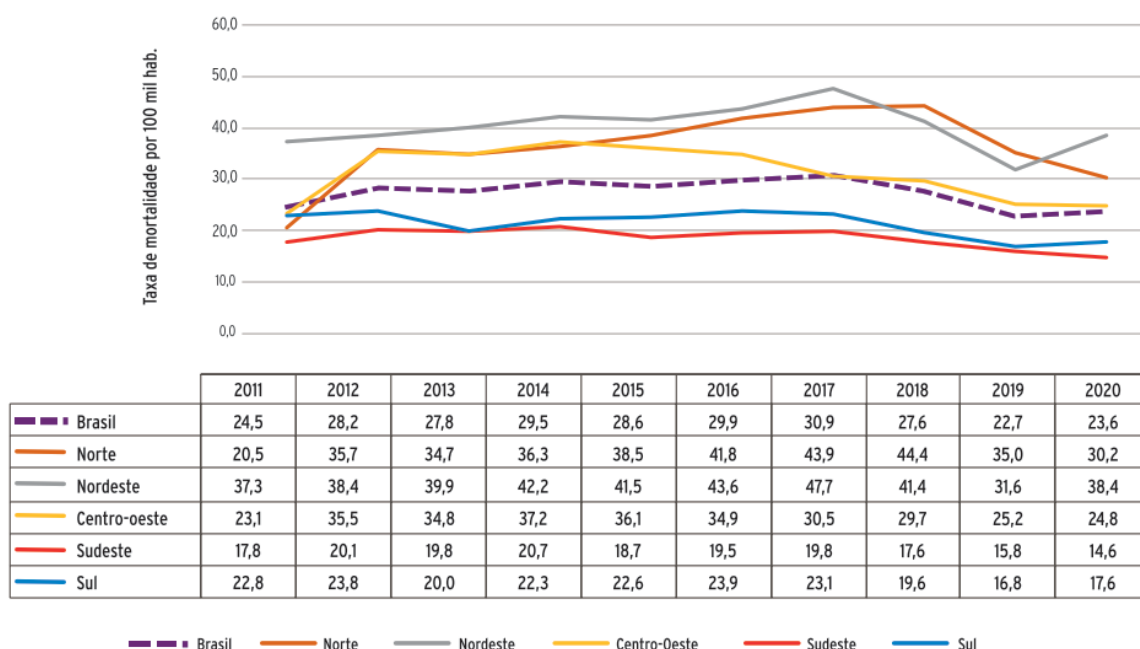
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Com base na descrição do método científico e das metodologias através das fontes e técnicas de análises, a seguir apresenta-se a discussão dos resultados diante da realidade investigada.

4. Contexto contemporâneo dos crimes violentos e dinâmica do turismo: Natal/RN em cena

No Brasil, mais de 47.773 pessoas foram vítimas de Mortes Violentas Intencionais, em 2020, que constitui uma taxa de 23,6 por 100 mil habitantes. O Nordeste brasileiro, por sua vez, vem superando a média nacional e regional com uma taxa de 38,4 por 100 mil habitantes no mesmo ano. Após um período de oscilação, os estados nordestinos retomam ao patamar de uma década atrás, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução da taxa de Mortes Violentas Intencionais, regiões brasileiras (2011 a 2020).



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

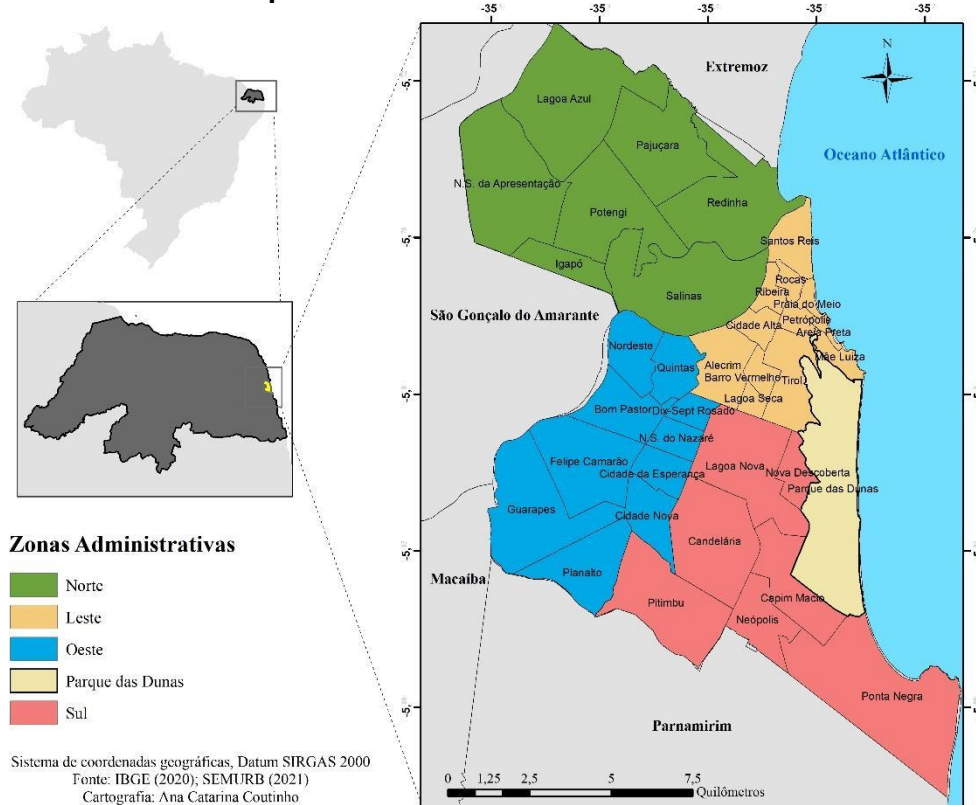
Localizada no alto da Costa Atlântica do Brasil, Natal é a capital do estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste do país. Possui uma área de 167 km² e uma população de 884.122 habitantes em uma densidade demográfica de 4.805,24 hab/km². A média do salário mensal é de 3,0 salários mínimos²⁰ com apenas 36,6% de pessoas ocupadas formalmente. Esse cenário contribui para um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763 e um índice de Gini de 0,53, que reflete um cenário de relativa pobreza, desigualdade social e baixa oportunidade social com discrepâncias entre as suas regiões (Natal, 2022). Entre as principais atividades econômicas, destaca-se o setor de serviços, principalmente o turismo e o

²⁰ O salário mínimo é de R\$1.212,00 (2022).

comércio, seguido da indústria (especialmente do setor têxtil e a agropecuária), que somam um PIB per capita de R\$ 23.454.682,58 (IBGE, 2017).

Dividida em quatro zonas administrativas (ver Mapa 3), Natal possui na sua zona norte o maior território e população da cidade com várias manchas de interesse social e, portanto, a mais vulnerável socioeconomicamente (SEMURB, 2019b). Essa zona é dividida das demais zonas da cidade por um rio, denominado Potengi (termo de origem indígena que significa *Rio de Camarão*) e o seu acesso ocorre por duas pontes, a de Igapó e a Newton Navarro.

Mapa 3. Zonas administrativas de Natal/RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A zona oeste de Natal, vivencia um crescimento populacional intenso que se mostra proporcionalmente maior do que a cidade como um todo, com concentração em bairros mais periféricos. É a segunda zona mais vulnerável socioeconomicamente (SEMURB, 2019c).

A zona leste é composta por uma heterogeneidade social e vem apresentando um decréscimo populacional nos últimos anos, especialmente nos bairros comerciais e periféricos como Alecrim e Mãe Luiza, consequentemente. Por sua vez, há um processo de verticalização de alto padrão evidenciado em bairros como Petrópolis, Tirol e Barro Vermelho, com um aumento populacional. Tais questões evidenciam a heterogeneidade dessa zona. É importante

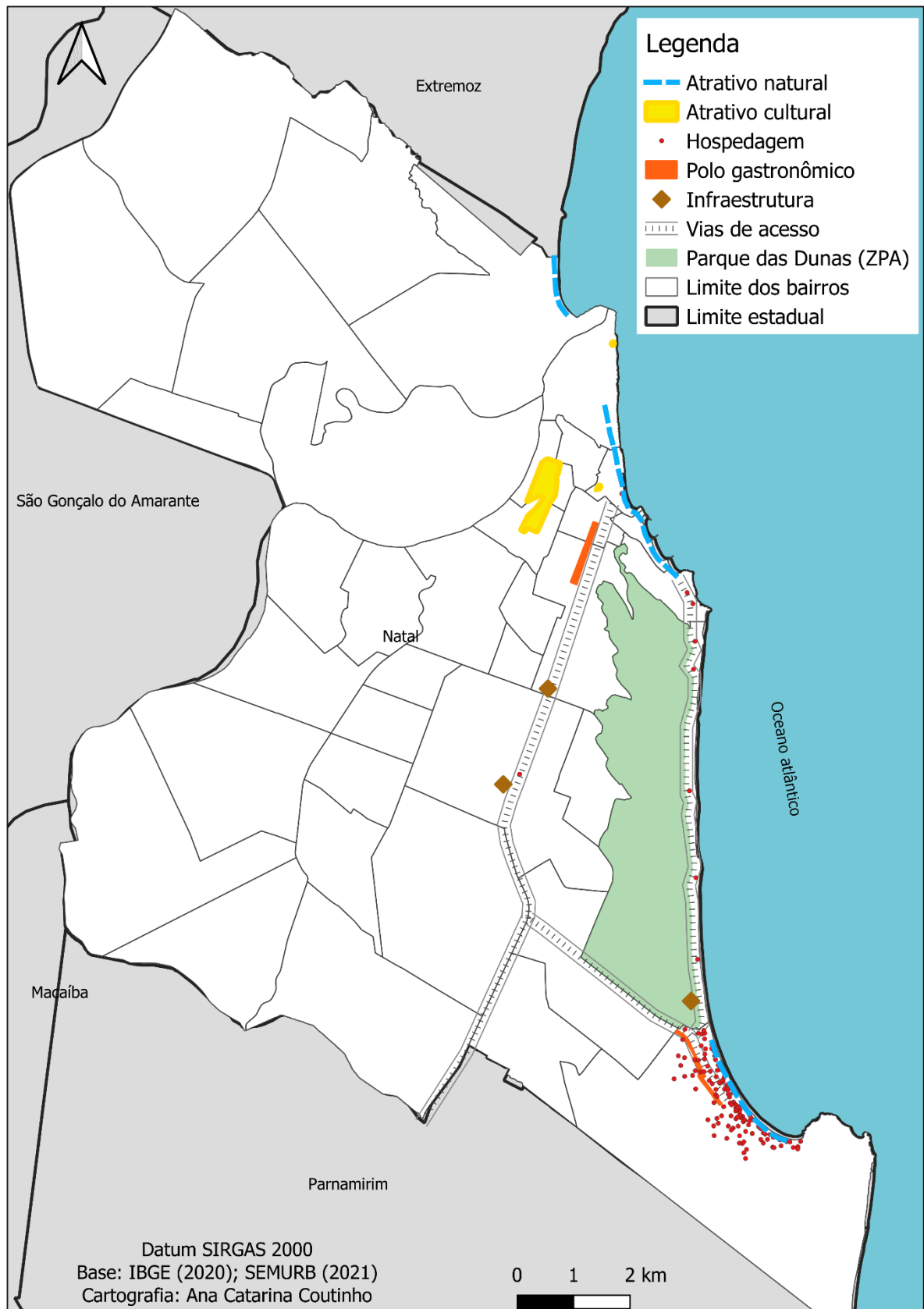
considerar que as áreas mais densas correspondem às de menor renda e, por isso, os bairros mais verticalizados são os mais nobres (SEMURB, 2019a).

A zona sul, por sua vez, concentra, no seu conjunto, a maior renda da cidade e apresenta dinâmica imobiliária intensa com padrão vertical (Natal, 2010; SEMURB, 2019d). É nessa mesma zona que há incidência de fluxo turístico da cidade, com destaque para o bairro de Ponta Negra, onde está localizado o cartão postal da cidade, o Morro do Careca e dunas associadas. Entrecortando duas zonas da cidade (leste e sul), está situado o Parque Estadual das Dunas, uma reserva da Mata Atlântica Brasileira que constitui uma Zona de Proteção Ambiental. É uma área de estudos científicos, lazer e turismo e resguarda elementos essenciais à preservação da vegetação, absorção das chuvas, permanência de animais e das dunas.

Todavia, compreende-se que não são todas as áreas da cidade que possuem dinâmica turística. Esse fluxo foi identificado a partir do conjunto de seus componentes turísticos distribuídos na cidade, expostos no Quadro 5. Desse modo, no campo dos recursos naturais prevalece a zona costeira com praias e parque (parque das Dunas) e nos recursos culturais o centro histórico, mercados públicos e a Fortaleza dos Reis Magos.

Os equipamentos turísticos são distribuídos em polos gastronômicos e equipamentos de hospedagem. Acrescenta-se ainda nessa dinâmica turística a infraestrutura como shoppings, centro de eventos e equipamentos desportivos, este é o caso específico do Centro de Convenções, localizado na Via Costeira, do Arena das Dunas e do Shopping Midway. Essa dinâmica está ilustrada no Mapa 4 e apresenta uma concentração dos serviços e equipamentos turísticos na cidade do Natal nos eixos sul e leste, entrecortada por sua via costeira e o parque urbano.

Mapa 4. Dinâmica socioespacial do turismo em Natal/RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Entender como a dinâmica de fluxo turístico se espacializa na cidade e sua relação com a dinâmica criminal, já foi objeto de estudo em trabalhos anteriores (Feitoza & Costa, 2019), mas a partir da lógica dos bairros e suas dinâmicas de uso único²¹. Todavia, compreende-se que em uma mesma unidade político-administrativa, como é o caso de um bairro, pode existir mais de uma dinâmica turística, como, por exemplo, equipamentos de hospedagem e gastronomia. Nesse sentido, torna-se relevante situar a identificação detalhada de pontos estrategicamente identificados do fluxo turístico na cidade do Natal, ainda que em uma escala grande como é o município.

Assim, com base na breve descrição da porção territorial de Natal que contempla aspectos sociais, econômicos, históricos, turísticos e urbanísticos, no tópico seguinte, discute-se o contexto criminal da cidade, considerando as diferentes tipologias.

4.1. Contexto criminal de Natal/RN: crimes letais e crimes patrimoniais

A análise do contexto criminal de Natal funciona como uma lente ampliada buscando identificar as razões que explicam o fenômeno social da violência, sobretudo no Nordeste brasileiro, que vem apresentando elevadas taxas criminais. Dividido em dois principais tipos de violência: a letal e a patrimonial, elaborou-se os Dashboard 1 e 2 para a leitura da dinâmica do município de Natal

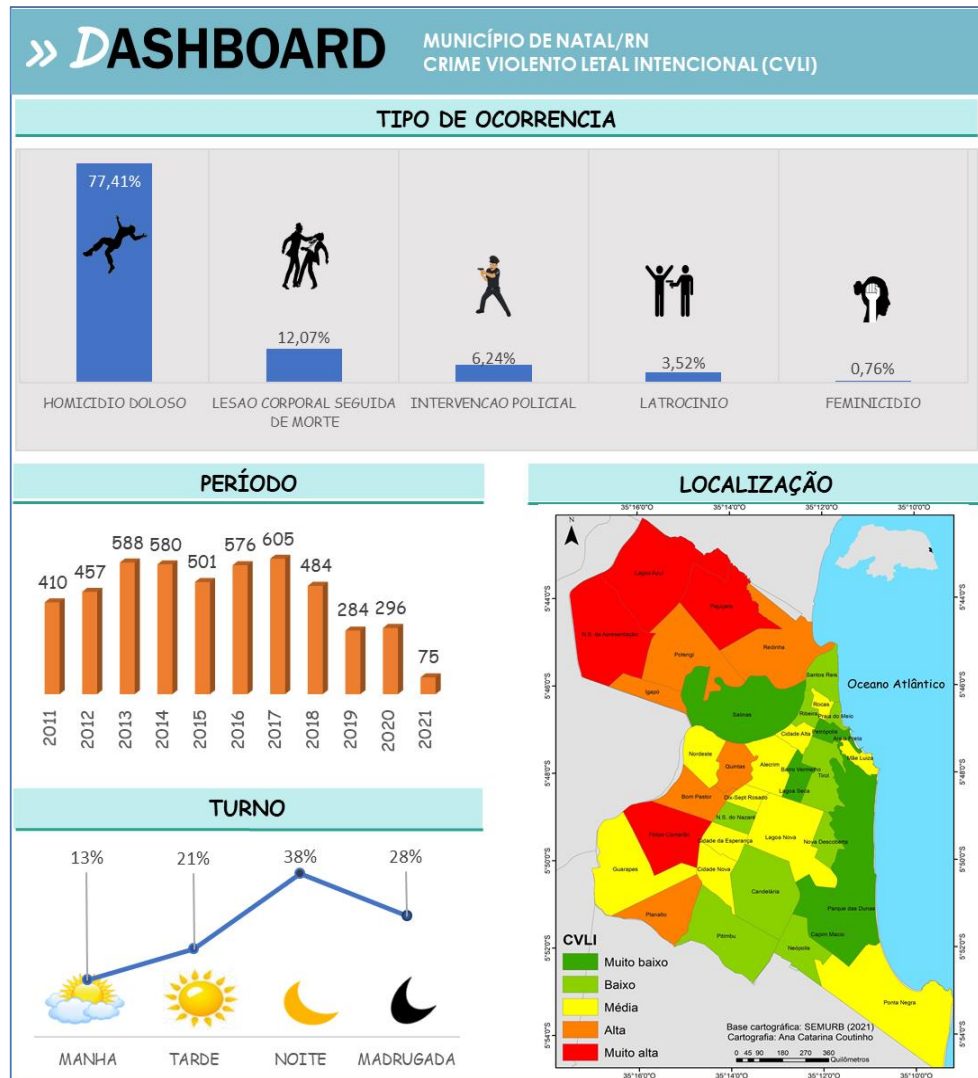
À luz do Dashboard 1, que contabiliza a dinâmica do crime letal, compreende-se que o principal crime é o de homicídio doloso, quando há a intenção de cometê-lo. Todavia, é importante considerar que para cada tipo de crime, há métricas contextualizadas de avaliação, de modo que para a análise interpretativa, por exemplo, entre feminicídio e homicídio há uma linha muito tênue. Primeiro, porque somente em 2015 o feminicídio passa a ser incluído na lei (Lei nº 13.104/2015) e, portanto, contabilizado como tal. Segundo, porque há subjetividade policial no momento de caracterização do tipo de crime ao julgar a intenção de cometer o crime em condição de gênero ou o homicídio doloso que ocorreu *com* uma mulher. Fato é que o homicídio é um dos crimes de maior reprovação social por infringir o direito à vida (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948), ainda assim, revela características de execução de forma alheia à vida humana.

²¹ Por exemplo, no trabalho anterior concebeu-se o bairro de Petrópolis e Tirol como de uso gastronômico, mas não é todo o bairro que possui essa característica. Assim como ocorreu na identificação do bairro de Capim Macio no conjunto de serviços de lazer. O turista não concebe essa divisão político-administrativa, mas a sua fluidez de uso e ocupação.

Quando se contextualiza lesão corporal seguida de morte e homicídio, também há dificuldades de tipificar, uma vez que o primeiro tem a intenção de lesionar e no segundo o resultado é previsto e mesmo assim ele age indiferentemente. O crime letal ocasionado por intervenção policial contribui para o entendimento do processo de educação formativa, das ações e estrutura policial que são dispostos à sociedade para garantir a segurança pública. Ainda assim, esse é um crime que também é julgado pelo agente de segurança que denuncia positiva ou negativamente uma intervenção policial.

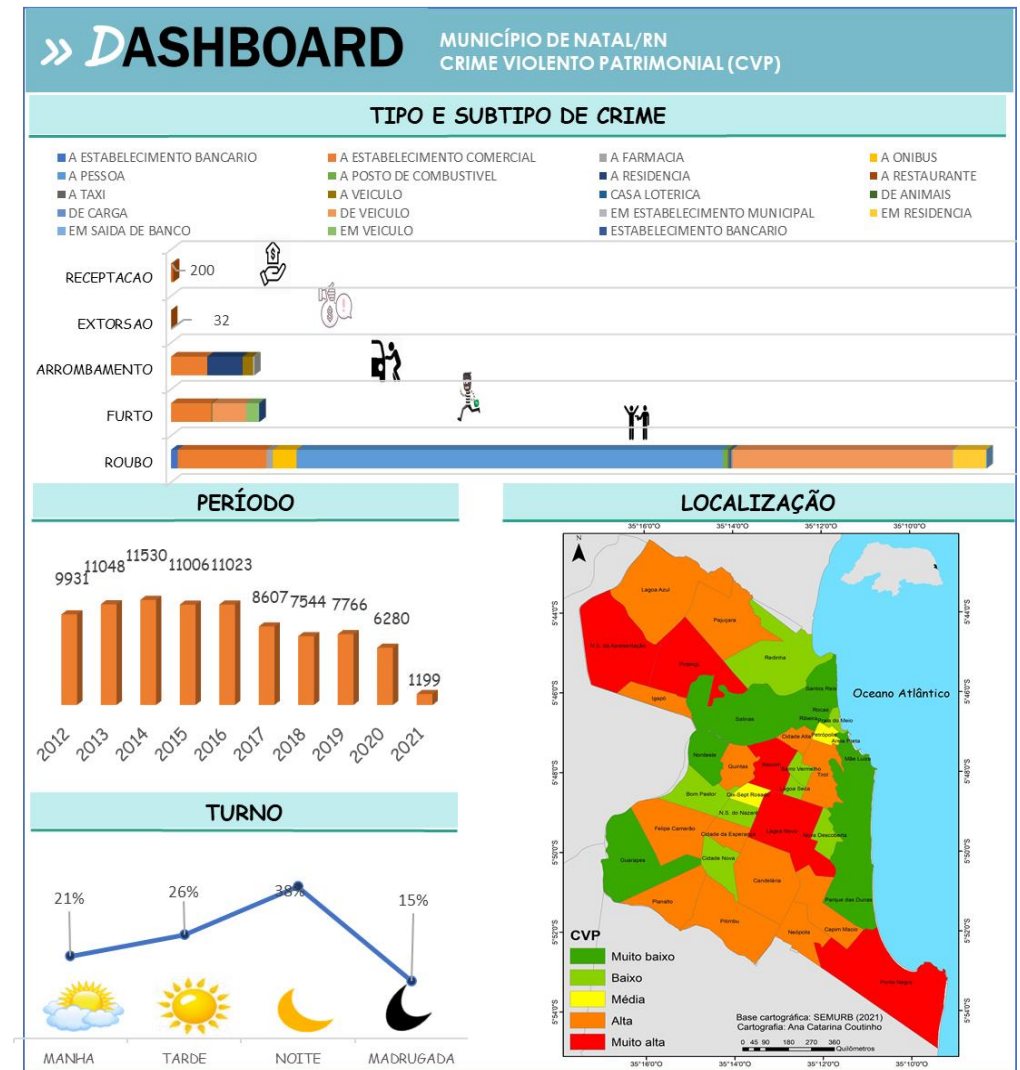
Esses dados apresentam determinada semelhança com a tendência nacional que, em 2020, apresenta 83% dos homicídios, 12,8% em morte por decorrência policial, 2,9% latrocínio, 1,3% lesão corporal seguida de morte – e não contabiliza feminicídio em conjunto com os crimes letais (IPEA/FBSP, 2021).

Dashboard 1. CVLI em Natal (2011-2021).



Fonte: Dados da pesquisa a partir de OBVIO (2021).

Dashboard 2. CVP em Natal (2012-2021).



Fonte: Dados da pesquisa a partir de OBVIO (2021).

Para a leitura do Dashboard 2, faz-se necessário, inicialmente, compreender que os crimes patrimoniais atuam em sentido inverso aos crimes letais, por ser um delito que geralmente ocorre antes mesmo da letalidade, ajudando no seu financiamento. Reflete em uma mudança no padrão de criminalidade e consequentemente da necessidade de ações voltadas para sua contenção. No que tange ao tipo e subtipo de crime, reporta-se com maior incidência o roubo, o furto e o arrombamento. Sobre o primeiro há maior ocorrência de roubo a pessoa (52%), de veículo (27%) e estabelecimentos comerciais (11%). Sobre o segundo, sobre o número de estabelecimentos comerciais (45%), seguida de veículo (38%) e em veículo (14%). É importante considerar que os arrombamentos apresentam número absolutos próximos ao do furto com maior incidência a estabelecimentos comerciais (43%), a residência (42%) e a veículo (12%).

Os crimes sem o uso da força violenta incidem com maior frequência em estabelecimentos comerciais. Os crimes atuam de maneira inversa quando se utiliza de ameaça ou violência, em que há preferência sobre o indivíduo ao invés de um equipamento como um todo. Essas questões, ainda que não revelem a motivação dos agressores, descrevem o *modus operandi* que ajuda no processo de atuação policial.

Os crimes letais apresentam uma oscilação em relação a sua periodização, para cada período de baixa letalidade, segue uma alta incidência. Para melhor contextualizar esse fenômeno, é importante considerar que até 2012 o município de Natal não se encontrava na lista das 50 cidades mais violentas, de acordo com a ONG Seguridad, Justicia e y Paz²². Entretanto, em 2013, Natal ingressa como a 4ª cidade mais violenta do Brasil (ver mapa apresentado na página 18). De acordo com dados do Atlas da Violência (2019b), isso se deve à rivalidade entre duas principais facções criminosas que visualizaram a possibilidade do aumento dos lucros no negócio pela venda de drogas. A tensão pela disputa chegou ao limite em 2013, quando integrantes da facção que possuía hegemonia no estado do Mato Grosso, passaram a impedir a filiação de novos faccionados e isso repercutiu em outras regiões brasileiras. Por motivos semelhantes, em 2016, quando ocorre o assassinato de um chefe do tráfico, acentua-se a disputa pelo mercado territorial de drogas e eclode uma nova briga. Começa dentro do sistema superlotado dos presídios do RN e depois nas ruas, com interferência

²² A ONG Seguridad, Justicia y Paz utiliza como metodologia o *proxy* do homicídio, a partir de dados oficiais, relaciona-se com o número de habitantes e multiplica por 100 mil. No caso de Natal, contabiliza a região metropolitana e complementa com dados oficiais do Ministério da Justiça do Brasil, considerando a ausência de dados da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte. A estimativa populacional, nesse caso, é feita pelo IBGE.

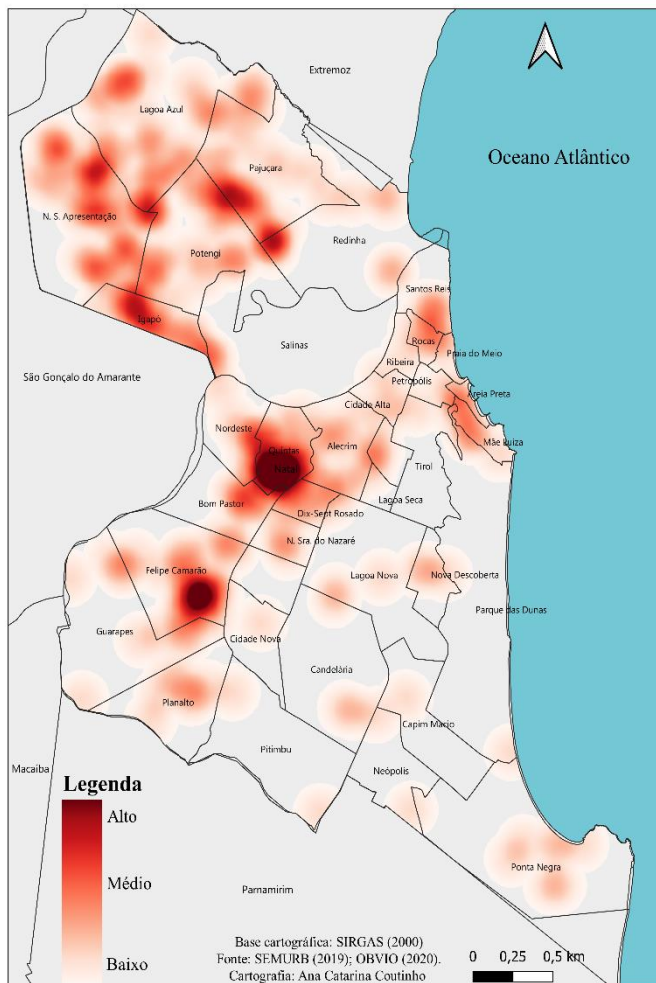
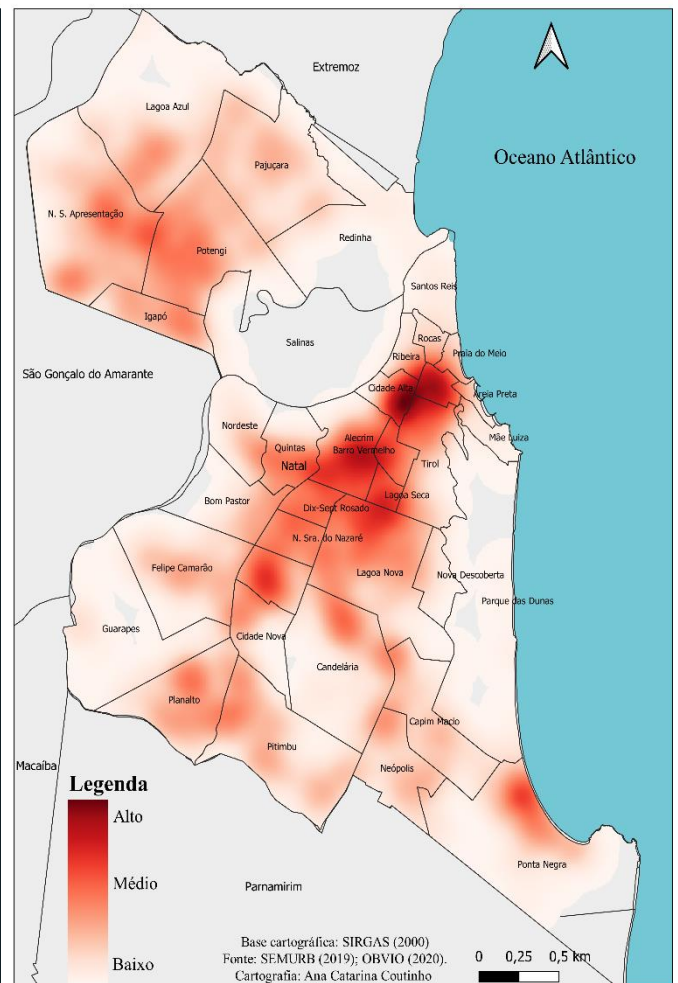
na vida cotidiana urbana (El País, 2017). Essa ação reflete em outros estados e sistemas prisionais.

Esses dados revelam que a solução para a segurança pública brasileira focada em ação policial, para o problema do tráfico de drogas, é insuficiente, bem como no acesso irrestrito às armas. Há um sistema de atuação criminal que se coloca *como* e *contra* o Estado, criando novos poderes, inclusive, dentro do próprio sistema de controle estatal: as penitenciárias. Esse poder paralelo tem atuado, sobretudo, nas comunidades marginalizadas onde partilha-se desamparo, vulnerabilidades e novos laços de sociabilidade (Silva, 2004).

Todavia, para a leitura dos crimes patrimoniais (Dashboard 2), não se observa uma brusca oscilação entre os anos, mas uma leve diminuição nos últimos três anos. Nesse caso, os crimes patrimoniais podem não responder exatamente à atuação do sistema criminal e inclusive independem dele, mas como resultado de uma crise social, instalou-se na sociedade. O tipo de crime e seu quantitativo elevam a discussão sobre o sistema de justiça criminal e a confiança nos órgãos públicos, uma vez que os dados reportados, em muitos casos, são subnotificados, o que não revela a realidade local. Há um modelo de gerenciamento da segurança pública que pouco dialoga com o processo de desenvolvimento humano voltado para o direito de ir e vir, no que restringe o acesso cidadão às mais diversas formas. Em curto prazo, a descredibilidade do sistema de serviço público pode gerar políticas ineficazes que poderiam ajudar no controle e segurança em locais e horários com maior incidência de crime. O policiamento, nesse sentido, estaria relacionado com a confiança de um ente público e não de uma sociabilidade violenta (Silva, 2004).

Em relação à sua localização, há uma incidência de crimes letais (Dashboard 1) ocorrerem em bairros localizados na zona norte, seguidos da zona oeste da cidade, de acordo com os dados obtidos na última década. O estudo apresenta o período noturno e a madrugada como de maior convergência dos crimes letais, somando 66% dos casos analisados. Diferentemente dos crimes patrimoniais (Dashboard 2), o local de ocorrência é mais difuso, nos quase dez anos analisados, atinge também a região sul da cidade no período noturno. Esses dados poderiam indicar a preferência de ambos os crimes ocorrerem no período noturno. Poderia ter diversas motivações, dentre elas a mais óbvia: a baixa iluminação ou a sua total ausência.

Lançando uma perspectiva sobre a dimensão territorial dos crimes, fez-se um levantamento das manchas criminais, no ano de 2020, sobrepondo a camada dos bairros da cidade de Natal, visualizados nos mapas 5 e 6.

Mapa 5. Interpolação de Kernel - CVLI, 2020.**Mapa 6. Interpolação de Kernel - CVP, 2020.**

Fonte: Dados da pesquisa a partir de OBVIO (2022).

Através da metodologia de interpolação de Kernel (mapa de calor), é possível identificar que os crimes letais têm incidência mais localizada, e, portanto, apresenta-se manchas mais quentes em determinadas áreas, com ênfase nas zonas oeste e norte da cidade. Há um destaque para o eixo sul dos bairros das Quintas e Felipe Camarão, que apresentam mais de seis incidências de crimes letais, ao longo do ano, no mesmo território.

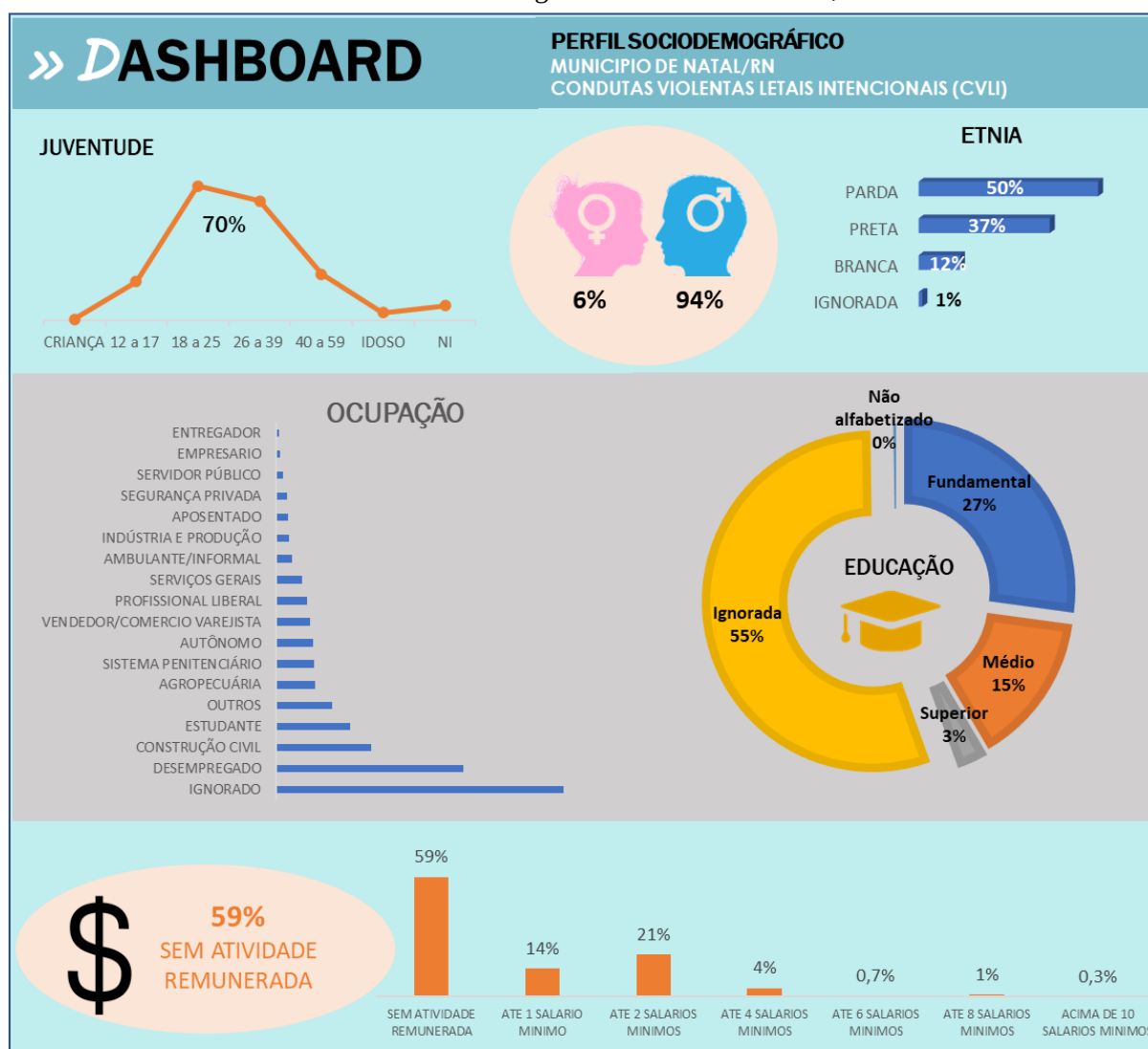
Ainda assim, é importante considerar a distribuição territorial na zona norte da cidade, com prevalência de crime letal em quase todos os bairros. Apresenta como exceção o bairro de Salinas, que é coberto por uma Zona de Proteção Ambiental e, portanto, possui poucas áreas habitáveis. As manchas de baixa incidência (entre 0 e 2) se destacam na zona sul da cidade e em parte do extremo sul da zona leste. Nesse sentido, pode-se entender que os crimes letais ocorrem em áreas adensáveis e de perfil socioeconômico mais vulnerável, de acordo com as características sociodemográficas da cidade, confirmando as pesquisas previamente realizadas (Costa, Câmara, et al., 2018; Ribeiro & Cano, 2016; Silva & Beato Filho, 2014).

Por sua vez, os crimes patrimoniais (Mapa 6) se confirmam como sendo mais difusos, atingindo quase toda a cidade. Evidenciam-se áreas quentes como as zonas leste e sul da cidade, com o surgimento de manchas nas áreas costeiras. O centro de bairros como Cidade Alta, Petrópolis e Alecrim apresenta alta incidência de crimes patrimoniais (entre 80 a 98 casos por ano). Destacam-se também bairros como Ponta Negra, Lagoa Nova e Nossa Senhora da Apresentação, que apresentam média incidência de crimes (entre 50 a 79 casos por ano) e possuem características, formação e estrutura diferentes, além de se situar em diferentes zonas.

Entende-se que não há um padrão que relacione os crimes patrimoniais e a estrutura socioeconômica de determinada área que explique a sua incidência. Não se verifica, também, a partir dos dados apresentados, uma relação direta entre densidade populacional e a prevalência dos crimes patrimoniais. A zona de maior densidade populacional da cidade do Natal é a oeste, seguida da região norte; e a de maior renda é a sul, embora a zona leste apresente uma heterogeneidade social. Nesse sentido, a discussão apresentada na literatura (Beato et al., 2004; Ribeiro & Cano, 2016) sobre a probabilidade de crimes letais ocorrerem em áreas adensáveis, não se aplica para os crimes patrimoniais, no caso investigado. Todavia, as áreas de maior heterogeneidade social, como é o caso da zona leste e a transição entre as zonas oeste e sul, são as de maior incidência em relação aos crimes patrimoniais.

Na discussão territorial de ambos os tipos de crime, é importante considerar que o perfil do agressor e da vítima pode não ser o mesmo, mas sim um indicador das condições ambientais que afetam a população residente (Ribeiro & Cano, 2016). Nesse sentido, destaca-se a diferença entre uma moderada incidência de crime letal em um bairro como Ponta Negra (localizado no extremo sul da cidade), que é conhecido por seu fluxo e estrutura turística; mas que atua de maneira inversa para o crime patrimonial, com elevadas taxas criminais, principalmente na zona costeira. Por isso, é relevante realizar diferenciações criminais para evitar afirmações de que as zonas turísticas não sofrem com a criminalidade (ver trabalhos como: Costa, Câmara, et al., 2018; Costa & Herrera, 2019).

No que tange ao perfil da vítima, foi elaborado o Dashboard 3, que remete às vítimas dos crimes letais. Não foi possível a identificação dos crimes patrimoniais pela inexistência dos dados. Verifica-se, assim, que a maioria das vítimas são jovens, com a concentração de 70% na faixa de 18 a 39 anos. Predomina o gênero masculino, de cor parda e preta, que contabiliza 87% dos casos. Esse retrato segue o perfil da vítima letal no âmbito brasileiro (IPEA/FBSP, 2021).

Dashboard 3. Perfil sociodemográfico da vítima de CVLI, Natal/RN.

Fonte: Dados da pesquisa a partir de OBVIO (2021).

Essas vítimas estão em situação de desemprego, de modo que 59% não possuem atividade remunerada, em parte porque são ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas. Essa questão acompanha a tendência no nível de educação, em que o fator ignorado representa 55% dos casos, o que reforça a compreensão da necessidade de incentivo educacional para redução dos níveis de criminalidade, principalmente o letal.

No que tange à renda, o grupo vitimado corresponde em sua grande maioria a nenhuma remuneração ou até 2 salários mínimos. Considerando o levante da autonomia do trabalho livre, o capital se apresenta de forma contraditória, que afasta a população de um mercado de trabalho formal e permite melhores condições de vida, ao passo que possibilita o enriquecimento de pequenos grupos elitizados (Harvey, 2011).

Se o problema da criminalidade reside nos pobres, esses dados poderiam ser factualmente confirmados a partir de suas vítimas e não necessariamente da motivação dos agressores. Todavia, não se pode esquecer que os dados estatísticos também refletem as estratégias e decisões públicas e, nesse caso, o reforço da ideologia dos marginalizados e a incidência criminal, o que permite a autonomia legítima da atuação estatal e o reforço de políticas punitivas e seletivas.

A relação entre a espacialização do crime e a discussão com o contexto do turismo parece ser uma temática interessante, o que motivou outras análises de pesquisa como a infraestrutura urbanística da cidade²³, questões estas discutidas no subtópico seguinte.

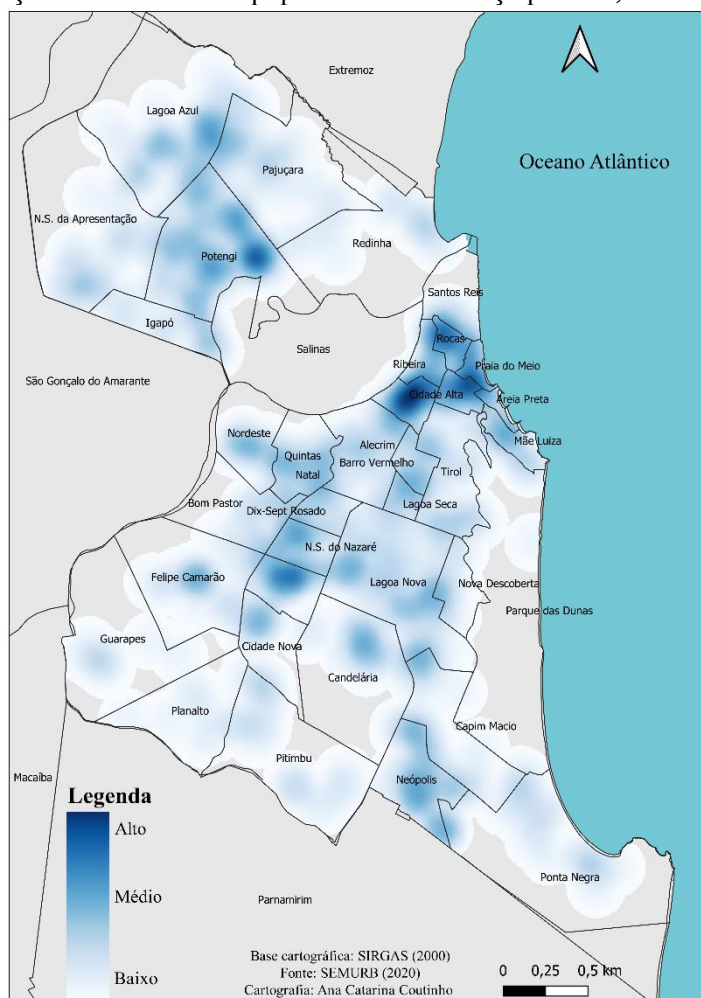
4.2. Infraestrutura urbana e contexto criminal: equipamentos públicos urbanos

A qualidade da vida urbana está diretamente relacionada com o desenvolvimento das interações sociais, disponibilidade de serviços públicos e o seu acesso. Desse modo, a manutenção e o acesso de equipamentos urbanos de infraestrutura têm sido apontados na literatura como importantes fatores para a redução da criminalidade (Coutinho et al., 2021; Jacobs, 1961; Silva & Beato Filho, 2014), inclusive como prerrogativas para formulação de políticas públicas de segurança em estados brasileiros (Chaves et al., 2017; Nogueira, Batista, Vieira, & Pimentel, 2016; Ratton & Daudelin, 2018). Com base nisso, foi analisada a disponibilidade espacial dos equipamentos públicos urbanísticos na cidade do Natal, que foram apresentados em forma de densidade territorial (ver Mapa 7), por meio da interpolação de Kernel (mapa de calor).

À luz do Mapa 7, observa-se que as áreas que concentram os maiores serviços e equipamentos públicos urbanos da cidade se concentram na zona leste da cidade, especialmente na porção central dos bairros de Cidade Alta, Rocas e Petrópolis. Segue com densidade média de concentração de serviços e equipamentos alguma porção da zona norte da cidade, em bairros como Potengi; na zona oeste, em bairros como Cidade da Esperança; e na zona sul, em bairros como Neópolis. De maneira geral, há baixa concentração de serviços e equipamentos públicos urbanos em zonas localizadas nas extremidades da cidade, embora não seja uma verdade para bairros como Neópolis (acredita-se por possuir fluxo e vias conectadas com a região conurbada ao eixo metropolitano).

²³ Até a conclusão desta pesquisa, não foi realizado o censo demográfico (IBGE), o que possibilitaria cruzar o perfil sociodemográfico dos bairros – especificamente o critério de renda – com a incidência criminal. Por isso, optou-se por contextualizar outras características do processo de desenvolvimento urbano.

Mapa 7. Interpolação de Kernel dos equipamentos de serviço público, Natal/RN (2021)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Realizando uma análise contextualizada com as manchas criminais (apresentada nos mapas 5 e 6), observou-se que, enquanto o CVLI tem incidência na região oeste e norte, o CVP é mais difuso, com destaque para o eixo leste e zona costeira sul. Percebe-se, embora de forma não determinística, que as áreas de maior presença de equipamentos públicos são inversamente proporcionais ao contexto da dinâmica criminal letal (CVLI). Todavia, não é uma verdade para o crime patrimonial (CVP). Isso pode indicar serviços públicos que insuficientemente dialogam no combate às práticas violentas na cidade, através dos mais variados acessos, à saúde, à educação, ao lazer e à segurança. Dito de outra forma, a presença de equipamentos públicos, pode contribuir com a diminuição da criminalidade letal em algumas áreas/manchas em Natal, mas não pode ser uma verdade para o crime patrimonial.

A contextualização espacial entre equipamentos públicos urbanos e a dinâmica criminal ilustrada nos mapas apresentados, permite identificar que a distribuição espacial dos equipamentos urbanos pouco dialoga com as zonas criminais como medida preventiva para

combater o crime. Denota-se um nível de segregação social que contribui com o agravamento das práticas criminais.

As evidências desta pesquisa elevaram a necessidade de apresentar e discutir a dinâmica do turismo na capital, questões retratadas no subtópico seguinte.

4.3. Turismo e criminalidade: período e espacialização

Aprofundando a relação entre a dinâmica socioespacial do turismo e a criminalidade na cidade do Natal, elaborou-se o Dashboard 4, que apresenta uma análise mensal do fluxo turístico e a incidência criminal. Utilizou-se como parâmetro o período anterior e durante a pandemia da Covid-19, considerando os períodos de novembro a fevereiro e julho e agosto como de alta estação e, portanto, de maior fluxo turístico na cidade.

À luz do Dashboard 4, compreende-se que, tanto os crimes letais quanto os crimes patrimoniais não possuem relação causal com a média do fluxo turístico mensal. E mesmo em ocasião de isolamento social decorrente da pandemia, há um aumento dos dois tipos de crime.

Em uma análise pormenorizada, os crimes letais operam de maneira independente do fluxo turístico. Nos meses de maio e junho de 2019, que são considerados de baixa estação – em relação ao fluxo turístico, verifica-se uma alta na incidência criminal que continua a ocorrer em período de alto fluxo turístico (mês de julho). Por sua vez, é preciso compreender que os crimes patrimoniais têm como necessidade a presença de objetos e pessoas, isto é, na incidência da diminuição de pessoas circulando, acredita-se que diminuiria também o fluxo criminal. Todavia, não é uma verdade a partir dos dados analisados. Tomando como exemplo os meses de março, abril e maio de 2019 – considerado de menor fluxo turístico – observa-se que os crimes patrimoniais permanecem inalterados. Em abril de 2020, momento que eclode a pandemia e as medidas de isolamento social, continua elevada a incidência de crimes patrimoniais.

Observa-se que os crimes letais possuem dinâmica própria e se alteram ao longo dos meses e anos analisados. Todavia, os crimes patrimoniais possuem uma certa linearidade de ocorrência nos meses e anos analisados que pouco dialoga com o fluxo turístico, que se altera ao longo dos meses na capital do estado do RN.

Dashboard 4. Fluxo turístico e criminalidade em Natal/RN (2019 e 2020).



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao realizar a relação entre o período anterior e durante a pandemia, fica evidente que a incidência dos dois tipos de condutas criminais não coincide com a diminuição do fluxo turístico, no sentido, inclusive, de afastar as pessoas da destinação. Assim, a máxima da necessidade de medidas de segurança direcionada exclusivamente para o turismo não possui fundamentação a partir dos dados analisados, mas no direcionamento de políticas distributivas, como é a relação com a infraestrutura urbana. Ademais, em pesquisa anteriormente realizada com os dados da delegacia do turista sob o olhar do turista, Borges (2021), identificou que não houve incidência de que o vitimado é o turista devido, sobretudo, há fragilidade dos dados reportados, o que confirma os achados desta pesquisa.

Entende-se que apesar de os crimes não coincidirem com a dinâmica criminal verificada no Dashboard 4, a partir de uma leitura longitudinal do fluxo, estes podem ocorrer próximo dessas áreas. Tais questões podem motivar a geração de políticas públicas de turismo direcionadas para a segurança pública dos destinos turísticos, conforme expõe a literatura (Costa, Câmara, et al., 2018). Com base nessa compreensão, elaborou-se a análise espacial da menor distância euclidiana (em metros) entre a ocorrência dos crimes e os componentes turísticos.

A dinâmica de fluxo turístico de Natal está representada no recorte territorial do mapa 4 (página 55), onde concentra seus principais componentes turísticos de referência na cidade. Engloba, portanto, apenas 11 bairros do total de 36, somada com a zona da Via Costeira²⁴ e 3 zonas da cidade: sul, leste e norte. Tem-se como referência os crimes que ocorreram no ano de 2020, por suas diferentes tipologias: CVLI e CVP, conforme vem sendo apresentado ao longo da pesquisa, expostas na Tabela 1.

Tabela 1. Menor distância, em metros, entre crimes e componentes turísticos – Natal/RN, 2020

Bairro	Crime	Componente turístico (atrativo e equipamento)						Ocorrência de crimes
		Natural	Cultural	Gastronômico	Hospedagem	Infraestrutura	Artesanato	Total
Zona Sul								
Ponta Negra	CVLI	0	-	1649,0	39,0	1168,0	590,0	7
	CVP	0	-	67,0	10,0	121,0	44,0	230
Capim Macio	CVLI	1148,6	-	81,0	-	133,0	2547,6	1
	CVP	50,0	-	90,0	-	17,0 ²⁵	0	111
Lagoa Nova	CVLI	-	247,3	-	73,3	-	-	3
	CVP	-	228,9	-	123,3	-	-	345
Via Costeira	CVLI	112,2	-	-	66,9	171,9	-	1
	CVP	0	-	-	0	59,3	-	15
Zona leste								
Mãe Luiza	CVLI	-	-	506,6	337,0	353,4	-	7
	CVP	-	-	276,1	50,5	65,7	-	20

²⁴ A Via Costeira não é considerada um bairro, e sim uma via que entrecorta duas zonas da cidade. Todavia, possui equipamentos de hospedagem (principalmente estilo resort) e infraestrutura (a exemplo do Centro de Convenções) que foi criada em nome do turismo.

²⁵ Saída de banco tem uma grande proporção de ocorrência: 8 crimes próximos.

Areia Preta	CVLI	557,6	-	-	-	-	-	1
		Natural	Cultural	Gastronomia	Hospedagem	Infraestrutura	Artesanato	Total
	CVP	0	-	-	-	-	-	9
Praia do meio	CVLI	281,5	410,2	653,7	556,4	-	759,1	1
	CVP	37,3	101,0	151,8	114,6	-	138,1	19
Petrópolis	CVLI	-	209,9	543,7	-	-	-	2
	CVP	-	26,7	29,0	-	-	-	135
Tirol	CVLI	2461,6	1534,1	-	-	2507,6	-	1
	CVP	371,9	178,4	-	-	83	-	139
Ribeira	CVLI	-	123,4	82,7	-	368,4	-	1
	CVP	-	100,2	97,3	-	225	-	18
Cidade Alta	CVLI	-	230,4	-	-	-	-	4
	CVP	-	25	-	-	-	-	131
Zona norte								
Redinha	CVLI	863,7	927,9	787,5	-	-	-	10
	CVP	90	0	142,7	-	-	-	39

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A Tabela 2 demonstra que os crimes ocorrem no mesmo local de fluxo turístico (atribuído valor 0, ou seja, nenhuma distância, por coincidir com o mesmo local) reincide na zona sul da cidade. Esses crimes acontecem em atrativos naturais, equipamentos de hospedagem e locais de venda de artesanato. Isso também se deve ao fato de a maior incidência de crimes, especialmente do tipo patrimonial, ocorrerem na zona sul da cidade, conforme evidenciado em análises anteriores (Dashboard 2).

Em relação à tipologia de crimes, observou-se que os crimes patrimoniais sucedem mais próximo dos componentes turísticos da cidade do que os crimes letais. Ainda assim, esta é uma verdade mais próxima dos crimes que ocorrem na zona sul da cidade do que na zona leste. Verifica-se que a distância vai se mantendo mais longa (entre crimes letais e patrimoniais em relação ao componente turístico), conforme se avança para outras zonas, como a leste.

Por exemplo, a mediana²⁶ da distância de um crime letal em relação a um componente turístico, na zona sul, é de 171,9 metros; e do crime patrimonial é de 85,5 metros em relação a um componente turístico. Por sua vez, na zona leste a mediana da distância entre um crime letal em relação a um componente turístico, é de 458,4 metros e dos crimes patrimoniais é de 98,75 metros. Na zona norte, a mediana da distância do crime letal é mais alta com o valor de 863,7 metros e do crime patrimonial é de 90 metros em relação ao componente turístico.

Tabela 2. Mediana de incidência criminal em Natal/RN, por tipo de crime

Zona	CVLI (mediana)	CVP (mediana)
Sul	171,9 metros	85,5 metros
Leste	458,4 metros	98,75 metros
Norte	863,7 metros	90 metros

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Isso significa dizer que a probabilidade de o turista ser vítima de um crime patrimonial na zona sul da cidade, em ocasião de visitação de um componente turístico, é maior do que em visitação na zona leste ou norte da cidade. Tais questões se devem mais ao fato de que há pouca incidência de atrativos e equipamentos turísticos nessa zona da cidade do que necessariamente de sua ocorrência.

Todavia, não se observou uma tendência entre distância dos diferentes tipos de crimes em relação ao tipo de componente turístico. Em outras palavras, a partir dos dados analisados, o turista em Natal, não tem como evitar determinado atrativo turístico e/ou equipamentos turísticos para diminuir a probabilidade de ocorrência de um tipo de crime. As distâncias permanecem oscilando tanto em relação ao bairro como em relação ao tipo de componente. O que pode ser explicado pelo motivo de não existir todo tipo de componente turístico nos bairros que permita uma análise contextualizada, não obstante essa dinâmica faz parte da característica urbana de uma cidade.

Com base nessas considerações, optou-se por realizar a contagem de crimes dentro de um raio de circulação do componente turístico para ajudar a entender a densidade de ocorrência do crime em um cluster de circulação do turista. Identificou-se que no total de 179 equipamentos de turismo em Natal, há ocorrência de um a dois crimes letais ocorrendo na zona sul de Natal, próximo a equipamentos de hospedagem. Em segundo lugar, os crimes letais sucedem próximo a equipamentos culturais localizados na zona leste de Natal, especialmente em museus, igrejas e teatros (ver Tabela 3).

²⁶ Optou-se por calcular a mediana por se tratar do resultado intermediários da distância, em metros, de um grupo de números da Tabela 4.

Tabela 3. Componente turístico e densidade de CVLI (Natal/RN, 2020)

id	Zona	Tipo	Nome	CVLI_2020
170	Leste	Cultural	Mercado de Petrópolis	2
10	Sul	Hospedagem	Aram	2
9	Sul	Hospedagem	Aquária Natal Hotel	2
53	Sul	Hospedagem	Hotel Tubarão	2
85	Sul	Hospedagem	Pousada Castanheira	2
102	Sul	Hospedagem	Pousada Saruê	2
130	Leste	Cultural	Beco da Lama	1
128	Leste	Cultural	Igreja Matriz	1
129	Leste	Cultural	Museu Café Filho	1
90	Sul	Hospedagem	Pousada Itália	1
13	Sul	Hospedagem	Bamboo Flat	1
26	Sul	Hospedagem	Clarity Pousada	1
55	Sul	Hospedagem	Jambuvipa Hostel	1
68	Sul	Hospedagem	New Stone	1
83	Sul	Hospedagem	Pousada Brisa do Morro	1
94	Sul	Hospedagem	Pousada Manga Rosa	1
132	Leste	Cultural	Teatro Alberto Maranhão	1
19	Sul	Hospedagem	Brisa Potiguar	1
110	Sul	Hospedagem	Praia Apart Hotel	1
37	Sul	Hospedagem	Frente Mar	1
15	Sul	Hospedagem	Bela Silvia	1
99	Sul	Hospedagem	Pousada Paraíso	1
144	Sul	Natural	Praia de Ponta Negra	1
54	Sul	Hospedagem	Ingá	1
114	Sul	Hospedagem	Recanto do Morro	1
159	Sul	Hospedagem	Hotel Ibis	1
88	Sul	Hospedagem	Pousada Estação do Sol	1
5	Sul	Hospedagem	Aloha Beach	1
121	Sul	Hospedagem	Vila Ativone	1
165	Leste	Natural	Praia do Meio	1
79	Sul	Hospedagem	Pousada Azzura	1
124	Sul	Hospedagem	Vogal Luxury	1
175	Leste	Gastronômico	Café Salão Nalva	1
8	Sul	Hospedagem	Aquamarina Praia Hotel	1
58	Sul	Hospedagem	Kristie Beach Hotel	1
105	Sul	Hospedagem	Pousada Terra do Sol	1
152	Sul	Infraestrutura	Cidade Jardim	1
153	Sul	Gastronômico	Polo Gastronômico	1
174	Leste	Cultural	Iphan	1
38	Sul	Hospedagem	Get Up Hostel	1
64	Sul	Hospedagem	Marlymar	1
168	Leste	Natural	Praia do Meio	1
177	Leste	Cultural	Centro Cultural Casa da Ribeira	1
176	Leste	Gastronômico	Ateliê Bar e Restaurante	1
180	Leste	Hospedagem	Hotel Escola Barreira Roxa	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Para esta análise é importante considerar que os equipamentos de hospedagem foram minuciosamente catalogados, sendo estes predominantemente localizados na zona sul da cidade. Ademais, a definição do raio de circulação pode se sobrepor ao outro devido a sua proximidade do componente turístico. Por isso que em um mesmo cluster o mesmo crime pode ser contabilizado duas vezes. Isso significa dizer que, proporcionalmente, devido à distância dos equipamentos de turismo de Natal, há uma maior incidência de CVLI próximo aos equipamentos culturais (notadamente Mercado de Petrópolis, Igreja Matriz, Museu Café Filho, Beco da Lama e Teatro Alberto Maranhão) localizados, respectivamente, nos bairros de Petrópolis, Cidade Alta e Ribeira, zona leste da cidade.

Para a análise dos crimes patrimoniais (ver Apêndice A), há incidência de 50 crimes no raio de 300 metros de equipamentos turísticos, do tipo cultural localizados na zona leste da cidade. Mas, também, verificou-se a mesma incidência em equipamentos de hospedagem e de artesanato, localizados na zona sul da cidade. Para a análise dos crimes patrimoniais, observou-se a seguinte análise, em números absolutos:

- Baixa incidência de crimes patrimoniais – entre 0 a 15 ocorrências – em componentes turísticos naturais, como praias; em equipamentos de infraestrutura, como supermercados, shoppings, centro de convenções e esportivo; e equipamentos de hospedagem.
- Média incidência de crimes patrimoniais – entre 16 a 35 ocorrências – sobressai em equipamentos de infraestrutura como praças e mercados públicos, mas também em equipamentos de hospedagem.
- Alta incidência de crimes patrimoniais – entre 36 a 50 ocorrências – próximo a equipamentos culturais como museu, artesanato e, por fim, de hospedagem.

Deve-se considerar ainda a observação relativa ao levantamento minucioso dos equipamentos de hospedagem. Outrossim, observa-se que os equipamentos gastronômicos se apresentam como mais raros em relação à efetuação de um crime. A maioria desses equipamentos disponibilizam serviço privado de segurança e, na maioria dos casos, contam com uma dinâmica de deslocamento também privado, isto é, sem muita circulação de pedestre.

De maneira geral, os equipamentos culturais localizados na zona leste da cidade sofrem com maior incidência de crimes letais e patrimoniais no raio de 300 metros de distância do equipamento. Ainda assim, não se pode afirmar que esses crimes ocorrem com os turistas, por não possuímos dados sobre as vítimas.

As evidências dessa relação entre dinâmica socioespacial do turismo e criminalidade na cidade de Natal/RN, elucidam caminhos para responder a problemática da pesquisa e tecer breves considerações finais, expostas no tópico seguinte.

5. O contexto e a teoria: discussão dos resultados

A produção do conhecimento científico perpassa por um processo histórico com forte influência da racionalidade tradicional que se encontra ainda nos estudos contemporâneos. Separar, unificar, hierarquizar, centralizar, são os caminhos propostos em busca de uma verdade fechada da ciência (Morin, 2005). Essa forma de produção científica vem sendo direcionada e manipulada através da ciência numérica onde os dados estatísticos vêm se consolidando ao longo do tempo com pouca consciência na sua constituição.

Apesar de ser difícil a constituição de uma fonte de informação estatística, a partir das especificidades que são inerentes ao seu contexto, estas não dialogam entre si, dificultando ainda mais a leitura de determinada realidade investigada. Tais questões têm elevado a formulação de um padrão de análise com dados segmentados de uma única fonte, caso do *proxy* do homicídio aqui analisado, ou do aspecto supraeconômico do turismo. Desse modo, quando se opta por trabalhar com dados cruzados, como foi proposto nesta pesquisa, deve-se ter em conta as especificidades de sua criação e formulação, como é o caso do conjunto dos crimes letais (5 tipos de crime) e dos crimes patrimoniais (5 tipos de crime e, pelo menos, 7 subtipos) e orientar uma visão complexa visando eliminar aspectos reducionistas da realidade.

Se os dados estatísticos servem para o direcionamento de uma única racionalidade, esta estaria para o reforço de um sistema criminal punitivo que não contribui com a redução das desigualdades. No campo dos conteúdos constituídos por essa análise, esta pesquisa confirmou a leitura distorcida do crime associado à pobreza, conforme vem sendo evidenciado em literatura na área (Adorno, 2005; Swanson, 2013).

Assim, o crime letal continua a operar em áreas socioeconomicamente vulneráveis, de forte adensamento populacional e com perfil sociodemográfico desigual (Ribeiro & Cano, 2016; Silva & Beato Filho, 2014). Isso significa que as políticas de segurança implementadas no Brasil, além de não modificar a realidade de extrema pobreza e desigualdade social, ainda a reforçam por meio dos seus mecanismos punitivos. O processo de planejamento e gestão do turismo, nesse caso, fortalece um sistema de afastamento dessas desigualdades do ponto de vista espacial, criando barreiras visuais e espaciais na sua operacionalização. A dinâmica do

fluxo turístico, na cidade do Natal, não opera no mesmo local dos crimes letais, confirmando a literatura na área (Borges, 2021; Costa, Câmara, et al., 2018).

Outrossim, como os dados estatísticos servem para reforçar uma racionalidade, esses dados também condizem com o escasso direcionamento de análise de outras fontes de dados, como é o caso dos crimes patrimoniais. Inclusive, verificou-se na análise dos dados desta pesquisa que há fragilidades na sua composição a partir da inexistência de dados sociodemográficos. Esse processo evidencia que a subnotificação dos crimes e a inexistência de informações detalhadas revelam um sistema criminal que pouco dialoga com o processo de desenvolvimento local.

Os crimes patrimoniais atingem áreas socioeconomicamente heterogêneas, onde agregados e excluídos passam a conviver com diferentes realidades e contextos. Desse modo, se o processo de desenvolvimento urbano neoliberal, utilizou e fomentou o direcionamento de políticas que afastam as desigualdades sociais e os crimes por meio da ideologia da pobreza, este não funcionou para outras tipologias de crimes, como é o patrimonial. Esconder tal realidade, por meio dos dados de uma racionalidade científica, também pode ser estratégia em uma cidade neoliberal onde fomenta-se o consumo: do turismo, em uma primeira instância; e da insegurança pública, no segundo plano.

Nesse processo, os dados estatísticos têm servido como instrumento, a partir de sua constituição e conteúdos analisados que direcionam o consumo de serviços e de espaços em uma cidade neoliberal. Tomar consciência desse processo é parte da discussão aqui proposta visando abrir caminhos mais elucidativos para a leitura dos dados estatísticos (seja no campo do turismo ou da criminalidade) para compreensão das realidades estudadas.

No campo socioespacial do turismo, as áreas de fluxo turístico passam a coexistir com a criminalidade patrimonial, onde a insegurança pode ser fomentada por estratégias de cerceamento de um bem comum (Harvey, 2014). A disposição dos serviços e equipamentos públicos contribui para endossar a segregação social existente onde o espaço de consumo turístico é revestido de um consumo enclausurado e, portanto, sair dessa zona e caminhar livremente pelas ruas, implica em episódios de insegurança. Com isso, o medo urbanístico revelado pelo olhar do turista com associações a determinados espaços, principalmente à escuridão (ver pesquisa de Borges, 2021), se fundamenta na relação entre espaços turísticos, criminalidade e segurança. Aliás, um tema ainda pouco explorado na literatura em turismo.

A partir de diferentes fontes para contextualizar o fenômeno da violência, identificou-se que os crimes patrimoniais operam em áreas socialmente heterogêneas que dispõem de maiores serviços e equipamentos urbanos públicos. Por sua vez, os crimes letais atuam em áreas

de vulnerabilidade e desigualdade social e, conseqüentemente, dispõem de menores serviços e equipamentos urbanos públicos. Nesse caso, a manutenção e acesso a esses serviços e equipamentos urbanos apontada na literatura como importante fator para redução da criminalidade (Coutinho et al., 2021; Jacobs, 1961; Ratton & Daudelin, 2018), funcionaria como medida preventiva para a redução dos crimes letais. Todavia, isso não se aplica aos crimes patrimoniais. É importante ainda considerar que a análise incidiu sobre os serviços públicos e não necessariamente sobre o conjunto dos serviços, onde se inclui a dimensão privada.

No campo do estudo turístico, evidenciou-se uma leitura temporal e espacial sobre o fenômeno da violência em espaço turístico. Com uma descrição metodológica para a constituição de diferentes fontes e dados analíticos, esta pesquisa evidencia que a criminalidade não impacta na dinâmica turística, inclusive com o advento da crise sanitária e as medidas de isolamento social. Essas questões são pouco exploradas na literatura que direciona o olhar para o turista ou um a apelo midiático.

Essas análises também permitiram identificar, a partir de uma dimensão espacial dos serviços e equipamentos turísticos, quer seja em uma distância euclidiana ou em *cluster* de análise, que não há relação determinística entre turismo e criminalidade que incentive a formulação de políticas específicas, como é o caso do policiamento turístico.

6. A resposta da problemática: o contexto da violência urbana

Desde o início do século XX, a violência e a criminalidade têm se acentuado no Brasil, migrando para territórios que antes era concebidos por sua tranquilidade. No campo científico, identifica-se que a relação entre o contexto criminal e a dinâmica socioespacial do turismo é uma temática recente com resultados pouco elucidativos. Assim, as discussões apresentadas neste capítulo foram pensadas para além da lógica positivista estrutural, conforme é retratada em pesquisas nessa área. Isso requer um aprofundamento sobre a forma e o conteúdo em que os dados são produzidos, mas também de abordagens teóricas sobre o contexto contemporâneo da dinâmica socioespacial do turismo e da criminalidade.

Foi possível identificar que há lacunas na constituição dos dados estatísticos, seja no âmbito do turismo ou da criminalidade, que permitam análises determinísticas de uma realidade, que é em sua essência complexa. Há um contínuo interesse da gestão pública, endossado pelas pesquisas científicas sobre os crimes que atentam contra a vida, por seu efeito de reprovação social e se constituir como um *proxy* nas pesquisas. Há uma elevada subnotificação dos crimes patrimoniais e a necessidade de realização periódica de pesquisas de

vitimização, medo e confiança no sistema de justiça policial. No turismo, os dados estatísticos são, em muitos casos, inacessíveis, falta periodicidade nas informações, sendo necessário a realização de inferências.

Ainda assim, com base na análise dos dados, foi possível realizar algumas descobertas que contextualizam o cenário de criminalidade e a dinâmica socioespacial do turismo. A primeira, e talvez uma das mais óbvias, é que a criminalidade deve ser analisada de acordo com suas tipologias, uma vez que, conforme evidenciado, o crime letal possui relação com as áreas adensáveis e vulneráveis da cidade. Os crimes patrimoniais, por sua vez, possuem dinâmica própria e não se explicam pelo adensamento populacional, mas direcionam o olhar para a heterogeneidade social como indicador das condições ambientais. O que justifica por si só a importância de pesquisas no tema envolvendo dados dos crimes patrimoniais.

A segunda descoberta está no campo do processo de desenvolvimento urbano que explica as condições ambientais. Elucidou-se que a distribuição dos equipamentos urbanos públicos não possui conexão como medida de combate à criminalidade na cidade do Natal. Tais questões endossam e explicam a segregação social existente e os mecanismos de políticas punitivas, inclusive da heterogeneidade social.

Terceiro, e talvez um dos aspectos mais interessantes, é que se negou a incidência criminal como um determinante para a diminuição do fluxo turístico. Identificou-se que o fluxo turístico na cidade pode estar mais relacionado com as férias anuais dos turistas; e que a dinâmica criminal atua de maneira independente a esse fluxo, mas há ressalva quando se trata do crime patrimonial considerando a densidade nessas áreas de fluxo turístico, mas não restrita a ela.

Considerando a distribuição territorial dos crimes e a relação com a dinâmica do turismo, identificou-se que há probabilidade de crimes patrimoniais ocorrerem a menos de um metro de distância de um componente turístico, mas isso não significa que o vitimado é o turista, mas como resultado das condições ambientais em que o espaço está distribuído socioespacialmente. Não foi possível inferir sobre a influência do tipo de componente turístico na dinâmica criminal, confirmando a não relação entre fluxo turístico e criminalidade. Por fim, em relação à densidade de ocorrência de crimes, a partir da definição de um raio de circulação em torno dos componentes turísticos, verifica-se maior densidade nos equipamentos culturais.

De maneira geral, pode-se afirmar que os dados estatísticos e criminais podem ajudar a entender a realidade – e mais do que isso, servir de subsídios para elaboração de políticas públicas – a partir de uma base teórica e metodológica que permita ampliar as análises para

além de sua mera descrição técnica. Assim, pode-se dizer que não há o melhor dado ou a melhor análise, mas o conjunto de suas percepções através de suas teorias e metodologias.

Pesquisas possuem limitações e dificuldades que são inerentes ao percurso da produção científica. As limitações aqui apresentadas compreendem três principais processos. Primeiro, na construção dos dados estatísticos que são escassos, de difícil acesso no tocante à realização de muitas inferências. Essas questões foram postas no processo de construção metodológica para onde as demais pesquisas devem aperfeiçoar essa relação. Segundo, a conexão entre as teorias de áreas distintas – criminalidade, turismo e urbanismo – e a disponibilidade dos dados que permitissem a discussão a partir dos dados analisados. Em alguns momentos, entende-se que os resultados e as análises foram mais orgânicos do que uma abordagem teórica, isto é, sem o devido respaldo teórico que concretizasse a sua relação. Foi uma escolha da pesquisadora, ajustada pelo método científico, permitir que resultados, relações e descobertas fossem possíveis para além do olhar rígido das teorias. Todavia, reconhece-se que esta é uma fragilidade de pesquisa. Terceiro, embora tenha-se optado por realizar a análise localizada para contextualizar o cenário de violência e criminalidade, reconhecemos a necessidade de análises temporais para permitir a leitura sobre o fenômeno, isso inclui o recorte de diferentes anos de incidência criminal.

As descobertas no campo socioespacial e urbanístico abriram caminhos para a discussão da análise das raízes da insegurança pública na formação das cidades. Nesse sentido, migra-se de uma análise contextualizada criminal, aqui realizada, para que no capítulo seguinte discutam-se as raízes do sentimento de insegurança na cidade.

Referências

- Adorno, S. (2005). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, (8), 84-135.
<https://doi.org/10.1590/s1517-45222002000200005>
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Zahar.
- Beato, C., Peixoto, B., & Andrade, M. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).
- Beato Filho, C., & Marinho, F. (2007). Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: *Homicídios no Brasil* (ppp. 1-252). Rio de Janeiro: FGV.
- Borges, A. (2021). *Turismo e percepção do medo: o impacto da violência urbana no uso dos espaços públicos de Natal/RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Botterill, D., Pointing, S., Hayes-Jonkers, C., Clough, A., Jones, T., & Rodriguez, C. (2013). Violence, Backpackers, Security and Critical Realism. *Annals of Tourism Research*, 42, 311–333.
<https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.01.007>

- Caldeira, T. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, 155-176.
- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* (34th ed., Vol. 9). São Paulo: EDUSP.
- Catão, Y. (2021). Pesquisas de vitimização. *Atlas da Violência*, 227–243.
- Cerqueira, D. (2014). *Causas e consequências do crime no Brasil* (BNDES, Ed.). Rio de Janeiro.
- Chauhan, V. (2015). Safety and security perceptions of tourists visitins Kashmir, India. *Advances in Hospitality and Leisure*, 3(1), 3-17. [https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S1745-3542\(06\)03001-3](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S1745-3542(06)03001-3)
- Chaves, C., Filho, B., Lopes, L. M., Cristina, V., Oliveira, D., & Carla, S. (2017). Reducción de homicidios en Minas Gerais: un análisis del programa « Fica Vivo !». *Revista CIDOB DÁfers Internacionais*, 7, 129–157.
- Costa, J. H., Brandão, T., Hermes Junior, I. do E. S., & Farias, T. R. P. de. (2018). “Polícia do turista”: contradições e revelações. *International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality*, 18(Buenos Aires: Universidad de Palermo).
- Costa, J. H., Câmara, H. M., Brandão, T. de S., & Hermes Junior, I. do E. (2018). *Spatial distribution (2015-2017) of homicides in the city of Natal/RN (Brazil) and its (non-)relations with touristic areas*.
- Costa, J. H., & Herrera, M. R. G. (2019). Criminalidade, segurança pública e sustentabilidade em destinos turísticos. *Marketing & Tourism Review*, 4(1), 1–39. <https://doi.org/10.29149/mtr.v4i1.5510>
- Costa, J., Tomé, M., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). *Planejamento e gestão da segurança pública em turismo: reflexões teóricas & estudos de caso*. Mossoró: UERN.
- Coutinho, A. C., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, 23(3), 81–104. <https://doi.org/10.5801/ncn.v23i3.9523>
- Dammert, L., Salazar, F., Montt, C., & González, P. (2010). *Crimen e inseguridad: indicadores para las Américas*. Santiago, Chile: FLACSO/BID.
- El Pais. (2017). Crise em Natal chega às ruas com ataques a ônibus após transferência de presos. Retrieved January 4, 2022, from El Pais Brasil website: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/18/politica/1484778899_532433.html
- Feitoza, B., & Costa, J. H. (2019). Violência urbana, insegurança e turismo na “cidade do sol” (Natal, RN, Brasil). *Turismo y Sociedad*, 25, 93–112. <https://doi.org/10.18601/01207555.n25.05>
- Fonseca, M. A. P. da, Bastos, M. L., & Lima, R. (2016). Segunda residência e a construção dos vínculos afetivos e territoriais no Polo Costa das Dunas / RN / Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(5), 1229–1240. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.082>
- Freitas, P. H. O. (2021). *Violência no município de Natal / RN em 2019 e 2020: uma abordagem espacial e demográfica sobre as mortes violentas com foco nos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19: vViolência no município de Natal / RN em 2019 e 2020: uma abordagem espacial e*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- George, R. (2010). Visitor perceptions of crime-safety and attitudes towards risk: The case of Table Mountain National Park, Cape Town. *Tourism Management*, 31(6), 806–815.

- <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.08.011>
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Hermes, I., & Dionísio, E. M. (2014). *Do homicímetro ao Cvlímetroo: a plataforma multifonte a contribuição social nas políticas públicas de segurança*. Natal: Clube de autores.
- IBGE. (2017). *O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017* (p.p. 1-34). pp. 1-34. Rio de Janeiro: IBGE.
- IPEA/FBSP. (2019). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- IPEA/FBSP. (2021). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública Sumário*. Brasília.
- Jackson, J., & Gouseti, I. (2013). Fear of Crime. *The Encyclopedia of Heoretical Criminology*, 1–6. <https://doi.org/10.1002/9781118517390/wbetc130>
- Jacobs, J. (1961). The death and life of America's cities. In *Vintage books*. New York: Vintage Books.
- Karagiannis, N., & Madjd-Sadjadi, Z. (2012). Crime, criminal activity and tourism performance: Issues from the Caribbean. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 4(1), 73–90. <https://doi.org/10.1108/17554211211198606>
- Kopittke, A. L. W., & Ramos, M. P. (2020). O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Administração Pública*. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190168>
- Maricato, E. (2003). Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, 17(48), 151–166. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000200013>
- Moore, S., & Shepherd, J. P. (2006). The cost of fear: Shadow pricing the intangible costs of crime. *Applied Economics*, 38(3), 293–300. <https://doi.org/10.1080/00036840500367781>
- Morin, E. (2000). *Edgar morin: ciencia con consciencia*. Anthropos.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência* (8 ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Natal. (2010). *Conheça melhor seu bairro: Ponta Negra*. Natal.
- Natal. *Diário Oficial do Município Diário Oficial do Município*. (2022).
- Nogueira, M. L. M., Batista, C. B., Vieira, A. A., & Pimentel, C. D. (2016). Educadores Sociais: o reconhecimento cotidiano e a organização de trabalho. *Educação & Realidade*, 41(4), 1289–1312. <https://doi.org/10.1590/2175-623655295>
- Ozascilar, M., Mawby, R. I., & Ziyalar, N. (2019). Perceptions of risk on vacation among visitors to Istanbul. *Safer Communities*, 18(1), 16-29. <https://doi.org/10.1108/SC-06-2018-0017>
- Protocolo de Bogotá. (2015). *Protocolo de Bogotá: Sobre calidad de los datos de homicilio en América Latina y el Caribe* (pp. 1-18). pp. 1-18. pBogotá.
- Ratton, J. L., & Daudelin, J. (2018). Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: The case of pact for life in Pernambuco, Brazil. *International Journal of Criminology and Sociology*, 7, 173–183. <https://doi.org/10.6000/1929-4409.2018.07.12>
- Ribeiro, E., & Cano, I. (2016). Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível

- municipal. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 16(2), 285. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066>
- Rolnik, R. (2017). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*.
- Seabra, C., Dolnicar, S., & Kastenholz, E. (2012). Heterogeneity in risk and safety perceptions of international tourists. *Tourism Management*, 36, 502–510. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.008>
- SEMURB. (2019a). *Revisão do Plano diretor: leitura da cidade Zona Leste*. Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- SEMURB. (2019b). *Revisão do Plano diretor: leitura da cidade Zona Norte*. Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- SEMURB. (2019c). *Revisão do Plano diretor: leitura da cidade Zona Oeste*. Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- SEMURB. (2019d). *Revisão do Plano diretor: leitura da cidade Zona Sul*. Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- Silva, B., & Beato Filho, C. (2014). Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(SUPPL). <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>
- Silva, L. A. M. da. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1), 53–84. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922004000100004>
- Swanson, K. (2013). Zero tolerance in Latin America: Punitive paradox in urban policy mobilities. *Urban Geography*, 34(7), 972–988. <https://doi.org/10.1080/02723638.2013.799369>
- Tomé, M. (2018). Factores restrictivos del turismo: La percepción de la demanda real y potencial sobre la seguridad pública en Rio de Janeiro (Brasil). *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 27, 968–984.
- Trindade, A. C., & Lima, R. (2018). Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 84, 81-106. <https://doi.org/10.17666/bib8403/2018>
- Trindade, A., & Durante, M. (2019). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 12(2), 239-265.
- Zaluar, A. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo Em Perspectiva*, 13(3), 3-17. <https://doi.org/10.1590/s0102-88391999000300002>

CAPÍTULO 2 – RAÍZES HISTÓRICAS: POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA, (IN)SEGURANÇA E TURISMO



que é o que
clara e salgada
cabe em um olho
e pesa 1 tonelada...

BEM VINDOS À VILA
NÃO ESTAMOS À VENDA!

O primeiro passo para a ação é a reflexão.**Resumo**

Este capítulo discute as raízes da insegurança pública e o processo de desenvolvimento urbano à luz da dinâmica do turismo no Nordeste brasileiro, especificamente no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, que tem o maior fluxo turístico da capital. Para tanto, baseado no método da complexidade, foram coletados dados documentais e normativos para a compreensão da realidade, para além de dados de hospedagem e empreendimentos imobiliários verticais instalados ao longo do tempo no bairro. Estes foram organizados com o auxílio do Arcgis (versão 3.18) e discutidos sob a perspectiva do portfólio bibliográfico que foi construído, isto é, da triangulação de teorias verificadas em periódicos especializados. Os resultados evidenciam que as raízes da relação entre turismo e insegurança pública compreendem a discussão do processo de desenvolvimento urbano revestida pela dimensão física e simbólica da produção do espaço. Como um processo cíclico de estruturação das cidades, o turismo emerge de forma estrategicamente concebida utilizando do apelo ambiental e paisagístico até o estouro do processo de reestruturação urbana a partir do processo de globalização. Todavia, a simbologia do turismo não é uma racionalidade constante para a justificativa das alterações socioespaciais. Atua como dinâmica física e secundária em todo o processo de discussão e constituição. Conclui-se que a insegurança possui como ramificação de suas raízes a permanência do estado neoliberal, que incentiva a privatização dos espaços públicos, o abandono da coisa pública e políticas ineficazes no âmbito da política urbana.

1. A problemática urbana e o turismo: um convite ao tema

O processo de desenvolvimento da sociedade pós-industrial é marcado por uma concepção eurocêntrica de crescimento econômico infinito que seria alcançado por todos via processo de industrialização (Santos, 2017). As cidades se tornam o palco desse processo que se ordena para a urbanização, para atender a demanda de produção. O turismo e o lazer, por sua vez, deixam de ser um fenômeno do encontro e conhecimento (Figueiredo & Ruschmann, 2004) e passa a ser utilizado por sua importância unicamente econômica o que justifica o planejamento de espaços de usos exclusivo a partir de um ciclo finito onde está fadado ao declínio das destinações (Fazito, 2015).

Nesse processo, foi endossada a perspectiva neoliberal, onde os espaços da cidade não são apenas direcionados para a dinâmica econômica, mas adquirem o status do planejador privado, que ocorrem via parcerias pelos gestores públicos (Vainer, 2013). Assim, o planejamento corporativo abriu espaço para a privatização do espaço público, que passa a ser gerido por critérios da competitividade. No turismo, são endossados critérios como fluxo,

tempo de permanência, renda, emprego e sustentabilidade entre as destinações, e um conjunto de políticas urbanas é executado para a expansão e manutenção de equipamentos turísticos que provocam alteração no espaço. Tais ações justificam o distanciamento de indivíduos insolventes, o desvinculamento ético do seu território, legitimam o não direito à cidade, provocam a gentrificação e a turistificação (Fonseca, 2012; García Bujalance, Barrera-Fernández, & Scalici, 2019).

Fato é que o processo de reconfiguração urbana, em nome da modernização turística (Sharpley & Telfer, 2015), gerou conflitos no processo de desenvolvimento propiciado pelos contrastes sociais e o não alcance do crescimento econômico homogêneo. Assim, as percepções como o abandono do espaço público, as punições advindas do sistema de justiça e uma nova estruturação da política neoliberal, revelam indignação e impotência e provocam um conjunto de inseguranças diante das incertezas do mundo (Kessler, 2009).

Cada vez mais, observa-se com frequência a violação massiva do controle em nome das liberdades fundamentais (Caldeira, 2003; Sen, 2000); da destruição do processo democrático em nome da democracia (Nóbrega Júnior, 2019); do assassinato de civis inocentes em nome da sua suposta proteção (Ribeiro & Cano, 2016); do direito ao uso do espaço público em nome da dinâmica do turismo (Coutinho, Nóbrega, & Fazito, 2021). A inversão ideológica empregada para esconder tal discrepância precisa ser debatida e descortinada.

Apesar de sua notória relevância, a questão da insegurança pública e do desenvolvimento urbano tem ocupado pouco espaço nos estudos e reflexões relativos ao turismo com a discussão das múltiplas faces que o caracterizam. Quando ocorre, está focada no interesse de visitação com diferentes perspectivas, como da mídia (Brown, 2015; Oh, Ren, & He, 2019), do policiamento do turista (Costa & Herrera, 2019), imagem do destino (Ali, Shah, & Khan, 2018; Marcelo Tomé, 2013), segmentos do turismo (Adam & Adongo, 2016), esvaindo-se da compreensão que o turista tem o seu olhar direcionado (Urry, 2002). Essas abordagens tornam-se insuficientes no contexto contemporâneo, para além de reforçar seu ideal de consumo turístico, inclusive da insegurança, afastando as pessoas dos grandes centros e da dinâmica local, as enclausurando nos muros de resorts e condomínios fechados.

Nesse sentido, este capítulo objetiva discutir as teorias de desenvolvimento urbano e suas relações com o contexto de insegurança pública, com o olhar especial sobre a dinâmica do turismo no Nordeste brasileiro. Busca-se compreender as raízes do quadro de insegurança pública em locais que foram planejados para promover melhorias sociais via advento do turismo.

O bairro de Ponta Negra, com expressivo apelo turístico, localizado na capital do estado do Rio Grande do Norte, Nordeste brasileiro, torna-se, assim, o lócus de estudo da pesquisa que se justifica pela crescente mudança na dinâmica socioespacial, incentivada por políticas urbanas, em conjunto com o cenário de violência. Acrescenta-se, ainda, fatores como o contexto de desenvolvimento social desigual com discrepância entre perfis sociais em um mesmo bairro que tornam um terreno fértil para as discussões aqui propostas.

O capítulo segue uma estrutura normativa. Primeiro, detalham-se os aspectos que foram desenhados metodologicamente. Segundo, discute-se o processo de desenvolvimento urbano ocidental, com forte embasamento nas teorias sociológicas e urbanas; e relaciona com a dinâmica do turismo através das principais teorias na área. Por fim, apresenta-se uma leitura do processo de desenvolvimento urbano do Nordeste brasileiro, que possui interface com a discussão da insegurança pública em destinos turísticos. A seguir, estão as breves considerações finais como possibilidade de reflexões e construção do conhecimento científico.

2. Design metodológico: sobre abordagem e fontes

A maioria das pesquisas que buscam compreender a (in)segurança pública estabelecem relação direta com pesquisa de vitimização (Adam & Adongo, 2016; Beato et al., 2004; Trindade & Durante, 2019a) ou mecanismos de proteção individual (Adedeji, Fadamiro, & Adedeji, 2016; Sun & Webster, 2019), por meio de uma amostragem estatística como influência da sociologia criminal americana. Entretanto, esses estudos apresentam pouca correlação positiva entre o fato de ser vítima e os mecanismos adotados de proteção com o fato de se sentir (in)seguro.

Outros estudos, situados na abordagem crítica do turismo (Bianchi, 2009), vêm sinalizando que a (in)segurança pública deve ser analisada longe das estatísticas criminais e caminham para a abordagem territorial de estudos de caso aprofundado (Costa et al., 2021; Coutinho et al., 2021). Essa ação requer uma visão abrangente e complexa voltada para a estruturação dessas relações sociais e análises do turismo, transcendendo a visão cartesiana kantiana e a dialética marxista que são comumente utilizadas para estudos no turismo. Nesse sentido, esta pesquisa, adota o método da complexidade, situado nas novas abordagens científicas que orientam o pensamento e a atitude do pesquisador, ancorada em seus princípios, ao mesmo tempo, em que provoca uma nova reflexão sobre a realidade e o seu agir (Morin, 2000).

Baseada no olhar complexo da realidade, a pesquisa foi estruturada em três principais procedimentos metodológicos. No primeiro processo, o objetivo consiste no levantamento bibliográfico para a discussão da problemática. Adotou-se a metodologia desenvolvida por Ensslin et al. (2010) denominada ProKnow-C – *Knowledge Development Process Constructivist*, que explicita a pesquisa em etapas. Para este estudo, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: desenvolvimento urbano, insegurança e turismo – que foram pesquisadas em Português, Inglês e Espanhol, no período dos últimos dez anos. Conforme sinalizava a literatura, posteriormente, foram incluídas palavras-chave como gentrificação e turistificação para direcionamento e aprofundamento da pesquisa. A base de dados utilizada foram os periódicos que possuem alto fator de impacto em turismo e de áreas correlatas. Como critério, escolheu-se os bancos de dados de pesquisa científica da Scielo, SciencDirect, Dialnet, Redalyc e Capes, por englobar um universo de pesquisadores de diferentes abordagens.

Sabendo da insuficiência da análise para o objetivo proposto da pesquisa, sobretudo da existência das redes, tribos e territórios que se instalam para a produção científica do turismo (Tribe, 2010), logo em seguida houve uma busca de livros e artigos que não estavam nesse recorte de pesquisa, mas que são considerados relevantes para a discussão proposta. Levou-se em conta, principalmente, a dimensão geográfica em que foram produzidas essas pesquisas, com ênfase para as epistemologias do sul (Santos, 2017) – por considerar problemáticas que são inerentes à abordagem territorial e à temática de pesquisa. Em relação à base de dados, evidencia as referências bibliográficas dos artigos que foram anteriormente levantados e a indicação de leituras de especialistas na área. O levantamento dessas informações contribuiu para a construção do portfólio bibliográfico (ver Quadro 7), que foi organizado por temáticas que se estruturaram após a sua leitura e releitura.

Quadro 7. Portfólio bibliográfico

Temas	Artigos e livros
Desenvolvimento urbano e gentrificação	(Arantes, Vainer, & Maricato, 2013; Bauman, 2001, 2009; Beato, Silva, & Tavares, 2008; Bobbio, 2012; Caldeira, 1997; Davis, 2006, 2020; Furtado, 1980; Harvey, 2014, 2017; Jacobs, 1961; Lefebvre, 1969, 2016; Rolnik, 2017; Sen, 2000; Silva, 2014) (Atkinson & Bridge, 2005; Lees, Slater, & Wyly, 2008; Smith, 1996, 2008; Sposito & Góes, 2013; Villaça, 2005)
Dinâmica socioespacial do turismo e turistificação	(Borges, Ferreira, & Nóbrega, 2017; Britton, 1982; Coutinho & Nóbrega, 2019; Coutinho et al., 2021; Figueiredo, 2008; Figueiredo & Ruschmann, 2004; Fonseca, 2012; García Bujalance et al., 2019; Gotham, 2005; Kessler, 2009; Urry, 2002)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O segundo momento consiste no levantamento documental, sociodemográfico e normativo da realidade investigada, que contextualiza o seu processo de desenvolvimento urbano e o quadro de insegurança pública. O levantamento documental foi realizado nas secretarias de planejamento urbano e turismo da cidade do Natal com ênfase no processo de desenvolvimento do bairro de Ponta Negra, que tem características e dinâmicas voltadas para o turismo. De forma específica nas secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), Serviços Urbanos (SEMSUR), Mobilidade Urbana (STTU) e de Turismo (SETUR). Esses documentos remetem à política pública oficialmente formulada ou até mesmo a ações de intervenções urbanas mais pontuais que têm impacto na dinâmica local.

Para a leitura sociodemográfica, recorreu-se aos órgãos oficiais de medição estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atlas do desenvolvimento humano no Brasil, cujo dados foram complementados com informações encontradas em documentos oficiais, livros e publicações de pesquisa científica. Os documentos normativos, por sua vez, remetem às decisões judiciais que tramitaram ou estão em trâmite sobre a realidade analisada em conjunto com as determinações urbanísticas que foram pesquisadas nas promotorias de justiça e no Diário Oficial do município e do estado.

Fez parte dessa análise o Plano Diretor de Natal de 1984, 1994, 2007 e 2022, o Megaprojeto turístico Parque das Dunas/Via Costeira (PD/VC), Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur/NE), Plano de Ordenamento, Gestão e Fiscalização Integrada da Orla de Ponta Negra (2017), entre outros documentos. A coleta dos dados documental acompanhou o trabalho de campo em visitas recorrentes ao bairro para desenvolver uma visão global da implementação das políticas na região, registrar fotos e realizar observação não participante.

A terceira e última etapa de coleta emerge em decorrência da leitura documental para auferir as mudanças socioespaciais desencadeadas| pela dinâmica do turismo. Trata-se, especificamente, dos equipamentos urbanísticos que foram construídos para uso misto (imóveis) ou único (hospedagem) do turismo. Adotou-se o critério de verticalidade, por indicação da literatura analisada que sinaliza o alto impacto na transformação da paisagem e das relações sociais (Caldeira, 2003; Silva, 2007). Os dados foram coletados nos conselhos de classe do turismo em conjunto com informações das secretarias municipais, estaduais e federais que possuem relação com o turismo. De forma específica, foram investigadas informações na Junta Comercial do Rio Grande do Norte (JUCERN), Dados e Fatos do Governo Federal, Cadastro de Pessoas Físicas Jurídicas que atuam no setor de turismo (Cadastur) e Associação Brasileira de Hotéis da seccional do RN (ABIH-RN).

Percebeu-se que, embora as empresas tivessem diferentes números de registros (CNPJ), que se alteravam ao longo do tempo, mantinham a mesma localização e/ou titularidade e/ou razão social. Assim, com foco na análise socioespacial, considerou-se a data de sua origem, sendo acrescentado o critério de status ativo.

É importante considerar que, embora os serviços de eventos, alimentos e bebidas e agenciamento sejam característicos da dinâmica do turismo, foram excluídos dessa análise. Primeiro, porque esses serviços não são necessariamente do tipo vertical como importante elemento identificado na teoria e nas imersões em campo através da observação não participante. Segundo, porque os dados coletados desses segmentos foram inexpressivos, como fonte de ilustração, somente sete equipamentos de eventos/cultura foram identificados ao longo de três décadas, o que não condiz com a realidade. Terceiro, porque os equipamentos de Alimentos e Bebidas se confundem com as demandas locais, tornando-se de difícil mensuração e correlação com fluxo do turismo.

Esses dados foram analisados considerando o olhar complexo da realidade, que contou com informações qualitativas documentais e quantitativas por meio de estatísticas de investimentos na área. Para tanto, foi necessário o suporte do Excel (Pacote Office Professional Plus 2016, versão 2003) para os dados estatísticos e a elaboração dos mapas ilustrativos com suporte do ArcGis (Versão 10.5) e Google Earth Pro. Foi realizada uma leitura histórica e, portanto, conjuntural da realidade para compreender as raízes da insegurança pública em espaços turísticos.

3. Desenvolvimento urbano e turismo: o contexto pós-moderno da insegurança pública

3.1. Desenvolvimento urbano modernista: consensos de crise para a gentrificação

O processo de desenvolvimento urbano é marcado por encontros e desencontros entre pesquisadores geógrafos, arquitetos, urbanistas, administradores, (por que não) turismólogos²⁷ e gestores públicos que têm como cerne a discussão do problema urbano. A questão urbana aqui apresentada não como elemento restrito à dicotomia entre rural e urbano que é impulsionado pelo processo de crescimento populacional no pós-guerra – como é usualmente realizado na literatura, mas, sobretudo, a partir da leitura do espaço das relações sociais que se desenvolvem nas cidades.

²⁷ Uma das funções do turismólogo é realizar o planejamento e a gestão da atividade que acontece em um determinado tempo e espaço, que inclui a problemática da dinâmica urbana.

É evidente que o surgimento das cidades precede o capitalismo e elas mudam conforme o seu contexto histórico. Seu primeiro registro está na formação das cidades gregas que extinguem o isolamento das aldeias e constitui o renascimento do comércio em torno de uma *pólis*. Nesse sentido, como uma invenção das relações humanas, a *pólis* suprime o viés mitológico como condução das decisões sociais e configura o homem como o centro, em razão do seu poder de raciocínio e convencimento. Era dentro da *pólis* que se concebia a única possibilidade de civilização e, por isso, constituía-se como elemento do bem supremo em detrimento de outras instituições, como a familiar, as amizades e até mesmo a propriedade privada. O seu núcleo urbano mais importante era a *ágora*, compreendido como um espaço público de fala, da política e da liberdade, o que só era possível devido aos encontros sociais. Na *pólis*, a cidadania fundava-se em um processo educativo e a política estava ancorada na democracia (inclusive foi na Grécia que surgiram as contribuições contemporâneas de tipologias de governo). De modo que educar pressupunha um ato de convivência social e a cidadania estava relacionada ao processo de consciência política (Bobbio, 2012).

Todavia, a forma de desenvolvimento urbano que concebemos na modernidade, tem raízes no Iluminismo a partir de preceitos da economia liberal e tem como marco a Revolução Industrial. Revestido de um ideal de crescimento econômico, as cidades foram vistas como unidades de bens produtivos baseando-se na técnica e na ciência. De modo que, assim como acontecia no processo industrial, as cidades espelhavam a mesma realidade e se tornam palco desse processo produtivo. Adota-se o modelo de produção fordista através da compreensão do espaço público como o de acumulação do capital.

A ideia de progresso por meio da produção do capital era bem-vinda, principalmente, em um cenário de devastação econômica de duas guerras consecutivas. Deparava-se com uma população deprimida pela estagnação econômica que tinha migrado para as cidades, enxergando-se ali um espaço de oportunidade de trabalho. O que torna um terreno fértil para garantir a “aceitação” populacional em qualquer ação de intervenção pública urbanística. Esse primeiro momento de consenso de crise urbana ocasionada, singularmente, pelo aumento populacional e a ausência do estado em prevê estrutura urbana, gera um levante de disputa social, onde cada indivíduo torna-se responsável pelo seu progresso através da famigerada competitividade. As cidades, por sua vez, também passam a competir umas com as outras em busca do seu crescimento econômico.

Não obstante, é durante o final do século XIX e início do XX, incentivadas por um Estado de Bem-Estar Social, que as nações recebem uma injeção de investimentos públicos urbanísticos que justificam e endossam a noção de crescimento econômico como sinônimo de

desenvolvimento (Furtado, 1980). Essas intervenções urbanas têm aspirações haussmanianas, que agregou subúrbios em Paris através da reformulação de uma “Cidade Luz” como um dos maiores centros de consumo; e Mosenianas em Nova York, que esvazia o centro da cidade, expulsando as minorias em prol do direcionamento da privatização do consumo.

O papel que essas *personas*²⁸ adquirem, parafraseando David Harvey (2014) – e outras mais que surgem na história do planejamento urbano – é de total relevância para a urbanização moderna. Elas convergem para a necessidade de instalação de instituições financeiras e instrumentos de créditos a altas taxas. O que se torna possível em um modelo de estado social que promulga melhorias urbanas por meio de um financiamento da dívida e o ciclo infinito de indivíduos insolventes. Confere-se, assim, uma suposta “aceitação” em face à ausência de qualquer outra oportunidade como possibilidade de desenvolvimento (Sen, 2000).

Coloca-se em questão o urbanismo prometido pelo planejamento das *personas*. Mas o que, de fato, se concretizava era um processo que Ruth Glass descreve em seu livro *Aspects of Change*, em 1964 e chamou de *Gentry*. Na sua versão em Português, significa gentrificação, onde os usos e significados de zonas antigas passam a atrair os moradores de renda mais elevada. É o resultado do processo de industrialização do pós-guerra e decadências de determinadas áreas com o reforço do discurso de reconstrução dessas áreas.

Posteriormente, o termo foi aperfeiçoado por Neil Smith (1979), o qual afirmou que a chegada das pessoas de alta renda, em certas zonas da cidade, não é a causa da gentrificação dos bairros, mas a consequência do afluxo do capital para essas regiões, e faz parte de um processo de segregação mais amplo.

De lá para cá, o estudo sobre a gentrificação desperta o interesse de diversos pesquisadores e tem sido analisado sob diferentes perspectivas. As duas correntes mais claras de pensamento, embora divergentes, abordam, de um lado, a teoria baseada na demanda para explicar e legitimar as mudanças socioespaciais ocasionadas pelo processo de gentrificação. A ênfase é o estilo de vida e preferência dos indivíduos. De outro lado, as teorias centradas na oferta como parte de um processo mais longo de reestruturação do capitalismo que relaciona as políticas neoliberais e a globalização.

De acordo com Smith (1996), o processo de gentrificação ocorreu em três principais ondas. A primeira remete ao final da década de 1970, onde ainda era concebido como uma

²⁸ O que lembra os modelos empresariais, que são em essência competitivos, e as rotulações de planejamento em torno de uma única pessoa – muito explorada pela área do Marketing. Essas *personas* são consideradas referências e os seus ideais um caso de sucesso que, por isso, devem ser replicadas em qualquer realidade (sem considerar o seu contexto), reforçando a perspectiva em torno do crescimento econômico.

“anomalia local”. Nesse período, as estratégias de planejamento urbano eram direcionadas para o embelezamento da cidade através do recorte de vias de circulação para a expansão do comércio e a chegada, embora singular (no caso brasileiro), do transporte automotivo. Isso estimula a desapropriação das comunidades que eram concebidas como tradicionais.

A segunda onda iniciou no final da década de 1970 e se estendeu até o início de 1980 e foi concebida como um movimento mais amplo e sistemático que contribuía com a reformulação do espaço urbano nos pilares sociais, econômicos e políticos (Smith, 1996). Há a separação do território entre zonas que passam a ser consideradas homogêneas e foram criticadas por Lefebvre (2016) por dotar de um urbanismo “monofuncional” onde se divide espaços de moradia, trabalho, lazer e circulação. Esta seria a mais concreta inteligência analítica que, pautada em uma ideologia técnica científica, segrega as funções da cidade da sua realidade social. No Brasil, vivia-se a constituição do Estado de Bem-Estar Social, que ocorre em conjunto com a ditadura militar, o que sinaliza que as políticas sociais funcionavam como ações para disfarçar a atuação impositiva estatal (Arantes, 2013).

A terceira onda do processo de gentrificação, ocorre em meados de 1994, quando se torna generalizada e estrategicamente concebida. O ingrediente especial são as parcerias que direcionam o olhar para a privatização do espaço (Smith, 1996). Nesse sentido, se as cidades se tornam produtivas a partir da lógica comercial de uma cidade-empresa (Vainer, 2013), o planejamento que é direcionado se torna *estratégico* para atingir esse fim. Competitividade e estratégia se complementam no jogo da gestão pública com objetivo de gerar lucro. Assim, o planejamento estratégico ganha espaço mítico de uma suposta modernização que entulha as cidades de monumentos cada vez mais opressores para a sua gentrificação.

A gentrificação, neste momento, conforme elucida Picanço (2020), não é somente residencial com a mudança do perfil e estilo de moradia, mas, sobretudo, de consumo, a partir da reestruturação de equipamentos como restaurantes, cinemas, escritórios, museus, entre outros, isto é, desencadeia uma mudança física, econômica, social e cultural.

Outros autores como Lees, Slater e Wyly (2008) apontam a existência de uma quarta onda caracterizada por uma conexão entre gentrificação e capital nacional e internacional que motiva a elaboração das políticas públicas excludentes, isto é, a globalização da gentrificação. Isso significa dizer que, com a globalização do capital, a sinergia entre mercado e estado é endossada, mas adiciona uma suposta democratização dos processos que passam a ocorrer via instâncias governativas. Dessa forma, o processo de democratização – através de preceitos participativos e cooperativos – que emerge em conjunto com o Estado neoliberal, não está

relacionado à construção de uma civilidade, conforme previa a *pólis* grega, mas exatamente à geração de uma cidade-empresa com capital transnacional (Vainer, 2013).

Os estudos sobre gentrificação na contemporaneidade, focados na vertente da oferta, sofrem críticas por lançarem uma perspectiva das consequências do seu processo e recaem no mesmo erro de sua pesquisadora inicial (Picanço, 2020). Outros afirmam que a gentrificação deve ser analisada por sua causa e, portanto, deve acompanhar um *por que*, o que eleva a compreensão de um fluxo de capital que se estrutura anteriormente ao seu processo (Smith, 1996). Não se diferencia a gentrificação em uma relação de causa-efeito, mas há convergência de pesquisadores com foco no seu processo. Nesse sentido, os estudos deixam de ser genéricos na discussão da gentrificação e passam a estabelecer características individuais e gerais que foram sendo conduzidas nas áreas de investigação.

Para Hudalah et al. (2016), a gentrificação precisa ser vista em termos de coalisões dessas classes sociais que ocorrem em nível local. Isso significa afirmar três principais elementos contemporâneos da gentrificação. Em primeiro lugar, que a gentrificação não é mais uma anomalia ou restrita a um território, mas um fenômeno global que é recíproco e interatuante (Picanço, 2020). É exatamente isto que a diferencia da quarta onda: o reforço da globalização da gentrificação que utiliza da simbologia de suposta participação. Neste momento, a gentrificação ocorre de forma difusa, inclusive em áreas periurbanas (Hudalah et al., 2016), com a compra de lotes vazios para especulação (Rigolon, Stewart, & Gobster, 2020), e ganha contornos de um novo paradigma na territorialidade socioespacial urbana através da aquisição de equipamentos de segurança – grades, portas, câmeras de vigilância – que segregam socialmente, além de alterar a dinâmica local (Adedeji et al., 2016; Mandeli, 2019; Sun & Webster, 2019).

Em segundo lugar, a gentrificação, enquanto conceito derivado do inglês *gentrification*, implica na ação de enobrecer uma área e não necessariamente concretizada por uma alta nobreza. De acordo com as evidências da pesquisa de Picanço (2020), no Brasil, essa nobreza deve ser compreendida como a classe média que possui interferência no seu modo de consumo socioespacial, inclusive da instalação de pessoas em situação transitória, como é o caso de estudantes, profissionais liberais, turistas, entre outros.

Terceiro, a gentrificação deve ser vista em termos de relações em nível local, uma vez que as características do modelo norte-americano não condizem com as estruturas das distintas realidades do Brasil. No processo de gentrificação há a formação de um capital simbólico e intelectual que resulta na reestruturação econômica, sociocultural e demográfica. Assim, as transformações físicas dentro do bairro ou localidade refletem as transformações simbólicas.

Não existe simbolismo que resista à falta de infraestrutura (Harvey, 2014). Nesse sentido, a gentrificação conecta uma realidade global, mas que possui incidência de características específicas a partir de uma estrutura social da classe média brasileira.

Duas tendências têm sido observadas reforçando o processo em torno de simbolismo, especificamente, do “sentimento de comunidade”, e introduzem novas relações socioespaciais às dinâmicas urbanas, tão prejudiciais quanto as do pós-guerra, denominadas pela literatura como o *gated communities* e a teoria urbanística do *New Urbanism*.

Sobre a primeira, não há princípios normatizadores a não ser atender uma demanda do mercado que se consolida na cidade fordista. O planejamento consiste no isolamento do entorno a partir de acesso controlado por barreiras físicas para o distanciamento de um cenário dos problemas urbanos, o que Caldeira (1997) denominou como enclaves fortificados. Funciona como uma ação antiterrorista em torno da simbologia do combate ao roubo, aos pobres, à violência, às drogas e ao desemprego. Adiciona a esse processo a possibilidade de “congelamento” da área para impedir a sua decadência.

Sobre a teoria do *New Urbanism*, esta surge como influência britânica para recriar cidades pré-industriais. Visa a promoção de um desenvolvimento inteligente através de um reforço de espaços homogêneos (como herança do movimento *Smart Growth*). Agradou a planejadores e políticos criando *personas* como Andres Duany, mas também recebeu diversas críticas na prática, uma vez que ainda não alcançaram o mesmo grau de aceitação que o *Gated Communities*. Esse urbanismo defende que um novo senso de comunidade pode ser gerado a partir de uma busca por moradias fora dos grandes eixos urbanos e seus problemas associados, como as concentrações étnicas, a violência, a suburbanização etc., mas que na verdade provoca maior suburbanização e/ou isolamentos desses grupos (Silva, 2014). A primeira experiência foi na cidade de Seaside, na Flórida, em 1981; e a segunda, na cidade de Celebration²⁹, também na Flórida, projetada para 20 mil habitantes, tendo como seu incentivador a Disney Corporation (uma empresa com enorme poder de mídia, consumo, turismo, entretenimento), em 1994.

Apesar de possuírem origens divergentes, possuem em comum o fortalecimento dos enclaves suburbanos utilizando de um suposto “sentimento de comunidade”. Assim, o consenso de duas principais crises, pós-guerra no início do século XIX e urbana em 1950, justifica a

²⁹ A ideia de uma cidade perfeita deu face a uma realidade de atraso na entrega das residências comunitárias, na supervalorização dos imóveis, na arbitrariedade sobre o tipo de planta que deveria ser colocado nos jardins, na dificuldade de acesso educacional em escolas públicas, na imposição de religião ecumênica, entre outros fatores retratados em pesquisa realizada por Andres Ross (1999).

necessidade de uma mudança que deveria supostamente gerar melhorias, mas contraditoriamente a reforça através das novas dinâmicas urbanas.

Tais problemáticas já estavam sinalizadas ainda no início da década, quando Jane Jacobs (1961) denunciava nos Estados Unidos uma visão ortodoxa urbana que contribuía com a morte das cidades. Através de observação de campo, afirmava que os bairros com mais vida econômica, corriam sérios riscos de se tornarem vítima do seu próprio sucesso através da instalação de empresas que alteravam a sua dinâmica – que em um primeiro momento eram consideradas atraentes. Suas perspectivas já criticavam os efeitos nocivos dos carros nas cidades e de grandes edifícios de uso único.

Na França, essa crítica só ocorre após a eclosão do movimento contracultura, quando Henri Lefebvre (1969) escreve o conhecido livro *Le Droit à la Ville*. Ele evidencia a urbanização como resultado do processo de industrialização das cidades que acompanha uma visão cartesiana no planejamento urbano e seus efeitos sociais. Para isto, inspirado nas obras de Marx, convida a sociedade, numa espécie de manifesto, para se articular e se empoderar socialmente contra o processo de segregação social que ocorria na época.

David Harvey, como um dos seus contemporâneos, sinalizava a necessidade de compreender as lutas por um direito à cidade precedente à revolução socialista. Assim, apesar de compreender a importância da obra do seu antecessor na tarefa de imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade, ele vai além. Para Harvey, o direito à cidade está relacionado ao tipo de pessoas que queremos ser e que tipo de relação buscamos. Assim, é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p. 28). Aqui inclui as questões relativas ao processo de liberdade humana e a sua realização, não apenas no plano do desejo. O problema, para o autor, reside no modo de produção capitalista, e de forma específica, ao uso direcionado do capital. Isto é, toda cidade capitalista gera um valor, mas é o uso a que se destina que pode ser prejudicial. Está direcionado para a formação de uma cidade nos moldes de uma empresa que se disponibiliza à venda e a (re)produção do capital, e não necessariamente do uso social (Harvey, 1980, 2014).

No Brasil, Ermínia Maricato fez importantes inferências sobre o planejamento urbano brasileiro, que “não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas” (Maricato, 2013, p. 122). Assim, há uma miríade de ideias que estão fora do lugar, mas também de um lugar fora das ideias por se constituir sem planos, nem ordem. Isso implica em uma concepção de cidade que não reconhece suas dimensões e características onde o seu planejamento é realizado de forma avessa. Considerando

o cenário histórico, a autora cita que do modernismo há o aprendizado do progresso linear que só ocorre via desenvolvimento urbano arquitetônico em busca de uma suposta renovação. Já do Estado de Bem-Estar Social e do Fordismo, há o aprendizado da compreensão do Estado como figura central para resolução do desequilíbrio do mercado.

O que talvez seja interessante observar é que a desregulamentação estatal e o negacionismo da realidade têm como consequência a geração de uma sensação de insegurança generalizada que dissolve a solidariedade presente nas relações humanas. Uma vez substituída a solidariedade por seu primo chamado competitividade, de forma *estrategicamente* concebida (Vainer, 2013), os indivíduos se sentem abandonados em si mesmos. Conforme elucida Bauman (2009), “as classes perigosas” são o resultado do indivíduo excluído de um circuito econômico, isto é, de um salário que lhe garanta uma utilidade funcional. É assim desde a formação das cidades-estados. Portanto, manter as classes perigosas, faz parte de um projeto abstrato de declínio de um Estado social e ascensão de um Estado penal (ou neoliberal).

Sendo assim, o processo de planejamento urbano pós-modernista nega a política e sua importância para a construção social, conforme previa a *pólis* grega, inclusive como um tema que não deve ser discutido por causar temor social. Abre espaço para legitimar uma não cidade, que é direcionada por poucos e vivenciada por muitos. Estabelece também o consenso da necessidade de investimentos para a desejada modernização das cidades. A modernização ocorre via parcerias que são em essência competitivas.

O que esse processo de desenvolvimento alerta é que a globalização neoliberal tem impactos negativos no processo de urbanização que está em curso desde o século XX. Ainda assim, novas evidências desse processo de expansão capitalista parecem assustadoras com o surgimento de epidemias.

Conforme nos lembra Mike Davis (2020), a pandemia atual da Covid-19, não é uma pandemia isolada, mas o início de *Eras de pandemias* que inicia com a gripe espanhola (1918), perpassa pelas aviárias (1957, 1968, 1997) e o SARS na China (2003, 2020). Para o autor, há uma triangulação de fatores que contribui com seu agravamento, o que inclui: a) a superurbanização da urbanização e o estímulo à agricultura industrial; b) a destruição das áreas naturais que permitiam o isolamento de doenças com animais transmissores; e c) a redução no orçamento público em saúde pública pela disseminação de um estado mínimo (Estado neoliberal). Para o autor, o planeta se transformou em uma favela com cenários naturalizados de pobreza onde vive a maioria dos habitantes das cidades (Davis, 2006), esconder tal realidade faz parte do processo de um estado permanente de crise e sua suposta mudança para processos cada vez mais de gentrificados, em suas mais diversas feições.

Assim, o consenso social é uma linha muito tênue que evoca a existência de um ciclo capitalista – que se torna global. Esses consensos são direcionados para uma suposta normalidade através da ocultação de uma realidade que é desigual e, portanto, não deve ser naturalizada. A construção da cidade-empresa ocidental capitalista é promovida desde suas raízes iluministas, e mesmo com o estouro de várias crises, constrói consensos de uma ideologia de crescimento econômico que será atingido por todos. Por vezes utiliza a economia no pós-guerra, em outros momentos a cultura nos movimentos sociais, e culmina em uma suposta democracia no contexto neoliberal. A gentrificação deixa de ser uma anomalia e adquire proporções globais. Ainda assim, há diferentes feições a partir dos casos locais com face na promoção do movimento capitalista e geração de uma mudança que não é somente física, mas social, econômica e cultural, endossando a segregação social.

Não é a única relação estabelecida na *pólis* negacionista pós-moderna, há movimentos que se colocam contra o capitalismo hegemônico dominante que busca em determinados momentos da história evidenciar sua dialogia. Esse é o caso do movimento *Black Blocks* (inicialmente na Alemanha), com grande marco em Seattle, em 1999, que foi renovado pelo movimento *Black Lives Matter*, em 2013; A Revolta do Busão, em 2013, com início em Natal, que lutava pelo acesso ao direito ao transporte público e de qualidade, entre outras. A racionalidade desses grupos é direcionada pensando em uma cidade para todos, com a diminuição da desigualdade social, a existência de cultura autêntica, a luta étnica, entre outros, como parte de um processo de desenvolvimento humano (Sen, 2000).

Não obstante, o que se observa é a reorientação de um consenso do estouro de uma crise que unifica integrados e excluídos em uma mesma dinâmica. O planejamento estratégico ganha espaço mítico de uma suposta modernização que entulha as cidades de monumentos cada vez mais opressores para a sua gentrificação. Como resultado das relações sociais, o turismo torna-se um fenômeno absorvido pelo processo urbanístico das cidades como uma nova forma de experimentar e vivenciar o espaço singular. A sua discussão carece de elementos peculiares que são discutidos no subtópico seguinte.

3.2. Turismo na práxis do desenvolvimento urbano: da gentrificação à turistificação

Se a história do desenvolvimento urbano precede o capitalismo, a história do turismo tem marco nesse sistema social e com ele o processo de desenvolvimento socioeconômico. É um fenômeno que nasce e se desenvolve com o sistema capitalista e tem grande influência no espaço urbano e social.

Obviamente que as viagens existem desde a antiguidade com caráter comercial e religioso, provocadas pelas grandes navegações, mas se intensificam no século XVIII através do movimento naturalista europeu, caracterizado por jovens da elite; e no século XIX, marcada pelo movimento romântico, com apelo à valorização da vida ao ar livre e das paisagens naturais. Esse fenômeno Molina (2003) define como pré-turismo, no qual o caráter de aprendizagem por parte dos viajantes, os encontros culturais, as percepções e as trocas sociais são, por vezes, negligenciados, tendo em vista a inexistência de estruturas específicas que caracterizam o turismo industrial³⁰.

O estudo genealógico das viagens realizado por Figueiredo e Ruschmann (2004) já sinalizava que as viagens, desde aquela época, eram parte da ação do homem na geração do seu bem-estar, da descoberta e das conquistas; portanto, viajar não é supérfluo. E é nesse momento em que a essência do turismo se revela a partir do seu papel no processo de desenvolvimento humano, isto é, de tornar conhecido o desconhecido, de possibilitar a diminuição das desigualdades sociais e da intolerância, do encontro com novos valores culturais e sociais, além de propiciar a experiência como elemento transformador que tem um fim em si mesmo e, portanto, vai além dos seus preceitos econômicos (Fazito, 2020; Figueiredo & Ruschmann, 2004).

Não obstante, foi com o advento da Revolução Industrial e a emergência da concepção de lazer no século XIX, que as viagens passaram a ganhar contornos do turismo industrial. O turismo, então, passa a ser reconhecido e incentivado com a justificativa de sua importância econômica por gerar emprego e renda. Também se torna sinônimo de liberdade no contexto pós-guerra que, em conjunto com as conquistas trabalhistas, torna acessível o lazer e a cultura junto à classe trabalhadora. As melhorias nas estradas, acomodações e mapas topográficos favorecem as viagens em grupo que atingem a sua massificação na década de 1970. Assim, como algo inerentemente bom, o turismo passa a ser incentivado (Boyer, 2003; Figueiredo & Ruschmann, 2004).

Como resultado do seu processo de incentivo, um conjunto de alterações urbanas foram realizadas para investimento na dinâmica e no recebimento do fluxo turístico. As destinações, por sua vez, passam a ter ciclo de vida em um processo de descarte racional de consumo, incentivado por pesquisas científicas (Butler, 1980); há um incentivo do planejamento de

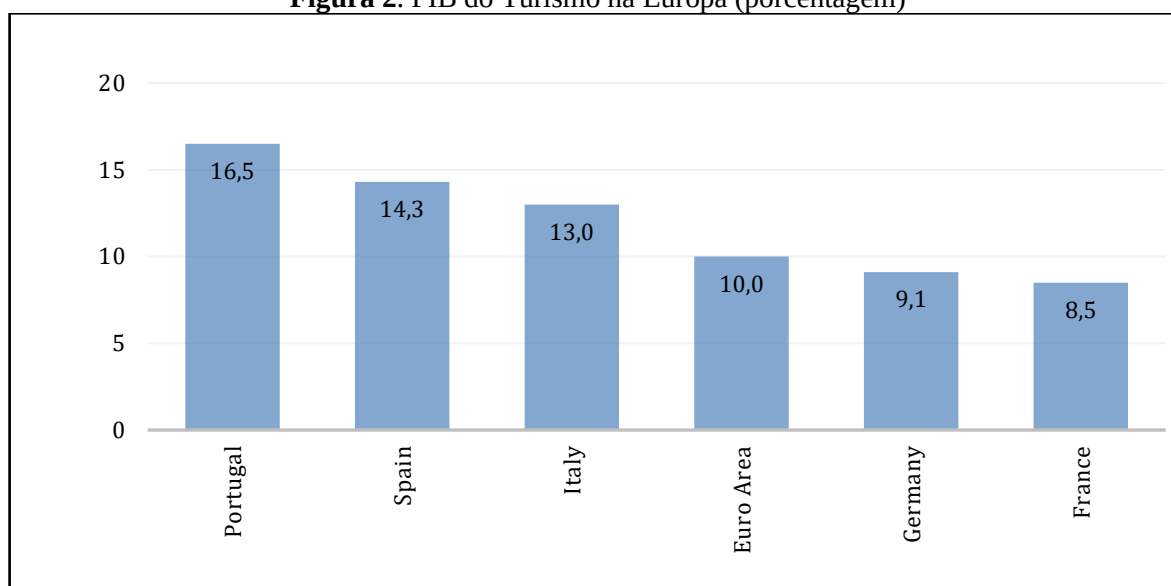
³⁰ O geólogo Thomas Hose, por exemplo, que realizou as definições do que concebemos como Geoturismo, em 1995, identifica o interesse paisagístico, natural e geológico apropriado pelo turismo como sendo somente pós-industrial. Todavia, essa concepção torna prejudicial a compreensão do fenômeno do turismo moderno, conforme evidencia a investigação histórica de Coutinho, Urano, Mate e Nascimento (2019). Os autores ainda acrescentam que a principal motivação do geoturista é a interação social e a busca pelo prazer.

espaços únicos de uso turístico (Boullón, 2001) a partir de um sistema psicográfico de personalidade de turistas (Plog, 1973). O conjunto desses fatores provoca a segregação socioespacial (Fonseca, 2012; García, 2012) e o advento do fenômeno da turistificação, como uma nova face da gentrificação direcionada para a dinâmica turística (García Bujalance et al., 2019).

A turistificação é um conceito para demonstrar as práticas de direcionamento de estruturação das cidades para o consumo turístico que ocorre via ordenamento territorial e da paisagem urbana (Figueiredo, 2008; Gotham, 2005). Elementos são conformados para simbolizar, recepcionar e acolher o turista, transformando bairros de classe baixa em um enclave relativamente nobre (não exatamente alta nobreza) e exclusivo para o consumo turístico.

É importante considerar que a racionalidade científica também se instaura no turismo para justificar as alterações socioespaciais, de modo que medidas quantitativas como balança de pagamento, conta satélite e Produto Interno Bruto do Turismo (PIB) passam a ser fomentadas. A reestruturação em torno de uma “cidade luz” em Paris, por exemplo, é amparada pela contribuição de 8,5% do PIB do turismo no país, bem como do modelo de “sucesso” espanhol que incentiva a massificação do turismo com a contribuição de 14,3% do PIB do turismo (ver Figura 2) (OCDE, 2020).

Figura 2. PIB do Turismo na Europa (porcentagem)



Fonte: (OCDE, 2020)

Nesse sentido, o planejamento das cidades identifica o olhar do turista como sendo essencial ao processo produtivo desencadeado. Um olhar efêmero e romântico das localidades

que escondem uma não cidade, afastando para os subúrbios aquilo que possuem de mais autêntico (Urry, 2002). Cria-se o que John Urry denomina como “sociedade do espetáculo”, através de um movimento de renda financeira e riqueza que, quiçá, nunca existiram de fato ou permanecem no imaginário dos turistas.

Obviamente que essas questões permeiam as indústrias que apoiam o turismo que, com o advento da globalização e a transnacionalização das economias, impulsionam o desejo de lugares exóticos em busca de uma suposta autenticidade. Assim, como ritual de diferenciação, esses espaços passam a ser doravante consumidos, tornando o olhar do turista globalizado. Essas questões referem-se, como afirma John Urry (2002), a um olhar direcionado e, portanto, a consciência no ato da viagem remete a um longo processo de ser e agir no mundo, para onde as pesquisas de comportamento do turista deveriam seguir.

Preconizado por métricas quantitativas, o turismo sinaliza unicamente benefícios para as localidades independentemente da lógica em que opera, e o seu advento é condição para a modernização. O que se esvai nessa compreensão é que o turismo que só cresce em números absolutos, não é bom o suficiente (Figueiredo, Azevedo, & Nóbrega, 2015)³¹. Essa visão puramente economicista e racional do turismo direciona nas cidades alterações urbanísticas de investimentos em fixo e fluxo para o seu consumo e não necessariamente de reação às necessidades dos indivíduos.

Para Kevin Gotham (2005), um dos primeiros autores a estudar o fenômeno que ele denomina como gentrificação turística, há no turismo uma ampla área de investigação na temática devido a dois principais fatores. Primeiro, o turismo é um fenômeno global dominado por vários setores de capital internacional como hotéis, agências, entre outros, e sustenta diversas formas de investimento financeiro; segundo, o turismo também é um fenômeno local baseado em produção e consumo localizado. Tais fatores reafirmam a turistificação dos espaços como reflexo das conexões entre as instituições, o Estado e a economia global e incentivam o abandono das teorias de demanda para explicar a turistificação dos espaços. O olhar do turista torna-se, com isso, um simbolismo que lhe confere status social onde a sua ênfase está no afluxo do capital.

Na Europa, o movimento do *overtourism* sinaliza que o processo de massificação desencadeado pelo fluxo turístico é prejudicial a qualquer localidade. O estudo de García Bujalance et al. (2019) classificou a turistificação em algumas categorias de análise relacionada

³¹ A questão, nesse sentido, não reside na crítica da produção científica a serviço do capital, com forte ênfase nas estratégias de marketing, produtividade e consumo, mas exatamente à inexistência das amplas características que englobam o turismo nas localidades (Bianchi, 2009).

ao aumento considerável do a) fluxo de turistas em comparação à quantidade de moradores, b) do número de equipamentos instalados para suprir essa nova demanda como novos empreendimentos, c) o aumento dos preços dos imóveis e dos serviços, d) novos usos e configurações urbanas que alteram as configurações dos imóveis iniciais para dar lugar a novas construções, e) ineficiência de serviços básicos urbanos a partir de um fluxo sazonal como esgotamento sanitário, acúmulo de lixo e barulho em determinados períodos, f) venda e consumo de bebidas alcóolicas, bem como de drogas ilícitas (Almeida García, 2008; García Bujalance et al., 2019).

Mais recentemente, países do Oriente como China e Japão, têm identificado problemas semelhantes ao vivenciados na Europa a partir da superurbanização e do advento do turismo massificado, com incentivo de políticas públicas (Tang, 2017). Apesar da concentração de serviços e facilidades para o fluxo turístico em diversas localidades, não provoca elemento de diferenciação de vivência das relações, conforme é a essência do turismo. Este é um importante indicador de permissão de um processo de turistificação nas localidades.

No Nordeste brasileiro foram identificados subsídios estatais para a instalação de empresas estrangeiras com o aumento do número e condomínios fechados para turismo de segunda residência, revitalização de área urbana degradada com atividades de turismo e lazer, seguindo modelos padronizados – vide Cancún e Barcelona como reflexo do processo de turistificação (Borges et al., 2017; Fonseca, 2012; Lima & Costa, 2015; Silva, 2007).

É importante ainda considerar que o processo de turistificação no Nordeste brasileiro não tem como ênfase o estudo das áreas centrais, conforme é comumente visualizado na literatura sobre a temática, , está focado, sobretudo, nas zonas costeiras devido a sua representatividade na dinâmica turística. O simbolismo da natureza é utilizado como justificativa para as alterações urbanas que lhes confirmam status social, isto é, a turistificação relacionada ao consumo do espaço turístico.

As estratégias de zoneamento turístico e áreas turísticas usualmente utilizadas no turismo, como estratégia de dinamicidade do fenômeno, acabam por dividir a cidade de sua realidade e funções sociais. Conforme Lefebvre (2016), quando o pensamento urbanístico precisa lidar com as práticas sociais que são em essência complexas, contraditórias e cujos significados se instauram historicamente, há uma necessidade de controlá-los, higienizá-los e reorganizá-los de acordo com sua racionalidade simplista e reducionista. A segregação, nesse sentido, atua como o processo antiurbano que passa a ser utilizado também no turismo.

A forma como se materializam os espaços urbanos turísticos é funcional à implantação de desenvolvimento em curso, o que demonstra uma realidade onde o “progresso” também é

violador dos direitos. Assim, o crescimento do fluxo turístico em determinadas localidades é controverso devido aos inúmeros problemas causados aos residentes. Quando não há instalação de infraestrutura para atender a demanda turística, verifica-se a expropriação da comunidade local para a instalação de serviços turísticos, ou ambos os casos (Figueiredo, 2008). Esse novo fluxo, permite, inclusive, a chegada de uma nova dinâmica local, como é o tráfico de drogas para atender a um consumo globalizado (Botterill et al., 2014).

Nesse sentido, percebe-se que o turismo na *práxis* do desenvolvimento urbano, eleva a caracterização de fenômenos que sinalizam uma cidade fordista onde até a natureza é utilizada para consumo através do seu espetáculo; e a dinâmica local é alterada em nome da suposta modernização que viola direitos locais. É nesse contexto em que insegurança urbana e turismo se conectam.

De forma sistemática, não há um marco ou consenso sobre quem foi o primeiro autor a investigar a relação entre insegurança e turismo. Como os primeiros estudos de abrangência internacional, acerca do medo do crime, foram iniciados nos Estados Unidos, em 1973, pelo *National Crime Victimization Survey* e, em seguida no Reino Unido, em 1994, pelo *British Criminal Survey*, os autores que começaram a estudar essa relação não são necessariamente do campo do turismo. Essas pesquisas identificaram que os indivíduos que sentem medo mudam seus hábitos, rotinas e certas atividades, o que inclui o turismo (Botterill & Jones, 2010; Farrall et al., 2007; Moore & Shepherd, 2007). Desse modo, com origem nesses dois principais países, as pesquisas emergem com uma roupagem para justificar o fluxo turístico a partir do contexto neoliberal.

Duas principais áreas se destacam nessas pesquisas: a sociológica e a criminal. No campo da sociologia, os resultados contemporâneos indicam a maior necessidade de compreensão do senso de comunidade e vizinhança para diminuição do medo e da insegurança (Adorno, 2005; Sampson, 2013; Silva & Beato Filho, 2014); e o campo da criminologia segue caminhos de compreensão de políticas de segurança a partir de correlações estatísticas (Nóbrega Júnior, 2019). Todavia, no campo do turismo as pesquisas estão restritas aos aspectos ambientais e comportamentais do turista, o que inclui a percepção do ambiente físico e possíveis retratos de mal uso e abandono (do destino turístico); e atitudes que envolviam pretensão de retorno e indicação do destino (o turista) (Adam & Adongo, 2016; Costa, Câmara, et al., 2018; Fennell, 2017; George, 2010).

Esses resultados reforçaram o ideal de afastar possíveis atitudes perigosas, através de uma “classe perigosa”, segregando socialmente esses espaços e direcionando zonas específicas para uso turístico. Foi assim com a expansão de Paris em torno da “Cidade luz”; os atentados

em 11 de setembro nos Estados Unidos que direcionam ao uso turístico; com a sede de Jogos Olímpicos, em 2016, e Copa do Mundo, em 2014, no Brasil. Essa visão reforça o ideal de consumo por meio do medo e da insegurança e não contribui com uma perspectiva de desenvolvimento humano (Sen, 2000).

Por meio do uso de métricas quantitativas, as correlações entre medo, insegurança e visitação ao destino não apresentam relação significativa que justifique as medidas de isolamento e alteração urbana, mas cada vez a reforçam. O que eleva a compreensão, apontada por Bauman (2009) de que quanto mais ineficaz é a estratégia, mais tende a reforçar.

Todavia, alguns pesquisadores têm buscado elucidar uma visão mais crítica sobre a insegurança e o turismo (Borges et al., 2017; Botterill & Jones, 2010; Fazito, Rodrigues, & Pena, 2015). Seus primeiros estudos são apontados no Reino Unido a partir de uma visão sobre alcoolismo e, quando realizados no Brasil, apresentam discussões sobre tráfico de drogas e lavagem de dinheiro (Botterill et al., 2013, 2014). Recentemente, essas pesquisas críticas do turismo têm sido incorporado, no Brasil, a partir de um grupo de estudos localizado no Nordeste brasileiro, o Grupo de Pesquisa em Organização e Planejamento do Turismo (GEPPOT), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

É importante considerar que na América Latina as questões da insegurança não se associam com o crime, mas com as ansiedades da urbanização periférica, aumento do tráfico de drogas e o gerenciamento de um Estado autoritário. Desse modo, as pesquisas realizadas por esse grupo sinalizam essa relação com o contexto urbano e o fenômeno do turismo. Compreender como a insegurança urbana é incentivada, faz parte de um quadro teórico e empírico que será discutido no tópico seguinte, tendo como lócus um destino turístico do Nordeste brasileiro.

4. Turistificação e insegurança urbana: bairro de Ponta Negra, Natal/RN

Fundada em 1599, a cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, está situada na porção oriental do estado e é dividida em quatro regiões administrativas: Norte, Leste, Oeste e Sul, composta atualmente por 36 bairros (ver Mapa 3, página 53). É uma região em que, dada a sua proximidade com a linha do Equador, o clima é quente o ano todo, possui praias de areia fina e água quente.

O processo de crescimento urbano concentrava a população no centro histórico (bairros de Cidade Alta e Ribeira), assentado por regimes republicanos e pelo fortalecimento das oligarquias nas províncias, estabeleceu-se, ainda no início da década de 1900, um conjunto de

reformas urbanísticas, visando a modernização da capital. Trata-se do Plano Polidreli (1901) e do Plano Palumbo (1929)³², que tinham como finalidade a ampliação e o embelezamento da cidade, o regulamento das construções por meio de zoneamento e arruamento. Não se referiam exatamente a um planejamento urbano e suas estratégias de ordenamento, mas de pequenas intervenções urbanísticas.

O primeiro plano recebe o nome de um estudioso italiano, Antonio Polidrelli, e o segundo do arquiteto Giácomo Palumbo, que se representa o papel das *personas* (Harvey, 2017) na alteração urbanística da cidade de Natal, visando a proliferação do capital. Até o momento, a cidade se organizava com características coloniais. Nobreza e pobreza habitavam o mesmo espaço, mas com as intervenções, as comunidades tradicionais são afastadas das grandes vias, dividindo o território entre centro-periferia, rico e pobre, trabalho e moradia. Em outras palavras, a divisão do espaço de produção (consumo) e o espaço segregado (insegurança). Assim, os planos transcendem as mudanças físicas e estabelecem uma nova distribuição geográfica para a cidade a partir de uma monofuncionalidade (Lefebvre, 1969).

A zona litorânea da cidade de Natal, até a década de 1950, era espaço de pouca habitação e, em sua grande maioria, estruturada com casas de veraneio ou segundas residências de capital local e, portanto, direcionada ao lazer sem o negócio (Ver Figura 3) (Fazito, Rodrigues, Nascimento & Pena, 2017).

Figura 3. Praia de Ponta Negra no início da década de 1950.



Fonte: Memória Viva (Fotografia de Jaci Emereciano), 1950.

³² O plano emerge por ocasião da problemática sanitária da cidade alertada pelo então médico Januário Cicco, que foi descrito em seu clássico *Como se higienizaria Natal*. O seu planejador – Palumbo – o realiza com projeções futuras de uma cidade com mais de 100 mil habitantes, que só veio ocorrer em 1950.

Seus primeiros habitantes tinham como fonte de renda a atividade pesqueira, a agricultura de subsistência e o trabalho de renda (realizado quase que exclusivamente pelas mulheres). A forte influência pesqueira, por exemplo, designou o nome da Vila de Pescadores ou Vila de Ponta Negra, localizada no extremo sul da cidade, que se abastecia de um pequeno cacimbão de onde brotava água doce e servia a toda a comunidade. Nesse local, as manifestações culturais surgiram de forma espontânea com forte relação com a cultura africana, identificada pela encenação de grupos culturais que se reuniam para dançar e festejar. São exemplos dessa representação existente ainda hoje o Pastoril, os Congos de Calçola, o Boi de Reis, o Coco de roda e a Capoeira, que também representa o folclore regional de classes socialmente excluídas das celebrações coloniais. Assim, até o início da década em questão, a maioria dos bairros em Natal, constituía-se como uma zona rural, onde a sua transformação e o seu crescimento eram concebidos pelas relações construídas e o tempo era medido pela permanência do sol.

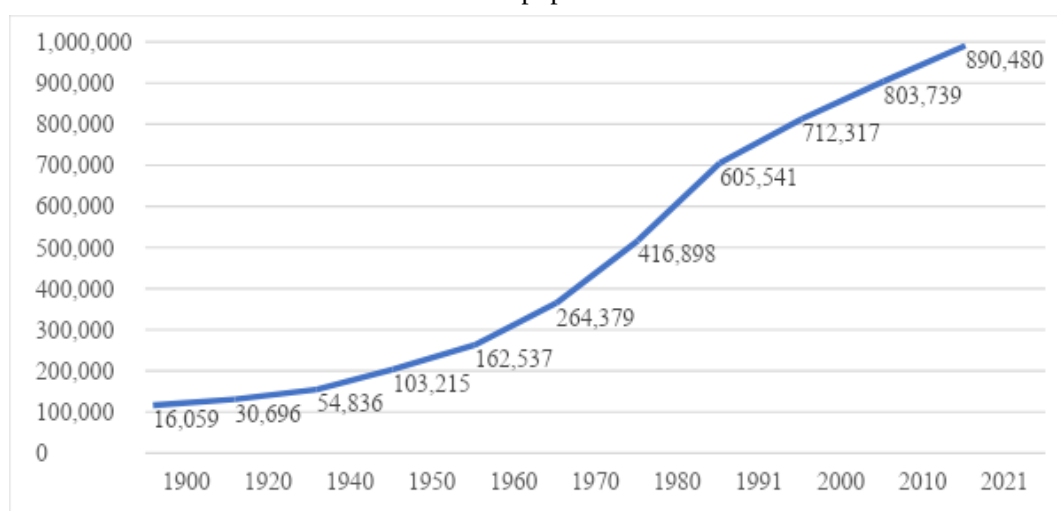
Com a emergência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Natal torna-se sede militar com a instalação das bases militares aérea, naval e do exército. E a implantação do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – a primeira base da Força Aérea Brasileira para lançamento de foguetes da América do Sul – fundada em 1965, incorporou mudanças no uso e ocupação do solo do bairro de Ponta Negra. As terras eram concebidas por hortas comunitárias que ocorriam com maior frequência na entressafra da pesca, o que facilitava a grilagem da área. O que veio ocorrer ainda em 1950, quando o corretor imobiliário Fernando Pedrosa, irmão do então governador, Sílvio Pedrosa, teria limitado o acesso de moradores as suas áreas de cultivos, alegando serem fruto de herança. Acusado de extorsão, grilagem e violência física contra os moradores, as terras começaram a ser cercadas e, na década de 1960, parte dessas terras foi definitivamente doada à Barreira do Inferno, que pertence, atualmente, ao município de Parnamirim.

Como evidência dessa transformação, os registros de imóveis de Natal, identificaram que entre 1946 a 1989 havia 1.163 lotes fragmentados, o que demonstra um intenso processo de modificação estrutural urbana (Ferreira, 1996). O primeiro registro é de Fernando Gomes Pedrosa, com cerca de 1.248 lotes, que faziam parte da denominada Pedrosa, Irmão e Cia e converteu-se em F.G. Pedrosa Imóveis LTDA, que existe até a contemporaneidade. Do ponto de vista prático, as habitações ocorriam por ocupação sem nenhum processo de registro público, o que também é uma prática comum atualmente. Essas pessoas são denominadas como “nativos”, e sua permanência, habitação, relações e força de trabalho existiam antes mesmo de qualquer vestígio de ordenamento territorial.

Vivia-se um momento nacional de ruptura com a ditadura militar e posteriormente a abertura para o mercado globalizado. Essa alteração modificou o circuito imobiliário do solo, que deixa de ser baseado na propriedade do solo e passa a ser subordinado ao setor imobiliário através do contato com agentes externos. Há, com isto, o fortalecimento da economia através de interesses focados nas áreas litorâneas com a determinação de loteamentos – que posteriormente se tornam conjuntos habitacionais e bairros; o que faz com que Natal crie um conjunto de políticas que contribuem inicialmente para a expansão urbana. Cabe ainda considerar a luta social que culminou nos acontecimentos nacionais e internacionais que lutavam pelo direito à existência, à habitação e à cidade e, com isso, pressionavam por políticas sociais. Desse modo, as políticas urbanas desencadeadas possuem uma dialogia entre a pressão interna de lutas sociais e externa, ocasionada pela globalização e transnacionalização da economia potiguar.

Dentre as principais políticas, destacam-se as desenvolvidas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que atraiu indústrias para a capital através de incentivos financeiros. Essas indústrias localizadas na capital despertaram o interesse da população que enfrentava um período de seca e queda da produção e valor do algodão e migra para a zona urbana em busca de oportunidade de renda. De forma específica em Natal, o *boom* populacional tem início na década de 1970, visualizado no Gráfico 2, com crescimento vertiginoso ao longo dos anos. Assim, abre-se espaço para uma suposta aceitação das condições urbanas em prol do crescimento econômico.

Gráfico 2. Crescimento populacional de Natal/RN.



Fonte: Dados da pesquisa, a partir do IBGE (2020).

No campo do direito à habitação, foi elaborado o Plano de Habitação Popular, em 1963, com recursos da SUDENE e da Fundação de Habitação Popular (FUNDHAP), que funcionou até 1971 e passou a incorporar a Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB-RN) e foi a instituição que concluiu as obras. Por sua vez, o Banco Nacional de Habitação e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), financiam a construção de conjuntos habitacionais destinados à classe média, principalmente por professores, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes e militares. De modo que a COHAB passa a construir em zonas de menor interesse imobiliário e a INOCOOP em áreas mais valorizadas para atender a um capital específico.

Em Ponta Negra, a INOCOOP financiou a construção do conjunto de Ponta Negra e do conjunto do Alagamar, que ocorreu em meados da década de 1970 (ver Figura 4). A chegada desses novos moradores impulsiona uma nova dinâmica para o bairro e a demanda por diversos serviços. Inclusive, o ônibus opcional que circulava nos conjuntos populacionais, equipado com ar-condicionado, não adentrava na Vila de Ponta Negra por existir um confronto social devido às relações econômicas.

O interesse no valor da paisagem incentivou, ainda em 1979, a proibição de qualquer construção na área localizada à margem esquerda da Avenida Engenheiro Roberto Freire, definida como área *non aedificandi* (não edificável) – na determinação do Decreto Municipal nº 2.236/1979. O complexo cênico-paisagístico da enseada de Ponta Negra e o Morro do Careca, que é o principal cartão-postal de Natal, foram os impulsionadores do decreto. Sobre essa área, criou-se em 1984 (Lei nº 3.175/1984 – Plano Diretor de Natal), bem como sobre os demais lotes posteriores até chegar à faixa da praia, a Zona Especial de Interesse Turístico (ZET 1). Assim, fica estabelecido pela gestão pública municipal, o gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,50 metros medidos de qualquer ponto do terreno.

Figura 4. Vista dos conjuntos habitacionais em Ponta Negra, anos 1970.

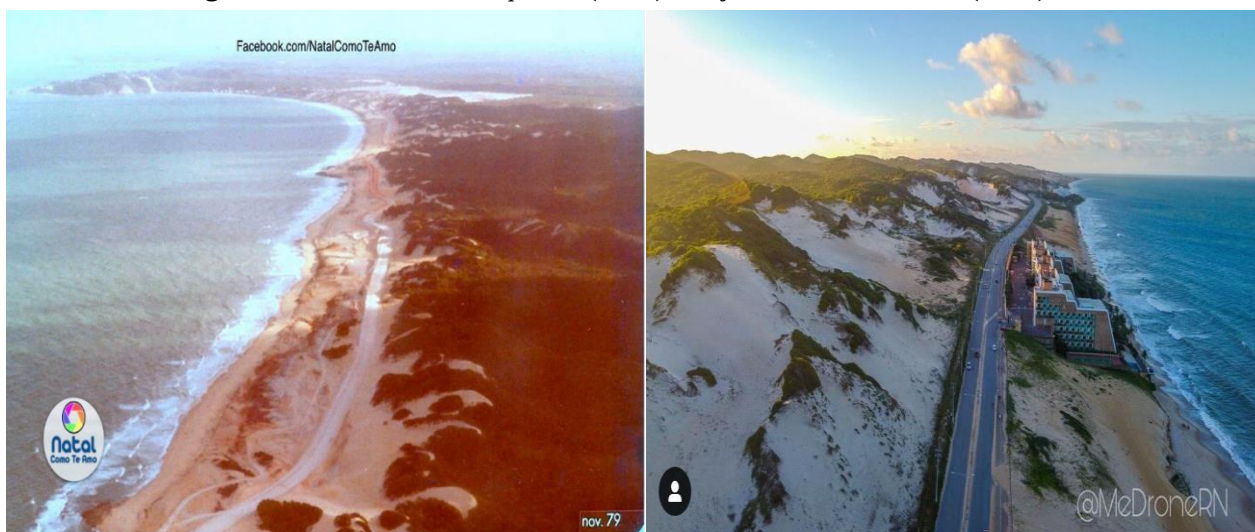


Fonte: Natal Como Te Amo.

Desse modo, ainda que os interesses dessas políticas iniciais fossem o processo industrial, a cidade não se consolida neste setor. Todavia, permite a instalação de diversas empresas da construção civil e agentes envolvidos no processo, como os fundiários, instituições bancárias, e desponta para o apelo paisagístico e o crescimento do fluxo turístico ao longo da década de 1980. A sinergia entre o estado neoliberal e a racionalidade massificadora do turismo funciona como um par perfeito em busca do progresso econômico.

Sob a influência da Carta de Atenas e das políticas de megaprojetos turísticos que eram desenhados por *personas* como Robert Burle Marx (vide modelo Cancún), foi implementado, em 1985, o megaprojeto turístico Parque das Dunas/Via Costeira (PD/VC) (ver Figura 5). Trata-se de um projeto que conecta as praias urbanas da zona sul com a zona leste (até então a área mais habitada) e o conjunto de empreendimentos hoteleiros de cadeias internacionais com o auxílio de subsídios estatais. Foi um grande momento de discussão e conquistas sociais que resultou em quatro versões de projeto até a sua versão final. Também é nessa época que a vila de Ponta Negra começa a ocupar a praia com as tradicionais barracas de praia face à mudança dos seus meios de sobrevivência. Recentemente, a Lei estadual nº 7.942/2001, definiu 13 acessos e a obrigatoriedade de manutenção pelos empresários, em troca da concessão das terras que ocupam, mas não se efetivou.

Figura 5. Via Costeira à esquerda (1979); Projeto PD/VC à direita (2020).



Fonte: Natal Como Te Amo (1979) e Me Drone (2020)

Era um momento de discussão nacional de um estado democrático de direito proferido pela Constituição Federativa de 1988, sem deixar de considerar a institucionalização da Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981), de modo que o turismo surge como prerrogativa de melhorias econômicas visando salvaguardar os aspectos sociais e ambientais. Na capital, discutia-se o seu documento de ordenamento territorial que culminou na Lei complementar nº 07/1994, que institui o Plano Diretor de Natal. O bairro de Ponta Negra passa a ser dividido por três principais zonas de interesse. A primeira reafirma a ZET 1, que visa o controle do gabarito para proteger o valor cênico-paisagístico do Morro do Careca e dunas associadas. A segunda remete à aprovação do adensamento³³ do bairro, o que permite a exploração indiscriminada do solo e com ela a instalação de empresas imobiliárias e instituições de crédito. A terceira estabelece a Zona de Proteção Ambiental 5 (ZPA 5), composta pelo ecossistema de dunas fixas e lagoas do bairro, mais conhecida como região da Lagoinha. O seu manancial de água subterrânea ocorre no sistema aquífero Dunas-Barreiras, que são facilitadores do processo de infiltração de água de chuva, o que motiva a sua proteção. Para além da Zona de Proteção Ambiental 6 (ZPA 6), composta pelo Morro do Careca e dunas associadas³⁴, que compõe o valor paisagístico, natural e ambiental.

³³ Zona adensável é aquela onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso, possibilitam um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos de coeficiente de aproveitamento do solo (art. 12). Isto é, abertura para o mercado imobiliário e a instalação de créditos direcionada, neste caso, para uma classe média.

³⁴ É importante considerar que desde os processos iniciais de preservação cênica e paisagística do Morro do Careca, ele não foi considerado de forma isolada, o que compreende as suas dunas associadas. Essa área de preservação engloba o município de Natal e Parnamirim (Barreira do Inferno). Portanto, incide dois tipos de legislação na área: municipal e federal.

Desse modo, o conjunto dessas três zonas estabelece a segregação da cidade por seus usos, sendo duas de Proteção Ambiental (ZPA 5 e ZPA 6), por se tratar de áreas ambientalmente frágeis de ecossistema dunar, uma de uso turístico (ZET 1) para estabelecimento de comércios voltados para o turismo, ao mesmo tempo em que promove a preservação paisagística, e uma área de conjunto habitacional (zona de adensamento), definida pelos conjuntos habitacionais e a Vila de Ponta Negra.

Obviamente que o incentivo na exploração do solo incentivou a chegada de uma nova demanda de moradores advindas do mercado transnacional e impulsionou a implementação de infraestrutura urbana, o que veio ocorrer na década de 1990. Denominado como Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur/NE), teve como objetivo a melhoria da infraestrutura urbana com atenção especial aos bairros costeiros. Tal programa realizou mudanças na urbanização e no reordenamento do território, além da reestruturação na forma de se planejar o turismo, que culminou na constituição de instâncias de governança. Tem-se, de um lado, a pressão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (fase do Nordeste – Prodetur/NE I e II) e posteriormente o Banco do Nordeste (BNB) (em sua fase nacional – Prodetur Nacional) como organismos internacionais que financiam as ações globais; e, do outro lado, a pressão dos movimentos sociais por abertura de maiores espaços de participação. Ambos consolidaram as instâncias governativas e o processo do ideal de modernização da cidade do Natal, que passa a ocorrer via parcerias que são em essência competitivas e conflitantes (A. C. A. Coutinho & Nóbrega, 2019).

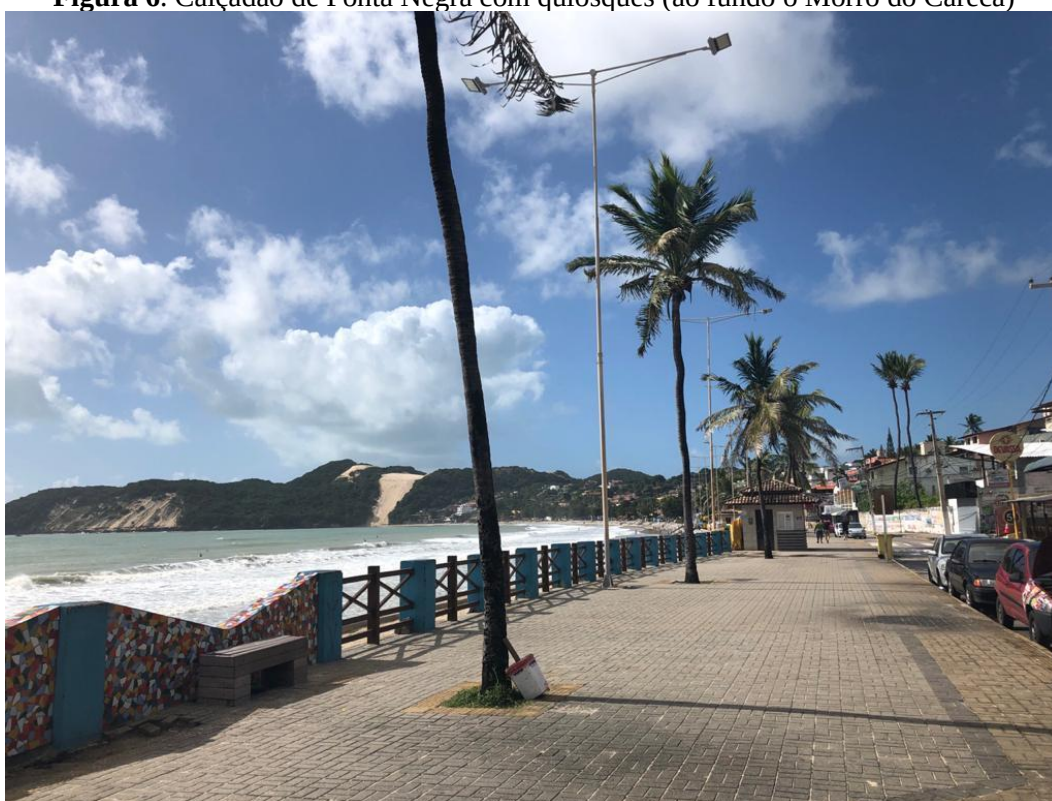
Em Natal, foi instituído o Conselho Estadual de Turismo, em 1989 (Decreto nº 10.386/1989), como estratégia de fortalecimento das políticas nacionais de turismo, e o Conselho Polo Costa das Dunas, criado em 1999 e institucionalizado em 2005 (Decreto nº 18.186/2005), a partir de uma lógica reticular do turismo, isto é, com ênfase nos municípios costeiros e possui reflexo direto dos investimentos oriundos do Prodetur; e o Conselho Municipal de Turismo. Nessa tríade governamental do turismo, há representação de diversos entes sociais (privados, públicos e organização não governamental) no processo de planejamento territorial do turismo, embora incidam sobre representação de alguns setores e, com isso, prejudiquem o processo de democratização (Coutinho & Azevedo, 2020).

Faz parte dessa política de ordenamento e reordenamento do território a duplicação da Avenida Engenheiro Roberto Freire, a urbanização da praia de Ponta Negra e com ela a construção do calçadão da praia com 4 km de extensão e a substituição das barracas tradicionais por quiosques de fibra de vidro, alterados, em 2014, para estrutura de alvenaria (ver Figura 6),

além da instalação da rede coletora com sistema de tratamento de esgotos que contemplou apenas 40% do bairro (especificamente a ZET – 1 e um perímetro do conjunto Ponta Negra).

A urbanização da Praia de Ponta Negra contou com o lançamento de um Concurso Público Nacional de Ideias – Praia de Ponta Negra – Natal/RN, em 1995, com o objetivo de selecionar e premiar as melhores propostas técnicas arquitetônicas e urbanísticas. A proposta vencedora³⁵ previa a continuidade do calçadão que se conectava com a Via Costeira por meio de um “Belvedere Via Costeira”. Todavia, não foi efetivada e vários termos foram alterados, esvaindo-se o processo participativo.

Figura 6. Calçadão de Ponta Negra com quiosques (ao fundo o Morro do Careca)



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

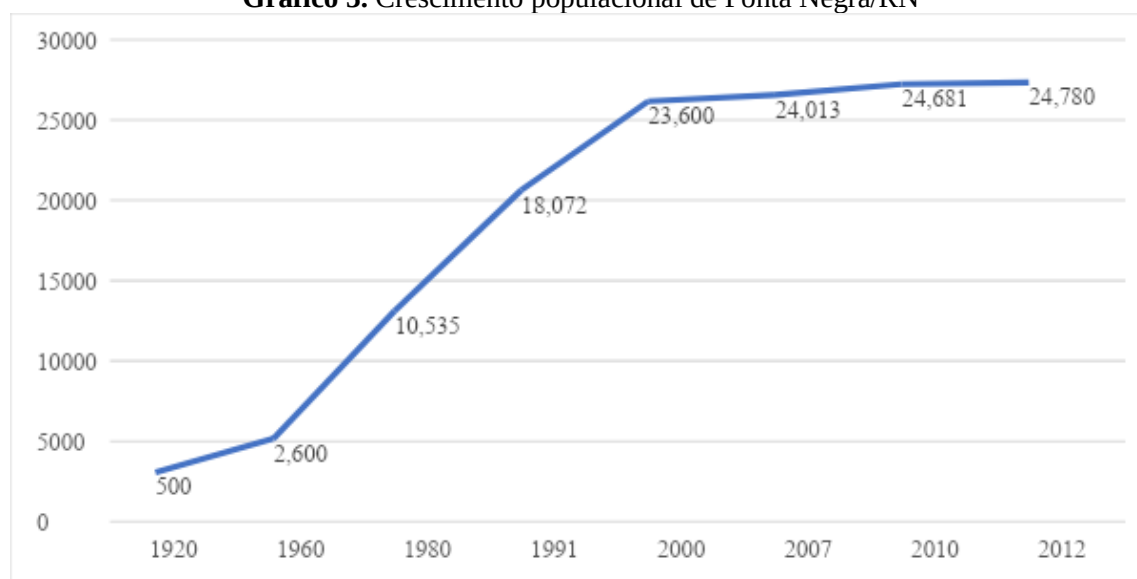
A lógica urbana remete ao processo de embelezamento, usualmente utilizado no Brasil Colônia, de modo que migrou de 108 barracas de palhas para apenas 30 quiosques com estrutura de fibra de vidro e posteriormente de alvenaria. Trabalhadores da área alegam a falta de diálogo com a comunidade e alteração do projeto inicial, que previa barracas maiores, mas se efetivaram apenas o tamanho de 3x3, além da ausência de estrutura sanitária e água potável. Aqueles que não foram contemplados, receberam indenização, embora o projeto tivesse como premissa serem nativos da região (Decisão judicial nº 91.4856-9/1999). Em contrapartida, foram criados

³⁵ De autoria dos arquitetos Roseane Vidal, Fabiano Diniz, Maria Bentes Sobrinha e José Ailton de Moraes.

os locadores dos equipamentos de praia que se instalaram de forma alternada aos quiosques. Conforma-se a paisagem e o ordenamento espacial para adequar as novas atividades econômicas estabelecidas, doravante do tipo turísticas.

Considerando o montante financeiro, para a instância de governança denominada Polo Costa das Dunas, que engloba um conjunto de municípios da costa litorânea, foram gastos US\$ 41.870.822 para obras de infraestrutura e desenvolvimento institucional, dos quais US\$ 10.344.452 foram direcionados para o município de Natal e US\$ 6.703.454 foram gastos com o bairro de Ponta Negra, o que sinaliza a importância da localidade para o crescimento do turismo. O conjunto dessas políticas incentiva o aumento populacional dentro do bairro, que ocorre de forma expressiva entre 1980 e 1990, visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Crescimento populacional de Ponta Negra/RN



Fonte: (Knox & Moura, 2020; Natal, 2010).

Diferente do movimento agrário-urbano que ocorre com a cidade de Natal, o bairro de Ponta Negra apresenta especificidades de urbanização para uso turístico com aumento considerável de 7.537 novos moradores durante as décadas de 1980 e 1990 e 5.528 moradores na década seguinte, como resultado das políticas implementadas. O que confirma um processo eminentemente de turistificação a partir da alteração da dinâmica urbana e populacional. Seus anseios iniciais são de uso residencial, mas se consolidam na dinâmica turística.

Na virada do século, verifica-se o interesse do mercado imobiliário na venda de residências ou segunda residência, que já se fortalecia por meio da infraestrutura urbana instalada. Esses imóveis são predominantemente do tipo vertical por meio do isolamento da área e as contradições nela existentes (M. Fonseca, 2012; Pinheiro, 2011).

A projeção de cenário de rápido crescimento com promessas de elevado retorno financeiro estimula os turistas e investidores a realizar negócios fora do seu país, principalmente em países emergentes como o Brasil. No Nordeste brasileiro, esses investimentos têm origem predominantemente europeia e estão relacionados a países como Portugal, Espanha, Itália e Holanda, consecutivamente (Nunes, 2016). O apelo paisagístico e as mudanças nas estruturas urbanas impulsionaram a chegada de estrangeiros no bairro em face das prerrogativas de “desenvolvimento”, não importando a degradação existente. Em 2005, o sistema de esgotamento sanitário previa uma população flutuante máxima de 5.000 pessoas para todo o bairro de Ponta Negra, mas no mesmo ano, somente em torno da ZET-1, já existiam 7.750 leitos que ultrapassava, em muito, a estimativa para o sistema como um todo (Inquérito civil nº 24/2004).

Essa nova dinâmica no bairro desperta a atenção do Ministério Público, que no ano de 2005 observa a entrada no licenciamento para construção dos seguintes imóveis: Solaris Participações e Empreendimentos Ltda (processo nº 23077.040868/2005-77), a Natal Real State Empreendimentos Imobiliários Ltda (processo nº 23077.033778/2005-20), a CTE Engenharia Ltda (processo nº 23077.039872/2005-92), Maria do Socorro Vander, juntamente com a Metro Quadrado Construções (processo nº 23077.033788/2005-65), e Paulo Josef Wulsch (processo nº 23077.012125/200698).

Reconhecendo a proximidade com uma área de preservação e seu valor paisagístico, o Ministério Público, a pedido do movimento social que se denominou como SOS Ponta Negra³⁶, recomendou à prefeitura o cancelamento dessas licenças; o que se efetivou com o Decreto municipal nº 8.090, de dezembro de 2006, e os prédios ficaram conhecidos como “espigões de Ponta Negra” (ver Figura 7). De acordo com o parecer da auditoria pública, a licença urbanística é baseada no Plano Diretor municipal e no Código de Obras, mas a licença ambiental é um mecanismo de prevenção de danos ao meio ambiente. Todavia, verifica-se vestígios de sua construção e, apesar de arquivado o processo de construção, não foi designado novo uso do espaço e vem causando transtornos locais perante o acúmulo de lixo e crescimento de vegetação (ver Figura 8).

³⁶ O SOS Ponta Negra é um movimento social criado em 2006 para se opor às grandes edificações na orla da praia de Ponta Negra, Natal/RN.

Figura 7. Charge Xô espigões

Fonte: SOS Ponta Negra, 2006.

Figura 8. Situação atual dos espigões de Ponta Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

As divergências entre os diferentes interesses dos agentes produtores do espaço estabelecem uma problemática dentro do bairro. Essa discussão permeia a construção do Plano Diretor, que ocorreu no ano seguinte (Lei complementar nº 082/2007). O documento de ordenamento urbano leva em consideração a determinação do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), que foi definido no início da década, e estabelece direitos de habitação e participação social. Todavia, devido aos interesses dos diversos agentes envolvidos, se apresenta de forma dicotômica.

Determina, de um lado, a Área Especial de Interesse Social (AEIS) na Vila de Ponta Negra como reconhecimento da precariedade urbana e contribui para manter a população vulnerável no local, face a especulação imobiliária³⁷. Estabelece o gabarito de até sete metros e meio (7,5m) na área demarcada. Reafirma a legislação anteriormente existente como as ZPA's 5 e 6, a área *non aedificandi*, a ZET 1, e exclui a zona adensável do bairro. Por outro lado, o documento também aprova a criação de uma Operação Urbana Consorciada (OUC)³⁸ no bairro, o que significa maior exploração do solo, regida por um processo de cooperação público-

³⁷ A primeira AEIS da cidade foi definida em 2009, no bairro de Mãe Luiza, como resultado de uma luta social dos seus moradores (Lei nº 4.663/1995) e posteriormente regulamentada em um processo participativo e de pressão social. Essas questões facilitaram a definição da AEIS em Ponta Negra, mas que não fora regulamentado, o que denota as contradições dos seus moradores em conjunto com o desinteresse da gestão pública. De 70 áreas em Natal com característica de AEIS, somente 5 são regulamentadas (Mãe Luiza, Jardim Progresso, África, Passo da Pátria e Nova Descoberta).

³⁸ Intervenções urbanas realizadas em parceria com o setor privado para transformar, estruturalmente, pensando no uso social e na valorização ambiental. É o caso da Operação Urbana Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que desapropriou moradores tradicionais da área.

privada. Ficam estabelecidas as seguintes prescrições urbanísticas dentro do bairro (ver Mapa 8).

Conhecida corriqueiramente como operação impacto (Processo nº 2012.008163-6 – TJRN), o documento de orientação urbanística, deflagra a especulação e o interesse financeiro na orla da cidade a partir da compra de 16 vereadores. Condenados por corrupção ativa e passiva, os agentes políticos haviam aceitado, para si, promessa de vantagem indevida nos valores iguais ou superiores a R\$ 30 mil, para que, no exercício dos seus mandatos, votassem a favor dos interesses de um grupo de empresários do ramo imobiliário e da construção civil.

Mapa 8. Prescrições urbanísticas em Ponta Negra, 2007.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O que já sinalizava no mercado global, ocorre o estouro da crise econômica europeia com forte impacto na dinâmica de Natal. Em conjunto, as mudanças na legislação e as altas taxas de juros do mercado imobiliário, culminaram na falta de crédito local, como resultado da dependência econômica internacional (Britton, 1982). O turismo, enquanto gerador de bolhas imobiliárias, tem o seu estouro com o declínio das diversas transações imobiliárias que já haviam alterado a dinâmica local (Nunes, 2016). Esses fatores impulsionaram uma diminuição nas construções verticais do bairro e uma nova dinâmica direcionada de fluxo para o público brasileiro que volta a se aquecer com o mercado internacional em meados de 2010. Desse modo, até 2006, as políticas visavam o estímulo empresarial com forte presença de capital internacional, onde seguiu sua desaceleração pelo impacto da crise financeira internacional.

O que não desacelerou foi a ambição do crescimento do capital e suas consequências no âmbito social e ambiental. E apesar de existir evidências práticas e científicas (Dias, 2015), os impactos ambientais não são considerados nesse processo³⁹. Assim, em 2012, cerca de 700 m do calçadão da orla de Ponta Negra desaba como consequência do avanço do mar e com ele a verba destinada pelo Prodetur, deixando exposta a rede de esgotos (ver Figura 9).

Um laudo técnico-científico foi apresentado no mesmo ano, a pedido do Ministério Público, com solução emergencial, considerando o crescente avanço do mar, previsto para 1,8 m por ano: engorda emergencial e o uso de soluções alternativas até que os estudos fossem completados para sua posterior urbanização (Eustáquio Amaro, 2012). Todavia, a gestão pública municipal opta por realizar o enrocamento com pedras ao longo dos 2 km de orla destruída sem a engorda e sua posterior reurbanização. O enrocamento foi realizado, após três anos, em toda a orla da Praia de Ponta Negra, o que não impede que o mar avance e cause outros danos piores que os já provocados (ver Figura 10).

É importante considerar que desde a urbanização da orla e o superdimensionamento do seu uso, foi recomendado à prefeitura a elaboração de um plano de uso e ordenamento da orla, o qual se concretiza somente em 2017 (Natal, 2017), mas desde então se torna instrumento de impasse para seu uso por ser considerado higienista e não refletir a dinâmica local. Em 2008, a gestão pública municipal chegou a realizar apreensões contra ocupações irregulares por pressão do Ministério Público, via Termo de Ajustamento de Conduta (assinado em 2005), mas foi

³⁹ Relatos sobre o avanço do mar na orla costeira de Natal são recorrentes. Em 1995, erosão na praia do Meio, dos Artistas e da Redinha; em 2008, na Praia do Forte, mureta foi destruída por ação de ondas; em 2010, Praia do Meio destruição do muro de arrimo; em 2011, Via Costeira, destruição da calçada em alguns pontos (Eustáquio Amaro, 2012). São praias localizadas na zona urbana e fazem divisa com a de Ponta Negra.

paralisado com alegação de insuficiência de pessoal e acatado em juízo. Em 2012, houve uma nova tentativa de cadastramento de ambulantes, mas esta também não se efetivou.

Desse modo, o processo de reurbanização da orla de Ponta Negra não contemplou medidas sobre gestão da orla, dos banheiros públicos e ocasionou polêmicas quanto às consequências sanitárias ocasionadas pela proliferação de animais infecciosos que se escondem nas pedras instaladas pelo enrocamento.

Figura 9. Calçadão de Ponta Negra desaba



Fonte: Tribuna do Norte, 2012.

Figura 10. Enrocamento da Praia de Ponta Negra



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os planos são apresentados e teoricamente discutidos no âmbito público, impulsionados por um estado democrático de direito, mas alteram suas concepções originais e são implementados para o interesse da circulação do capital. Assim, o ideal de melhorias econômicas ocasionadas pelo pós-guerra foi incorporado nos planejamentos urbanísticos ortodoxos.

É importante ainda considerar que a crescente demanda de esgotamento sanitário, desde a sua expansão turística, com forte expressão no mercado imobiliário em 2005, coloca em evidência o grau de balneabilidade da Praia de Ponta Negra. A proposta surge, em 2008, para instalar um emissário submarino para lançar os esgotos sanitários do bairro de Ponta Negra em conjunto com bairros vizinhos, sem qualquer tratamento. Assim, o problema de crescimento urbano seria solucionado por práticas concebidas como “sustentáveis”.

Por seu impacto ambiental, o documento precisa ser amparado em Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo relatório (RIMA), com o amparo na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e na Resolução do CONAMA (nº 01/1986). No âmbito local, o documento deve ser incluído no Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (PDES) e no Conselho Municipal de Saneamento Básico (COMSAB). Apesar disso, foi firmado o contrato

de financiamento com o governo federal para início das obras sem o requerimento de licença prévia perante órgão ambiental. Os órgãos, bem como o relatório emitido, sugeriam que o emissário tivesse tratamento, pelo menos, no nível secundário, o que não era o caso em questão. A pressão do movimento SOS Ponta Negra, em conjunto com as instituições fiscalizadoras, foi determinante para a exigência de novos estudos e o cancelamento do projeto, que se justificou com a alteração para uma única Estação de Tratamento de Esgotos (ETE).

Figura 11. Charge emissário submarino em Ponta Negra



Fonte: SOS Ponta Negra, 2009.

A cidade inicia o processo de discussão do Plano Diretor (PD), em 2017. A orla emerge como temática de interesse de sua regulamentação urbanística a partir da necessidade de modernização. A sua discussão carece de dois eixos que devem ser considerados: a) a forma como se constrói o documento e b) o conteúdo dos artigos.

Sobre o primeiro, o processo de revisão do PD inicia sob a coordenação do antigo gestor da cidade, onde se formulou o Regimento Interno e as propostas metodológicas necessárias para o desenvolvimento das atividades⁴⁰. A discussão tem sua retomada somente em 2019, em ocasião da existência de eleições presidenciais em 2018. Nesse contexto, uma equipe mais restrita da secretaria foi designada e teve reflexos na alteração metodológica do trabalho para além do estabelecimento de um cronograma de dez meses para cumprimento do processo de revisão da cidade que inclui: discussão da leitura da cidade, atuação dos grupos de trabalho, realização de assembleias, trabalho interno da secretaria e aprovação da minuta.

⁴⁰ Algumas dessas foram formuladas por membros do Observatório das Metrópoles, do Núcleo Natal e do Departamento de Arquitetura da UFRN (Ataíde et al., 2020).

O processo de leitura da cidade aconteceu sem o devido cumprimento do Regimento Interno, estabelecido ainda em 2017. Dentre os diversos ruídos, pode-se citar: a não homologação do resultado, antes do seu início, dos voluntários que estavam previstos para conduzir as discussões da leitura da cidade através dos 17 GT's formados, bem como dos integrantes do Núcleo Gestor – que é responsável por supervisionar o processo participativo⁴¹; falta de compromisso com cumprimento de horário (início e término); adoção de votação não prevista em seu documento; ausência de garantia da representatividade dos setores em cada oficina; encontros presenciais em horário de trabalho da população. Assim, apesar do período de suspensão para cumprimento das irregularidades, em denúncia do Ministério Público, não foi alterado o calendário final previsto para 30 de novembro de 2019.

A ausência de metodologia transparente e de capacitação suscitou o esvaziamento dos seus voluntários que foram designados para sistematizar as ideias. Na ocasião, foram coletadas 2.222 contribuições e, devido à pressão dos movimentos sociais envolvidos, foi concedido um prazo mais longo para a sistematização das contribuições, que ocorreu em paralelo à abertura de uma segunda etapa de contribuições que somou 312. O resultado da sistematização das contribuições foi apresentado dois dias antes da divulgação da minuta do PD e trazia contradições nos conteúdos que foram construídos.

Figura 12. Etapas da revisão do Plano Diretor de Natal/RN



Fonte: SEMURB, 2019.

A minuta apresentada à Câmara dos Vereadores ocorre em consonância com um conjunto de audiências públicas e formação de câmaras técnicas sobre temáticas específicas.

⁴¹ O que suscitou a instalação do Inquérito Civil nº 06.2017.00001793-5 – 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do RN.

Apesar de diversas instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil se fazerem presentes com discursos fundamentados sobre a constituição de uma cidade real, quase ou nenhuma discussão foi incorporada ao seu documento, o que sinaliza uma participação *pró-forma* na condução de suas decisões.

A conferência final de votação das emendas seguiu sem debates, confusa em muitas das propostas apresentadas, rápida e com o impedimento de participação popular na plenária sob a justificativa de controle social diante da situação da Covid-19. Outrossim, nos dias seguintes de votação, bandeiras do Brasil foram hasteadas na plenárias por funcionários da prefeitura e policiamento militar armado. Com carga horária extensa e minoria da oposição, a maioria das ementas da situação foram rapidamente aprovadas um dia antes do aniversário da cidade de Natal.

Sobre o segundo aspecto – o conteúdo – não foi considerada, na versão apresentada, a revisão dos seus limites de áreas adensáveis, de adensamento básico, Zonas de Proteção Ambiental, Áreas Especiais de Interesse Social, baseada em estudos técnicos, o que causou espanto aos voluntários da discussão. A esse processo acrescenta-se o discurso do gestor municipal da cidade, durante a apresentação da minuta do PD (no dia 20 de fevereiro de 2020), da suposta modernidade do documento face à eliminação do controle de gabarito do entorno do Parque das Dunas, e das Áreas Não Edificáveis e da inserção da autorregulamentação das Zonas de Proteção Ambiental. Isso significa afirmar uma visão de modernização neoliberal do chefe do executivo, endossada pela secretaria responsável em conjunto com determinados segmentos do setor imobiliário da cidade. Essa visão acompanhava o simbolismo da participação social através dos seus preceitos quantitativos das contribuições e reuniões realizadas.

Em Ponta Negra, especificamente, o documento define a outorga onerosa⁴² para adensamento de todo o bairro, extingue a área *non aedificandi* do bairro, criada desde 1979, inclusive de aplicação de Operação Urbana Consorciada, e aprova uma Zona Especial Militar que fragmenta a Zona de Proteção Ambiental do Morro do Careca e dunas associadas. As AEIS passam a ter sua área definida em momento de sua regulamentação, o que permite a exploração da área em Ponta Negra, conforme ilustra o Mapa 12. As ZET são renomeadas como Áreas Especiais de Interesse turístico e paisagístico (AEITP), com intenção de mudança e confusão conceitual. A minuta apresentada ainda diverge do que se compreende como “revisão”, uma

⁴² Direito de construir acima do coeficiente básico estabelecido mediante pagamento de uma contrapartida financeira.

vez que o PD vigente de 2007 possui 121 artigos e na versão em construção apresentada pela secretaria possui 293 artigos (Natal, 2020).

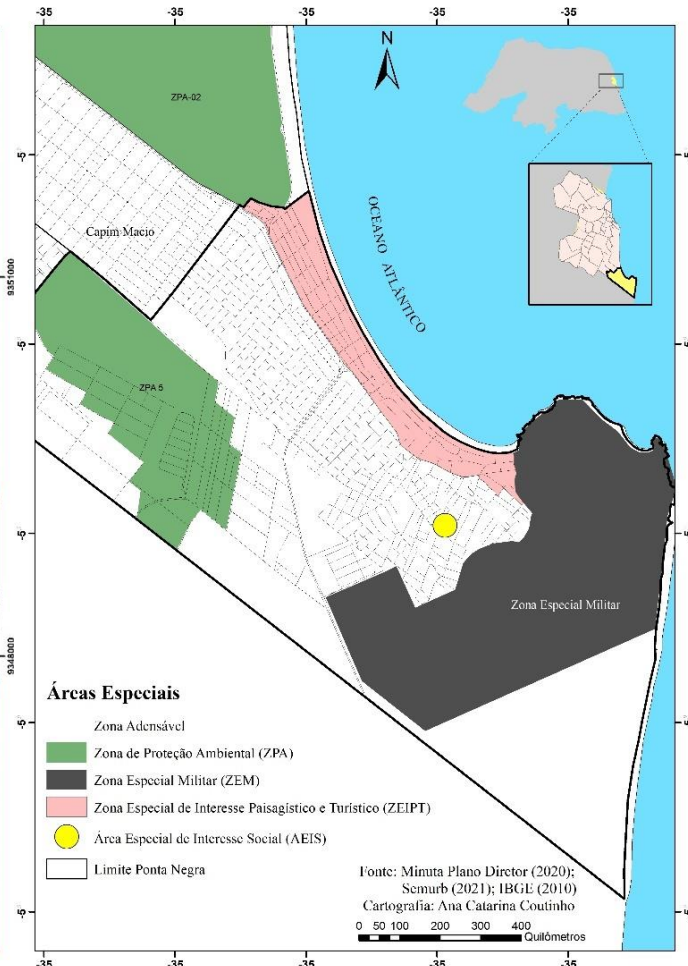
A expressão “passar a boiada” se concretiza com os conteúdos que são apresentados a partir do alinhamento do executivo com os interesses dos setores construtivo e imobiliário. A votação confirma um projeto de: descaracterização das paisagens da cidade e áreas de proteção ambiental, privatização da orla, militarização de áreas públicas que possuem interesse divergente das áreas ambientais e, ainda, a expulsão das populações tradicionais. Considerando a dimensão das divergências, o Ministério Público se posiciona com recomendações ao executivo para vetar ementas que são inconstitucionais (Recomendação nº 01/2022 – PR-RN-00006774/2022).

Mapa 9. Plano Diretor, Ponta Negra, 2007.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Mapa 10. Plano Diretor, Ponta Negra, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A revisão do documento acontece em meio à pandemia e ao acirramento das desigualdades sociais, inclusive da exclusão do direito à informação e participação da ampla

sociedade (Ataíde, Sobrinha, & Al, 2020). Agentes ressurgem na luta pelo direito à cidade. É caso da ONG mutirão, Movimento Salve Natal, Fórum Direito à Cidade e Fórum Vila em Movimento, e com este um conjunto de produções audiovisuais sob os títulos “Não estamos à venda”, “Tire as construções da minha praia”, “A cidade é nossa!”, mas também de conteúdo (Coutinho, 2020).

Verifica-se, assim, que há muitas pontas que são negras, exploradas, e espaços são elitizados em um processo de turistificação. Há uma cultura folclórica tradicional presente na Vila de Ponta Negra (AEIS) que teme pelo seu esvaziamento e perda de memória diante da chegada de novas atividades rentáveis verificadas de forma expressiva nos murais (ver Figura 13). Esta ocorre em conjunto com os setores formais e informais, como o imobiliário, o comércio, o serviço, mas também o tráfico de drogas. Assim, em que pese as críticas sobre a aplicabilidade desses ordenamentos – e com razão (Villaça, 2005), cabe afirmar, a existência e a resistência sociais de agentes produtores dos espaços que cobram seus direitos em oposição ao poder conservador que domina as grandes mídias e influenciam o seu percurso. Esse movimento que é social ocorre em ocasião de conflitos que são gerados na construção do documento.

Figura 13. Expressões de resistência em muros, Ponta Negra, Natal/RN.

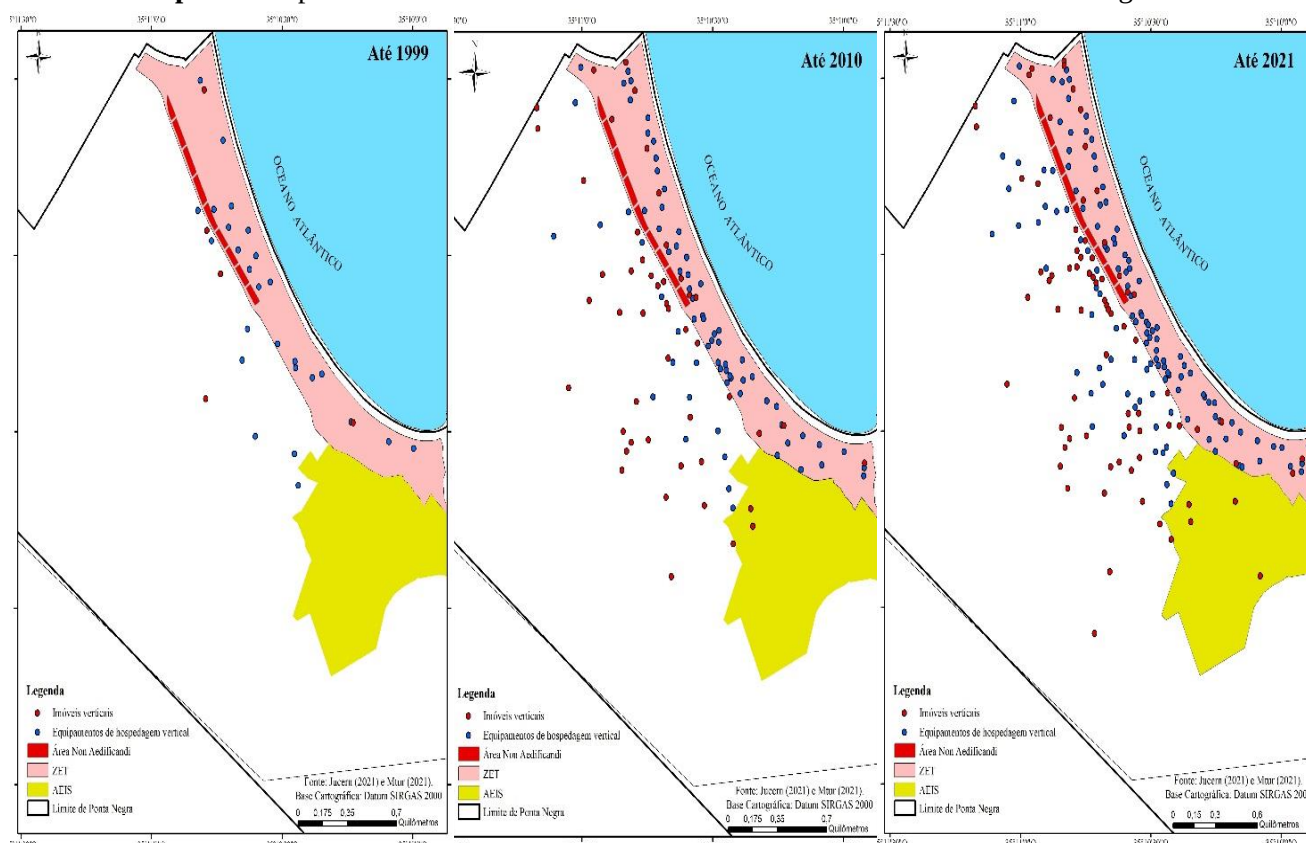


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como resultado do processo de turistificação, o bairro apresenta um crescente cenário de empresas de hospedagem em turismo e imóveis de uso misto verticais que se distribuem espacialmente no território, visualizado no Mapa 11. As empresas de hospedagem remetem às várias tipologias de empreendimentos verticais como resort, flat, albergue, hotel, pousada ou outro tipo de alojamento. Por sua vez, os imóveis foram incorporados por seu efeito de uso misto e familiar de característica vertical.

Esse levantamento qualitativo (via tipo de empreendimento), quantitativo e espacializado (georreferenciado) evidencia que a turistificação no bairro de Ponta Negra não é eminentemente residencial, conforme previam seus planos urbanísticos iniciais a partir da constituição de conjuntos habitacionais ou conforme sinaliza a teoria sobre a gentrificação de espaços (Smith, 1996). Mas é, sobretudo, social, com o advento de um novo estilo de consumo. Há a reestruturação de equipamentos, estabelecidos por uma dinâmica turística, inclusive de usos exclusivos para seu consumo, como é o caso da ZET 1, agora renomeada para AEITP 1, e para as áreas de adensamento dentro do bairro onde desencadeia mudanças físicas, econômicas, sociais e culturais.

Mapa 11. Empreendimentos verticais de uso único e misto do turismo em Ponta Negra/RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Dividido em três principais momentos, evidencia-se a turistificação do bairro de Ponta Negra/RN. Em um primeiro momento com o ordenamento ambiental e paisagístico para a constituição de legislações que configurem sua preservação e embelezamento. Não se pode mencionar, ainda que em suas etapas iniciais, uma anomalia no seu processo, uma vez que determina a instalação de 27 empresas de hospedagem e 5 de imóveis no bairro em áreas de

interesse turístico (ZET 1) e zonas adensáveis, isto é, em áreas que foram estrategicamente concebidas para a instalação desses serviços turísticos.

Na virada do século, o movimento torna-se generalizado e globalizado e configura uma cidade lucrativa com a soma de 43 empresas de hospedagem e 40 de imóveis, com destaque para a expansão em áreas socialmente protegidas (AEIS) e alteração do conjunto habitacional de estilo horizontal em áreas de uso turístico do tipo vertical. A turistificação é imobiliária face ao apelo paisagístico do bairro no que migra de 5 imóveis para 40 do tipo vertical. É interessante ainda observar que, neste momento, ocorrem a maioria dos conflitos socioambientais no bairro como resultado do aumento expressivo de pessoas flutuantes, mas sobretudo das discussões do direito à cidade e da luta ambiental.

Na última década, ocorre a degradação ambiental via processo de turistificação, com a instalação do total de 127 empresas de hospedagem e 80 de imóveis do tipo vertical, sendo que 5 são direcionadas para a AEIS (quase triplicam os equipamentos de hospedagem e duplica o número de imóveis verticais em relação à última década). Parece um momento oportuno para os agentes mercantilizadores do espaço direcionarem a discussão para a exclusão de áreas social e ambientalmente vulneráveis, como é o caso da ZPA 5, que sinaliza o uso e a exploração militar, a AEIS, que por não possuir regulamentação supõe o uso indiscriminado do solo ou ainda da área *non edificandi* que nega o seu histórico de preservação ao longo de 4 décadas. A simbologia da orla decadente, ocasionada pelo uso massivo, sinaliza o interesse mercadológico do progresso *infinito* que será atingido por alguns.

É um momento de reafirmação do estado democrático de direito e da constituição de instâncias governativas que legitimam o papel dos conselhos, dentre eles o conselho de turismo, que conta com a representação dos agentes produtores do espaço estruturadas nesse debate e da forte presença nas audiências públicas. Nesse sentido, os discursos da preservação ambiental, face a degradação existente e a eminente necessidade de alteração da conjuntura urbana, são endossados por uma ilusória participação social.

Do ponto de vista sociodemográfico, o bairro de Ponta Negra apresenta alterações ao longo do tempo, mas que incidem na forma como se materializa no espaço. É o terceiro bairro mais populoso da cidade de Natal em uma área de 13.820.322,32 km², com faixa etária predominante de 25 a 29 anos, que como consequência demandam serviços e facilidades este público. Todavia, a concentração populacional do bairro está situada na vila de Ponta Negra (SEMURB, 2019d). A renda no bairro é acima de 4 salários mínimos, semelhante aos demais bairros da zona sul e leste da capital (Capim Macio, Lagoa Nova, Candelária, Barro Vermelho, Tirol e Petrópolis), mas que não reflete a média da renda na cidade, tampouco dos moradores

da Vila de Ponta Negra, que representa uma renda menor do que 1 salário mínimo nominal (ver dados comparativos na Tabela 4). As áreas mais densas da cidade são as de menor renda, e as mais verticalizadas coincidem com a de maior concentração de renda, como é o caso de Ponta Negra.

Essas questões abrem espaço para a discussão da desigualdade social. Enquanto Natal apresenta o índice de Gini de 0,6217, na Vila de Ponta Negra, esse índice é de 0,45. Para a leitura do índice de Gini, compreende-se que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade social. Nesse sentido, a cidade como um todo apresenta contradições entre as classes sociais, mas na Vila de Ponta Negra a pobreza tem características uniformes, com baixa distinção entre as classes. Sinaliza melhorias ao longo do tempo como reflexo das políticas distributivas de anos anteriores (caso do Bolsa Família) (Knox & Moura, 2020). Não obstante, deve-se considerar a chegada de um capital nacional e internacional de novos moradores que se instalam na vila, gerando uma heterogeneidade social dentro de um território de alta vulnerabilidade social.

Tabela 4. Comparativo dos dados sociodemográficos (2021).

Dado	Natal	Ponta Negra	Vila de Ponta Negra (AEIS)
População	803.178	24.780	7.083
Área	167,401 km ²	13,820 km ²	3,951,8 km ²
Densidade Demográfica	4.797,90 hab/km ²	1.792,3 hab/km ²	1.792,35 hab/km ²
Renda	1,78 salário mínimo	4,75 salários mínimos	Abaixo de 1 salário mínimo (R\$589,62)
Índice de Gini	2000 – 0,6428 2010 – 0,6217	-	2000 – 0,52 2010 – 0,45

Fonte: Dados da pesquisa, a partir do IBGE (2010), Atlas (2010), Semurb (2019), Knox e Moura (2020).

Apesar de ser definido, até 2007, como área de adensamento básico, é o bairro que concentra a maior quantidade de empreendimentos verticais da cidade (Natal, 2007). As áreas adensáveis da cidade não foram as que efetivaram ações de construção nos últimos anos, gerando sobrecarga em áreas de menor potencial, como é o caso de Ponta Negra. Essa questão sinaliza o descompasso entre as prescrições urbanísticas e sua efetividade, conforme sinalizam autores como Villaça (2005), que critica a elaboração dos Planos Diretores. Endossa as críticas de Maricato (2013), que aborda a construção de ideias deslocadas do espaço real. O preço de um terreno no bairro de Ponta Negra varia entre R\$15,00 o m² a R\$3.300 o m², o que reflete nas diferenças dos serviços e facilidades que cada área dispõe.

No campo da infraestrutura, o bairro dispõe de serviços de saúde, educação, lazer segurança e outros. Outrossim, esses serviços não são equitativamente distribuídos dentro do

bairro, apresentando distinção entre a vila e o bairro como o todo, conforme disposto no Quadro 8.

Quadro 8. Distribuição dos serviços no bairro de Ponta Negra

Dado	Ponta Negra⁴³	Vila de Ponta Negra
Saúde	-	1 UBS
Educação	1 escola estadual 1 CMEI 5 escolas particulares	2 escolas municipais 1 escola estadual 1 CMEIS
Lazer	7 praças 5 quadras/campos	2 praças 1 campo
Segurança	1 Distrital 1 de Policiamento Turístico	-
Outros	-	1 cemitério

Fonte: Dados da pesquisa, a partir Semurb (2019) e da coleta de campo (2022).

Depreende-se que o homem, no centro do poder e convencimento, altera as estruturas e formas das relações sociais. Cria simbolismo de uma suposta segurança na *pólis* pós-moderna, mas que contraditoriamente aumenta a sensação de insegurança a partir de estruturas urbanas, legislações e relações sociais, conforme foi aqui analisado.

A relação entre a dinâmica socioespacial do turismo e a insegurança pública compreende a leitura da dinâmica urbana da cidade. Essa dinâmica perpassa pela dimensão física onde estão concretizadas as ações por meio de documentos, planos e políticas que foram discutidos desde a origem da cidade, mais especificamente a partir da década de 1970, onde se observa a formação e alterações socioespaciais no bairro de Ponta Negra. Mas, também, uma dimensão simbólica dos discursos que são desencadeados, o que legitima o processo de turistificação no bairro, ilustrado na Figura 14.

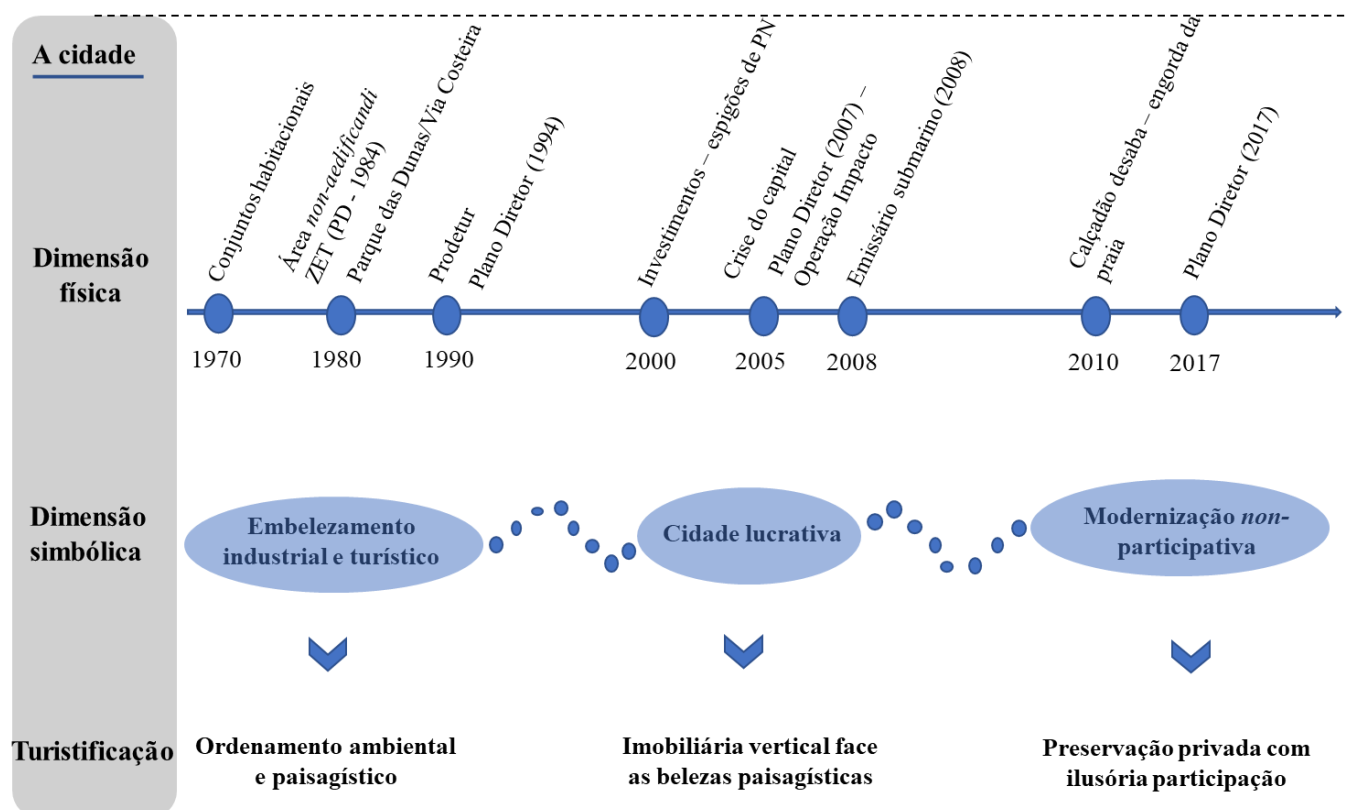
A dimensão física segue uma racionalidade simbólica que é construída socialmente para justificar as alterações espaciais. Elas mudam conforme o seu tempo e englobam discursos dos diversos agentes atuantes no território.

A cidade, e de forma especial o bairro de Ponta Negra, permuta por alguns processos que provocam a turistificação aqui denominados como: 1) Embelezamento industrial e turístico incentivado por políticas como o PD/VC, Prodetur e Plano Diretor de 1994, configurando um processo que é estrategicamente concebido, inclusive as áreas em que serão instalados os novos serviços e facilidades para acomodar uma nova classe social média; 2) Cidade lucrativa direcionada pelo mercado imobiliário face as belezas paisagísticas e as crises cíclicas do capital com ações mais amplas e eminentemente estratégicas. Tem no seu eixo o Plano Diretor de 2007

⁴³ Considera-se como Ponta Negra o conjunto do bairro que não contempla a Vila de Ponta Negra, que coincide com a Área de Interesse Social (AEIS).

e a ausência estatal no direcionamento da gestão da orla e questões sanitárias, ambientais e de capacidade de carga; e, por fim, 3) uma suposta modernização da cidade de forma *non-participativa*, onde o turismo ressurgue como simbolismo de sua reestruturação com o Plano Diretor de 2022, a partir da reafirmação do estado democrático de direito e dos discursos da preservação ambiental, face a degradação existente.

Figura 14. Dinâmica socioespacial do turismo e insegurança pública



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Assim, as legislações, bem como as ações de intervenção urbanas, funcionam como mecanismos de turistificação do espaço turístico e fomento da insegurança pública. Reduz, com isso, o turismo a uma atividade econômica estrategicamente utilizada para a turistificação do espaço.

O que talvez seja interessante também observar é que no bairro de Ponta Negra, diferentemente do que ocorre com as áreas gentrificadas, em seu processo inicial (Smith, 1996), ou mesmo a sua transição para a turistificação (Figueiredo, 2008; Picanço, 2020), não surge inicialmente o discurso de uma área abandonada e/ou degradada. Mas, exatamente a valorização do solo que o capital vai estabelecendo ao longo do tempo. A base da valorização está nos seus aspectos paisagísticos e, portanto, ambiental observada nos documentos legislativos como a

área *non aedificandi*, ZPA 6 (região do Morro do Careca e Dunas Associadas) e ZPA 5 (região de lagoinha).

A conservação é a pauta estabelecida para a geração de um *rent gap* que se intensifica com a geração de infraestrutura turística, como é o caso do projeto Parque das Dunas/Via Costeira, urbanização da orla da praia e duplicação da Avenida Roberto Freire. A degradação, por sua vez, ocorre posteriormente com o uso massificado do espaço do ponto de vista turístico, inclusive da capacidade de esgotamento sanitário⁴⁴ para conformar povos transitórios (turistas, profissionais liberais, estudantes) e estabelecer locais de consumo que configuram status social. Nesse sentido, as teorias baseadas em demanda devem ser abandonadas para explicar o processo de turistificação do espaço no bairro de Ponta Negra.

5. Dinâmica socioespacial do turismo e insegurança pública urbana

Este estudo analisa as raízes da insegurança pública, longe das abordagens sobre a demanda do turismo ou das explicações tecnicistas de que mais violência gera menos turismo. Assim, a lógica de espaços monofuncionais não se aplica à realidade deste estudo para diminuição da insegurança pública (De Biasi, 2017; Mandeli, 2019), tampouco de mecanismos de proteção individual por meio de enclaves fortificados (Sun & Webster, 2019). Os espaços turísticos são conformados por meio de legislação e intervenções urbanas que modificam a dinâmica local que tem como guarda-chuva os simbolismos que são estabelecidos.

O poder do turismo na atuação em diversos mercados, principalmente informal, torna-se um importante pilar para a racionalidade contemporânea (Gotham, 2005). Assim, como um processo cíclico de estruturação das cidades, o turismo emerge de forma estrategicamente concebida utilizando do apelo ambiental e paisagístico até o estouro do processo de reestruturação urbana, a partir do processo de globalização. Todavia, o turismo não é único simbolismo que justifica as alterações no espaço, via processo de turistificação, ele pode atuar como racionalidade secundária e emerge em diferentes momentos para direcionar a *estratégia competitiva* da cidade.

No campo da política pública, verifica-se uma oscilação na atuação estatal para direcionamento de políticas de turismo e de segurança. No primeiro momento atua como um Estado forte direcionando ações públicas. No segundo momento, a sua omissão no reforço oculto do uso do espaço pelo setor imobiliário. E, por fim, se apresenta de maneira forte junto

⁴⁴ Ver Inquérito civil nº 24/2004.

aos agentes do setor do mercado, inclusive com forças militares para a reprodução do valor de uso do solo. A pauta participativa justifica e endossa de forma ilusória as decisões que são encaminhadas.

Nesse sentido, os resultados evidenciam que as teorias modernistas de desenvolvimento urbano (Hudalah et al., 2016; Rigolon et al., 2020), impõem um conjunto de regulamentos que são estrategicamente utilizados para a perpetuação do capital e geram um quadro de insegurança pública por meio do seu abandono em sua função social. O turismo, enquanto dinâmica social e cultural dessas realidades, é utilizado como racionalidade para a sua massificação, exclusão e segregação. Incentiva-se a construção de enclaves para moradia ou visitação através de um suposto senso de comunidade (Silva, 2007) que não é vivenciado através dessa dinâmica turística urbana. A turistificação, no caso analisado, não é residencial, tampouco estabelecida para justificar uma área degradada, mas sobretudo de uma nova dinâmica social de povos transitórios que exigem novos serviços e produtos (Picanço, 2020) e eminentemente ambiental e paisagística.

Assim, o quadro de insegurança pública advém das mudanças urbanas que com a permanência de um estado neoliberal incentiva a privatização dos espaços e serviços. Lança-se, assim, a perspectiva de análise contextualizada, a partir da dinâmica do bairro de Ponta Negra, situado no Nordeste brasileiro, mas compreende que as racionalidades da cidade sob o prisma de sua dimensão física (consequência) e dimensão simbólica (racionalidade) denotam as raízes da insegurança pública.

6. Para não encerrar o debate: as raízes e suas ramificações

Este trabalho fez um mergulho teórico e empírico para explicar as raízes de insegurança pública e sua relação com a dinâmica do turismo. Em um processo histórico, entende-se que o desenvolvimento urbano visa a criação de consensos de crises para que se permita a reprodução do capital e o valor que é gerado a partir de sua constituição; abre caminhos para o sentimento de insegurança sem precedentes como algo intrínseco, difuso e relacionado a diversas faces do convívio humano que têm um valor capitalista. O turismo, inclusive, é utilizado como simbologia econômica para sua perpetuação, esvaindo-se da sua compreensão mais ampla na promoção das liberdades humanas, do conhecimento, dos encontros e partilhas.

A cidade neoliberal é uma arena em que digladiam diversos agentes sociais e justamente por ser uma arena não é ela, por si, que autoproduz, mas reverbera os resultados da relação

desses diversos agentes. A reprodução desses interesses recai em uma dimensão física e simbólica da cidade.

Sobre a dimensão simbólica da cidade, está relacionado com as representações da vida coletiva e suas interações. Nesta pesquisa, foram ilustrados sobre os três principais momentos do processo de turistificação do bairro, são eles: 1) o embelezamento industrial e turístico, 2) a cidade lucrativa e 3) a modernização *non-participativa* que sustenta o discurso dos seus agentes produtores. Estas são as raízes do processo de turistificação que refletem nas dimensões físicas, isto é, suas ramificações.

Em relação à dimensão física, há relações de poderes que colocam em risco a apropriação por outros agentes. É o caso do processo de grilagem de terras, especulação do solo para a instalação de equipamentos urbanísticos e de construções físicas que se concretizaram no espaço urbano do bairro de Ponta Negra e provocaram a desigualdade social. Os interesses imobiliários em conjunto com a presença estatal contribuíram para um processo dialógico em que se verifica construções verticais de alto padrão convivendo com residências horizontais de baixo valor através das comunidades tradicionais pesqueiras.

A insegurança pública, nesse sentido, atua na criação de mecanismos de defesa com espaços verticais no estilo *gated communities* que se distribui até para áreas que foram criadas para sua proteção contra a especulação imobiliária. Assim, espaços que são planejados para melhorias sociais se tornam palco de um processo contraditório. Afastam os mais vulneráveis em prol da massificação do turismo e perpetuam a insegurança em nome da suposta segurança social, legitimada por uma legislação urbana.

De maneira geral, esta pesquisa evidencia as raízes da insegurança pública e o contexto do turismo a partir da discussão de um bairro eminentemente turístico do Nordeste brasileiro. Compreende, nesse sentido, que as mudanças socioespaciais revestidas pela dinâmica física e simbólica são as raízes da insegurança pública e sua interface com o turismo. Inclui, ainda, o reflexo da permanência de um estado neoliberal que incentiva a privatização dos espaços públicos e o abandono da coisa pública.

Reconhece-se que as evidências desta pesquisa fogem do escopo das abordagens tradicionais entre turismo e insegurança, e por isso, abandona o olhar do turista sob a perspectiva da demanda para justificar as alterações socioespaciais. Analisa, assim, as raízes teóricas e empíricas que evidenciam essa relação com as contradições existentes entre os diversos agentes. Mas, também incorpora, as ramificações desse processo.

As ramificações aqui identificadas também remetem às fragilidades e dificuldades que foram identificadas ao longo da pesquisa. A principal está na discussão de assuntos teóricos

que são densos e largamente debatidos em outras áreas de investigação, como é o caso do urbanismo e da sociologia. Em alguns momentos, optou-se apenas por citar brevemente teorias que são profundamente discutidas, em outros, isto foi sequer possível. A discussão do Estado neoliberal é uma delas e perpassa todo o processo de constituição do bairro e do referencial teórico sobre gentrificação e turistificação; ainda assim não se fez a sua discussão. Reconhece-se as lacunas e incentiva abordagens nesse viés.

Referências

- Adam, I., & Adongo, C. A. (2016). Do backpackers suffer crime? Empirical investigation of crime perpetrated against backpackers in Ghana. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 27, 60–67. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2016.03.003>
- Adedeji, J. A., Fadamiro, J. A., & Adedeji, Y. M. D. (2016). Residential fencing and house gating: An overview of social inequality and urban insecurity in Ilorin, Nigeria. *Cities*, 52, 123–131. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2015.11.024>
- Adorno, S. (2005). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, (8), 84-135. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222002000200005>
- Ali, Y., Shah, Z. A., & Khan, A. U. (2018). Post-terrorism image recovery of tourist destination: a qualitative approach using Fuzzy-VIKOR. *Journal of Tourism Analysis*, 25(2), 129-153. <https://doi.org/10.1108/jta-05-2018-0016>
- Almeida García, F. (2008). Evolución y perspectivas del turismo en el Mediterráneo. *Universidad de Málaga, UMA*, 1-20. Retrieved from http://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/6574/01.FERNANDO_ALMEIDA.pdf?sequence=1
- Arantes, O. (2013). Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (8th ed., p. 192). Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.
- Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2013). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.
- Ataíde, R. M., Sobrinha, M. D., & Al, E. (2020). A pandemia da Covid-19 e suas prioridades: relato da atuação do Fórum Direito à Cidade na defesa da participação social na revisão do Plano Diretor de Natal. In B. Livramento, Maria; Silva, Lindijane; Nascimento (Ed.), *Em tempos de Pandemia: contribuições do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal* (p. 1-251). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Atkinson, R., & Bridge, G. (2005). *Gentrification in a global context: The new urban colonialism* (R. Atkinson & G. Bridge, Eds.). <https://doi.org/10.4324/9780203392089>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Zahar.
- Beato, C., Peixoto, B., & Andrade, M. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).
- Beato, C., Silva, B. F. A., & Tavares, R. (2008). Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *Dados*, 51(3), 687–717. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000300005>

- Bianchi, R. V. (2009). The “critical turn” in tourism studies: A radical critique. *Tourism Geographies*, 11(4), 484-504. <https://doi.org/10.1080/14616680903262653>
- Bobbio, N. (2012). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Borges, A., Ferreira, L., & Nóbrega, W. (2017). Public policies for Urban Revitalization: an approach on tourism and recreation in the city of Natal/RN. *Cilitur - Colóqui Nacional Sobre Cidades Litorâneas e Turismo*. Recife.
- Botterill, D., & Jones, T. (2010). Tourism and crime: key themes. In: *Goodfellow Publishers Limited*. <https://doi.org/10.1080/13032917.2011.631419>
- Botterill, D., Pointing, S., Hayes-Jonkers, C., Clough, A., Jones, T., & Rodriguez, C. (2013). Violence, Backpackers, Security and Critical Realism. *Annals of Tourism Research*, 42, 311-333. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.01.007>
- Botterill, D., Seixas, S. R. D. C., & Hoeffel, J. L. (2014). Tourism and Transgression: Resort Development, Crime and the Drug Economy. *Tourism Planning and Development*, 11(1), 27-41. <https://doi.org/10.1080/21568316.2013.815269>
- Boullón, R. (2001). *Planificación del espacio turístico* (3 ed). México: trilha.
- Boyer, M. (2003). *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSC.
- Brasil. *Estatuto da Cidade*. (2001).
- Britton, S. G. (1982). The political economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, 9, 331–358. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3295132>
- Brown, C. B. (2015). Tourism, crime and risk perception: An examination of broadcast media’s framing of negative Aruban sentiment in the Natalee Holloway case and its impact on tourism demand. *Tourism Management Perspectives*, 16, 266-277. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.12.001>
- Butler, R. (1980). The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 24(1), 5–12. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>
- Caldeira, T. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, 155–176.
- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* (34th ed., Vol. 9). São Paulo: EDUSP.
- Costa, J. H., Câmara, H. M., Brandão, T. de S., & Hermes Junior, I. do E. (2018). *Spatial distribution (2015-2017) of homicides in the city of Natal/RN (Brazil) and its (non-)relations with touristic areas*.
- Costa, J. H., & Herrera, M. R. G. (2019). Criminalidade, Segurança Pública E Sustentabilidade Em Destinos Turísticos. *Marketing & Tourism Review*, 4(1), 1-39. <https://doi.org/10.29149/mtr.v4i1.5510>
- Costa, J., Tomé, M., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). *Planejamento e gestão da segurança pública em turismo: reflexões teóricas & estudos de caso*. Mossoró: UERN.
- Coutinho, A. C. A. (2020). E o empresário do turismo: o que será afetado com o Plano Diretor “moderno” de Natal? Retrieved April 22, 2021, from Agencia Saiba Mais website:

<https://www.saibamais.jor.br/e-o-empresario-do-turismo-o-que-sera-afetado-com-o-plano-diretor-moderno-de-natal/>

- Coutinho, A. C. A., & Azevedo, F. F. de. (2020). Participation in tourism policy decisions : difficulties and possibilities – analysis of a brazilian tourism council. *Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas*, 21, 3-25.
- Coutinho, A. C. A., & Nóbrega, W. R. de M. (2019). Governance in tourist destinations: challenges in modern Society. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 13(3), 55-70.
<https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543>
- Coutinho, A. C. A., Urano, D. G., Mate, A. jose, & Nascimento, M. A. L. do. (2019). Tourism and Geotourism: A Conceptual Problem. *Rosa Dos Ventos-Turismo ...*, 11(4), 754-772.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i4p754>
- Coutinho, A. C., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, 23(3), 81–104. <https://doi.org/10.5801/ncn.v23i3.9523>
- Davis, M. (2006). *Planet of Slums*. <https://doi.org/10.1177/0306396807085905>
- Davis, M. (2020). *A peste do capitalismo: Coronavírus e a luta de classes*. São Paulo: Boitempo.
- De Biasi, A. (2017). Transforming vacant lots: Investigating an alternative approach to reducing fear of crime. *Journal of Environmental Psychology*, 50, 125-137.
<https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.02.007>
- Dias, G. da M. (2015). *Praias urbanas e racionalidade ambiental : avaliação da gestão , das intervenções*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Enslin, et al. (2010). *ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist*. Brasil.
- Eustáquio Amaro, V. et al. (2012). *Laudo pericial - Praia de Ponta Negra*. Natal: Laudo pericial.
- Farrall, S., Gray, E., & Jackson, J. (2007). Theorising the Fear of Crime: The Cultural and Social Significance of Insecurities about Crime. *SSRN Electronic Journal*, (January).
<https://doi.org/10.2139/ssrn.1012393>
- Fazito, M. (2015). Modernização turística: o papel do turismo no desenvolvimento. In: *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo* (p. 108-126). Belém/PA: NAEA.
- Fazito, M. (2020). O futuro do Turismo. *Revista Cenário - Interdisciplinar Em Turismo e Território*, 8(14), 6–16. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.31957>
- Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E., & Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. In *Papers do NAEA*.
- Fazito, M., Rodrigues, B., & Pena, L. S. (2015). A hora da cidade: política urbana , lazer e turismo para a cidadania. *Colóquio Nacional Sobre Cidades Litorâneas e Turismo – Cilitur*, 1-12.
- Fennell, D. A. (2017). Towards a Model of Travel Fear. *Annals of Tourism Research*, 66, 140–150.
<https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.07.015>
- Ferreira, A. L. de A. (1996). *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. Universidad de Barcelona.
- Figueiredo, S. L. (2008). Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In S. L. Figueiredo (Ed.), *Turismolazer e Planejamento urbano e regional* (pp. 79–

92). Belém: NAEA.

Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F. de, & Nóbrega, W. R. de M. (2015). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA.

Figueiredo, S. L., & Ruschmann, D. (2004). Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, 7(1), 155-188. <https://doi.org/10.5801/ncn.v7i1.40>

Floresia Silva, M. F. P. de S. (2014). Antigos processos e novas tendências da urbanização norte-americana contemporânea. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 365–390. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3204>

Fonseca, M. (2012). *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: EDUFRN.

Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional.

García Bujalance, S., Barrera-Fernández, D., & Scalici, M. (2019). Touristification in historic cities. Reflections on Malaga. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 7(1), 93–115. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2019v7n1id16169>

García, F. (2012). La política turística en España y Portugal. *Cuadernos de Turismo*, 30, 9–34.

George, R. (2010). Visitor perceptions of crime-safety and attitudes towards risk: The case of Table Mountain National Park, Cape Town. *Tourism Management*, 31(6), 806–815. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.08.011>

Gotham, K. F. (2005). Tourism Gentrificaiton: The case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter). *Urban Studies*, 42(7), 1099–1121. <https://doi.org/10.1080=00420980500120881>

Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade   revolução urbana*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Harvey, D. (2017). Direito   cidade. *Revista Do Direito Público*, 12(1), 318. <https://doi.org/10.5433/1980-511x.2017v12n1p318>

Hudalah, D., Winarso, H., & Woltjer, J. (2016). Gentrifying the peri-urban: Land use conflicts and institutional dynamics at the frontier of an Indonesian metropolis. *Urban Studies*, 53(3), 593–608. <https://doi.org/10.1177/0042098014557208>

Jacobs, J. (1961). The death and life of America's cities. In *Vintage books*. New York: Vintage Books.

Kessler, G. (2009). *El sentimiento de inseguridad: sociolog a del temor al delito*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

Knox, W., & Moura, J. T. V. (2020). *Saberes dial gicos: intervenções universit rias na vila de Ponta Negra*. Natal: EDUFRN.

Lees, L., Slater, T., & Wyly, E. (2008). *Gentrification*. New York: Routledge.

Lefebvre, H. (1969). *Le Droit à la Ville*. Paris: Anthropos Economic.

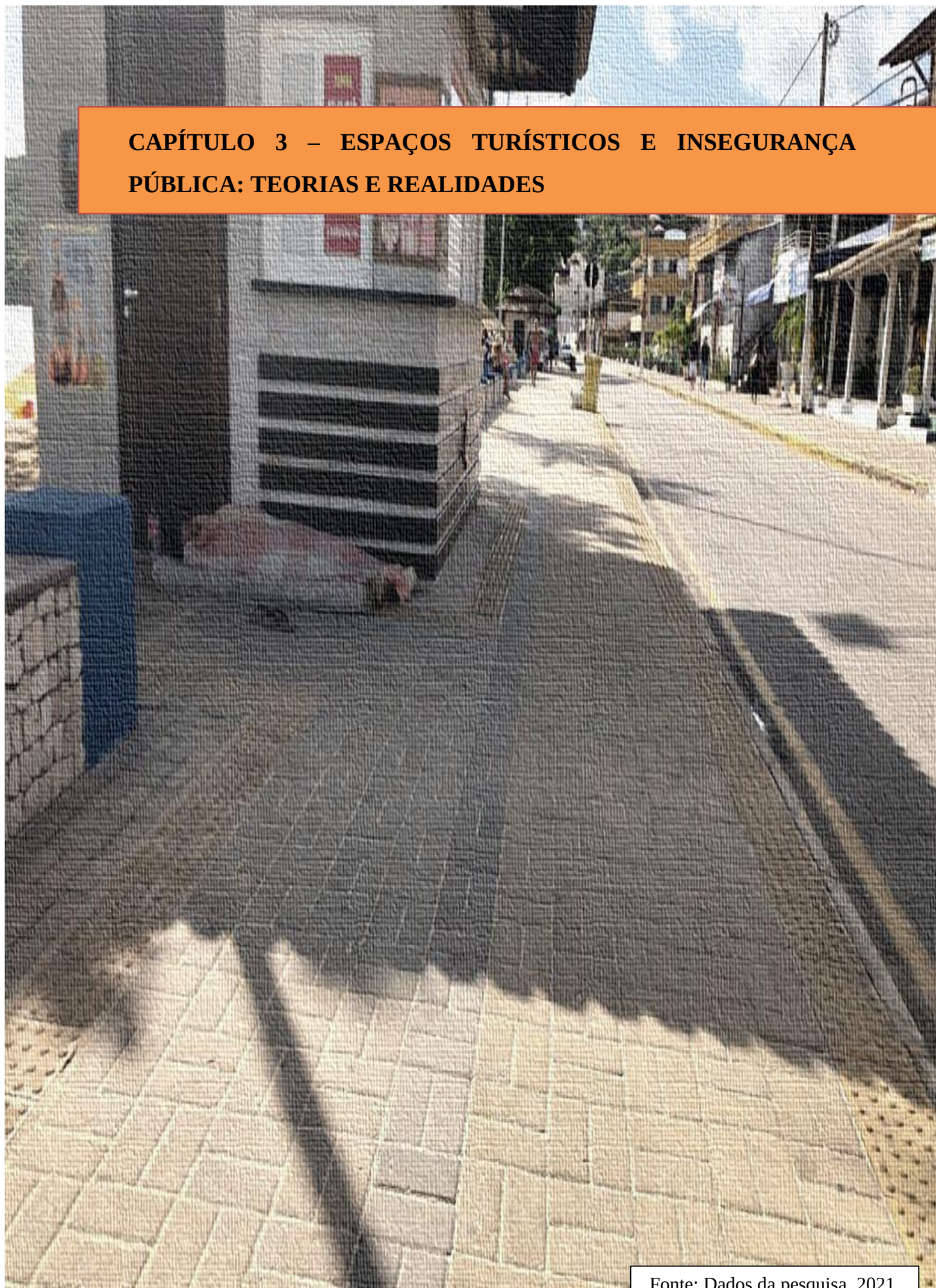
Lefebvre, H. (2016). *Espaço e política: o direito à cidade II* (p. 203). p. 203. Belo Horizonte: UFMG.

Lima, R., & Costa, J. (2015). Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: Aspectos Metodológicos e os Resultados da Avaliação do PRODETUR em Parnamirim/RN (2005-2012). *Turismo Em Análise*, 26(2). <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i2p451-474>

- Mandeli, K. (2019). Public space and the challenge of urban transformation in cities of emerging economies: Jeddah case study. *Cities*, 95. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102409>
- Maricato, E. (2013). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (8th ed., p. 192). Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.
- Molina, S. (2003). *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph.
- Moore, S., & Shepherd, J. (2007). The elements and prevalence of fear. *British Journal of Criminology*, 47(1), 154-162. <https://doi.org/10.1093/bjc/azl006>
- Morin, E. (2000). *Edgar Morin: ciencia con consciencia*. Anthropos.
- Natal. Plano Diretor de Natal. Lei Complementar nº 082/2007 § (2007).
- Natal. (2010). *Conheça melhor seu bairro: Ponta Negra*. Natal.
- Natal. (2017). *Plano de ordenamento, gestão e fiscalização integrada da orla de Ponta Negra*. Natal: Semurb.
- Natal. (2020) *Diário Oficial do Município Diário Oficial do Município*.
- Nóbrega Júnior, J. M. P. (2019). *Democracia, violência e segurança pública no Brasil* (EDUFCG, Ed.). Campina Grande.
- Nunes, M. R. O. (2016). Consequences of the second homes in the hotel business in Tibau do Sul-RN. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 4(1), 88–111.
- OCDE. (2020). *Global Outlook: Pandemic, Recession: The Global Economy in Crisis*. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1553-9_ch1
- Oh, G., Ren, L., & He, P. (2019). Social disorder and residence-based fear of crime: The differential mediating effects of police effectiveness. *Journal of Criminal Justice*, 63(May), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2019.05.001>
- Picanço, V. (2020). *Processo de gentrificação em Belém-PA: em busca dos significados locais para o bairro do reduto, em período recente*. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Pinheiro, M. (2011). *Reprodução do capital e metamorfoses espaciais: um estudo da verticalização de Ponta Negra, Natal/RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ribeiro, E., & Cano, I. (2016). Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 16(2), 285. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066>
- Rigolon, A., Stewart, W. P., & Gobster, P. H. (2020). What predicts the demand and sale of vacant public properties? Urban greening and gentrification in Chicago. *Cities*, 107(October), 102948. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102948>
- Rolnik, R. (2017). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*.
- Ross, A. (1999). *The Celebration Chronicles: life, liberty and the pursuit of property values in Disney's New Town* (Random Hou). New York: Celebration.
- Sampson, R. J. (2013). The Place Of Context: A Theory And Strategy For Criminology's Hard Problems. *Criminology*, 51(1), 1-31. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12002>

- Santos, B. de S. (2017). Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75-116.
- SEMURB. (2019). *Revisão do Plano Diretor: leitura da cidade Zona Sul*. Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sharpley, R., & Telfer, D. (2015). *Tourism and Development: concepts and Issues* (Second Edi). Toronto: Clevedon.
- Silva, B., & Beato Filho, C. (2014). Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de Populacao*, 30(SUPPL). <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>
- Silva, M. F. (2007). Gated communities: The new ideal way of life in natal, Brazil. *Housing Policy Debate*, 18(3), 557–576. <https://doi.org/10.1080/10511482.2007.9521611>
- Smith, N. (1996). *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. <https://doi.org/10.1177/030913259702100327>
- Smith, N. (2008). *Uneven Development: Nature, Capital and the production of space* (3ª). Georgia: Georgia Press.
- Sposito, M. E., & Góes, E. M. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Unesp.
- Sun, G., & Webster, C. (2019). The security grills on apartments in gated communities: Trading-off 3D and 2D landscapes of fear in China. *Cities*, 90(November 2018), 113–121. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.02.003>
- Tang, X. (2017). The historical evolution of China's tourism development policies (1949–2013) – A quantitative research approach. *Tourism Management*, 58, 259–269. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.03.010>
- Tomé, M. (2013). Turismo, Medo e Violência. *Turismo & Sociedade*, 6(1), 225–228.
- Tribe, J. (2010). Tribes, Territories and Networks in the Tourism Academy. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 7-33. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.05.001>
- Trindade, A., & Durante, M. (2019). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 12(2), 239-265.
- Urry, J. (2002). The tourist gaze. In: *Sage* (Second Edi). California: SAGE.
- Vainer, C. (2013). Pátria, empresa e mercadoria. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (8th ed., p. 192). Petrópolis: Vozes.
- Villaça, F. (2005). As ilusões do Plano Diretor. In: *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p260-262>

CAPÍTULO 3 – ESPAÇOS TURÍSTICOS E INSEGURANÇA PÚBLICA: TEORIAS E REALIDADES



Insegurança não é uma leitura da demanda, mas uma forma de enfretamento político

Resumo

Transitar em ruas com baixa iluminação, com a presença de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas são características da ocupação do espaço físico associado à percepção de insegurança pública. Rapidamente, recorre-se a dispositivos de segurança privada por meio do “sorria, você está sendo filmado”, afastam-se os cenários de vulnerabilidades sociais por meio de um planejamento urbanístico ou direciona uma polícia do turista. Contraditoriamente, a sensação de insegurança pública não é atenuada e reforçam-se os mecanismos de seu distanciamento. Este capítulo discute, à luz dos moradores, comerciantes e trabalhadores de um espaço turístico em relação a que e com o que as pessoas se sentem inseguras. Do ponto de vista teórico, reflete sobre o sentimento de insegurança para além da criminalidade, ao mesmo tempo em que discute as estratégias de planejamento para espaços de dinâmica turística. No campo metodológico, utiliza da etnografia e da netnografia, em conjunto com outras técnicas de pesquisa como a análise espacial georreferenciada com uso do software Qgis (versão 3.18) e de outras bases de dados urbanística e criminal. Os resultados desta pesquisa evidenciam que não existe um sentimento de insegurança, mas diversos sentimentos no sentido plural da palavra e estes não se apresentam de forma aleatória. Conectam-se pela ausência de política pública e seu ente na garantia dos direitos sociais; das estruturas de mobilidade urbana que se alteram pela relação com o tempo de estabilidade residencial, e; da criminalidade personificada que direciona esforços punitivos. Em todos os casos, adota-se medida de comportamento (atitude de risco). Conclui-se, dessa forma, que a criminalidade funciona como um risco inerente às dinâmicas de globalização e mobilidade social, onde o turismo ganha um papel fundamental como indústria globalizadora.

1. Introdução de narrativas e sentimentos: a insegurança pública e o turismo

Luana, 39 anos, é uma jovem moradora do bairro, que vive com uma filha e o marido. Habita no bairro há mais de 30 anos e, apesar de não ser natural da cidade, adentra e se instala, por ocasião de trabalho no setor do turismo, que também era tão recente quanto a sua chegada. Contemporaneamente, toda a sua família também mora no mesmo bairro, pais, avós, tios e tias. Sua batalha consiste em todos os dias sair para trabalhar, não mais com o setor do turismo, mas sim com a educação, e ter a certeza que no seu retorno todos os bens de sua residência continuam dentro de casa.

Seu trabalho é em algum bairro próximo ou através do atendimento particular junto a alguns alunos. Luana – mulher morena, olhos escuros, estatura baixa, cabelo crespo e com uso de alguma química para alisar, com fala articulada – ela sabe que seus conhecimentos, principalmente na área da educação, denota uma sensibilidade perante a realidade do bairro, marcada por suas contradições e vulnerabilidade, mas, sobretudo, tem responsabilidade pela manutenção do bem-estar da sua família e a tem como prioridade.

A jovem reveza a permanência na casa junto com o marido e o pai, que reside próximo. Assim, todos se mantêm vigilantes. Por algumas vezes, já chegou em casa e não encontrou alguns itens domésticos como televisão, computador, micro-ondas. Certa vez foi seu celular, que estava em sua mesa de cabeceira enquanto dormia. A preocupação é maior é que sua primogênita presencie atos violentos, mesmo sendo as violações uma constante.

A vizinhança é totalmente conhecida, nome por nome. Quando necessita de serviços, recorre a seus amigos, conhecidos e vizinhos. Todavia, quando se trata de segurança pública, a atuação policial é inexistente ou, ainda pior, mais violenta do que as violências do seu cotidiano. Prevalece a sua relação vicinal e familiar. Luana sabe exatamente quem a roubou nas diversas ocasiões, e já foi confirmado pelo infrator, que outrora foi seu aluno⁴⁵. O pedido é o mesmo: “não denuncie à polícia”; os itens que não foram repassados para compra de drogas, serão devolvidos, algum dia, talvez.

Há um fluxo intenso de turistas no bairro, antigos e novos moradores se fundem em um contexto urbano de intensa mobilidade que consomem e demandam serviços, altera também a estrutura urbana. Em determinado momento, aquele que um dia foi turista, se instala no bairro. Assim, sotaques, cores e costumes se mesclam em uma heterogeneidade social.

Enquanto pesquisadora, me asseguro de sair e retornar a minha residência portando todos os meus bens físicos e temo pela minha segurança. Abandono o uso do celular e o bloco de anotações ganha força a cada sombra de árvore, mesmo sendo constantemente observada pelos moradores que notaram um *outsider* na sua “área”. Por vezes, me esqueço dos itens de valor que insistem em brilhar com a luz do sol. Rapidamente, retiro os acessórios e os escondo em algum local. Roupas mais próximas do conforto e estilo social vigente de acordo com o espaço ocupado. A intenção é observar, dialogar, participar, imergir sem que seja notada, mas sabe-se que há uma forte presença na rotina daqueles indivíduos.

Este capítulo discute e reflete sobre o que faz as pessoas se sentirem inseguras e por que se sentem inseguras. Mais especificamente, detém-se a compreender os espaços de dinâmica turística e sua relação com o sentimento de insegurança pública. Metodologicamente, defende-se uma abordagem etnográfica em conjunto com outras técnicas de pesquisa que são submetidas à prática da reflexão compreensiva da pesquisa científica.

O trabalho de campo etnográfico é explorado dentro dos estudos do turismo nas perspectivas de comunidades tradicionais e acredita-se no seu potencial de articulação com o uso de outros dados e abordagens. Nesse sentido, o capítulo também se apresenta com uma

⁴⁵ Aqui não faz menção ao gênero.

discussão metodológica para os estudos do turismo. Esse encontro metodológico relaciona as histórias de vida de pesquisadores com as de sujeitos pesquisados.

Seguindo uma abordagem estruturada, este capítulo está organizado em seis tópicos de investigação, a contar com a problematização aqui exposta. A seguir, apresenta os procedimentos metodológicos que conectam sujeito e objeto investigado como uma ação retroalimentada que influencia e também é influenciada na pesquisa científica. No terceiro tópico, apresenta a delimitação teórica de fontes e dados de diferentes áreas, predominantemente da sociologia, criminologia e turismo em sua perspectiva crítica. Essas questões permitiram construir um arcabouço teórico e transversalmente metodológico de pesquisas que abordam a relação entre turismo e (in)segurança pública, discutida no quarto tópico. Tais questões fornecem a tônica para os relatos e contextos identificados a partir da pesquisa de campo, que é o foco do quinto tópico. Por último, as considerações finais da investigação, como uma luz sobre as abordagens teórica e empírica da relação que explicitam o contexto do sentimento de inseguranças, no sentido plural da palavra, em um espaço de dinâmica turística no Nordeste brasileiro.

2. Fontes e metodologias: o sujeito e o objeto investigado

Há quatro décadas, o estudo sobre a segurança pública no contexto brasileiro vem despertando o interesse de diversos pesquisadores como interferência do contexto internacional (Botterill & Jones, 2010; Jackson & Gouseti, 2013) e, portanto, diretamente relacionado à representação do problema político e econômico que se constituía no país (Adorno, 2005; Cerqueira, 2014). Outro conjunto de pesquisadores apresentou a problemática urbana decorrente da crescente dinâmica socioespacial como sendo seminal para a discussão. Esses autores relatam que o abandono do espaço público, (des)uso do espaço e comportamento desordeiro são mais importantes do que as situações concretas criminais para compreender a problemática da segurança pública (Caldeira, 2003; Sposito & Góes, 2013).

Ainda assim, a região do Nordeste brasileiro, conhecido por sua tranquilidade e fluxo turístico, não era palco de investigação criminal que fora se modificando conforme o aumento de sua incidência (Ratton, Galvão, & Fernandez, 2014). Em Natal/RN, o aumento do interesse de pesquisas ocorreu a partir da crise do sistema carcerário que iniciou em 2016 e repercutiu em diversas esferas no estado, inclusive a turística.

A pesquisa, então, inicia com questionamentos que buscam compreender a insegurança pública urbana e a dinâmica do turismo. O que faz as pessoas se sentirem inseguras? Por que

se sentem inseguras nos espaços de fluxo turístico? As políticas urbanas que visam a dinâmica socioespacial do turismo fazem aumentar ou diminuir a insegurança do crime nessas localidades? Diferentes dimensões do mesmo fenômeno que ajudam elucidar tanto o problema público, quanto as dimensões subjetivas, como é o sentimento de insegurança e as concepções da dinâmica do turismo.

Para responder a temática tão complexa, evidenciou-se que seria necessário articular diferentes técnicas e fontes de pesquisa. Em um primeiro momento, identificou-se a necessidade de construção de um referencial teórico que conectasse as dimensões urbanas e criminológicas, já amplamente investigadas em suas áreas, mas que incorporasse a perspectiva crítica do turismo, que ainda está em processo de construção.

Desse modo, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais bases de periódicos científicos, especificamente de autores situados na América Latina, para compreensão de realidades contextualizadas. Faz parte desse quadro as bases de pesquisa como a Dialnet, Teseo e Redalyc, para além das que são convencionalmente utilizadas em pesquisas no Ocidente como a Scienc Direct, Scielo e Capes.

Acrescentou-se ainda a indicação de especialista nas três principais áreas de investigação, por ocasião de diálogos formais e informais e da qualificação da pesquisa de tese para construção do arcabouço teórico. É o caso das obras de autoria de Gabriel Kessler sobre o contexto criminal e da insegurança pública sul-americana; Jean Delumeau com as narrativas do medo no mundo ocidental até o século XVIII; Maximiliano Korstanje com a discussão do paradoxo das mobilidades; Paula Baltar, com o olhar decolonial, permite reflexões no campo do turismo, entre outros autores e suas teorias. Esse levantamento serviu de base para a construção de dimensões e indicadores com foco na complexidade das relações e realidades existentes.

A escolha do lócus de pesquisa deu-se a partir dos espaços de maior dinâmica turística na cidade do Natal, conhecida pelo seu recorte político administrativo do bairro de Ponta Negra, onde concentra os maiores serviços e facilidades e, portanto, de alocação de turistas.

A imersão no campo, como segunda etapa metodológica, ocorreu, sobretudo, nos espaços de maior vulnerabilidade social para melhor contextualização da problemática. Assim, fez-se uma imersão na Vila de Ponta Negra (ou antiga Vila de Pescadores), conhecida como um espaço de segregação e estigmatização social, mas também de contradições com a chegada de novos moradores que um dia foram considerados turistas. As estratégias de coleta de dados permearam técnicas tanto de forma virtual, utilizando a netnografia (Kozinets, 2010) como eixo norteador, quanto de forma presencial, utilizando a etnografia como fonte de coleta de dados.

Com origem na Escola de Chicago, em meados da década de 1930, a etnografia detinha-se em investigar o fenômeno urbano e industrial e as diversas questões de crise social que emergiam (Cordeiro, Vicente, & Firmino, 2018). Todavia, é importante considerar que tanto para esta pesquisa, quanto para as bases metodológicas que preconizam a etnografia, a cidade é o contexto em que se desenvolvem as relações sociais e os problemas desencadeados. Nesse sentido, o bairro de Ponta Negra não se torna o foco da pesquisa, mas o lócus onde a vida e as relações são constituídas. Busca-se, através desse processo, ultrapassar o mensurável ou o visível e adentrar nos motivos e intenções que conformam a interação humana em torno do par dialógico entre o sentimento de (in)segurança e o fenômeno do turismo.

As visitas ocorreram preliminarmente de forma não sistemática a partir de caminhadas para compreender a dinâmica da vila e o mapeamento dos principais instrumentos virtuais onde a comunidade local se manifestava. Era um momento de pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento social estavam em vigor.

Assim, a netnografia funcionou de forma sistemática a partir da integração com grupos de rede social já formados de cunho social, interacional e ativista. Concomitantemente às estratégias virtuais, foram estabelecidos diálogos cotidianos com os comerciantes e moradores locais em diferentes pontos do bairro, participação das dinâmicas locais como cadastramento de produtores para editais de cultura, festividades, arrecadação e distribuição de cestas básicas para famílias carentes. Frequentou-se bares, escritórios, delegacias, secretarias, Ongs, movimentos sociais, atrações culturais, templos religiosos, espaços de lazer, entre outros, para a imersão na localidade.

Observou-se, a partir dos dados coletados, a ausência do perfil de moradores que residiam em condomínios verticais, uma vez que o cotidiano desses moradores não coincidia com os espaços frequentados. Assim, para permitir a ampla análise do fenômeno por meio dos variados perfis, a estratégia foram os contatos com amigos e familiares que se somou à frequência em estabelecimentos também fechados, tais como padarias, restaurantes e equipamentos de lazer em horários oportunos. A imersão ocorreu tanto de forma presencial quanto virtual, sendo este último com encontros agendados ou através da participação de reuniões em grupos de trabalho do bairro.

Desse modo, foram conduzidas as entrevistas, conectando-se muitas histórias de vida, que tinham como ponto de partida três principais questionamentos centrais realizados em diferentes momentos do diálogo: Já foi vítima de algum crime? Com o que se sente inseguro? O que seria um bairro ideal para você? Realizou-se analiticamente o centro dos discursos, a forma de ver e relacionar com o espaço, se a insegurança estava relacionada com o ambiente,

peessoas, o perfil sociodemográfico. Foi realizado um esforço teórico para a constituição de uma matriz teórica com as dimensões e categorias identificadas na literatura, que são apresentadas no tópico quarto deste capítulo, e o roteiro detalhado pode ser visualizado nos apêndices desta pesquisa.

O ofício de etnografar ou netnografar a realidade investigada perpassou técnicas como a) a observação direta, que foi realizada desde as saídas exploratórias presenciais ou virtuais no bairro, a entrada no campo até a escrita final da tese; b) o caderno de notas sobre os hábitos e costumes locais para tentar explicar o que há no senso comum; c) o registro fotográfico das mudanças físicas, estruturais e operacionais do bairro que, de alguma forma, compõem o quadro das relações e inter-relações sociais; d) a entrevista com diversos atores locais por meio da imersão no campo (presencial e virtual) e, por fim, e) a descrição etnográfica na compilação dessas representações que se tornaram coletivas na vida humana.

De maneira geral, realizou-se o levantamento do cotidiano, rotinas e percepção dos seguintes atores e agentes atuantes do bairro: movimentos sociais, trabalhadores do turismo, protagonistas da cultura local, representantes da segurança pública, trabalhadores da saúde, trabalhadores da educação, agentes comunitários, movimentos religiosos, jornalistas, lideranças comunitárias, pesquisadores e/ou professores. Por vezes, a atuação do entrevistado perpassava mais do que um perfil, o que direcionou o estabelecimento de três principais categorias: morador, comerciante e trabalhador. Tais critérios foram estabelecidos conforme a dinâmica de circulação no bairro (saída e retorno ao local de trabalho/moradia) e as percepções obtidas, como categorias importantes evidenciadas pela literatura. As categorias ficaram assim definidas:

- Morador: aquele que mora/habita no bairro, seja ele inquilino ou proprietário da moradia. Excluem-se, assim, os transeuntes e turistas do bairro.
- Comerciante: pessoa ou empresa que vende seu serviço ou produto, sendo ela a proprietária do bem. Pode ser a pessoa o praticante do exercício da função, ou possuir funcionários. É por isso a categoria mais difusa, pois se trata tanto de um grande capital investido quanto do pequeno negócio. Nesse sentido, no âmbito da mobilidade, altera em relação à frequência de visitação ao negócio (idas e vindas) e o meio de transporte utilizado.
- Trabalhador: a pessoa que trabalha; põe sua força de trabalho à disposição de outrem mediante ganhos financeiros, seja garantido por uma formalidade (carteira assinada) ou na informalidade (sem carteira assinada). No âmbito da mobilidade, identificou-se que

residem próximo ao local de trabalho e realizam locomoção diária, o que permitiu a identificação de diferentes rotinas e observações⁴⁶.

No total, obteve-se o diálogo interacional e, portanto, na sua íntegra com relações, inter-relações, encontros, idas e vindas com 53 atores. Todavia, é importante considerar que o contato pontual supera essa amostragem numérica, o que permitiu a confirmação das percepções dos atores investigados em sua profundidade. A caracterização do perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados está descrita no Quadro 9.

À luz do Quadro 9, identifica-se que o perfil dos sujeitos desta pesquisa corresponde ao público feminino que habita há mais de 15 anos no bairro, em diversos casos trata-se de moradores tradicionais que residem toda a sua vida e possuem, majoritariamente, entre 31 a 60 anos. Esse perfil de pesquisa possibilita um olhar longitudinal da realidade a partir dos laços e relações estabelecidas. Também se verifica a representatividade de trabalhadores que vivenciam o bairro há sete anos em média, com o mesmo recorte de faixa etária.

Quadro 9. Perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados

Categorias	Subcategorias	Absoluto	Porcentagem (%)
Gênero	Feminino	29	54
	Masculino	24	46
Tipologia de relação	Comerciante	8	15
	Trabalhadores	15	28
	Moradores	30	57
Tempo de relação com o bairro	Até 1 ano	4	7
	1 a 5 anos	12	23
	5 a 15 anos	17	32
	Acima de 15 anos (ou toda a vida)	20	38
Faixa etária	18 a 30 anos	6	11
	31 a 40 anos	20	38
	46 a 60 anos	21	40
	+ 61 anos	6	11
Total		53	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A construção metodológica desta pesquisa reconhece a interferência do sujeito pesquisador, inclusive nas dificuldades que o seu gênero impõe ao questionar para o seu oposto (gênero masculino) o que o faz sentir-se inseguro. De imediato, a resposta é “nada”, mas conforme os laços e relações são estabelecidas, novas vertentes são reveladas e exploradas no

⁴⁶ Mesmo em ocasião de residir no bairro, optou-se por categorizar nesse critério por maior tempo de permanência no trabalho, além da não identificação georreferenciada do local exato de moradia.

resultado desta pesquisa. Isso custou um longo processo de coleta que iniciou em agosto de 2020 e foi até março de 2022, totalizando 19 meses de pesquisa.

As dificuldades não estão apenas relacionadas à dimensão subjetiva da relação sujeito/objeto, mas também física do espaço ocupado. A vitimização criminal não foi somente realidade do objeto investigado, mas também do sujeito desta pesquisa, no momento da coleta de dados. Reportar as instâncias responsáveis do furto foi o caminho possível, reconhecendo a interferência na dinâmica local.

Os relatos explorados nesta pesquisa são analisados conforme a recorrência em que se encontraram no campo. Não foi posto o limite dessas situações, por sua excepcionalidade, mas exatamente o seu centro, como repetidas vezes ocorre com a história da Luana em seu trajeto cotidiano. Privilegiou também os relatos de diferentes perfis sociodemográficos, distribuídos em distintas áreas do bairro. Assim, apesar de não serem relatos quantitativos em questões numéricas, foram profundamente identificados nos diversos momentos de imersão. Esses relatos foram agrupados em três principais grupos que se repetiam conforme sua exposição e estão expostos na análise dos resultados.

O design metodológico desta pesquisa compreende o conjunto de informações que aconteceram de forma espontânea, mas se observou em quatro principais etapas metodológicas: a) a observação através de visitas rotineiras, registros fotográficos e mapeamento dos indivíduos e rotinas, seja ela de forma presencial ou virtual; b) a participação da rotina, a realização cada vez mais constante de diálogos, registro em diário de campo e a reflexão do papel do sujeito pesquisador; c) a imersão no campo com o agendamento de entrevistas, diálogos informais e a interação com a vida social; e, d) a sistematização dos relatos e rotinas com mapeamento geográfico, e abstração dos relatos físicos e subjetivos coletados. Essas questões são expostas na Figura 15.

Conforme evidenciado, o foco não reside no olhar do turista, apesar da sua constante frequência no bairro. Compreende-se que o turista tem o seu olhar direcionado (Korstanje, 2017; Urry, 2002), não revelando a complexidade das relações e vínculos sociais locais. Ademais, a insegurança na percepção do turista não é um fator isolado ou imune às diversas modalidades de crime (Botterill, Seixas, & Hoeffel, 2014; Korstanje, 2017), mas é orientado por uma lógica de gestão que direciona esforços para determinada atitude. Desse modo, privilegiou-se o olhar dos moradores, comerciantes e trabalhadores que vivenciam a dinâmica local e as relações estabelecidas em uma perspectiva histórica e longitudinal.

Figura 15. Design metodológico da pesquisa de campo



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O terceiro percurso metodológico surgiu em decorrência da análise dos dados, a partir da necessidade da espacialização dos relatos. Para isto, utilizou como suporte o Software Qgis (versão 3.18) para georreferenciamento das narrativas, utilizando o formato *shapefile* de pontos. Empregou-se como parâmetro o local de maior permanência do sujeito, neste caso, para os moradores, o georreferenciamento foi realizado em seu local de moradia; para os trabalhadores e comerciantes, o seu local de trabalho. A análise também incidiu sobre a intensidade dos relatos, sendo definida entre: alta, média e baixa, mas também da positividade e negatividade da vitimização criminal primária, em mapas específicos de análise.

A intensidade dos relatos foi definida de acordo com duas principais questões. Uma teórica, a partir da identificação do sensacionalismo dos relatos apresentada pela teoria de Kessler (2009). A pesquisa identificou que quanto mais próximo dos atos delitivos, maior era o sentimento de insegurança associado a um suposto sensacionalismo, uma vez que era comum conviver com o crime. E a outra é empírica, em que buscou-se identificar o grau de possível sensacionalismo dos discursos reproduzidos em campo. Com isto, a partir dos centros dos relatos identificados (sociopolítico, urbano e criminal), estabeleceu-se o grau do sentimento. Estabeleceu-se a seguinte mensuração estabelecida no Quadro 10 para compreensão metodológica.

Conectou-se essa análise georreferenciada dos relatos com outras bases de dados disponíveis. Esse é o caso do levantamento urbanístico realizado sobre a disposição dos vazios urbanos do bairro de Ponta Negra, objeto de investigação de Cavalcante (2019); e dos equipamentos de hospedagem e imobiliário vertical que foram construídos no bairro para atender ao fluxo turístico, identificados nesta pesquisa, especificamente no capítulo 2.

Quadro 10. Intensidade dos relatos

Intensidade Relato	Alto	Médio	Baixo
Sociopolítico	Reconhece a existência da insegurança e é um problema social. Associa a uma <u>indignação</u> mais ampla, direciona palavras e atitudes de repúdio e restringe comportamentos sociais (atitude de risco)	Reconhece a existência da insegurança e os problemas inerentes. Todavia, sabe-se que <u>não há como alterar</u> a dinâmica local em curto espaço de tempo ou por mecanismos individuais.	Reconhece a existência da insegurança e não há nada demais em sua recorrência. Acostuma-se a conviver e torna-se uma <u>normalidade</u> no seu cotidiano. Mais não há sensacionalismo no discurso.
Urbano			
Criminal			

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Trabalhou-se também com dados georreferenciados de incidência criminal (subtipo CVLI e CVP) obtidos junto ao Observatório da Violência (Obvio) do ano de 2020. Escolheu-se o ano de 2020 por não apresentar distinção em relação aos anos anteriores, conforme evidenciado no capítulo 2. Essas questões foram confirmadas tanto em quantidade das incidências criminais quanto por sua localização. Além disso, é o período mais recente de catalogação e georreferenciamento dos dados estatísticos criminais. Como opção metodológica, foram utilizadas as imagens do google satélite para visualização da morfologia urbana em ambas as análises espaciais dos mapas.

Desse modo, a seguir, apresenta-se a discussão teórica que conecta as abordagens criminológica, sociológica e turística para compreensão da insegurança pública em espaços de dinâmica turística.

3. Do medo à insegurança urbana: contextos urbanos do turismo e da criminalidade

As pesquisas contemporâneas quando abordam a temática do medo do crime, o definem como uma emoção que se apresenta de maneira mais significativa do que a criminalidade (Jackson & Gouseti, 2013). Realizando um resgate histórico, nas sociedades primitivas o medo contrapunha-se à coragem, estando relacionado com as punições proveniente das divindades como fonte de poder. Com o advento da sociedade ocidental moderna, o medo deixa de ser teológico-político e passa a ser sociopolítico, através do medo de uns pelos outros, estruturado pela emergência do contrato social onde alguns passam a ter poder de regulação (Delumeau, 2009).

Jean Delumeau (2009) cita como o marco desse processo a Revolução Francesa, onde os vulneráveis são dotados de fraqueza, mas também como mecanismo privilegiado de controle

da burguesia. Assim, o medo é uma categoria de estudo complexo e multifacetada que pode desencadear diversos componentes, inclusive aquele no aspecto da vigilância que mantém ativos.

O medo se relaciona de forma mais intensa com a criminalidade a partir do Pós-Segunda Guerra, que, como elemento de diferenciação social, provoca o aumento de atos delitivos. Era um momento de carência agrária, sobretudo na França, houve o incremento de furtos para conseguir alimentos. Assim, o castigo do suplício, que ocorrera até meados do século XVIII, com demonstração de punição em via pública, passa a ser substituído pela punição do corpo, em sua privação. O corpo torna-se um instrumento de direito e de bem por meio da definição de normas com a coação de privação. O medo de ter o seu corpo privado torna-se um mecanismo privilegiado de controle da burguesia (Foucault, 1975).

Foucault (1975) cita em sua narrativa histórica que o surgimento dos “Panopticon” tem como objetivo garantir a vigilância de um poder onisciente. A vigilância é o mecanismo de punição de um sistema social mais amplo que garante a disciplina social. O poder estatal, por meio de uma suposta disciplina, perpassa todas as instituições sociais como a escola, as indústrias, as forças armadas etc., que, imbuído de um ideal de benevolência, eleva à intolerância social.

O direito da existência humana por meio do seu tempo, movimento, trabalho, é controlado por um poder que julga o sadio, a normalidade, o bom cidadão ou o delinquente. Todavia, não são todos crimes que são vistos e punidos, uma vez que os desvios financeiros como o de colarinho branco tendem a ser menos punidos de forma direta dos que os furtos e roubos. Nesse sentido, a constituição dos direitos humanos e as formas de punição não direcionam esforços para a manutenção e prevenção societária; pelo contrário, a punição é gerida por um poder e sua retroalimentação mantida por um medo de ser punido (Foucault, 1975).

De forma sistemática, foi durante a década de 1970 que o medo passou a ser associado com a segregação afro-americana e têm início os estudos sociológicos, e durante a década de 1980 o medo se torna uma constante, principalmente em países centrais, e transforma-se em uma agenda de interesse público (Delumeau, 2009), influenciando as diversas pesquisas e ações de política pública.

O que estava em questão não era necessariamente o incremento do medo do crime nas sociedades ocidentais, mas de uma nova forma de vida, de trabalho, processos de imigração, advento das mulheres no processo produtivo fora dos lares, modelos de urbanização, entre

outros elementos (Delumeau, 2009; Kessler, 2009). Ainda assim, o medo do crime elevou o interesse crescente na escuta dos indivíduos e o despertar para sua emoção.

No campo científico, uma das primeiras teorias a ser desenvolvida dentro da temática, refere-se à teoria da vitimização, a qual defende que o fato de ser vítima de um crime origina o medo, o que foi facultativamente negado a partir do paradoxo risco-medo, isto é, pessoas sentiam mais medo do que eram vítimas (Botterill & Jones, 2010), mas ainda muito discutida a partir dos seus contextos e realidades (Kessler, 2009).

Do ponto de vista conceitual, o risco se refere a um julgamento individual sobre as chances de ser vítima de um crime e implica em mudanças comportamentais a depender das desvantagens percebidas (por exemplo: contratar empresas de segurança privada, gradear imóveis, utilizar transporte privado etc.) (Trindade & Durante, 2019a; Wolff, Larsen, & Øgaard, 2019). O medo do crime, por sua vez, refere-se a uma emoção individualmente sentida e socialmente compartilhada, mas ainda associada à criminalidade (Jackson & Gouseti, 2013).

Esta pesquisa compreende que o medo como emoção associada ao crime não fornece as condições necessárias de realizar uma leitura do contexto contemporâneo da relação entre turismo e criminalidade. Principalmente em um cenário de reflexos sociais que desvela não uma, mas o conjunto de inseguranças.

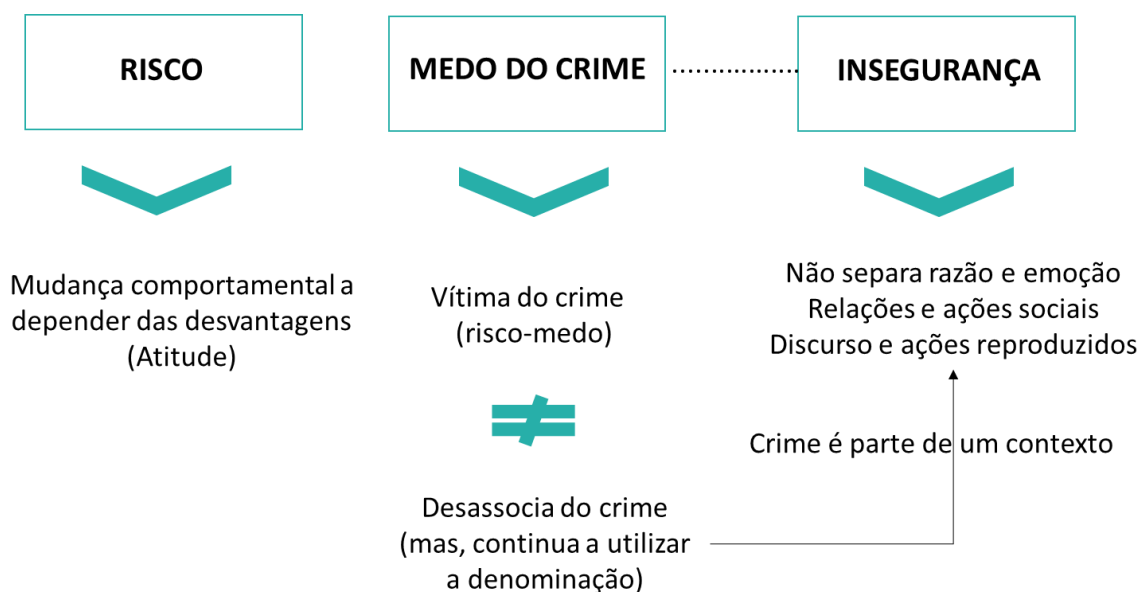
Diferentemente do medo do crime, que tem um marco teórico e conceitual definido, a insegurança é uma noção sociológica que concebe o estudo da emoção não separado da razão e, portanto, não pode ser autônoma de outros elementos como os discursos reproduzidos e ações executadas. A insegurança faz parte de um quadro de organização social, e, portanto, política que direciona a perspectiva sobre os diversos contextos. Também é endossado pelos processos de globalização e compreensão espaço temporal que buscam o crescimento das economias, mas paradoxalmente geram novas inseguranças, como a da mobilidade e a da conectividade (Bauman, 2001).

Nesse sentido, como esforço teórico de compreensão sobre as principais definições conceituais da criminologia concebe-se a seguinte definição: o risco implica em uma atitude de mudança comportamental, a depender das desvantagens percebidas, portanto, associada às características físicas do espaço e discursos reproduzidos (Trindade & Durante, 2019a). O medo do crime possui ampla literatura histórica e contextualizada realizada por diferentes áreas de investigação, o que possibilitou distintas abordagens até dicotômicas. Por um lado, possui relação criminológica entre o risco e o medo percebido e, nesse caso, a denominação entre crime e medo possui coerência (Jackson & Gouseti, 2013), e; por outro, faz sua desassociação com a incidência criminal, mas continua a utilizar a denominação relacionada com o crime, o que

causa confusão conceitual na área (Silva & Beato Filho, 2014). Neste último caso, caminha para abordagens do processo de crescimento urbano e social e os contextos que são reproduzidos (Bauman, 2009; Caldeira, 2003; Harvey, 2017).

Por esse ângulo, a insegurança melhor se adéqua às definições literárias. É uma noção sociológica que compreende as relações e ações sociais e como tal não separa a razão da emoção. Tem no seu cerne as relações e ações sociais, onde a criminalidade faz parte de uma leitura conjuntural e não causal da sua incidência, conforme por ser visualizado na Figura 16.

Figura 16. Definições conceituais criminológicas



Fonte: Dados da pesquisa a partir da discussão teórica (2022)

Como parte dessa compreensão da insegurança pública em espaços de dinâmica turística, a seguir apresenta-se e discute-se duas principais teorias que têm como guarda-chuva as teorias ecológicas a partir de sua relação com a sociologia criminal. Essas discussões se conectam com a perspectiva crítica do turismo, considerando não somente as teorias, mas o contexto em que são desenvolvidas. A compreensão dessas leituras caminha para um processo mais descritivo das emoções por meio de suas ações, discursos e expressões renunciando a pretensão filosófica tradicional.

2.1. Teoria das Atividades Rotineiras (TAR): pensando o sul-global

Desde o surgimento das teorias ecológicas, na década de 1930 e 1940, os estudos sobre a criminalidade urbana têm lançado uma nova perspectiva através de uma leitura sobre a

natureza ecológica e ambiental para compreender os fenômenos sociais. Essa teoria defende que a forma como o espaço está disposto interfere no sentimento de insegurança.

Anos mais tarde, Jane Jacobs fez importantes inferências sobre como os desenhos arquitetônicos e urbanísticos podem contribuir para a consolidação de espaços mais seguros⁴⁷. Para ela, o problema da segurança estava diretamente relacionado ao uso do espaço público por meio da criação de novos mecanismos de moradias que afastavam as pessoas desse convívio social. A forma de ver e se relacionar com o ambiente permite um controle habitual que é naturalmente exercido pelas pessoas. Essa percepção veio influenciar pesquisas posteriores com abordagem sobre a Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental, defendida Oscar Newman (Beato & Silveira, 2018; De Biasi, 2017) e a emergência da Teoria das Janelas Quebradas (Botterill & Jones, 2010; Oh et al., 2019).

Essas pesquisas enfocam suas análises a partir de uma determinada carga de desordem social relacionada aos aspectos físicos urbanísticos como prédios e carros abandonados, terrenos baldios, lixo acumulado, reformas e construções; e de incividades relacionado ao comportamento humano (como a prostituição, brigas, pichações, consumo de drogas ilícitas, pessoas em situação de rua, pedintes, agressão física e música alta), localizada em um tempo e espaço a partir do contexto de sua vulnerabilidade social. A forma como os serviços públicos estão dispostos, também aparece na literatura, como algo que afeta a percepção da insegurança, a partir dos serviços de transporte, iluminação, policiamento, espaços de lazer e entretenimento⁴⁸, pavimentação e saneamento público (Beato et al., 2004; De Biasi, 2017; A. Trindade & Durante, 2019a; Zaluar, 1999).

Todavia, a solução para tais problemas foi direcionada para uma “arquitetura defensiva” que visa criar mecanismos de distanciamento dessas realidades de desordem, incivilidade e serviços públicos ineficientes. Concebe, assim, uma arquitetura de prédios verticais de habitação coletiva onde os moradores pouco se conhecem, e pagam por serviços que deveriam ser públicos, como é o caso de parques, praças, jardinagem etc. Desse modo, a ideia da criação de espaços defensivos toma lugar da percepção da rotina dos indivíduos e as circunstâncias de maior vulnerabilidade em que os crimes ocorrem.

Para explicar a evolução das taxas de crime, Lawrence Cohen e Marcus Felson propõem a Teoria das Atividades Rotineiras (TAR), que enfatiza os fatores situacionais ou das

⁴⁷ Apesar de reportar à realidade das cidades norte-americanas da segunda metade do século XX (período de predominância do urbanismo ortodoxo), seus ensaios mostram-se relevantes até a contemporaneidade.

⁴⁸ Compreende que os espaços de lazer e entretenimento estão relacionados, no campo físico, às praças, parques, clubes, centro de convivência, que podem incluir ou não o turismo.

oportunidades de ocorrer um crime. Essa pesquisa emerge nos Estados Unidos no período de 1947 a 1974. Para os autores, as mudanças estruturadas após a Segunda Guerra Mundial e o advento de um Estado de Bem-Estar Social provocaram mudanças na estrutura societária que aumenta a oportunidade de um crime ocorrer. Dentre elas está a desigualdade social, a urbanização a suburbanização, a participação feminina nas atividades laborais, entre outros.

Assim, para que ocorra um crime é necessário que exista a convergência entre três principais elementos: 1) ofensor motivado, que por alguma razão esteja predisposto a cometer um crime; 2) alvo disponível, que pode ser uma pessoa ou objeto; e 3) ausência de guardiões, que supostamente evita a violação (Cohen & Felson, 1979). Sobre esse último aspecto, é importante considerar que os autores não preveem o policiamento como um dos guardiões principais, uma vez que raramente estão por perto. Mas, principalmente, a presença dos vizinhos, amigos, parentes ou transeuntes. É esse tipo de ambiente urbano que Jacobs já mencionava a partir dos seus usos e relações sociais, desde o início dos anos 1960.

Conforme apontam Beato, Peixoto e Andrade (2004), apesar de a teoria está inserida dentro do contexto das novas abordagens criminológicas, guarda elementos de uma criminologia tradicional, por focar suas análises estritamente nas atitudes dos ofensores e não explicar a sua motivação. Ademais, o “alvo” tem algo de valor que as desigualdades societárias acarretaram, mas não é explorado na teoria. Com isto, há um reforço sobre os sistemas automatizados a favor da segurança privada.

Todavia, o que talvez essa teoria tenha elucidado é a leitura sobre a realidade, através da observação das circunstâncias e o contexto de vulnerabilidade social. Para além disso, reforça a compreensão de que a insegurança não está associada ao risco de sofrer um crime, mas direcionada para essa leitura conjuntural das relações e ações sociais. Assim, quando Cohen e Felson comentam sobre a ausência de guardiões, está relacionada ao aumento de arrombamentos de casas e à mudança social de empregos na sociedade norte-americana, principalmente a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que torna disponível os domicílios para as atividades que mencionam como “predatórias”.

A insegurança, nesse sentido, está relacionada a uma *estrutura social* e não exatamente à possibilidade de um crime ocorrer. Sobre esse aspecto, Gabriel Kessler, um sociólogo argentino, inicia sua investigação na década de 1990 para compreender o crescente cenário do que ele já havia identificado como insegurança pública no país, de forma especial na capital Buenos Aires e em algumas áreas da região metropolitana. Realizando um resgate histórico das principais teorias sobre o medo, de forma especial sobre a abordagem da rotina dos indivíduos, compreende que o sentimento de insegurança deve ser percebido nos seus contextos locais. Para

isto, cita que as pesquisas quantitativas previamente realizadas, tem seu valor, mas não para brindar com soluções globalizantes, conforme já foi evidenciado em tópicos anteriores desta pesquisa a partir da análise do contexto local em uma cidade do Nordeste brasileiro.

Para Kessler (2009), as emoções são parte da representação de uma sociedade e podem sofrer alterações ao longo do seu percurso histórico. Dividido em três momentos históricos, identifica, no primeiro momento, o período que denominou de “herencia maldita”, durante a década de 1980, onde vivia-se um contexto de superinflação e a suspeita do crime associado ao legado da ditadura. A insegurança, nesse período, estava relacionada ao novo golpe militar e tinha como consequência a perda da democracia. O segundo momento, o crime abre espaço na esfera pública – e diferente de outros países, na Argentina a crise social teve relação direta com o crime e as condições de desigualdades sociais. A grande parcela da sociedade encontrava-se sem garantias sociais – lê-se salários – e se transformam em indivíduos concebidos como perigosos⁴⁹. Como resposta, um conjunto de políticas punitivas se mostrou presente para um suposto controle social. O terceiro momento, tem início na década de 2000, que legitima o discurso da insegurança no plano nacional, superando outras agendas de relevância (como desemprego, saúde, economia). De fato, há um aumento na incidência criminal, mas a sua ação está direcionada para setores mais influentes e a associação do crime a classes mais populares (Kessler, 2009).

Apesar de o autor realizar essa periodização baseada nas mudanças governamentais, acredita-se que a leitura sobre a percepção da insegurança deve ser realizada em um cenário macro, que inclui a relação dos modos de vivência social. Ainda assim, a leitura histórica desvenda o que Kessler (2011) identificou como *aleatoriedade do perigo*, que penetra em qualquer território e deslocaliza o perigo, não existente em determinado espaço; e uma *desidentificação relativa*, onde alguns indivíduos se tornam objeto do medo. Esse é o resultado de uma mudança social e o advento da presença de pessoas que antes não habitavam as cidades, como é o caso dos limpadores de vidro, dos mendigos etc. Para tanto, o autor ressalta o termo “elativo”, uma vez que não está direcionada para todos os indivíduos, mas alguns deles. De maneira geral, tanto a aleatoriedade do perigo quanto a desidentificação relativa, não aniquilam estigmas e prejuízos sociais, pelo contrário, os reforçam.

⁴⁹ Essa concepção de uma sociedade perigosa, através da ausência de garantias sociais, é uma noção sociológica que perpassa a uma construção social. Conforme explicita Delumeau (2009) havia um controle, durante a idade média, através da religião/igreja, predominantemente católica. Os pobres eram considerados instrumentos do medo por considera-los ociosos e transportar as doenças e heresias. As confrarias eram proibidas sob o risco de excomunicação. O poder político-religioso temia a diversidade. Atualmente, é a igreja evangélica que atua nesse campo de controle social, político e econômico.

Nesse contexto, Kessler (2009) identifica que o sentimento de insegurança está relacionado ao medo da atuação política que contribui com os discursos de ordem, ameaças em todos os espaços e o favorecimento de políticas punitivas, doravante “mano dura”. Eleva prejuízos na qualidade de vida através de uma presunção generalizada do perigo. Não se projeta como estigmatizado, de forma intencional, mas indubitavelmente são direcionando esforços para uma atuação privada. O autor ainda acrescenta que “aquello que genera inseguridad no necesariamente supone la infracción de la ley, como sucede con el temor que puede provocar jóvenes reunidos en la calle, sin infringir normativa alguna” (Kessler, 2010, p. 9).

Ainda em uma perspectiva empírica, o autor descreve metodologicamente três tipos de relatos em que é possível visualizar uma pluralidade de feitos e soluções que a sociedade apresenta ante um problema específico. Ele divide o relato em três graus de preocupação: intenso, intermediário e baixo.

No relato intenso a insegurança é o tema central, onde todas as pessoas que estão fora do círculo mais íntimo de convivência, gera insegurança. Suas narrativas situam-se na defesa pessoal, pois reconhecem que as políticas punitivas não acabam com todos os perigos, assim, as pessoas compram todo tipo de dispositivo e restringe ao máximo seus movimentos. No relato intermediário a insegurança é um problema social, mas a degradação moral toma espaço no tema central. A decomposição familiar, a desordem social, o consumo de drogas seriam algumas das questões político-morais que foram esvaziadas. Há uma expressão de um controle punitivo de uma extrema-direita; mas também uma crise social por meio da estigmatização de determinados grupos sociais que se sentem privados de diversos elementos. Percebe, assim, a ausência estatal, especialmente no espaço jurídico, para aplicabilidade da lei e da justiça. Os relatos de menor intensidade questionam a real magnitude do problema, uma vez que concebem a insegurança como sensacionalista. A negação de medo sobressai principalmente em camadas mais vulneráveis, onde é um costume conviver com o crime.

Através da discussão desses relatos, identifica-se que o sentimento de insegurança é processado pela ideologia política prévia que ocasiona dois processos. De forma não sequencial, o primeiro, uma posição frente às medidas punitivas; e segundo, ideias políticas que operam como uma crise social onde gravitam diferentes fatores que são sociais, morais, políticos ou até mesmo individuais. A moral, nesse caso específico, está associada a um padrão social baseado em um tradicionalismo familiar, de um valor religioso e estabilidade profissional como uma norma de conduta social. No caso brasileiro, esse tipo de moral já é discutida no âmbito do falso moralismo, uma vez que compõe um mundo das ideias e valores que não se aplicam à realidade.

Nas estruturas familiares do Brasil é comum observar filhos criados por avós; no campo religioso, um falso profetismo da fé e a estabilidade não é atingida por todos.

Nesse sentido, Kessler (2011) chama a atenção para a busca por medidas de segurança mais duras, que ele denomina como *deslizamentos punitivos*. Isto é, a degradação moral e a criminalidade operam em campos opostos e embora situem os diferentes relatos associando a insegurança como uma perda da moral contemporânea, continuam a reforçar medidas punitivas. Tais ações se tornam prejudiciais em um contexto de ausência estatal e mecanismos falhos de controle social.

Considerando o enfoque argentino, Gabriel Kessler contribui com algumas teorias que vão se constituir como paradoxos da insegurança. O primeiro paradoxo está relacionado à classe social, uma vez que quanto mais próximo do delito, menos sente o medo. E quanto mais distante, mais sente o medo, o que implica na concepção de que o perigo não é efêmero e que, com dispositivos adequados, podem ajudar a afastá-los.

O segundo paradoxo está relacionado ao gênero, que coloca as mulheres como as mais medrosas e não necessariamente como as mais vitimadas. O gênero masculino, por uma questão de formação social, não revela sentimento de insegurança. O terceiro paradoxo está em torno da vitimização. Diferentemente de outras realidades, no caso argentino, identificou-se que o fato de se tornar vítima de um crime aumenta suas chances de sentir mais inseguro. Há uma mudança de discurso, em que todo o lugar passa a operar como “espaço de perigo”. Ademais, quando a vitimização é reincidente, há uma tendência de atenuar e diminuir o risco com suas próprias mãos (correndo, lutando etc.). O quarto e último paradoxo refere-se à idade. Compreende que os jovens, apesar de serem os maiores vitimados, são os menos temerosos.

Os estudos de Kessler, apesar de não serem tão conhecidos na literatura ocidental sobre criminalidade e insegurança (por não se situar entre os principais centros de pesquisa ou em idioma amplamente divulgado⁵⁰), fornecem uma compreensão sobre a insegurança mais próxima da realidade sul global. Utilizando uma abordagem qualitativa, complementa os estudos já realizados e fornece importantes considerações para a temática. Não menciona de forma direta a Teoria das Atividades Rotineiras como base teórica, mas a descrição metodológica contribui para observar os três pilares da teoria, a partir de uma visão mais ampla do seu contexto em uma relação dialógica e hologramática, e vai além para entender o seu contexto de investigação.

⁵⁰ Acerca dessas questões, Tribe (2010) menciona como rota obrigatória de pesquisa científica, realizando algumas críticas sobre o percurso que ele denomina como as tribos, redes e territórios de pesquisa.

Nesse sentido, complementando as discussões teóricas, a seguir apresenta-se a discussão sobre a teoria da eficácia coletiva. Busca-se entender o contexto de sociabilidade estabelecido dentro das comunidades como elemento para discussão da (in)segurança pública.

2.2. Teoria da eficácia coletiva: o contexto de sociabilidade

Os efeitos da vizinhança na criminalidade urbana foram o foco dos estudos de Robert Sampson, sociólogo norte-americano. Apesar de seguir a tradição dos estudos ecológicos vicinais de criminologia da Escola de Chicago⁵¹, ele não defende a romantização das comunidades, mas através de estudos sistemáticos (talvez um dos mais robustos desenvolvidos até hoje na temática), evidencia que as desordens físicas e sociais encontradas nas comunidades fazem parte do seu contexto de sociabilidade.

Essa teoria defende que a forma como as pessoas se relacionam possui impacto na violência, inclui, assim, aspectos de uma dimensão subjetiva a partir dos laços e relações sociais. A chave da sua compreensão está no aumento do nível de confiança das pessoas, do senso de pertencimento que contribui para a formação de uma coesão social, isto é, a forma como o indivíduo faz, vê e reage com as outras pessoas que o habitam. Talvez isso seja mais importante do que olhar o ambiente físico ou contar sobre janelas quebradas (Farrall et al., 2007; Jackson & Gouseti, 2013; Sampson et al., 2002; Silva & Beato Filho, 2014).

Entender há quanto tempo o indivíduo habita naquela vizinhança, a frequência com que se falam e a troca de gentilezas, contribui com o entendimento do contexto de sociabilidade; ainda assim, é a forma como as pessoas sentem que serão transferidas e partilhadas com o outro, criando uma coalisão de discursos que reflete no todo integrado, unido, composto por objetivos compartilhados. Essa coesão social, formada a partir dos discursos, são elementos constitutivos da sociedade, mas não significa afirmar que toda coesão implica em um controle social, uma vez que a densidade dos laços produzidos promove a coesão social, mas não necessariamente no combate de outras ações como guerras, gangues e tráfico de drogas (Sampson, 2013).

Nesse sentido, Sampson (2002; 2013) apresenta como um desafio refletir sobre as densidades dos laços sociais, uma vez que, em alguns contextos, a presença de redes densas de

⁵¹ É importante considerar que foi a Escola de Chicago que incorporou o conceito de *ecologia humana* para entender o comportamento humano a partir dos estudos de Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Tais questões podem ter contribuído para o entendimento de que o comportamento humano é um elemento influenciador para a criminalidade urbana a partir do meio em que o indivíduo está inserido. Todavia, há uma corrente dessa mesma escola que analisa a mercantilização das relações sociais, longe dos preceitos economicistas neoliberais. Caminho este que esta pesquisa está a retratar.

laços fortes pode, surpreendentemente, representar um impedimento no estabelecimento do controle social, através de determinado grau de sociabilidade. Esses laços podem ser discutidos à luz da perspectiva do capital social, por compreender que só adquirem significado quando produzem possibilidades de compartilhamento de expectativas de ação para o controle social. Dito de outra forma, o capital social constituído por suas normas, práticas e relações sociais que possibilitam a atuação social (Putnam, 2004). O foco, nessa perspectiva, reside no contexto, sem esquecer das oportunidades das escolhas individuais (Sen, 2000).

Aqui não se fala sobre controle social por meio do Estado, mas de relações sociais vicinais que foram incentivadas no processo de governança em rede de atores, e isso pode explicar o porquê determinadas comunidades, apesar das altas taxas de criminalidade, apresentam alto índice de sociabilidade: a coesão de discursos partilhados⁵², inclusive com a compreensão de que as desordens são antes de tudo coletivas. Nesse processo, a vizinhança não partilha somente de um espaço físico, mas de simbologias, de problemas, de memórias, de conflitos que se unem em torno de uma governabilidade orgânica (Silva & Beato Filho, 2014).

E aqui cabe uma pequena observação, para Sampson, a eficácia coletiva é um constructo teórico que está relacionado à produção de controle social vicinal com o objetivo de combate ao crime. E mesmo sendo útil, o crime é crime. Todavia, quando Zaluar e Ribeiro (2009) – autoras brasileiras – situam o *capital social negativo* distanciando a utopia de uma sociedade organizada no controle social, há uma denúncia da existência de uma coesão que não combate ao crime. Mas que, em um quadro de ausência de oportunidades, explicitada por seu percurso histórico, se constitui como possibilidade de formação de sociabilidade. Ainda assim, no artigo intitulado *Networks and Neighbourhoods the implications of Connectivity for the Thinking about Crime in the Modern City*, publicado em 2004, Sampson já alertava para a importância de laços fracos para combater o crime. Talvez clamar por uma ação estatal seja mais do que urgente para repensar a lógica utilitária mercadológica que utiliza do crime para a constituição de capital social.

Nesse campo teórico, o fortalecimento da vizinhança por meio da coesão social (de laços fortes ou fracos) é um caminho para enfrentar os problemas de criminalidade e insegurança, no sentido que garante o controle em organizações vicinais por meio de uma relação de confiança, reciprocidade e sociabilidade e, portanto, no controle de espaços que são privados (da vida privada). Por sua vez, a polícia, enquanto instituição pública, garante a ordem pública dos

⁵² O que eleva a compreensão de que o medo do crime é uma categoria distinta da criminalidade e de suas taxas criminais.

espaços públicos. Por isso que a coesão dos discursos partilhados se torna importante para esse controle social informal (Sampson et al., 2002).

Essa foi uma das grandes descobertas dos mais de 30 anos de estudos de Sampson (2013), que, rejeitando as explicações estruturalistas do tipo individualista (*top-down*) ou estruturalistas (*bottom-up*), expande sua visão para a noção dos efeitos comportamentais individuais em conjunto com uma análise contextual local através de múltiplas unidades de análise. Para isso, utiliza a metodologia denominada “*econometrics*” com o uso de ferramentas para uma análise do tipo multinível, em busca de captar propriedades coletivas que são capazes de identificar os resultados das mudanças contextuais sobre o comportamento social da vizinhança. Mesmo assim, a ferramenta tenta reduzir a um único fenômeno.

Talvez por isso alguns pesquisadores (como Trindade & Durante, 2019) considerem uma abordagem complexa, todavia, tem despertado o interesse de importantes teorizadores. No Brasil, os estudos de Cláudio Beato fizeram importantes inferências de estratégias de policiamento em espaços urbanos no estado de Minas Gerais utilizando essa abordagem (Silva & Beato, 2014; Beato, Silva & Tavares, 2008).

Para a construção dessa metodologia, um conjunto de coleta de dados foi realizado tendo como foco o contexto da cidade de Chicago. Primeiro, entrevistas com moradores do bairro em diversos recortes temporais e com uma *coorte* definida (inicialmente crianças⁵³ que, conforme o crescimento de idade, apresentavam uma visão do bairro, suas escolhas – supostas mudanças e relações sociais). Segundo observação sistemática dos bairros, como forma de ver a cidade ao longo do tempo. Para isto, foram utilizados vídeos e fotos como material documental. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com lideranças locais que abrangeram desde diretores de escola, líderes comunitários e gestores públicos para entender os laços entre essas pessoas. E, por fim, codificação de eventos que tinham efeito de ação coletiva.

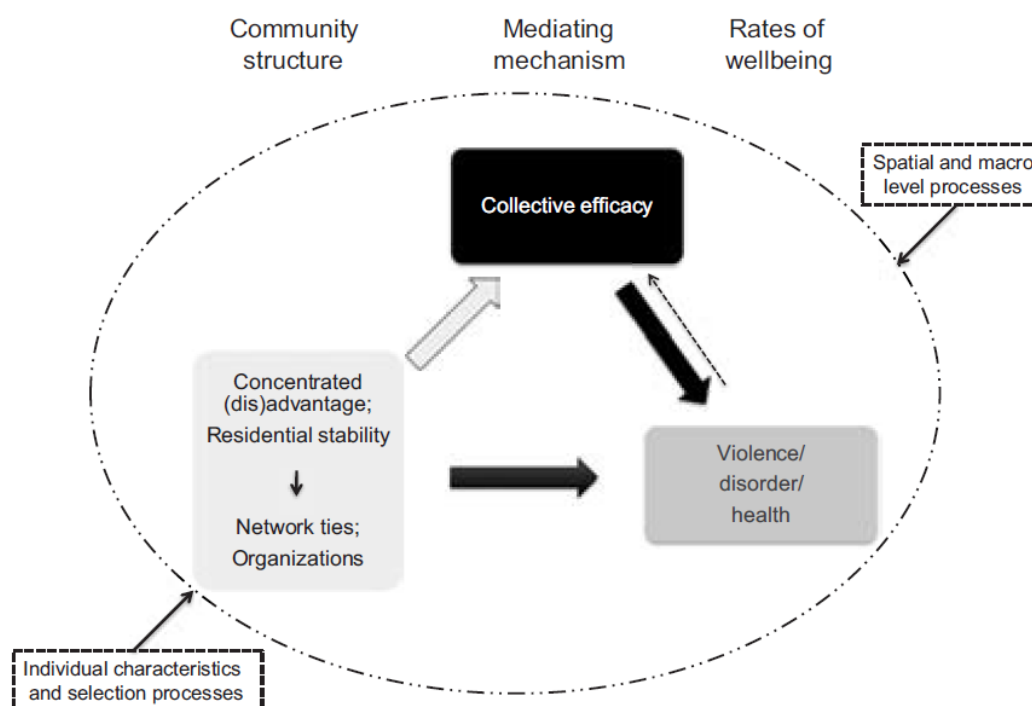
Obviamente, como o estudo foi realizado nos Estados Unidos, apresenta um contexto social específico como a suburbanização da pobreza como resultado da crise imobiliária, declínio dos crimes, intensificação dos processos de gentrificação e um *boom* da imigração. Esses elementos estão associados à forte desigualdade racial do país, e tal segregação só pode ser explicada em um contexto histórico. Todavia, há padrões gerais que devem ser observados que se aproximam do contexto sul-global, são eles: concentração espacial, multidimensionamento da violência (não existe um único mecanismo de solução) e o que

⁵³ Aqui é importante observar que, enquanto criança a escolha do local de moradia não é individual, mas familiar. E conforme esse crescimento ocorre, um conjunto de fatores pode interferir na continuidade daquele local ou a sua alteração. É exatamente esta a intenção da pesquisa realizada por Sampson.

Sampson determina como grande paradoxo: a existência de uma persistência de mecanismos de governança local, apesar da mudança de atores e lideranças (Sampson, 2012).

De maneira geral, a teoria da eficácia coletiva prevê que há processos individuais e coletivos que influenciam de forma recíproca na percepção da violência, desordem e bem-estar. Para isto, o autor propõe a considerar a estabilidade residencial e os níveis de relacionamento da rede. Essas questões foram expostas em um quadro conceitual da teoria da eficácia coletiva e bem-estar comunitário (ver Figura 17).

Figura 17. Estrutura conceitual da teoria da eficácia coletiva e bem-estar comunitário



Fonte: (Sampson, 2012, p. 161)

Com isso, a teoria da ecologia social, mais especificamente o seu efeito sobre a coesão social, faz importantes inferências para compreender a insegurança urbana. Engloba a compreensão de uma sociabilidade definida como a interação pela interação sem afinidade que se revela pelo tempo de permanência na localidade, a frequência com que falam com seus vizinhos, troca de gentilezas e favores. Eleva a um processo de constituição de uma confiança mútua entre as pessoas que habitam o mesmo local, pela inferência da crença no outro e na lealdade. E por fim, a constituição de um capital social⁵⁴ medido pela densidade dos laços

⁵⁴ Não é qualquer laço social que se torna relevante para o fortalecimento da democracia, nesse sentido, o conceito de capital social aqui empregado, remete às formas de organização social que elevem a constituição democrática.

sociais e capacidade de mobilização social, isto é, quando os objetivos individuais se tornam coletivos e requer uma ação para seu alcance.

A coesão social seria a sociabilidade partilhada no todo para a confiança e disposição para a ação coletiva. Essa coesão está circunscrita no âmbito de redes de governança e, por isso, não podem ser limitadas ao aspecto da moradia, no que pode atravessar bairros e cidades e podem inclusive encontrar no mundo virtual. Por isso a confiança e a coesão social são mais difíceis de se medir do que os índices de estabilidade e propriedade residencial (González, 2008; Mattos, 2018).

De maneira geral, a teoria da eficácia coletiva fornece uma leitura para além dos aspectos físicos e urbanísticos, mas suas relações e laços sociais estabelecidos. Caminha para uma abordagem subjetiva de construção social. Nesse sentido, faz-se necessário refletir então o que dizem as teorias do turismo e como se relacionam com a criminalidade, por considerar um fenômeno que tem impacto na dinâmica local. Essas questões são discutidas no tópico seguinte.

2.3. *Turismo crítico: mobilidades da produção científica e social*

Os estudos críticos do turismo se consolidam em uma perspectiva histórica de produções de pesquisas notadamente da área da antropologia, filosofia e sociologia. Perfazendo um percurso, a França é o espaço-tempo dessa discussão a partir dos escritos seminais de Guy Debord em seu livro *La Société du Spectacle* em um contexto dos trinta anos gloriosos, pós-Segunda Guerra Mundial e as severas críticas à modernidade (Debord, 1967).

As análises críticas do turismo percorrem a Alemanha, Holanda e Itália, a partir dos escritos de Johan Huizinga, na abordagem do *Homo Ludens* (1938), para discutir, entre outras questões, a perda do espírito lúdico nos jogos enquanto função significativa na cultura; Michel Maffesoli em *The time of the Tribes* (1988), que explica que o ócio, que tem como essência a criatividade, é superado pelo valor do trabalho; Domenico De Masi em *L'Ozio Creativo* (1995) para discutir a formação da sociedade pós-industrial e a perda do ócio enquanto elemento produtivo, em prol do mercado e da competitividade, entre outros autores. Esses estudos enfocavam não são necessariamente a prática turística, mas, sobretudo, a discussão do tempo livre, do ócio.

Contemporaneamente, a concepção do ócio enquanto uma escolha do sujeito, tem sido apropriada pelo mercado como estímulo à produtividade. Essas questões perpassam a reestruturação do espaço físico que permita criar um ambiente agradável, acolhedor e com boa

iluminação onde os funcionários possam descansar a mente da pressão laboral. Algumas empresas incentivam através dos jogos, como é o caso de videogames; esportes com planos de academia; atividades de alongamento durante o horário de trabalho como uma estratégia mercadológica do ócio criativo. Tem sido mais comum em empresas com grande concentração de jovens como *startups* e empresas de tecnologia.

Nesse processo, a discussão crítica sobre a prática turística passa a ser apresentada, ainda no decorrer da década de 1960, no âmbito anglo-saxão, a partir dos estudos seminais de Erick Cohen, Valene Smith, Nelson Graburn, Dean MacCannel, entre outros. Por isso que, quando ocorre a guinada crítica dos estudos do turismo⁵⁵ na virada do milênio, há uma conexão estruturada de diversos pesquisadores, pelo considerável número de publicações (Ateljevic, Pritchard, & Morgan, 2007; Bianchi, 2009) e o surgimento de revistas científicas direcionadas, como é o caso da *Tourist Studies*, lançada por Franklin e Crang.

A crítica no seu momento de guinada remete-se à visão puramente economicista do turismo enquanto campo de conhecimento, os estudos realizados designavam uma visão da realidade a partir do que ela se apresenta (prática) e não como deveria ser (teoria) em um processo de formulação do conhecimento científico. Na perspectiva desses pesquisadores, as teorias do turismo, apresentadas até então, não eram capazes de dar sentido às ações, preveem o que poderia acontecer e seus prognósticos a partir das conexões significativas, mas somente uma prática do seu fenômeno econômico (Bianchi, 2009).

Para Tribe (2007) o foco dos estudos críticos do turismo tem como base a preocupação com as relações de poder que limitam novas formas de pensar e o desejo de sua emancipação. Reconhece que as pesquisas em turismo são predominantemente realizadas por determinada localização espacial (anglo-saxônicas), caminhando para o rompimento de países asiáticos; e por um gênero (masculino), com a inclusão paulatina de mulheres pesquisadoras. Para Harris, Wilkson e Ateljevic (2007), há muito entusiasmo nas pesquisas com a virada crítica nos estudos de turismo, e alerta para a necessidade de abertura de diálogos para além da dimensão da universidade, o que vem se confirmando através das críticas sobre as tribos, territórios e redes do turismo (Tribe, 2010).

⁵⁵ A perspectiva crítica do turismo remete às bases teóricas da teoria crítica, que, ao fundar o Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisas Sociais), na Alemanha, apresentam-se como um programa esboçado por meio de uma contraposição ao que Horkheimer denomina como teoria tradicional. O que as pesquisas possuem em comum é a rejeição às teorias tradicionais e positivistas como insuficientes para fornecer explicações adequadas aos problemas sociais existentes.

Nesse processo, o turismo crítico tem produzido pesquisas sobre questões de gênero, identidade, mercantilização, trabalho, discurso, instituições e corpos com o objetivo de resistir a todas as formas de opressão. Ainda assim, Chambers (2007) chama a atenção para o uso indiscriminado do termo, em inglês, *critical*, para se referir a análise, comentário e avaliação e não necessariamente às abordagens críticas das pesquisas em turismo. A crítica teórica existe não no sentido de identificar somente o que há de errado com a sociedade, mas para desafiar as estruturas e coisas que ajudem a sociedade a ser melhor a partir da leitura das realidades por um desenho metodológico e teórico.

Em pesquisa recente, Erick Cohen e Scott Cohen (2019) apresentam uma discussão sobre a sociologia do turismo e reconhecem que, embora exista uma longa trajetória de pesquisa e prática, a sociologia para o turismo é apenas um campo. Há vários temas emergentes que devem ser investigados como as emoções, corpos, sentidos, ética e materialidades que transcendam a visão cartesiana entre corpo e mente. Essa perspectiva passa a ser incluída nesta pesquisa pela complexidade da razão e emoção em que os sujeitos relatam perante a realidade investigada. Para os autores, fica evidente que a abordagem da sociologia do turismo deve caminhar para um discurso pluralista e não generalista e evitar binarismo entre agência e estrutura. Para isto, requer metodologias mais diversificadas.

A teoria crítica, em sua essência, surge em contraposição às teorias positivistas como a única forma de conceber a realidade, até então. Avançou no sentido de polos opostos, mostrando a necessidade de mergulho teórico e metodológico das pesquisas em turismo. Todavia, é importante conceber a necessidade de uma visão do turismo em uma perspectiva transdisciplinar através de uma epistemologia que congregue um saber-fazer turístico. Isso significa dizer que o aprofundamento teórico não se faz de forma isolada ou negacionista da empiria. O processo de formulação do conhecimento científico no campo do turismo postula teorias (como deveria ser) a partir de análises e prognósticos de uma realidade (como é). Reconhece que a abordagem positivista, no campo do turismo, não é a única forma de se conhecer a realidade, tampouco a dialética a partir de polos distintos, mas de uma base de determinada realidade que por si só é complexa e possui seus limites.

A investigação no campo da sociologia criminológica é um desafio para os estudos críticos do turismo, além de temática recente. Não há caminhos nesse processo de investigação que deixem de considerar a sua empiria, conforme ela se apresenta com suas contradições. Emancipar o pensamento positivista como desfavorável aos estudos do turismo, não somente é necessário, como também revelador para uma visão complexa do fenômeno. Ora, a própria definição do que é o turismo perpassa visões de uma atividade (que é econômica), fenômeno

(que é social), resultado da crise de um processo desenvolvimentista e do advento da modernidade. Ele é tudo isso, mas nunca não somente uma parte dessas definições.

Ainda assim, alguns estudos críticos (Cohen & Cohen, 2019) elevam a discussão sobre o fim do turismo enquanto prática social, mas reconhecem que esse processo é mais provável em situação de isolacionismo ou efeitos secundários, mas não exatamente em uma prática social diferenciada, sobretudo, dos efeitos do capital na localidade. Nesse sentido, considera relevante se posicionar não por uma nomenclatura que designe o seu fim, mas no reconhecimento das suas lacunas e, enquanto campo de produção científica, identificar temas e situações que somente a empiria não consegue captar. Não é função única e primordial da ciência aplicar seus conhecimentos, mas conduzir a sua reflexão e trazer análises e prognósticos de uma teorização possível de aplicar na realidade investigada.

Como herança do processo histórico de mobilidades e as críticas ao conhecimento em turismo, esta pesquisa identifica a necessidade de pensar a realidade social por meio de seu contexto. É o caso da política local e transnacional em que o Sul-global se insere (parafraseando Boaventura Sousa Santos, 2017)⁵⁶. Coloca-se em xeque o debate de realidades que são invisíveis e, por vezes, silenciadas de contextos divergentes daqueles concebidos pela lógica ocidental. Tais questões remetem ao debate pós-colonial que surge na década de 1960, no campo das ciências sociais, questionando as condições de dominação e exploração dos impérios que ficaram notadamente conhecidos como estudos decoloniais. Esses estudos motivaram, na década seguinte, o surgimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos, como centro de referência pós-colonial e, na década de 1990, um grupo similar situado na América Latina, denominado Grupo latino-americano de Estudos Subalternos. É marco dessa incorporação o texto *Colonialidad y Modernidad/Racionalidade*, escrito por Aníbal Quijano.

Assim, ao passo que a teoria crítica em suas viradas epistemológicas rompe com a ideia de progresso infinito e oferece como questão fundante as propostas de emancipação a partir das ideias de cidadania, democracia, direitos humanos, humanidade; as teorias decoloniais refletem sobre a emancipação do pensamento eurocêntrico como sendo o único possível de ser atingido. Para a decolonialidade, há outros saberes e normatividades que são invisibilizados pela própria teoria crítica que impede, inclusive o seu processo de emancipação da opressão e dominação. Questões estas que a teoria crítica não alcançou, isto é, a perspectiva subalterna, periférica e latino-americana, buscando nela a normatividade libertadora (Baltar, 2020).

⁵⁶ O movimento anticiência, por exemplo, que o Brasil vivencia desde o início de 2019, ainda precisa ser explicado em termos de pesquisa sobre ideologia, gênero, classe, entre outros.

Essas questões seriam limitadas, uma vez que o contexto de criação da teoria crítica é situado em território europeu, inicialmente, e que a partir do exílio dos autores seminais (como Horkheimer, Adorno, Habermas, entre outros) migra para território norte-americano, o que impossibilitou o olhar sob esta perspectiva. Isso que permite a reflexão posta por Baltar (2020) não mais sob uma teoria crítica, mas uma teoria tradicional, perante o contexto contemporâneo e que há muito a avançar nos espaços sulbateros, onde esta pesquisa se insere.

No campo do turismo, as teorias decoloniais emergem na compreensão da pluralidade de turismos possíveis, buscando desprender-se do velho mecanismo de dominação hegemônico. Este tem sido o esforço de pesquisadores localizados na Argentina a partir dos escritos de Maximiliano Korstanje, do grupo de trabalho Labor Movens, no Brasil, e do grupo Alba Sud, fundado em Barcelona (contexto anglo-saxão)⁵⁷, e tantos outros.

Em sua publicação seminal que congrega suas principais publicações sob o título de *The Mobilities Paradox: a critical analysis*, Korstanje (2017), diz que a mobilidade foi estabelecida para confirmar os valores europeus que impuseram os nômades associado a um estilo de vida sedentário e criou-se um círculo vicioso do capitalismo. A globalização tem um forte papel nesse processo a partir da criação, de um lado, da ideologia da liberdade e autodeterminação e; de outro, a repressão do medo como instrumento de controle da sociedade.

Nesse processo, as intervenções estatais são conduzidas pelo medo e legitimadas pelos ideais da democracia, liberdade, independência e mobilidade. No Brasil, tais questões são reforçadas pelo conjunto de políticas punitivas, repressivas, que acompanham estratégias de armamento e ameaças sob o crivo da não continuidade no poder, como as que estão sendo exercitadas na disputa de reeleição presidencial no momento de escrita desta tese. No campo da política de segurança, por exemplo, a insegurança é legitimada com a alteração de uma política do desarmamento (Lei nº 10.823, 2003) para um caos normativo com 31 alterações na política de acesso a armas (entre 2018 a 2022) (Brasil, 2021). Além de gerar uma sociedade do medo, há instrumentos que se tornam legítimos para a perpetuação da violência revestida de uma suposta proteção.

Utilizando dos escritos de Huizinga, Korstanje (2017) afirma que da mesma forma que a cavalaria serviu de mensagem ideológica para que os camponeses não desafiassem o *status quo*; a mobilidade é uma mensagem para os cidadãos modernos que nos conduz à imobilidade e encobre as reais ambições. Nesse caso, critica as teorias preexistentes de MacCannel e Urry, ao tentar explicar o turismo como fenômeno da pós-Revolução Industrial. Para Korstanje o

⁵⁷ Reconhece que há outras viradas decoloniais que contribuem com a discussão no turismo e suas bases teóricas e metodológicas. Por proximidade com estas pesquisas, abordou-as.

turismo não pode ser limitado às férias, mas a uma visão que também é ideológica – que através da curiosidade, legitima a alteridade, enquanto a conquista é realizada. É no processo da viagem que o turista confirma seus valores culturais dominantes (Krippendorf, 2003). Há, com isso, o uso do que ele denomina como “tendências assimétricas contrastantes, onde na lógica da massificação e benefício do fluxo turístico, alguns são bem-vindos às destinações, enquanto outros são deportados (refugiados), delineando uma forma global de identidade. Além disso, provoca alteração no espaço urbano por meio de uma hegemonia.

O capitalismo, nesse sentido, tem um forte papel na manipulação das emoções, onde o principal arquiteto não é o capital, mas a manipulação das necessidades que é continuamente estimulada e reorientado para o consumo. É importante ainda considerar que na manipulação das emoções, o olhar do turista se apresenta como uma saída ao dilema da sociedade, mas que coloca em contato diretamente com o consumo turístico, não diferenciando os tipos de olhares dos turistas, mas a sua visão homogênea (gênero, cor, classe social etc.). Monopoliza-se, assim, a violência para a imobilização de grupos não desejados (nômades, estruturas sociais diferentes) (Korstanje, 2017).

De maneira geral, esta pesquisa se apresenta com as bases de uma pesquisa crítica decolonial em turismo por desafiar a reflexão da estrutura societária. É um contexto de contradição de aumento da crise de insegurança pública e discurso dominante de melhorias sociais pelo advento do turismo. Posiciona-se com uma vertente teórica a partir da discussão das principais teorias e a necessidade de investigação transdisciplinar, com temas ainda carentes em ambas as áreas de investigação; mas também empírica, a partir do mergulho na realidade e diálogos locais – que serão explicitadas no tópico seguinte.

A intenção deste tópico não é a aprofundamento teórico em termos de conteúdos que cada um dos autores trouxe como contribuição para a teoria crítica e decolonial em turismo. Mas o interesse reside, sobretudo, na abordagem das mobilidades que são acadêmicas no percurso de pesquisa e também das estruturas das relações sociais. O diálogo transdisciplinar entre a sociologia crítica e o turismo crítico será realizado no tópico seguinte, visando contribuir com a estruturação de uma base teórica de pesquisas na área.

4. Sentimento de insegurança e turismo: dimensões e categorias

A insegurança foi incorporada ao estilo de vida das grandes cidades brasileiras, que criam um sistema de um ciclo vicioso de proteção pela alta percepção do medo do crime, o que gera mais insegurança e provoca o seu crescimento. Essa percepção pode variar de acordo com

três principais dimensões que foram organizadas como resultado de um esforço teórico buscando elucidar as dimensões do sentimento de insegurança associado à dinâmica socioespacial do turismo.

A primeira dimensão identificada na literatura está relacionada ao cenário de vulnerabilidade e ao perfil sociodemográfico das pessoas que se sentem inseguras. Compreende que as mudanças na sociedade pós-industrial através de novos hábitos e rotinas que foram incorporados, possui reflexos na percepção da insegurança. Assim, mulheres tendem a narrar maior sentimento de insegurança, modificando sua rotina e seus hábitos (dimensão do risco) em relação ao medo percebido (Catão, 2021). Os homens, por sua vez, tendem a expressar menos o sentimento de insegurança por associar a um *ethos* provedor (Zaluar, 2014) e não devem revelar características que coloquem em dúvida sua virilidade; os jovens estão mais propícios a sofrer com a vitimização, por estarem mais disponíveis, mas declaram menor sensação de insegurança (Kessler, 2009); ao passo que grupos familiares, especificamente com filhos, denotam maior atitude de risco e relatam mudança do seu cotidiano (Moore & Shepherd, 2006).

É importante também considerar o contexto brasileiro, que possui características de uma heterogeneidade social marcada por índios, negros, colonizadores e muitos outros, que requer uma visão de uma cidade habitável para todos os perfis. Todavia, estabelece um quadro de vulnerabilidade social, segregando espacialmente devido a sua formação histórica de exclusão social.

Apesar de a literatura, em seus estudos iniciais, perceberam que o fato de ser vítima não tem relação com o medo (Farrall et al., 2007); pesquisas contemporâneas têm observado uma associação direta entre ser vítima e o medo, a partir do contexto em que estão inseridos (Kessler, 2011). A vitimização pode ocorrer de forma direta (com o indivíduo) ou com alguém que conhece ou ouviu falar (vicária) (Dammert et al., 2010). Essas questões, além de contribuir com a leitura das manchas ocultas, por onde as estatísticas criminais dos boletins não notificam, ainda ajudam na leitura dessa possível relação causal com o sentimento de insegurança. Essa dinâmica pode desvelar traços de direcionamento de medidas de segurança pública que pode não ser necessariamente punitiva, mas corretiva diante do contexto em que se insere.

O tempo que o indivíduo habita na localidade e a forma de mobilidade apontam elementos da disponibilidade ao espaço urbano e as percepções adquiridas sobre o cenário de violência (Sampson et al., 2002). Desse modo, a literatura revela que quanto menos tempo habita na localidade, menor será a percepção dos vínculos e relações estabelecidas e maior o sentimento de insegurança. Nesse sentido, categorias como perfil sociodemográfico (gênero,

faixa etária, estado civil, etnia, renda e ocupação), vitimização (primária ou vicária – consigo ou com outrem) e os hábitos e estilo de vida compreendem a primeira dimensão do quadro de vulnerabilidade e o diálogo com a percepção da insegurança.

A segunda dimensão identificada se relaciona com a dimensão socioespacial, isto é, com as características do ambiente físico e a forma de sua ocupação. Nesse aspecto, a arquitetura do medo vem demonstrando que a forma como a cidade está disposta contribui para o cenário de segregação social e sentimento de insegurança. A disposição da cidade envolve aspectos físicos de sua (des)organização social como iluminação, limpeza, arborização, espaços vazios, possibilidade de sentar-se e garantir o convívio com o outro, equipamentos de lazer e sua construção física de moradias, sobretudo, prédios com suas construções verticais (Beato et al., 2004; Trindade & Durante, 2019a). Refere-se também a espaços abertos, fechados, grandes, pequenos, disposição de fachadas, complexidade visual e de cores (De Biasi, 2017). Essas questões são compreendidas na literatura como aspectos que fazem aumentar o sentimento de insegurança, a depender do nível de abandono e organização em que se encontra (Coutinho et al., 2021).

As pesquisas criminais realizadas no campo do turismo direcionam esforços para a imagem do destino turístico a partir da escolha de fatores restritivos do destino. Essas questões perpassam pela dimensão física urbanística do destino e caminham para medidas de restrição dos movimentos do turista a determinados espaços a partir da lógica de embelezamento. O turista tem seu olhar direcionado e, em ocasião de visita a um destino, acaba por replicar o discurso dos operadores de turismo sob o risco de se frequentar determinado espaço e, por isso, o evita. Ainda assim, pesquisas recentes (Borges, 2021) sinalizaram, sob o olhar do turista, a sensação de insegurança relacionada às características da cidade e o medo de frequentar determinados espaços, o que reforça a importância dessa categoria.

A constituição de condomínios fechados por meio da formação de muros tem sido debatida na arquitetura do medo por possibilitar maior distanciamento e desconhecimento do outro e como consequência, maior medo de frequentar o espaço. Os enclaves fortificados, conforme denominado na literatura, contribuem, nesse sentido, com a segregação social. E, ao contrário do que pensam os adeptos da Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental, a sua defesa tem promovido maior conflito, e tornam explícitas as desigualdades sociais e a falta de referência do comum (Caldeira, 1997).

Por esse motivo, antes de explorar os aspectos que fazem diminuir o sentimento de insegurança através de um suposto controle social, faz-se necessário categorizar como os serviços privados, em um modelo de cidade fordista, interferem no sentimento de insegurança.

A cidade-mercadoria a partir da disponibilidade dos serviços privados incorpora uma discussão sobre a diminuição do papel do estado (modelo neoliberal), com reflexo, sobretudo, no campo da segurança pública (Cerqueira, 2014). Amplia a oferta dos equipamentos privados de segurança como grades, câmeras, segurança armada, portões altos e fechados, vigilância, entre outros dispositivos que podem ser pagos. Em um modelo de planejamento e gestão, quanto maior o sentimento de insegurança, maior a aquisição desses serviços e consequentemente o ganho mercadológico, mas não necessariamente a diminuição do sentimento de insegurança pública. Há um reforço ideológico do consumo privado, quanto mais ineficaz, mais se reforça (Bauman, 2009).

No campo do turismo, esse investimento ocorre de maneira mais clara com a constituição de enclaves para uso turístico como resorts, corredores turísticos, grandes empreendimentos de lazer, entre outros, fundamentado na prerrogativa da segurança do turista (Costa, Brandão, et al., 2018). Tais questões sobressaem também da criação de espaços de uso único. Essa proposta de planejamento foi duramente criticada por urbanísticas por direcionar esforços puramente comerciais, outros residenciais, expulsando para eixos marginais aqueles que não se enquadravam nesses elementos (Lefebvre, 1969). Apesar da regulamentação contemporânea considerar o planejamento mais “leve”, a dinâmica do turismo continua a perpetuar espaços de consumo turístico. Essas questões elevam a compreensão de que a dinâmica socioespacial do turismo, a partir da transformação do espaço para seu uso, pode alimentar o sentimento de insegurança.

Em relação à categoria que faz diminuir o sentimento de insegurança, está na prerrogativa de controle social por meio de uma necessidade de controle, reorganização, higienização justamente por conter questões que são complexas, contraditórias e se renovam historicamente. Essas questões remetem à forma de (in)civilidade que se manifesta através da presença de mendigos, moradores em situação de rua, prostituição, música alta, agressão física e uso de drogas (Silva & Beato Filho, 2014). De acordo com a literatura (Kessler, 2009), a presença dessas incivildades não pressupõe a transgressão de nenhuma lei, mas gera um estigma social de medo generalizado. Com isso, medidas de controle punitivo são direcionadas para combater as incivildades, aumentando o quadro de sociabilidade violenta (Baierl, 2008).

Assim, ao passo que as características de (des)ordem física e disponibilidade de serviço privado pressupõem o aumento da insegurança a partir do seu abandono ou advento de novos serviços; as (in)civilidades direcionam medidas de sua diminuição por um suposto controle social daquilo que acredita ser um perigo. As categorias de ordenamento físico, incivildades e

disponibilidade de serviço privado, compreendem a segunda dimensão da dinâmica socioespacial da cidade.

A terceira e última dimensão identificada na literatura compreende o quadro de coesão e controle social, o que pressupõe uma dinâmica mais subjetiva das relações sociais e de imersão nas realidades.

Compreende-se que a insegurança se torna individualmente experimentada, socialmente construída e culturalmente compartilhada, de forma que ocorre a sua interiorização. Com a repetição do sentimento, pode assumir formas padronizadas, mesmo na ausência de uma ameaça real que inclui o seu discurso. Essas questões estão ancoradas na teoria da eficácia coletiva por compreender que a forma que os indivíduos veem e reagem ao ambiente é mais importante do que suas características físicas. O nível de estabilidade residencial dialoga com o relacionamento e as trocas de gentilezas. Quanto maior o nível de interação, tende-se a constituir uma coalisão de discursos que são compartilhados (Sampson, 2013). Portanto, denominações de locais seguros e inseguros, bem como estratégias de evitar e cerceamento, são frutos de um discurso construído.

Reflete-se não somente na forma de se relacionar, mas também no nível de confiança que é constituído a partir desse coletivo. Isto é, a densidade dos laços produzidos pode gerar alto nível de confiança entre a vizinhança, mas pode não garantir a confiança entre outros entes públicos. Essas instituições compreendem, por exemplo, a atuação das igrejas, da educação (escola), da polícia (como estratégia de controle social) e até mesmo instituições sociais que adquirem espaços cada vez mais presentes, como é o caso das organizações criminosas. A governança, assim, destina-se a uma leitura não somente estatal diante do seu papel de garantias sociais, mas de diversas instituições que passam a atuar na governabilidade local.

Em alguns casos a presença da governança criminal estabelece fortes vínculos sociais e permite um direcionamento social. Há, de um lado, a governança de um mercado privado legal; e, de outro, a governança de instituições criminosas. Ausenta-se, assim, o processo de gerenciamento estatal e também explica-se o nível de densidade dos laços e da confiança estabelecida (Silva, 2004).

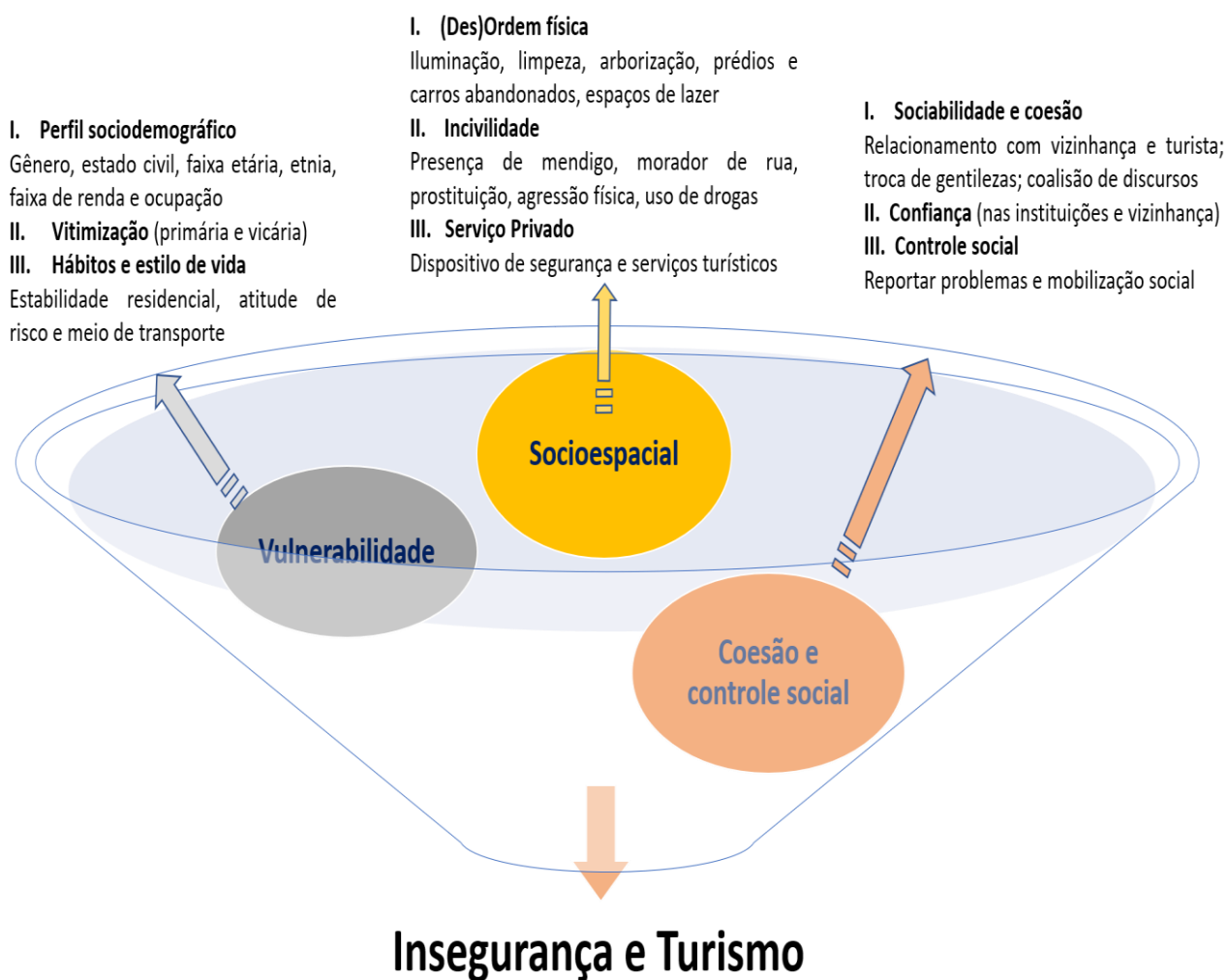
O nível de sociabilidade e confiança adquirido eleva a discussão das estratégias de controle social e direcionam medidas para reportar os problemas sociais aos entes em que se confia. Com isto, garante-se a capacidade de mobilização social e conquista dos seus direitos e bem-estar comunitário (Sampson, 2013).

É interessante observar que no campo do turismo, já foi identificado que quanto mais se conhece o destino, tende-se a adotar medidas de risco para prevenir atitudes perigosas. É

exatamente sobre esse processo que as medidas coletivas sociais devem ser refletidas, visando o controle social, pensando não somente nas instituições públicas, mas na dimensão subjetiva das relações constituídas. Desse modo, a dimensão da coesão e controle social compreende uma leitura de um processo de sociabilidade através da relação e coalisão dos discursos; da confiança entre as diversas instituições e sua própria vizinhança que eleve a constituição de um controle social pela capacidade de reportar problemas e garantir a mobilização social.

A Figura 18 ilustra as três principais dimensões e suas categorias que permitem uma leitura teórica sobre o contexto brasileiro da relação entre (in)segurança pública e a dinâmica socioespacial do turismo. Em um processo dialógico, recursivo e hologramático, observa-se que esses fenômenos dialogam entre si e possuem influência na sua individualidade opinante em face ao contexto global.

Figura 18. Quadro teórico da relação entre insegurança e dinâmica socioespacial do turismo no contexto brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

O contexto da (in)segurança pública brasileira perpassa por um quadro de (I) vulnerabilidade social pelas atividades rotineiras e perfil sociodemográfico, (II) leitura de uma dinâmica socioespacial por meio dos instrumentos físicos instalados que garantem o aumento e diminuição da insegurança e da perpetuação dos serviços privados e de medidas de (III) coesão e controle social que direcionam uma abordagem subjetiva das relações constituídas e o consenso social arraigados em uma leitura histórica social. Essas dimensões e categorias refletem um processo teórico e metodológico de pesquisas nas áreas que associam a dimensão criminológica e a dimensão do turismo. Isto é, a discussão da insegurança pública em espaços turísticos.

Reconhece que esse é um esforço inicial de pesquisa na área e deve-se buscar o seu aperfeiçoamento. Ainda assim, expõe que nesse âmbito de discussão, deve-se incorporar dimensões que transcendam: a) o olhar do turista, evitando reforçar o ideal mercadológico e o aumento da criminalidade e segregação em destinos turísticos; b) a insegurança associada unicamente à criminalidade; e, c) incorporação da dimensão urbanística em conjunto com a discussão criminológica e turística.

À luz desse quadro teórico, discute-se a seguir os principais resultados da pesquisa que são apresentados em formato de relatos individuais que se tornam coletivos na realidade investigada.

5. Relatos de insegurança pública urbana e dinâmica do turismo: o caso de Ponta Negra/RN

A insegurança faz parte de um quadro de organização social e integra uma noção sociológica que incorpora os discursos reproduzidos e as ações executadas. Compreende que as medidas de combate à insegurança pública não são apenas criminais e, nesse sentido, identificou a perspectiva de relatos sociais que estão classificados em três tipos que se conectam entre si, são eles: sociopolítico, urbanístico e criminológico.

Esses relatos transitam do plano geral do sentimento ao plano particular, conectando histórias de vida, do seu cotidiano, das suas experiências, como a que foi descrita no caso de Luana, na introdução deste capítulo.

Escolheu-se a definição de relatos para contar trajetórias e ocorridos que se relacionam de forma dúbia ao tempo e ao espaço ocupado. Todavia, é importante considerar que a insegurança, enquanto sentimento socialmente construído, nas suas mais diversas formas, não foi negada ou considerada sensacionalista, mas se manifestava de diferentes formas.

Reconhece-se, assim, a presença de inseguranças, no sentido plural da palavra, mas não a sua ausência. A seguir, são apresentados os três principais tipos de relatos identificados na coleta de dados empírica.

5.1. Relato Sociopolítico

A insegurança está relacionada com um processo histórico que tem no seu cerne a dimensão política e social. São características desse tipo de relato narrativas históricas sociais com ênfase na ausência estatal na busca da garantia dos direitos sociais. As ações incluem a privatização de empresas, a permissão da livre competição do mercado e a perda da liberdade que fora intensificada com a função reguladora do mercado pelo Estado.

Não é um debate policlassista como um todo, mas é o relato mais presente durante a pesquisa, em 50,94% das narrativas. Ele sobressai nos estratos de classe média, com nível de instrução elevado (maioria com ensino superior), mas também presente em camadas mais vulneráveis que não adquiriram educação formal. O gênero predominante é o feminino, com 66% dos casos, mas todos os sujeitos investigados do gênero masculino também narram sentir-se inseguros, o que direciona o olhar para o recorte metodológico e não necessariamente do resultado de pesquisa em si. São retratos desse perfil, majoritariamente, os comerciantes, servidores públicos, trabalhadores formais e informais, relacionados ou não com o turismo.

Quando questionados sobre o que faz sentir-se inseguro, em diversos momentos dos diálogos, as narrativas que se tornam coletivas e reincidentes foram direcionadas para aspectos históricos sociais. A insegurança, neste grupo de relato, permeia um quadro sob as condições de vida em sociedade, como pode ser visualizado em alguns trechos transcritos:

O direito ao acesso à educação é um problema. Aqui na vila [apontando, o diálogo foi realizado fora da vila], o único CMEI não atende a quantidade de vagas, e além disso não tem o segundo grau. Para onde essas pessoas vão? Tem que sair do bairro para estudar com um sistema de transporte público horrível. A fome é um outro problema. Você viu com as ações de distribuição de cesta, a quantidade de gente que não tem comida. Não tem direito a uma moradia digna. Tem um prédio aqui que chamo de calabouço com a situação tão precária de moradia. Como vou chegar e dizer que tem que fazer isolamento social naquelas condições? Não dá!! (Mulher, trabalhadora, 2022).

A gente se depara com o ressurgimento do fascismo, de uma extrema-direita forte. Existe também uma militância muito estranha na pré-eleição com disseminação de fake news. Olha, eu tenho medo da perda da democracia (Mulher, moradora, 2022).

Tem um prédio ali que era uma creche [apontando], agora está com moradores de rua há uns dois anos [as obras estão paradas]. Ou seja, desativou a creche e agora a gente precisa de escola. Mas o pessoal que está lá não é traficante, é gente que precisa mesmo de moradia, comida. O pessoal da CRAS ajuda eles, aí também tem o Bolsa Família (Homem, morador, 2020).

Constitui-se um quadro de insegurança não relacionado à criminalidade, mas a uma insegurança alimentar, insegurança sanitária, insegurança educacional e de mobilidade social. Essas inseguranças não acometem de forma direta os sujeitos investigados, uma vez que possuem veículos privados, moradias e pagam pelo acesso a saúde e educação, na maioria dos casos identificados. Reconhece-se, assim, que a insegurança pública, para essas pessoas, é uma construção social que não pode ser mensurada a partir de medidas individuais.

Como reflexo desse processo coletivo social, identificou-se que é realidade dentro do bairro a existência de diversos movimentos sociais⁵⁸ e do Terceiro Setor para suprir a função pública. Todavia, é importante considerar que essas atuações se intensificaram com quadro de pandemia da Covid-19, onde as desigualdades e a situação de fome atingiram outros sujeitos que dependiam, inclusive, da renda gerada pelo fluxo turístico – e que na ocasião ficaram impedidos de trabalhar em decorrência das medidas de isolamento social.

Nesse sentido, durante a pandemia, movimentos de diversas frentes (servidores públicos, empresários, grupos de atividade física como dança, yoga etc.) se uniram e os formalmente constituídos (ONG'S, redes solidárias) e contribuíram com a distribuição de alimentos, distribuição de vestimenta e apoio humanitário. Tais medidas elevam a compreensão de uma movimentação coletiva, realizada por alguns e atingida por muitos. Reflete uma inação estatal, mas também de um reforço, em nível local, da sua não existência, criando outros mecanismos de perpetuação da insegurança como a dependência da existência desses grupos.

É fato que os movimentos e ações sociais se intensificaram na pandemia, mas no caso analisado há de forma linear a presença de diversas entidades atuando no bairro como resultado do quadro de desigualdade e vulnerabilidade social. É o caso da ONG Mutirão (meio ambiente e direitos humanos), Ong Oceânica (meio ambiente), Projeto Motivar (educação pelo esporte), Projeto AMAR (lar-escola para crianças), Fórum Vila em Movimento (rede cidadã), entre outros que foram identificados. A permanência desses grupos atuando em diversas frentes

⁵⁸ Para Gohn (2000), os movimentos sociais divergem do Terceiro Setor. O primeiro envolve o ato da ação do homem na história de envolvimento (prática) e um pensar coletivo (ideias) com origem nos movimentos sociais urbanos e habitacionais da década de 1960. Por sua vez, o Terceiro Setor surge em meados de 1980, como reflexo da economia e da política (transnacional e poder dos organismos internacionais) com as alterações no cenário da sociedade civil brasileira (em nível local), conectando entidades progressistas e conservadoras em um mesmo nível.

diante das necessidades locais, revela um quadro de insegurança pública direcionada para a ausência de serviços públicos e a dependência de sua permanência.

No cenário de possível conexão da insegurança com a criminalidade, os relatos continuam a perpetuar o processo histórico de um pensar coletivamente, exposto em diversas falas, algumas transcritas:

Não tem educação para o pessoal, aí muita gente procura sair daqui ou busca a venda de drogas. Eu não tive condições de fazer uma faculdade porque tive que trabalhar e ajudar minha mãe. Agora eu quero estudar e está muito caro; como comerciante não posso pagar. Sendo que os jovens vão para as drogas (Homem, morador, 2020).

O tráfico aqui é a lei. Eles tomam conta de tudo, até briga de casal quem resolve é eles. Existe um estatuto formal. É tudo muito organizado. Quando era o crime desorganizado, eu acho que ainda era pior, um matava o outro, roubava dentro do bairro, brigava por território. Eu não sei o que é pior. Aonde o estado não chega, alguém vai chegar. Vai tomar conta. É o que acontece aqui (Homem, trabalhador, 2021)

A criminalidade e o tráfico de drogas são compreendidos em um contexto de ausência estatal, isto é, o seu estabelecimento ocorrera pela ausência de oportunidades sociais que se dá pela oferta de emprego e renda, educação formal, acesso a saúde e lazer (garantidos pela Constituição Federal brasileira). Portanto, o tráfico de drogas e suas consequências não é criminalizado, tampouco estigmatizado para esse conjunto de relatos, mas o resultado da ausência de garantias sociais. A inação também é uma ação por meio do abandono social relatada pelas narrativas. O tráfico de drogas também atua como ente social a partir da distribuição de alimentos, oferta de renda e a definição de normativas dentro de cada território.

Essa gestão local não está restrita à dimensão do tráfico de drogas, mas também identificou o campo da fé e religiosidade na manutenção da insegurança, isto é, o papel das igrejas. Desse modo, assim como as igrejas católicas serviram de controle da massa durante a idade média (Delumeau, 2009), as igrejas evangélicas têm contribuído com o controle e a modificação dos valores sociais em nome de uma “civilização”. Recrimina-se valores que são históricos e identitários de cada localidade, como suas raízes africanas representadas por danças e costumes (dança do coco, bambelô, pastoril, artesanato de renda etc.) e busca-se alterar seus valores históricos.

Meninas com 14 anos dançando tão bem e hoje saiu da dança e tá na igreja, com namorado e grávida. Olha essa menina [mostrando algumas fotos], dançava tão bem e hoje é crente. Lá eles impedem de dançar. O tocador saiu pra ser crente, esse daqui [mirando para a foto] é drogado com 20 e poucos anos. [...] Quem faz a violência é a igreja com suas normas (Homem, morador, 2021)

Há um controle de poder local exercido por diversas frentes como os movimentos sociais/terceiro setor, tráfico de drogas e instituição da fé para suprir o papel da gestão pública municipal.

É importante considerar, nesse quadro de ação coletiva, que houve a identificação de um processo dialógico, em que o abandono do Estado no direcionamento da gestão pública também acompanhou o discurso do Estado falido e que, nesse caso, precisaria do apoio do setor privado para sua execução.

Seis amigos foram assassinados. A conta é maior, mas estou falando de amigos próximos. Outros são presidiários, algumas amigas foram para a prostituição. Tenho amigas que foram ser escravas sexuais fora do Brasil. Então, tudo isso sempre me incomodou muito. Tipo, morador de rua eu observo. A pobreza não é somente financeira. Eu não vou conseguir mudar esse patriarcado sozinha. Isso é culpa do governo que não faz isso, mas tem o dever de cada um e isso tá na Constituição (Mulher, moradora, 2020)

Assim, em virtude da ausência estatal no direcionamento público, também há a atuação do setor privado por meio da disponibilidade dos seus serviços e a naturalização de sua atuação. Assim, apesar de reconhecer a ausência estatal, também se reforça a sua abstenção e abre caminho para a não ação. Percebe, então, que quanto mais difícil a sua contenção, maior o seu reforço.

De maneira geral, é comum identificar no grupo desses relatos a persistência do desemprego; a ausência de escolas e vagas e se tornam um impeditivo, inclusive, que seus responsáveis busquem fontes de trabalho; o subemprego que é gerado pelo trabalho informal e a busca por outras fontes econômicas de maior rentabilidade, como é o caso do tráfico de drogas. A fome que se intensificou com o cenário de pandemia e os diversos dispositivos de ajuda coletiva; a aplicabilidade das leis no tocante ao direito a educação, lazer, saúde etc.; e o surgimento de outras formas de gerenciamento social como o tráfico de drogas e o papel da igreja, enquanto instituição de fé.

Esse quadro aponta uma crise sociopolítica diretamente vinculada à percepção do abandono da gestão pública que se revela pela pobreza, desigualdade social e desemprego. Conclama-se a presença do Estado, em apologia a figura do estado mínimo, preconizada pelo advento do neoliberalismo ou economia neoliberal. Mas ao mesmo tempo a reforça com discursos dialógicos que o Estado não possui recursos que se revelam por meio de ajudas coletivas sociais.

O pobre, morador de rua, diferentes tons de pele não são elementos determinantes da insegurança. Quando questionados sobre a presença de moradores de rua e/ou pedintes, as respostas são diversas, como “ah não, são uns coitados”, “eu ajudava ele”, “sempre passo e eles

nunca mexeram comigo. Às vezes, até de madrugada”, “daqui a pouco mudam e esses daí vão embora e vêm outros”. A insegurança, nesse sentido, não possui espaço, é deslocizada, não restrita à dimensão do bairro ou da cidade. Atua em todos os territórios. Não há necessariamente um estigma social, mas o reflexo do seu abandono social em que todos se tornam fruto do processo.

Os diversos relatos foram categorizados em relação a sua intensidade do sentimento, definidos entre: alto, médio e baixa percepção da insegurança, conforme descrição metodológica. Nesse processo, é interessante também observar que em relação à intensidade do relato, sobressaem elementos de média intensidade, sendo que 77,7% do perfil sofreram algum tipo de vitimização criminal. Ainda assim, adota-se quase todo tipo de risco, isto é, mudança de comportamento ou contratação de dispositivo de segurança que possa atenuar a possibilidade de se tornar vítima. Esses dispositivos estão relacionados aos padrões de segurança como: grades, cerca elétrica, câmeras de vigilância, moradia em enclaves, horário de saída e retorno restrito. Mas também foi identificada a contratação de serviços e facilidade que se relacionavam com as narrativas identificadas das variadas ausências, isto é, de escola particular, serviços de saúde privados, espaços de lazer público bem frequentados, uso de transporte particular, escolha de moradia ou trabalho próximo ao emprego. O que significa afirmar que quando as causas e a resolutividade proposta são de difícil solução e exigem mudanças coletivas e complexas, aprende-se a conviver com ela.

Desse modo, o relato sociopolítico apresenta um debate sobre o papel do Estado como responsável na garantia da segurança que é pública, dos espaços públicos, da relação pública e da gestão dos serviços e facilidades. Essas questões norteiam serviços de educação, saúde, lazer, trabalho e renda e a sensação de abandono no tocante à dignidade humana, como é o caso do direito ao alimento. A insegurança é alimentar, educacional, de saúde, sanitária e de mobilidade social. Com perfis de diferentes estratos sociais, relata-se um sentimento de intensidade média, apesar da alta taxa criminal e adoção dos riscos. Fato é que se busca ações coletivas por compreender que esse cenário sociopolítico de insegurança não deve ser realizado por medidas individuais. A criminalidade não é estigmatizada, mas o fruto do processo histórico de ausência de garantias sociais que reflete o cenário de pobreza, desigualdade social e desemprego. Desse modo, identificaram-se os seguintes elementos predominantes desse relato:

- a) Sentimento de insegurança: alimentar, educacional, de saúde, sanitária e de mobilidade social;
- b) Características principais:

- Processo histórico que não é explicado por isolacionismos sociais e, portanto, retrata as condições de vida em sociedade;
- Criminalidade não é estigmatizada, mas fruto de um processo histórico de ausências sociais;

A seguir, são apresentadas as principais características dos relatos associados à dimensão urbanística da cidade.

5.2. *Relato urbano*

O mundo é avaliado conforme se sente ou percebe. A forma como o espaço está disposto, conforme esses relatos, interfere no sentimento de insegurança. Essas percepções são tanto abstratas, a partir do uso cotidiano do espaço; quanto reais, ao verificar sinais de desordem no espaço construído. As percepções de insegurança, nesse sentido, remetem a uma dimensão do espaço e às normativas estabelecidas de seu uso.

Esse grupo de relatos foi compreendido de acordo com o tempo de estabilidade residencial ou de trabalho. As percepções unicamente direcionadas para a leitura do espaço físico como instrumento da insegurança sobressai no grupo que possui menos tempo de estabilidade. Ruas escuras ou com baixa iluminação, a presença de mendigos, prostituição, uso de drogas ilícitas, mau cheiro de lixo e esgoto, e pequenas ruelas são elementos característicos de quem habita ou trabalha há pouco tempo no bairro – período de até um ano. Não somente as desordens ou incivildades na dimensão socioespacial, mas a *não* ocupação podem provocar o sentimento de insegurança urbana. É o caso de ruas ordenadas, limpas, arborizadas, com equipamentos públicos urbanísticos (praças ou parques), mas que não possuem dinâmica social de pessoas transitando e/ou comércio. Esse é o caso dos moradores do conjunto Ponta Negra.

Essas questões remetem a vida e morte das cidades retratadas por Jacobs (1961), estudada por tantos outros autores contemporâneos do planejamento urbano (Arantes et al., 2013; Caldeira, 2003) e turístico (Costa et al., 2021; Coutinho et al., 2021) que retratam a ideologia do planejamento de espaços privados e socialmente segregados tão prejudiciais para as cidades pós-modernas, no sentido do distanciamento dos laços, relações e trocas de uma cidade real. Encontrar pessoas em vias de pouca circulação, configura para esse grupo de entrevistados, uma vítima disponível – fazendo uma analogia com a Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979).

Quando o nível socioeconômico é elevado, sua mobilidade urbana é condicionada a espaços específicos (moradia, trabalho e lazer) através de transporte privado. Para esse grupo,

observa-se atitudes de risco (mudança de comportamento) a determinados espaços incivilizados e desordenados no seu cotidiano e adotam-se medidas de proteção de segurança privada para suprir os “olhos” de áreas *não* ocupadas. É o caso de segurança armada, câmeras de vigilância e portões automatizados. Todavia, é importante considerar que a aquisição de equipamentos de segurança não é restrita à dimensão socioeconômica, mas atinge a todos os perfis e relatos sociais desta pesquisa. O interessante neste caso é que, apesar de habitar ou trabalhar em uma urbanidade organizada e partilhar de civilidades, o sentimento é alimentado através do *não* uso espacial público, observado em algumas das falas:

Quando eu cheguei para morar aqui eu tinha muito medo de passar naquela esquina. Muito esquisito [o espaço mencionado é ponto de uso de drogas, moradores de rua e presença de lixo]. Então eu fazia a volta pela outra rua. Às vezes eles vinham aqui pedir comida, tocava a campanha, e eu olhava nas câmeras. Mesmo com medo eu dava, porque comida não se nega. Depois eu passei a levar comida lá para eles. Percebi que não corria risco, mesmo sendo mulher (Mulher, moradora, 2021).

Me considero parte de uma classe privilegiada [...]. Uso meu carro e como eu raramente saí à noite por ter deixado de trabalhar à noite. É muito do hábito. No geral, quando a gente entra [no condomínio] é aquela história do investimento do medo, aí quando a gente entra, o rodante vem atrás. Às vezes, eu até tenho um susto porque eu já vejo em cima, quando está no retrovisor (Mulher, moradora, 2021).

Em um processo histórico, o relato pode ser compreendido a partir do processo de crescimento urbano que possibilitou a desordem urbanística em alguns espaços (caso da Vila de Ponta Negra e parte do conjunto Alagamar) e o ordenamento em outros (caso do Conjunto Ponta Negra). Esse processo de crescimento alterou a estrutura urbana com o advento de novas vias de circulação e a regulamentação de determinadas áreas para uso específico.

As características de (des)ordem física e (in)civilidades urbanas projetam um olhar superficial da cidade, a partir de estereótipos sociais. Ruas pouco transitáveis, mas ordenadas, também retroalimentam o sentimento de insegurança nesses espaços. Essas questões também explicam como o olhar do turista, que é superficial, pode ser condicionado para a leitura espacial física dos destinos turísticos. Tais questões são endossados pelas políticas urbanas de higienização, segregação social e disposição de fachadas coloridas por uma alegoria turística.

Devido ao maior nível de estabilidade residencial, é comum observar relatos originais da década de 1970, em clima saudosista, de como as terras eram objeto da agricultura de subsistência em paralelo com as atividades pesqueiras, os encontros semanais para expressão da cultura local via danças típicas (pastoril, dança de coco etc.). Ainda nesse processo de reestruturação, mencionam os projetos turísticos como a urbanização da orla da praia e

pavimentação das principais vias de circulação como a Avenida Engenheiro Roberto Freire e a Rota do Sol, e movimentação econômica de uma nova dinâmica que ocorrera com a instalação de novos serviços e equipamentos, sobretudo, de uso turístico.

A partir da década de 2000, os relatos do tipo urbano mencionam a construção civil de prédios verticais, a alteração na paisagem urbana, bem como o abandono de determinadas obras. Há relatos de intervenção de projetos urbanos que garantiram o embelezamento da área, mas que não trouxeram muitos elementos inovadores, uma vez que a dinâmica social já existia⁵⁹. Reconhece-se, assim, que a dinâmica comercial e de fluxo turístico é uma constante no bairro e que os projetos de intervenção urbanística contribuem para uma leitura do espaço organizado, e isso gera um maior desejo de consumo e a movimentação econômica.

Essas novas estruturas urbanas alteraram a dinâmica local com o advento de novas economias, principalmente com o fluxo econômico internacional. Há com ele o interesse da compra de imóveis de moradores tradicionais, com o aumento do preço do custo de vida e a chegada maciça da venda de drogas ilícitas através de um fluxo de novos habitantes.

Houve uma invasão entre 1970 e 1980 de moradia. Já a invasão de 2000 ocorre com turistas e a exploração de mão e obra. Você vê nativo comercializando com dólar e se achavam ricos. Aqui na praia, antes era a barraca do Simplício, tantos anos de tradição, do Inácio, do Joca, depois mudou para barraca do português, do baiano, ...então ficamos sendo engolidos por ele [o capital internacional]. Aí chegava um gringo e perguntava quanto era e vendia, achando que compensava, e foram embora (Homem, comerciante e morador, 2021).

A crise imobiliária em Natal ocorre exclusivamente por ausência de compradores, e não necessariamente por legislação como se busca na troca de adensamento em algumas áreas. Primeiro, discutia-se com a comunidade e depois vinha com outro discurso em defesa do dono da terra. O direito à cidade é muito mais amplo que uma regulamentação. É o direito de estar na cidade e viver livremente. O Plano Diretor é um produto do mercado e se não houver participação, atropela todos (Mulher, moradora, 2020).

Essa dinâmica imobiliária que se intensifica a partir de 2000, altera a estrutura urbana em dois sentidos: a aquisição de terrenos, por investidores, para especulação imobiliária e a construção de empreendimentos de hospedagem e imóveis estilo, sendo este para segunda residência (Nunes & Fonseca, 2017).

⁵⁹ Esse é o caso do mais recente projeto de intervenção urbanística, doravante polo gastronômico que pavimentou a via, criou estacionamento de ônibus turístico, direcionou uma ciclovia que não se conecta com outras áreas da cidade e forneceu incentivo para a instalação de novas empresas de franquias internacionais do setor gastronômico (Gelato Italiano Cuore di Panna, Dom Matias Parrilha, entre outros). Para os sujeitos da pesquisa, já existia comércio local, sobretudo gastronômico, a mudança ocorre com o embelezamento e a instalação de empresas internacionais.

No primeiro caso, esses terrenos, por diversos motivos, inclusive de impedimento jurídico, não efetivaram a sua construção e encontram-se em esqueletos de construção (ver Figura 19), mas também há terrenos sem nenhum tipo de construção no aguardo de sua valorização para construir (ver Figura 20). Esses espaços são concebidos como vazios urbanos por não cumprirem a função social e foram objeto de catalogação espacial em pesquisa anterior de Cavalcante (2019).

No segundo caso, as construções se efetivaram em um processo histórico com características verticais para atender a uma demanda específica de fluxo turístico. Fazem parte desse processo empreendimentos de hospedagem verticais (hotéis, pousadas, hostel) e imóveis (flats de temporada e residencial) e foram catalogados nesta pesquisa para análise espacial (capítulo 2).

Figura 19. Vazios urbanos em impedimento de construção



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Figura 20. Vazios urbanos sem construção



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os vazios urbanos, de acordo com relatos, possibilitam o acúmulo de lixo, mau cheiro, moradia de pessoas em situação de rua, presença de mendigos, usuários de drogas ilícitas, pichações, prostituição, banheiro, proliferação de animais infecciosos. Em muitos casos, a presença desses indivíduos garante a observação da rotina dos moradores (agressor motivado) para que possam agir nos momentos propícios. São espaços, de acordo com relatos, que poderiam ser utilizados para transformar em equipamentos públicos urbanos como escolas, creches, espaços de lazer, unidades de saúde, espaço de plantio da agricultura familiar, entre

outros. Verifica-se uma associação com o lazer e o turismo, através dos usos desses espaços que estão em situação de abandono. Não houve um aprofundamento empírico sobre determinadas escolhas, uma vez que as falas eram autênticas e fluidas.

Na tentativa de ilustrar os resultados obtidos a partir da dimensão urbanística, em primeiro lugar, os relatos foram categorizados de acordo com sua intensidade: alto, médio e baixo, utilizando o software Qgis (versão 3.18) no formato de estilo ponto através da linha gradual de cor (vermelho – relato alto, amarelo – relato médio e verde – relato baixo). Posteriormente, utilizou-se da base de dados disponível, em pesquisa anterior, sobre a disposição dos vazios urbanos localizados dentro do bairro, em formato de *shapefile* do tipo polígono⁶⁰ (Cavalcante, 2019). Essa análise permitiu identificar como a especulação, via vazios urbanos, é instrumento de insegurança pública e pode ilustrar os relatos identificados. Por fim, confrontou-se os relatos com os equipamentos de hospedagem e imobiliário vertical que foram construídos no bairro para atender ao fluxo turístico, identificadas nesta pesquisa. A intenção é relacionar a intensidade dos relatos com a proximidade dos equipamentos urbanos de cunho turístico.

Optou-se por realizar dois mapas para permitir a melhor visualização entre a disposição socioespacial (equipamentos turísticos e vazios urbanos) e os relatos de intensidade de insegurança, visualizados nos mapas 12 e 13. Em ambos os casos, foram utilizadas imagens de satélite para a leitura da morfologia urbana.

À luz do Mapa 12, pode-se observar, que a distribuição territorial dos vazios urbanos atinge quase todas as áreas do bairro, mas não é uma realidade constante no Conjunto Ponta Negra (esquerda do bairro), que foi projetado na década de 1970 com tracejados de ruas regulares e direcionado para servidores públicos e bancários. Ainda assim, os relatos de maior intensidade (tons em vermelho) aparecem com maior incidência próxima a essa região e começam a cruzar as algumas áreas limítrofes, como o conjunto alagamar (área central) e próximo à ZPA 5.

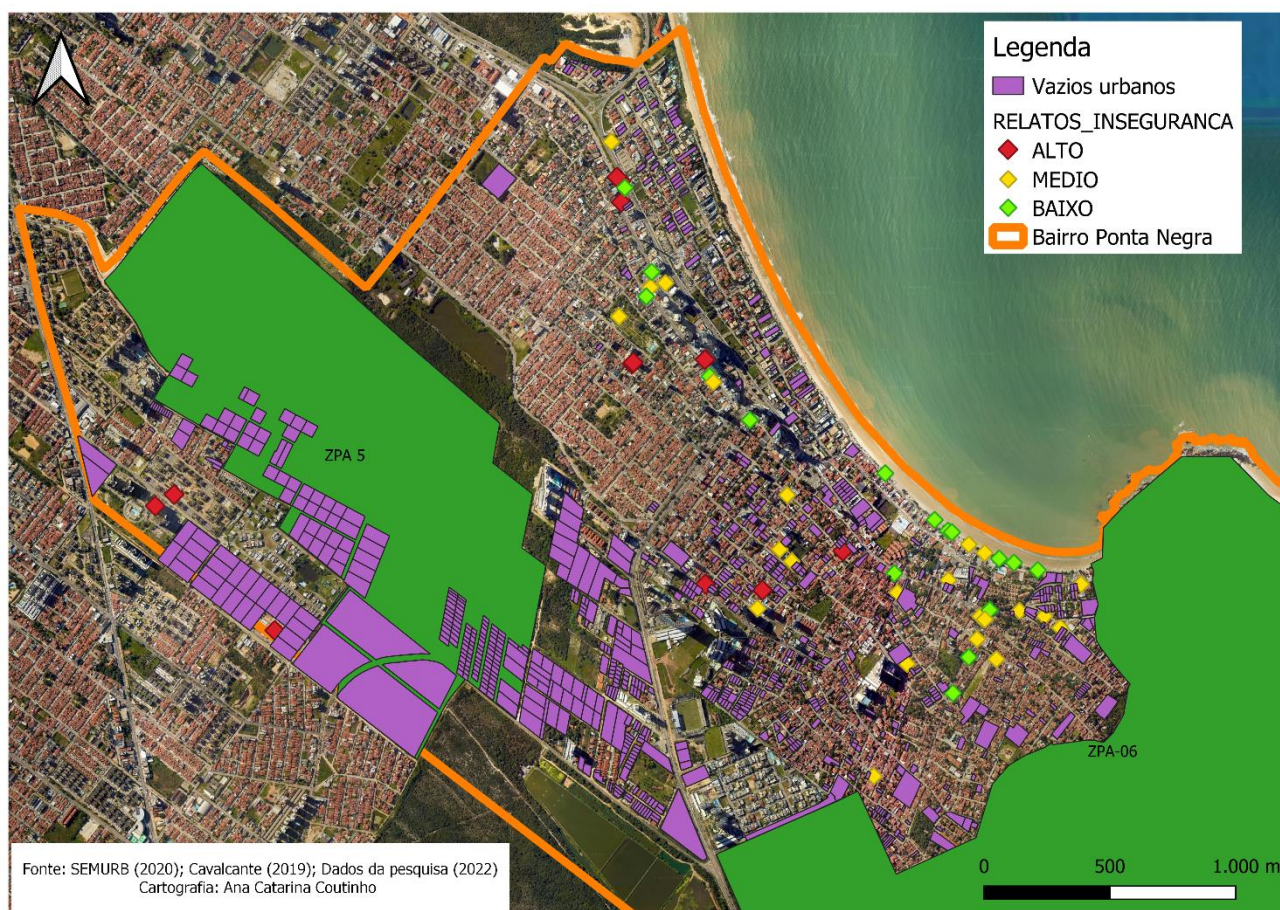
A vila de Ponta Negra, situada próxima a ZPA 6, configura-se, conforme morfologia urbana, por ruas desordenadas, é uma área periférica (reconhecida, por legislação, como Área Especial de Interesse Social – AEIS – por sua precariedade urbana e baixos salários (Natal, 2022) e maior presença dos vazios urbanos. Compreende, nesse sentido, que quanto mais

⁶⁰ Ainda que para os objetivos daquela pesquisa, realizou-se categorizações de acordo com o tamanho do terreno. Para esta pesquisa, não utilizou-se dessa base de informação, apenas a sua disposição georreferenciada em contraposição aos relatos de maior intensidade de insegurança.

distante das áreas concebidas por desorganização urbana, especulação imobiliária e presença de vazios urbanos (e seus problemas associados), maior o sentimento de insegurança relatado.

Os relatos de intensidade média (tons em amarelo) e de baixa intensidade (tons em verde) estão mais próximos dos terrenos vazios e os cenários de desorganização e incivilidade urbana, conforme descrição urbana dos sujeitos entrevistados. Eses vazios, terrenos pequenos e irregulares, tornam-se espaços propícios para as práticas que foram narradas pelos sujeitos de pesquisa (acúmulo de lixo, mau cheiro, moradia de pessoas em situação de rua, presença de mendigos, usuários de drogas, pichações, prostituição, banheiro, proliferação de animais infecciosos). Considerando o nível de estabilidade residencial ou comercial, há um relacionamento com a vizinhança e com o meio em que se aprendeu a conviver com o cenário de desorganização, embora a sua presença não tenha sido banalizada.

Mapa 12. Vazios urbanos e relatos de insegurança pública



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

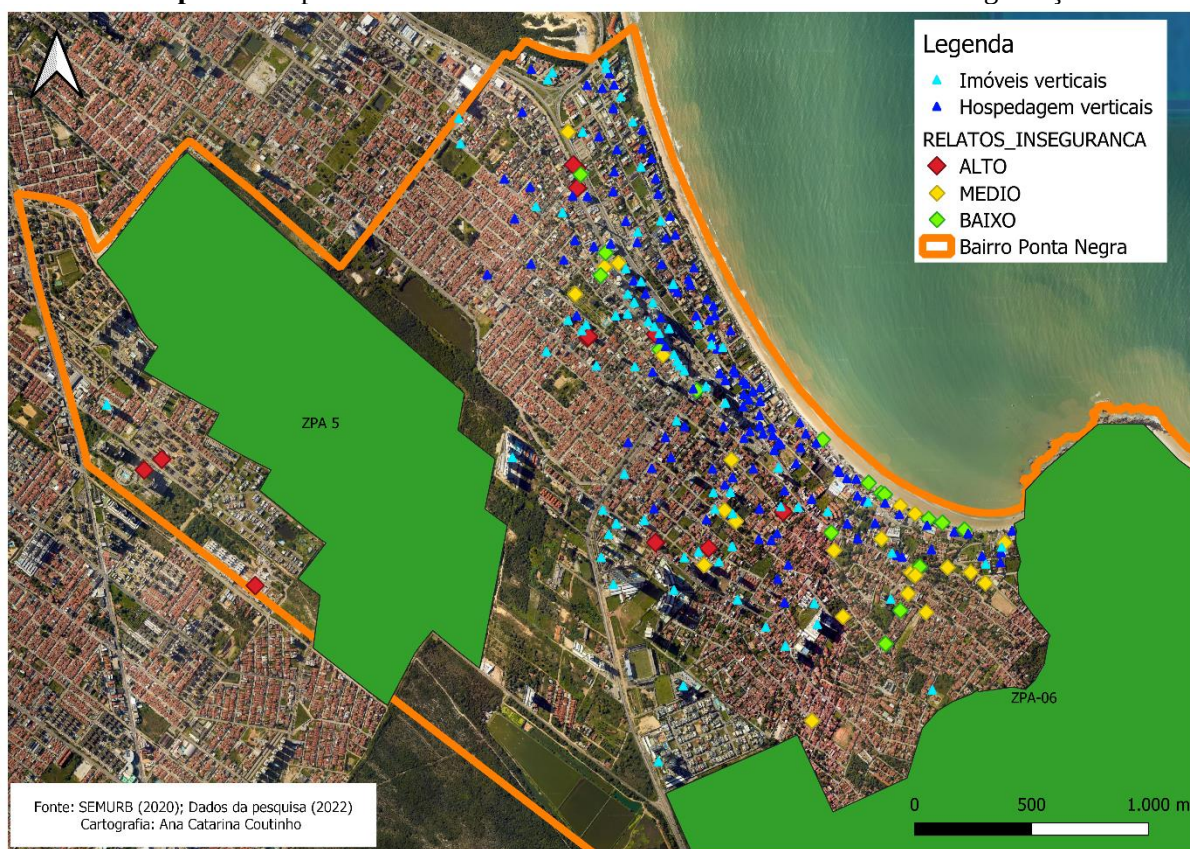
Eleva-se a compreensão quanto mais distante da desorganização social e presença de vazios urbanos, maior o sentimento de insegurança regido por uma estigmatização social (incivilidade) e disposição urbana (desorganização); e quanto mais próximo espacialmente dos

cenários de vazios urbanos e exclusão social, menor o sentimento de insegurança relacionado aos aspectos urbanísticos. O processo de especulação imobiliária e o direcionamento do capital também é uma estratégia de mitigar esses efeitos da insegurança pública urbana, afastando o que se concebe urbanisticamente como perigoso.

Por sua vez, no Mapa 13, observa-se que os empreendimentos imobiliários e de hospedagem que foram construídos verticalmente para o fluxo turístico, possuem uma mancha definida sob a franja da orla e adentram paulatinamente no eixo central do bairro.

A proximidade com qualquer tipo de relato será uma constante, pela disposição territorial dos empreendimentos verticais. Esse tipo de empreendimento mescla-se com as diversas intensidades de relatos, não sendo possível fazer nenhum tipo de relação direta entre os muros constituídos para uma dinâmica turística e os sentimentos de insegurança, a partir desse tipo de fonte de informação. É importante considerar que nos relatos de campo, não foi identificada uma associação entre as construções verticais e o sentimento de insegurança criminal, apenas de sua alteração na configuração urbana e mudança socioespacial.

Mapa 13. Empreendimentos verticais de fluxo turístico e relatos de insegurança



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os empreendimentos turísticos possuem fachadas, cores, design urbanístico diferenciado dos empreendimentos residenciais que permite uma sensação de segurança. Isto se reafirma pela movimentação de pessoas, entrada e saída de pedestres e veículos e a própria dinâmica de outros serviços associados, como é o caso dos alimentos e bebidas. Isso talvez explique o fato de os empreendimentos verticais construídos para a dinâmica o turismo no bairro não conduzirem a um sentimento de insegurança pública.

De maneira geral, observa-se que a presença de espaços vazios, prédios abandonados, obras paralisadas e/ou destruídas causam maior sentimento de insegurança do que os enclaves que foram construídos para o consumo turístico. Para o olhar do turista, seria o cenário de desorganização espacial; para o olhar do residente, trabalhador e comerciante (foco desta pesquisa), as narrativas estão direcionadas para o impacto não somente da alteração da paisagem, mas das mobilidades urbanas que permitem o advento de novos moradores e a possibilidade de sua exclusão naquele território.

A localização dos relatos se refere ao local de moradia e/ou trabalho, o que significa afirmar que é de maior permanência do entrevistado e não necessariamente as áreas de circulação do sentimento de insegurança. Outrossim, quando questionados, não foi observado relatos de insegurança a partir da constituição de enclaves fortificados, mas de terrenos abandonados e sem uso (especulação), confirmando pela ilustração espacial.

Compreende-se, dessa forma, que o planejamento urbanístico privilegia o uso do capital e garante o ordenamento em algumas áreas e a desordem em outras. O problema não reside no capital, em sua essência, mas no seu direcionamento, quando se exclui alguns grupos e agrega-se outros de acordo com seu extrato social (Harvey, 2011). Todavia, identificou-se que agregar alguns grupos sociais não é garantia de percepção de segurança pública urbana, uma vez que a ausência de uma vida pública pode provocar a alta percepção de segurança pública. Também se verificou que quanto mais distante dos cenários de desordem social e incivildades, maior o sentimento de insegurança pública urbana. Categorias como lixo, pichações, ausência de iluminação, presença de mendigos e usuários de drogas, são presentes nesses relatos, mas não localizadas de forma aleatória, conforme evidenciado na análise espacial.

As novas economias e o impacto das mobilidades, identificadas nos relatos de maior estabilidade residencial, também provocam maior sentimento de insegurança urbana. As mudanças e percepções urbanas não são estritamente físicas, mas simbólicas, pela alteração das estruturas sociais. Categorias como abandono, especulação, participação social são mais presentes e dialogam com a estrutura do espaço físico. Possuem relação com a proximidade

espacial com os cenários de desorganização e incivilidade e de permanência na localidade. Com isso, a discussão do relato urbanístico permite identificar os seguintes elementos:

- a) Sentimento de insegurança: física (dimensão do espaço) e abstrata (normativas estabelecidas) do espaço ocupado por um uso direcionado do capital.
- b) Características principais: a partir de três principais características: desordem física, incivildades das relações e disposição dos serviços, identificou-se a formulação de algumas questões:
 - Estabilidade residencial: menor o tempo de estabilidade, maior narrativa das desordens e incivildades e a sua não ocupação; quanto maior o tempo de estabilidade, menor a narrativa física espacial e mais subjetividade das relações em seu percurso histórico relacionado às mobilidades sociais e o seu efeito nas mudanças estruturais e padrão social.
 - Proximidade/distanciamento: quanto mais distante dos cenários de desordem e incivilidade, maior o sentimento de insegurança; quanto mais próximo, menor o sentimento e aprende-se a conviver.
 - Enclaves verticais de uso turístico: as construções verticais realizadas em nome de uma dinâmica turística não provocam o aumento do sentimento de insegurança, mas as alterações das mobilidades sociais o advento de novas economias expulsando a comunidade local.

A seguir, apresentamos a discussão do terceiro relato relacionado às questões criminais.

5.3.Relato criminal

Sair e retornar a sua residência são os momentos em que os entrevistados mais relatam sentimento de insegurança, não exatamente do ato específico de adentrar e sair, mas o tempo que permanecem foram do espaço que consideram seguro— suas casas. A rua é o espaço do perigo associado a determinadas figuras sociais. Deparar com indivíduos que consideram de atitudes suspeitas pela forma como se vestem ou se portam, associado a idade (jovens), homens (e menos frequente a mulheres), roupas largadas, baixo poder aquisitivo e olhar curioso, é sinônimo de risco. Muda-se o trajeto, sai de casa com menos objetos de valores e acende sinais de nervosismo, são as atitudes relatadas por esses sujeitos. A insegurança, nesse sentido, está diretamente relacionada a determinados indivíduos e a forma como ocupam o espaço público — a rua.

A menção que fazem a esses sujeitos está relacionada a uma revolta social e controle do espaço público identificada na narrativa da insegurança: “São *uns* pragas”. Pragas de uma sociedade em estado de calamidade e relacionado com um perfil social – traficante e usuário de drogas, moradores de rua, mal vestidos etc. – que são nocivas à sociedade. Mais do que isso, não há como exterminá-los por sua rápida perpetuação, verificada nos relatos transcritos:

Eu preferia trabalhar no ponto do hotel. Aqui eu acho estranho, fica exposto e muita gente aparece. Perigoso, sabe? (Homem, comerciante, 2020)

Rapaz, agora a droga atacou todo mundo, de jovem a idoso. [Próximo de onde foi realizado o diálogo, havia um ponto de venda de bebida e ao redor vários grupos de idosos – lê-se, mulheres e homens acima dos 50 anos – que estavam embriagados e fazendo uso de drogas, às 10h da manhã] (Homem, morador, 2021)

Tem pessoas vigiando a praia [menciona sobre o tráfico de drogas]. Não pode roubar aqui, o comando pune até se não atende bem o cliente. A polícia aqui não tem vez nem voz, quem manda mesmo é o comando. Essas câmeras aí não funcionam não. São de enfeite. (Homem, comerciante, 2021)

Tem que confiar, né? [quando fala sobre a polícia]. O pessoal aí não é bom não [quando fala do tráfico de drogas], mas pelo menos eles trazem segurança, organiza as coisas e todo mundo respeita. Eu não. (Mulher, comerciante, 2020)

Eu fico indignado porque não posso receber meu tio. Ele é policial. Quando a polícia vai passando, eles gritam: “o óleo”. Isso são umas pragas. Não devia nem prender; era matar logo. Eles aumentam porque não tem punição. Vive tendo assalto no morro [Morro do Careca é o atrativo natural turístico]. Quer que eu faça o quê? Correr atrás? Vou nada. Se a polícia chega, olha e volta. (Homem, trabalhador, 2021)

Os relatos estão direcionados à perpetuação do tráfico de drogas e à ausência de ações punitivas. O processo de solução para tais “pragas” sociais que faz aumentar o sentimento de insegurança são os mecanismos da eliminação do outro. Esse posicionamento se relaciona com a justiça brasileira que, ao longo do seu percurso histórico, apresenta medidas punitivas no combate à criminalidade. Com isso, o discurso desse grupo de relato perpassa a penalização da vida pública que possui espaço específico – a rua – e personificação – traficantes e usuários que foram colocados à margem da sociedade.

A vitimização criminal por esses indivíduos ocorreu em 64,15% dos entrevistados. Todavia, é importante considerar que em todos os casos foi identificada a vitimização vicária quando ocorre com um vizinho, familiar e/ou amigo. A vitimização primária acomete na maioria dos casos o gênero feminino, com 61,76% dos casos identificados. Em uma primeira análise, compreende-se que esse resultado tem a ver com o retrato do perfil do entrevistado e não necessariamente com o universo da realidade.

Na vitimização primária é predominante o arrombamento a casas. A característica é a mesma na maioria dos casos: atitudes silenciosas, pequenos objetos de valores (computadores, celulares, eletrodomésticos etc.), a ação não é violenta e tampouco se percebe a presença da pessoa que furta os objetos. A permanência do morador no momento do ato independe. Ocorre tanto durante o dia quanto à noite, enquanto suas vítimas dormem ou estão em cômodo próximo realizando suas atividades cotidianas ou estão ausentes. Não é característica do ato outros danos materiais como janelas quebradas, dano na fechadura da porta e/ou quebra no muro. Sua presença só é percebida por vultos, ausência do objeto, pequenos ruídos sonoros ou confusão com outro morador da residência. Na maioria dos casos, o ato é reincidente e não há faixa etária definida.

A reação em todos os casos é a mesma: aumenta o tamanho do muro, coloca-se cerca elétrica, contrata-se segurança armada na rua, câmera de vigilância, grades nas janelas etc., isto é, atitude de risco real. Todavia, quase nenhum dos casos relatados foi reportado às instâncias de segurança pública. A exceção ocorre quando o(s) item(ns) furtado(s) precisa ser documentado, caso de prestação de contas públicas.

O arrombamento às residências é seguido de roubos à pessoa e a estabelecimento comercial. Na maioria dos relatos, descreve-se a situação na tentativa de traçar o perfil do agressor da violência, conforme pode ser visualizado em algumas das transcrições:

Meu vizinho estava fazendo uma obra aqui ao lado. Tinha muita gente lá trabalhando e ficavam em cima do telhado. Então, não por coincidência, semanas seguintes a minha casa foi arrombada. Se você prestar atenção, meu muro está precisando pintar, mas meu marido só chama uma pessoa de confiança que ultimamente está muito ocupado e não pode vim. Mas, eu não vou chamar qualquer pessoa. (Mulher, moradora, 2022)

Aqui do lado tem esse terreno e o pessoal vive ali. A primeira vez que eles entraram aqui não tinha ninguém em casa, durante o dia. Na segunda vez, levaram meu celular, que estava na minha cabeceira, enquanto eu dormia com meu marido. No quarto ao lado estava minha filha (Mulher, moradora, 2021).

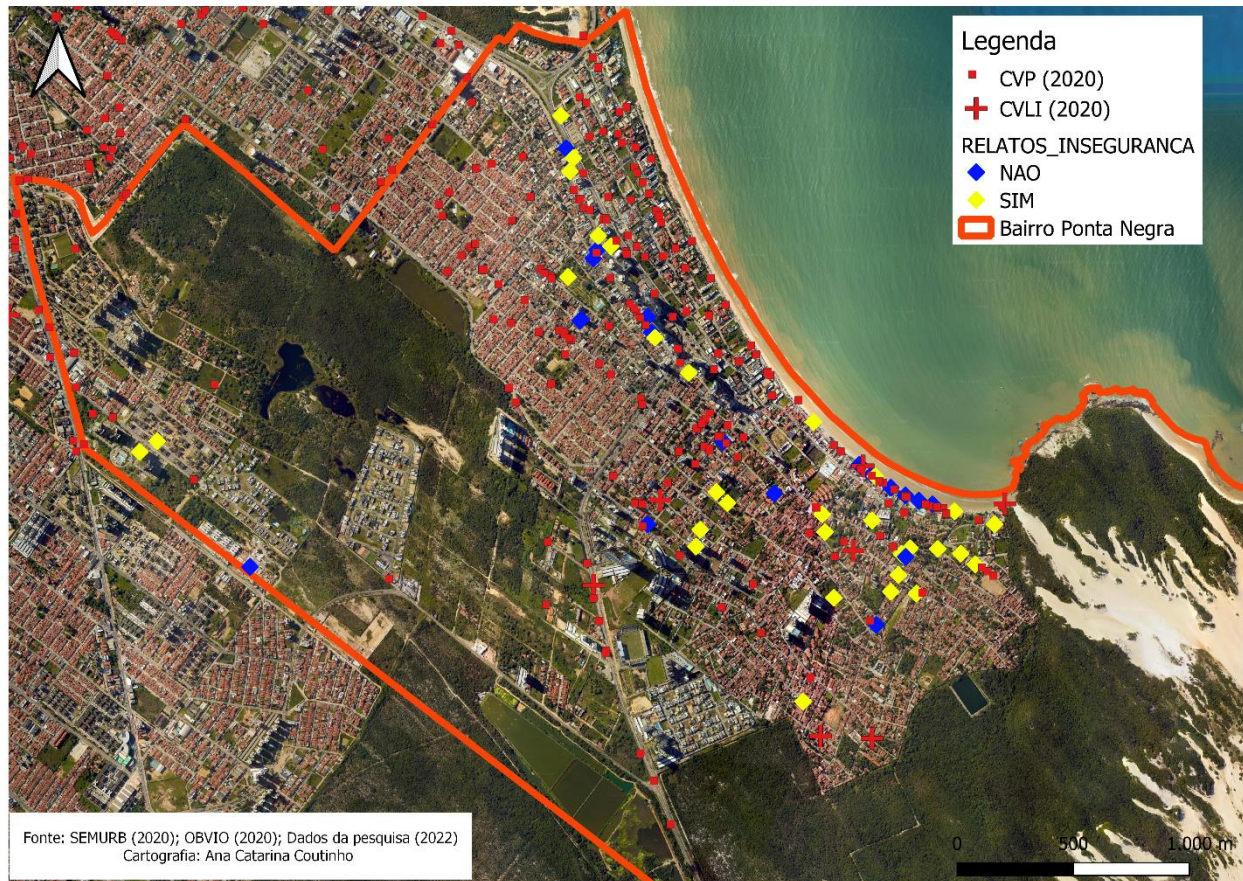
Na outra casa eles também levaram computadores e eu tive que fazer BO [alusão ao Boletim de ocorrência] porque era recurso de edital. O chefe [do tráfico de drogas] disse para não notificar, mas eu não tinha como, era recurso. Nessa casa aqui eles também já entraram e tive que fazer a mesma coisa (Mulher, moradora, 2020).

As narrativas apresentam uma associação do ato criminal a partir de uma observação da rotina dos indivíduos. Isso talvez explique as medidas imediatas de combate à criminalidade diretamente relacionadas com a punição da liberdade do outro no espaço público.

Como uma lente ampliada do fenômeno espacializou-se os relatos de vitimização primária com as incidências criminais (subtipo CVLI e CVP) do ano de 2020, para compreender as áreas em que ocorrem os crimes. Assim, os relatos de vitimização primária referem-se ao período temporal da vida do indivíduo, com ênfase nos últimos cinco anos.

À luz do Mapa 14, observa-se que o CVLI (cruz vermelha) incide em menor proporção (7 notificações) do que o CVP (ponto vermelho), que apresenta 229 notificações no corrente ano. Sendo que o CVLI incide de forma mais concentrada próximo ou dentro do perímetro da vila de Ponta Negra, conhecida por seu cenário de vulnerabilidade social. E o CVP é mais difuso em todas as áreas do bairro. Os relatos negativos de vitimização primária (cor azul) estão mais próximos das incidências criminais (CVLI e CVP), chegando a coincidir com o mesmo espaço. Por sua vez, os relatos afirmativos de vitimização primária, estão mais distantes dos locais de notificação criminal. Inclusive, estes se concentram também na área de maior vulnerabilidade social. Essa questão ajuda a entender as manchas criminais entre a positividade e negatividade de sua incidência e a relação com os locais em que foram formalmente notificados às instâncias de governança.

Mapa 14. Vitimização primária e incidência criminal (CVLI e CVP) em Ponta Negra/RN



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Acredita-se que pela pressão do comando do tráfico de drogas, há menor notificação policial dos casos criminais nessa região sendo este um mecanismo de silenciamento das incidências. Assim, além de as vítimas não notificarem os crimes, contribuindo para a leitura da mancha criminal, estas se encontram próximas do cenário de vulnerabilidade social.

Essa questão abre caminhos para entender a densidade dos laços produzidos dentro do bairro que impossibilita a denúncia criminal aos órgãos oficiais. No caso da Vila de Ponta Negra, as condutas criminais cometidas dentro da própria comunidade não são necessariamente violentas, conforme descrição dos relatos. Ainda assim, identifica-se que, apesar do alto nível de estabilidade residencial nessa região, por serem moradores mais antigos e pela frequência com que conversam, não há necessariamente uma coesão social com laços densos. Interessante observação sobre o assunto foi feita por um dos entrevistados:

Eu sempre digo aos alunos que caminham comigo durante as intervenções que somos agente de saúde e não agente de polícia. Devemos servir à comunidade. Apesar da gente ver e saber de tudo, não devemos falar. Quando tem intervenção policial, eles vêm, chamam a gente e pedem para sair do local. A mesma coisa acontece com eles [alusão ao tráfico de drogas], ficam observando e dizem para a gente não entrar naquele local. Aí rapidamente saímos (Mulher, trabalhadora, 2022).

Percebe-se, então, que vítimas e agressores coexistem na unidade de análise devido a sua heterogeneidade social, confirmada pela frequência dos arrombamentos e furtos narrados na pesquisa. Há uma negação coletiva dos atos considerados ilícitos quando se trata da denúncia às instâncias de polícia. Não foram identificados laços fortes de identidade que permitam uma coesão social, apenas a insegurança de ser identificado e tornar-se alvo criminal por meio de medidas punitivas. Por esse motivo, adotam-se medidas de proteção individual.

O fato de ter sido vítima de um crime, no caso analisado, aumenta o sentimento de insegurança e direciona ações punitivas imediatas para conter o avanço da criminalidade. Há uma forte tendência de associação do crime de tráfico de drogas e suas consequências como usuários e moradores em situação de rua com a sensação de insegurança.

O relato criminal apresenta algumas características que são interessantes e precisam ser sintetizadas. A primeira é a localização espacial do sentimento de insegurança e as características da estrutura social. A rua é o espaço da insegurança associada a uma estigmatização social, ainda assim os arrombamentos e furtos ocorrem dentro dos espaços concebidos como de suposta segurança. Vítimas e agressores coexistem no mesmo espaço a partir de uma heterogeneidade social com o advento de novas economias em cenários de vulnerabilidade social. Por isso, adotam-se todas as medidas de segurança privada. Desse modo, o sentimento

de insegurança se apresenta de forma contraditória no espaço ocupado a partir de uma heterogeneidade social.

A segunda questão está relacionada com a observação da rotina dos indivíduos para uma possível caracterização dos atos delituosos. Essa observação sobre a realidade direciona medidas associadas à punição da liberdade do espaço público para combater a sua ocorrência; mas não garante a coesão social para controle social vicinal e estratégias de mobilização social. Assim, o que talvez explique o silenciamento das notificações criminais perante os órgãos públicos não é a coesão social a partir dos discursos compartilhados. Estabelece, dessa forma, alguns elementos norteadores desse grupo de relatos.

- a) Sentimento de insegurança: estigmatizado a partir de grupos sociais localizados em um espaço – a rua;
- b) Características principais:
 - Localização da insegurança e estrutural social: a rua é o espaço do perigo associado a uma estigmatização social. Ainda assim, é nas residências onde ocorre o maior número de vitimização. Vítimas e agressores coexistem no mesmo espaço;
 - Comportamento dos indivíduos e coesão social: observa a rotina dos indivíduos sem a garantia de discursos e coesão social. Direciona ações para a punição da liberdade do outro sem garantir, sem confiança nas instituições públicas e com baixa coesão social.

A seguir, são apresentadas algumas descobertas da pesquisa a partir de um diálogo com a literatura sobre a insegurança pública. O contexto analisado desta pesquisa possibilitou as reflexões realizadas a partir de uma relação teórica e empírica.

5.4. Insegurança pública em espaços turísticos: implicações práticas e reflexões teóricas

A literatura sobre a (in)segurança pública estabelece alguns consensos que se tornam verdades replicadas em algumas localidades. A pesquisa de campo a partir de diferentes narrativas e contextos contribuiu para refletir sobre essas verdades que são discutidas neste tópico à luz das teorias.

É salutar, de antemão, compreender a percepção da insegurança relacionada à dimensão do gênero. Embora as mulheres tendam a narrar com mais facilidade o sentimento de insegurança, não são apenas elas que se sentem inseguras. Essas questões foram evidenciadas por Kessler (2009) no contexto latino-americano, mas não necessariamente no Brasil (Trindade & Durante, 2019a). A abertura de espaços para diálogos com pessoas do gênero feminino foi

uma constante nesta pesquisa, obtendo-se como resultado a sua representatividade em todos os relatos apresentados.

Ainda assim, devido à proporção quantitativa (46%), os homens também narraram sentir-se inseguros. Em um primeiro momento, esse sentimento não é relacionado à dimensão criminal e suas questões associadas (como ser abordado por outra pessoa, subtração de algo, transitar em rua com baixa iluminação, presença de usuários de drogas etc.) mas, ao desemprego – e suas condições financeiras que o colocam em fragilidade social – e a possibilidade de eliminação da sua vida por meio do desamparo familiar. Esses relatos de insegurança só foram possíveis após laços de confiança estabelecidos entre sujeito pesquisador e pesquisado direcionados pela imersão da pesquisa. Reconhece a presença de um *ethos* masculino (Zaluar, 2014) associado à exposição de uma fragilidade que não pode ser revelada e talvez por isso à dimensão criminal, por meio de medidas punitivas, foi a mais presente nesse gênero como resultado de um quadro social da masculinidade exacerbada.

Nesse sentido, as pesquisas quantitativas podem continuar a afirmar a dimensão do gênero feminino diretamente relacionado à insegurança pública urbana, não como retrato do contexto local, mas por suas escolhas metodológicas (Catão, 2021). Isso implica afirmar um olhar cuidadoso sobre o gênero para as questões metodológicas da segurança pública em destinos turísticos. Essas questões possibilitam a reflexão de como diferentes segmentos de turistas (por exemplo, familiares com filhos, casais, grupos de amigos etc.) pode ser um resultado do procedimento metodológico e não necessariamente de suas percepções idôneas sobre o destino turístico. Refletir sobre o saber-fazer turístico requer a consciência e autoconsciência no processo de produção científica e a interferência de um contexto que é, em essência, complexo.

A segunda questão está relacionada à dimensão do controle social evidenciada tanto na literatura da atividade rotineira dos indivíduos (TAR) de Cohen e Felson (1979) quanto da eficácia coletiva de Sampson (2012). Assim, apesar de o policiamento ser o mecanismo de proteção social pública direcionado por um processo histórico e reforçado pelas políticas públicas, não foi identificado que a polícia garante a segurança do espaço público pela confiança gerada na sociedade.

Há diversos outros poderes atuantes no território que garantem o mecanismo de proteção social, sem que necessariamente se estabeleça uma coesão social, uma vez que a densidade dos laços estabelecidos é difusa e fraca, conforme identifica a teoria da eficácia coletiva (Sampson, 2012). Esse é o caso da instituição da fé (igreja evangélica) e do poder paralelo (tráfico de drogas) de forma mais frequente; e dos movimentos sociais e direcionamento de empresas

privadas (imobiliária e turística) em menor proporção. Essas questões são visualizadas nos baixos relatos de vitimização criminal às instâncias de governança de polícia.

A pesquisa também evidenciou que há uma observação da rotina dos indivíduos para um suposto controle social, inclusive no relato de como ocorre o processo de vitimização. Obtém-se uma proximidade maior com a Teoria da Rotina dos Indivíduos (TAR), criticada pelas abordagens contemporâneas criminais. Ainda assim, do ponto de vista dos relatos, há um reconhecimento do quadro de vulnerabilidade social e o contexto de desigualdade social onde agregados e excluídos coexistem no mesmo espaço, o que permite o reforço dos sistemas automatizados de segurança. Há uma frequência em que se falam e mantêm uma sociabilidade, mas, direciona ações para a punição da liberdade do outro a partir da estigmatização de determinados grupos localizado em um espaço – a rua.

Compreende-se que os mecanismos de justiça social e a atuação policial precisam ser repensados no contexto investigado. Percebe-se, dessa forma, que há inseguranças que são construídas na cidade; e há cidades que são construídas pela insegurança. Reforçar a atuação de uma segurança pública ineficiente pode ser uma estratégia de insegurança, inclusive para as áreas de fluxo turístico. Existe um controle social direcionado para a observação da rotina dos indivíduos, sem o estabelecimento de uma coesão social dos laços observados e estabelecidos, pela perpetuação de diversas instituições. Reforça, com isso, a atuação de um sistema que é pouco eficiente para um suposto “controle social”, no que gera mais insegurança pelo desconhecimento do outro.

A terceira questão está na discussão da constituição da cidade e o exercício da espacialização da percepção de insegurança. A insegurança oscila em relação a uma dimensão física e abstrata do espaço ocupado. A literatura indicou três principais categorias urbanas ilustradas na dimensão socioespacial, sendo elas: a (des)ordem física, as (in)civilidades e a disposição dos serviços privados, sendo as duas últimas mais abstratas da percepção.

Tanto na dimensão física ou abstrata, a estabilidade residencial foi a tônica da percepção, de modo que as narrativas da desordem e incivilidade são frequentes com menor tempo de estabilidade. Há uma observação em relação ao lixo, abandono do espaço por meio dos vazios, pichações, pessoas em situação de rua, uso de drogas, entre outros, por não possuir outra relação espacial. Tais questões permitem uma analogia com o olhar fugaz do turista que direcionam políticas de embelezamento urbanísticas no intuito de afastar as desigualdades; e não necessariamente a sua resolutividade, em nome de um consumo, no caso, turístico, direcionado por um olhar superficial da realidade.

Para tanto, quanto maior o tempo de estabilidade residencial, a percepção de insegurança caminha para a ocupação do espaço em seu percurso histórico, relacionado às mobilidades sociais. O que não significa afirmar que não se percebe o espaço físico, mas que a incorporação de novas economias e a alteração na estrutura social se tornam mais evidentes. É o caso do processo de especulação imobiliária com a presença dos vazios urbanos que expulsam a comunidade local.

Independentemente do tempo de estabilidade residencial, identificou-se que quanto mais longe do contexto de extrema vulnerabilidade, maior as narrativas de percepção de insegurança. E quanto mais próximo, aprende-se a conviver. Isso significa afirmar que as políticas de segregação social contribuem com o aumento da sensação de insegurança (Coutinho et al., 2021), mas como mecanismo de “controle social” continua a reforçar sua existência. Outrossim, foi interessante observar que a arquitetura defensiva por meio dos empreendimentos verticais com fachadas, cores, vida ativa, não foram mencionadas como determinante para o sentimento de insegurança, conforme preconiza a literatura (Caldeira, 1997). Não se observou também na análise socioespacial a relação entre os enclaves de uso turístico do tipo vertical com o sentimento de insegurança.

Desse modo, o diálogo com a dimensão socioespacial para a compreensão da percepção da insegurança pública em espaços de dinâmica turística, deve incorporar a discussão de ordenamento e civilidade (Caldeira, 2003; Jacobs, 1961; Silva & Beato Filho, 2014; A. Trindade & Durante, 2019a), acrescida da noção de estabilidade residencial (Sampson, 2012) e da compreensão da distância e proximidade dos cenários de vulnerabilidade. Esses foram os resultados de uma visão hologramática apresentada na pesquisa que evidenciam que a segregação espacial, por meio da permanência de afastamento de um quadro de vulnerabilidade social, além de não resolver a problemática, ainda endossa a percepção da insegurança. Se pensar no quadro de planejamento urbano do turismo, seria o reforço de um olhar transitório do turista em contraposição a problemáticas mais emergentes.

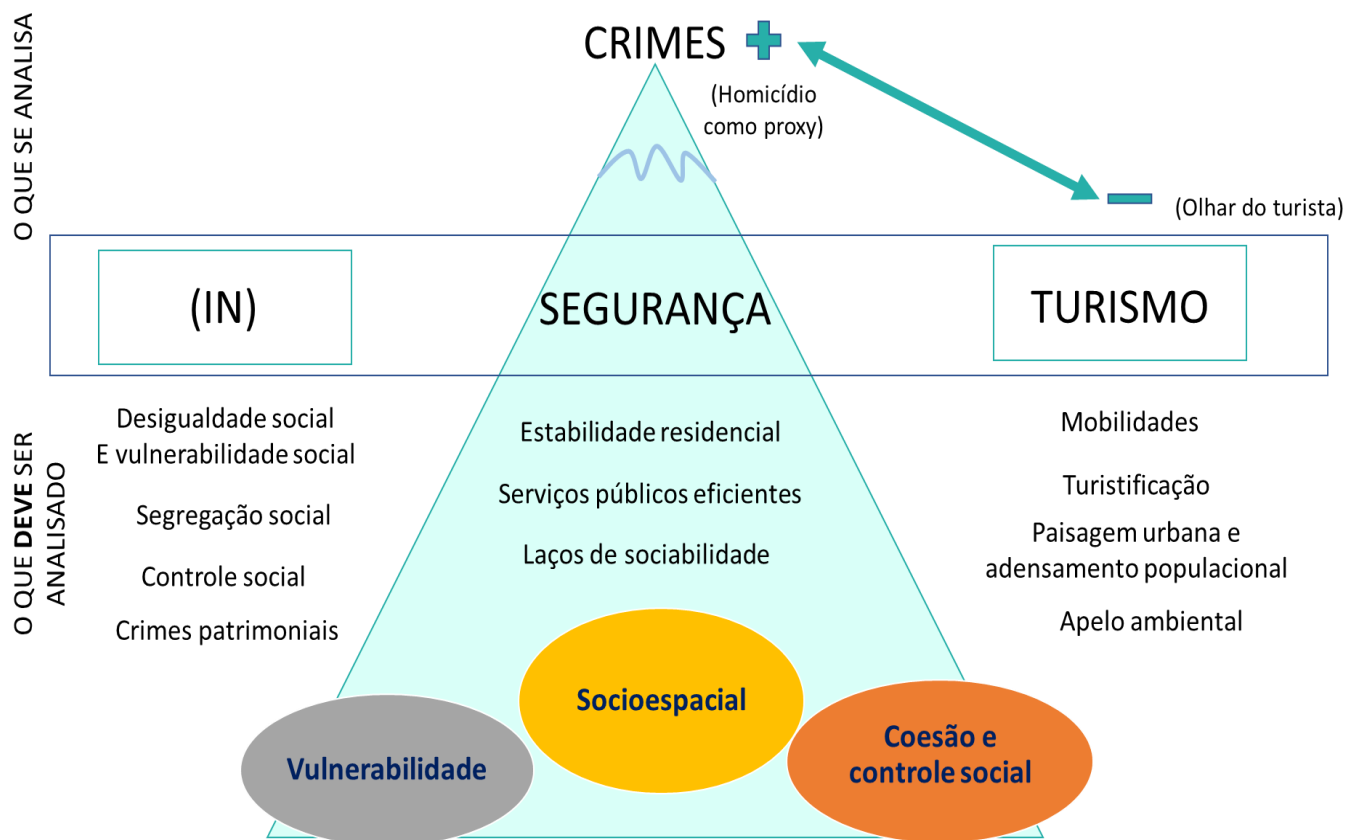
A quarta e última questão dialoga com as mobilidades sociais geradas pelo advento do turismo (Korstanje, 2017). A abertura ao mercado globalizado e às mobilidades sociais tem idealizado a ideia de movimentação econômica como um processo intrínseco benéfico ao desenvolvimento das nações. Todavia, de acordo com os relatos, a abertura a esses mercados de mobilidade global é um instrumento que aumenta a percepção de insegurança pública. O advento do turismo, apesar de ter alterado a dinâmica econômica da localidade gerando movimentação econômica, também ocasionou a transformação urbana com a retirada de moradores tradicionais, a segregação de determinadas áreas e a organização de outras.

O fluxo de novas pessoas no bairro e o movimento de diversos mercados (drogas, imobiliário, turístico) não permitiram a identificação da coesão de discursos partilhados que garantisse a segurança na vida privada. Pelo contrário, continuam a ocorrer atos delituosos sem a violência física, como é o caso de arrombamento a casas, pequenos furtos a pessoas e a estabelecimentos comerciais. Instala-se uma insegurança na denúncia criminal pela ausência de uma governança local e direciona esforços para a adoção de diversos mecanismos de proteção individual (atitude de risco).

Tais questões colocam em evidência as políticas transnacionais para a discussão da segurança pública em nível local. As mobilidades sociais impostas por um desejo de consumo não são necessariamente direcionadas pelo capital, mas pelas necessidades do seu consumo. Conecta-se razão e emoção, por isso que, no caso analisado, o fato de ter sido vítima, interfere no sentimento de insegurança.

Os resultados desta pesquisa elevam a reflexão de novas realidades sob o guarda-chuva da discussão sociodemográfica do gênero, dos mecanismos de controle sociais por mecanismos difusos de gerenciamento, a espacialização da (in)segurança pública gerada por políticas segregacionistas e as mobilidades sociais impostas por um desejo de consumo capitalista que foram desvelados para analisar os mecanismos de segurança pública no contexto local.

De maneira geral, esta pesquisa reflete sobre diversos elementos que fazem parte de um quadro maior de segurança pública em espaços de dinâmica turística. Buscou-se elucidar de forma ilustrativa alguns dessas informações expostas na Figura 21.

Figura 21. Segurança pública em espaços de dinâmica turística

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Compreende que a relação entre segurança pública e turismo deve ser analisada para além da equação de que mais crimes geram menor fluxo na localidade a partir de um olhar efêmero do turista. Esta é apenas uma ponta do iceberg por onde as pesquisas continuam a retratarem. O crime letal, que inclui as estatísticas do homicídio como um proxy, é o que menor ocorre nas áreas de fluxo turístico e relacionado ao turista. Há outros elementos que foram descortinados nesta pesquisa e que estão fora de uma pirâmide hologramática que se retroalimenta. Esses elementos foram resultado de uma abordagem teórica e empírica a partir da construção dos relatos.

À luz da Figura 21, foi possível evidenciar que os eixos externos a “In”segurança e “Turismo” fomentam o aumento da insegurança pública; e no eixo interno, o que inclui o seu inverso, isto é, as medidas que garantem o sentimento de segurança pública em espaços de dinâmica turística.

Dentre os elementos que aumentam o sentimento de insegurança pública está um conjunto de ações que são em essência dicotômicas por reforçar um conjunto de ações que o intensificam. É o caso do contexto de desigualdade social e vulnerabilidade que ao invés de

garantir a sua resolutividade, implementa estratégias de segregação social urbana. Garante-se, com isto, algumas medidas de controle social punitivo que sequer são mensuradas por pesquisas estatísticas criminais onde há a maior incidência sobre a percepção da insegurança pública. Por isso, os dados de criminalidade patrimonial devem ser elucidativos para a compreensão da insegurança pública para espaços de dinâmica turística.

No campo do turismo, devem ser explorados os aspectos da mobilidade social que têm alterado a dinâmica local em nome de um suposto progresso, provocando o processo de turistificação a partir da mudança da comunidade local para o consumo turístico. A paisagem é conformada para seu uso e ocorre o adensamento populacional com a chegada de novos fluxos. Todavia, incide um apelo ambiental como discurso modernizante para a proteção de determinadas áreas, mas que contraditoriamente a desgasta com seu uso.

Dentre os elementos que garantem a segurança pública e seu diálogo com a dinâmica turística, destaca-se o estabelecimento de laços de sociabilidade como mecanismo de controle social. Esse controle não é punitivo, através da disponibilidade dos serviços públicos eficientes. Tais questões devem ser visualizadas pelo espectro da estabilidade residencial dos indivíduos. Com isso, o diálogo da segurança pública reflete um quadro de vulnerabilidade social, dimensão socioespacial e medidas de governança de coesão e controle social e foi discutido neste capítulo. A seguir, discorreremos sobre algumas descobertas e apresentamos as reflexões finais desta pesquisa.

6. Descobertas, avanços e reflexões: breves considerações

A discussão sobre o sentimento de insegurança buscando elucidar elementos para além da criminalidade, é uma temática recente. Reflete-se, inclusive, sobre uma denominação e desassociação do crime – como ainda é amplamente utilizada na academia sob o rótulo do “medo do crime”. No campo do turismo, a discussão sobre a (in)segurança pública continua a reforçar os mecanismos de controle social que fazem aumentar o sentimento de segurança e direciona esforços para a retroalimentação do sistema. Nesse sentido, este capítulo emerge com o duplo desafio de refletir sobre as estruturas da insegurança pública em nível macro por sua característica multidimensional ao mesmo tempo em que apresente estratégias de planejamento para espaços de dinâmica turística para além da lógica positivista estrutural.

Um atributo inicial que deve ser considerado é que não houve negativa de sentimento de insegurança em nenhum momento de coleta de dados da pesquisa, apenas a sua transição de sentimentos e percepções. Em relação a que essas pessoas se sentem inseguras? Em relação à

ausência de política pública e um ente público na garantia dos direitos sociais; às estruturas de mobilidade urbana que se alteram pela relação com o espaço ocupado, e; à criminalidade personificada que direciona esforços punitivos. Em todos os casos, adota-se medida de comportamento (atitude de risco) por meio dos dispositivos de segurança privada e/ou de rotina.

Verificou-se, nesse sentido, que não existe uma aleatoriedade do sentimento de insegurança. Para o primeiro grupo do relato, que se denominou como sociopolítico, há um conjunto de ausências no direcionamento público, o que possibilitou o gerenciamento local de diversas formas. É o caso da instituição da fé (igreja), do poder paralelo (tráfico de drogas), dos movimentos sociais e do setor privado pela especulação territorial. Cada grupo possui suas normas, práticas e relações sociais estabelecidas que por vezes são dicotômicas. Desse modo, não foi possível identificar a coesão de discursos compartilhados para a formação de laços densos ou fracos no território, apesar da frequência com que se falam e trocam favores. Há pequenos clãs com suas normativas, mas não se estruturam para uma mudança social mais ampla.

No campo do gerenciamento da segurança pública, o estabelecimento dos laços de sociabilidade densos e coesos possibilitaria o controle da vida privada e a polícia possibilitaria o controle da vida pública. Todavia, compreende-se que a ausência de garantias sociais de uma vida pública pode ser danosa pela perpetuação de diversas gestões que aumentam o quadro de insegurança por meio do abandono e, contraditoriamente, a formação de diferentes normativas.

Para o segundo grupo de relatos, a dimensão espacial urbana foi largamente difundida por meio do tempo de estabilidade e da rotina dos indivíduos, isto é, a forma de ver e relacionar com o ambiente. A degradação de um espaço desorganizado fisicamente e a forma como é ocupado pelas (in)civilidades geradas são identificados em grupos de menor permanência no bairro e de maior distanciamento dessas realidades. Por sua vez, quanto maior o tempo de estabilidade, essas características urbanas migram para as mobilidades sociais, como é o caso do advento do turismo, por meio de terrenos desocupados ou a sua total modificação urbana. Essas questões impõem um senso de insegurança pelo permanente quadro de alteração urbana e exclusão urbana que culmina na desordem ambiental.

A desordem não foi característica de uma perda populacional e abandono do espaço, conforme é retratado pela literatura em turismo (ver casos de centro histórico e áreas abandonadas), pelo contrário, a sua constante mobilidade paisagística e social. Faz parte de um contexto de percepção social e direcionamento do planejamento urbano de ordenamento e desordem de algumas áreas. O espaço defensivo, nesse caso, reforça a segurança urbana para

quem habita distante dessas áreas de desordem e/ou possui menor tempo de estabilidade residencial.

No terceiro grupo de relatos há mecanismos de perpetuação da violência que são direcionados para uma punição social de alguns grupos. A rotina dos indivíduos com a presença de ofensores, vítima e guardiões, é constantemente relatada e não exatamente a sua sociabilidade. Mantém-se uma proximidade com a Teoria da Rotina das Atividades Rotineiras (TAR) com pouca crítica, neste grupo de relato, sob as condições estruturais e sociais. A rua é sinônimo constante do sentimento de insegurança, embora as violações também ocorram no espaço privado. A disponibilidade de residência para as atividades predatórias revela um quadro de uma criminalidade não violenta, onde agressor e vitimado coexistem no mesmo espaço de extrema heterogeneidade social, observando a atitude dos indivíduos.

Desse modo, a percepção da insegurança pública em espaços de dinâmica turística não é aleatória e dialoga com o processo de espacialização do sentimento, com o processo histórico de desenvolvimento político e com as medidas punitivas criminais. O foco desta pesquisa incide sobre a segurança no nível subjetivo, buscando construir elementos que estruturam o sentimento e orientem a elaboração de políticas públicas. Diferentes percepções sobre o mesmo sentimento direcionam uma discussão sobre a presença estatal, o papel das mobilidades e o conjunto de políticas punitivas para os espaços de dinâmica turística, mas não restrito a ele. A criminalidade funciona como um risco inerente às dinâmicas de globalização e mobilidade social, onde o turismo ganha um papel fundamental como indústria globalizadora.

Este trabalho trata de incrementar uma discussão no âmbito do turismo e da criminalidade que pode ter implicações práticas no processo de gestão do destino. Para isto, considerou que a cidade possui espaços onde coexistem turistas e residentes com motivações, expectativas e interesses complexos. Esse conjunto de ações pode ser analisado em um caráter preventivo pelo conjunto de sentimentos narrados nesta pesquisa. A partir de uma visão histórica, longitudinal, diferentes perfis e localização espacial que possam contribuir com a formulação de políticas públicas que são menos punitivas, e mais preventivas da realidade investigada.

Não foi objeto de investigação deste capítulo, a relação e a inter-relação entre as diversas gestões locais, mas a sua identificação por meio dos relatos de um quadro de insegurança. Identificar essa conexão entre os seus entes pode ser interessante em pesquisa futura por meio da compreensão dos laços e sociabilidade entre diferentes grupos.

Referências

- Adorno, S. (2005). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, (8), 84–135. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222002000200005>
- Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2013). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Editora Vozes.
- Ateljevic, I., Pritchard, A., & Morgan, Ni. (2007). *The Critical Turn in Tourism Studies* (I. Ateljevic, A. Pritchard, & Ni. Morgan, eds.). UK.
- Baierl, L. F. (2008). Medo Social: dilemas cotidianos. *Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais*. ISSN 1982-4807, 0(3), 138–151.
- Baltar, P. (2020). A Teoria Crítica sob o olhar da decolonialidade. *Tensões Mundiais*, 16, 21–47.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Zahar.
- Beato, C., Peixoto, B., & Andrade, M. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).
- Beato, C., & Silveira, A. (2018). Some Conceptual Basis for Crime Prevention in Brazil and USA: Generic Public Policies and Control Crime Programs. In *International Journal of Criminology and Sociology* (Vol. 7).
- Bianchi, R. V. (2009). The “critical turn” in tourism studies: A radical critique. *Tourism Geographies*, 11(4), 484-504. <https://doi.org/10.1080/14616680903262653>
- Borges, A. (2021). *Turismo e percepção do medo: o impacto da violência urbana no uso dos espaços públicos de Natal/RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Botterill, D., & Jones, T. (2010). Tourism and crime: key themes. In *Goodfellow Publishers Limited*. <https://doi.org/10.1080/13032917.2011.631419>
- Botterill, D., Seixas, S. R. D. C., & Hoeffel, J. L. (2014). Tourism and Transgression: Resort Development, Crime and the Drug Economy. *Tourism Planning and Development*, 11(1), 27–41. <https://doi.org/10.1080/21568316.2013.815269>
- Caldeira, T. (1997). Enclaves Fortificados : a nova segregação urbana. *Novos Estudos Cebrap*, 155–176.
- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* (34th ed., Vol. 9). São Paulo: EDUSP.
- Catão, Y. (2021). Pesquisas de vitimização. *Atlas Da Violência*, 227–243.
- Cavalcante, S. (2019). *Especulação, sol e mar: os vazios urbanos de Ponta Negra*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Cerqueira, D. (2014). *Causas e consequências do crime no Brasil* (BNDES, Ed.). Rio de Janeiro.
- Chambers, D. (2007). Interrogating the ‘Critical’ in Critical Approaches to Tourism Research. In I. Ateljevic, A. Pritchard, & Ni. Morgan (Eds.), *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research methodologies*. UK: Elsevier.
- Chaves, C., Filho, B., Lopes, L. M., Cristina, V., Oliveira, D., & Carla, S. (2017). Reducción de

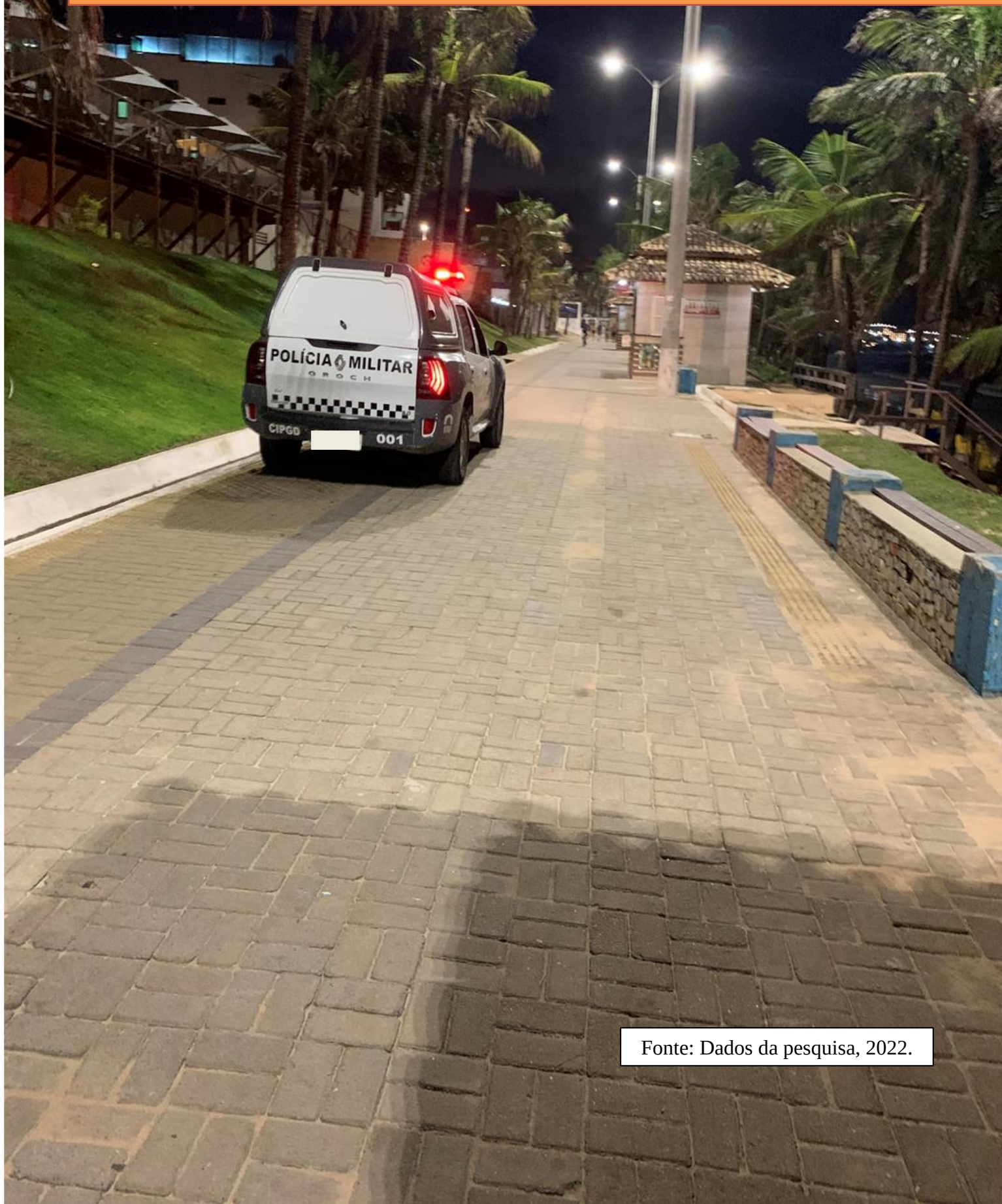
- homicídios em Minas Gerais : un análisis del programa « Fica Vivo ! ». *Revista CIDOB D'Àfers Internacionals*, 7, 129–157.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588. <https://doi.org/10.2307/2094589>
- Cohen, S., & Cohen, E. (2019). New directions in the sociology of tourism. *Current Issues in Tourism*, 22(2), 153–172. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1347151>
- Cordeiro, G. Í., Vicente, L., & Firmino, A. (2018). Etnografias urbanas. In *Etnografias urbanas*. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.351>
- Costa, J. H., Brandão, T., Hermes Junior, I. do E. S., & Farias, T. R. P. de. (2018). “Polícia do turista”: contradições e revelações. *International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality*, 18(Buenos Aires: Universidad de Palermo).
- Costa, J., Tomé, M., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). *Planejamento e gestão da segurança pública em turismo: reflexões teóricas & estudos de caso*. Mossoró: UERN.
- Coutinho, A. C., Nóbrega, W., & Fazito, M. (2021). Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, 23(3), 81–104. <https://doi.org/10.5801/ncn.v23i3.9523>
- Dammert, L., Salazar, F., Montt, C., & González, P. (2010). *Crimen e inseguridad: indicadores para las Américas*. Santiago, Chile: FLACSO/BID.
- De Biasi, A. (2017). Transforming vacant lots: Investigating an alternative approach to reducing fear of crime. *Journal of Environmental Psychology*, 50, 125–137. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.02.007>
- Debord, G. (1967). *La société du spectacle*. France: Buhet-Chastel.
- Delumeau, J. (2009). *Historia do medo no ocidente - 1300-1800: uma cidade sitiada* (p. 693). p. 693. Companhia de Bolso.
- Farrall, S., Gray, E., & Jackson, J. (2007). Theorising the Fear of Crime: The Cultural and Social Significance of Insecurities about Crime. *SSRN Electronic Journal*, (January). <https://doi.org/10.2139/ssrn.1012393>
- Foucault, M. (1975). Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. In *Gastronomía ecuatoriana y turismo local*. (Vol. 1). France: edicoes 70.
- Gohn, M. D. G. (2000). 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL : movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, 5(1), 11–40.
- González, M. (2008). Gestión de destinos, ¿governabilidad del turismo o gobernanza del turismo? VI *Coloquio Doctoral de Turismo y Ocio*.
- Harris, C., Wilson, E., & Ateljevic, I. (2007). Structural Entanglements and the Strategy of Audiencing as a Reflexive Technique Candice Harris, Erica Wilson and Irena Ateljevic. In I. Ateljevic, A. Pritchard, & Ni. Morgan (Eds.), *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research methodologies*. UK: Elsevier.
- Jackson, J., & Gouseti, I. (2013). Fear of Crime. *The Encyclopedia of Heoretical Criminology*, 1-6. <https://doi.org/10.1002/9781118517390/wbetc130>
- Jacobs, J. (1961). The death and life of America's cities. In *Vintage books*. New York: Vintage Books.
- Kessler, G. (2009). *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*.

<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>

- Kessler, G. (2010). Delito, sentimiento de inseguridad y políticas públicas. *VI Jornadas de Sociología de La UNLP*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología.
- Kessler, G. (2011). La extensión del sentimiento de inseguridad en América Latina: Relatos, acciones y políticas en el caso Argentino. *Revista de Sociologia e Politica*, 19(40), 83–100. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300007>
- Korstanje, M. (2017). *The Mobilities Paradox A Critical Analysis*. UK: Elgar.
- Kozinets, R. V. (2010). Netnography: Doing ethnographic research online. In *International Journal of Advertising* (Vol. 29). <https://doi.org/10.2501/S026504871020118X>
- Krippendorff, J. (2003). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Lefebvre, H. (1969). *Le Droit à la Ville*. Paris: Anthropos Economic.
- Mattos, M. (2018). Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: A relevância do contexto na explicação sociológica. *Sociedade e Estado*, 33(1), 295–301. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301012>
- Moore, S., & Shepherd, J. P. (2006). The cost of fear: Shadow pricing the intangible costs of crime. *Applied Economics*, 38(3), 293–300. <https://doi.org/10.1080/00036840500367781>
- Natal. *Diário Oficial do Município Diário Oficial do Município*. , (2022).
- Nunes, M., & Fonseca, M. (2017). Risk and Tourism Crisis in a Coastal Destination. *ATLAS - Tourism and Leisure Review*, 3(December), 19–31.
- Oh, G., Ren, L., & He, P. (2019). Social disorder and residence-based fear of crime: The differential mediating effects of police effectiveness. *Journal of Criminal Justice*, 63(May), 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2019.05.001>
- Ratton, J. L., Galvão, C., & Fernandez, M. (2014). *O PACTO PELA VIDA E A REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO*. Recife.
- Sampson, R. J. (2012). *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. <https://doi.org/10.1111/socf.12096>
- Sampson, R. J. (2013). The Place Of Context: A Theory And Strategy For Criminology's Hard Problems. *Criminology*, 51(1), 1–31. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12002>
- Sampson, R. J., Morenoff, J. D., & Gannon-Rowley, T. (2002). ASSESSING “NEIGHBORHOOD EFFECTS”: Social Processes and New Directions in Research. *Annu. Rev. Sociol*, 28, 443–478. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.28.110601.141114>
- Santos, B. de S. (2017). Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75–116.
- Silva, B., & Beato Filho, C. (2014). Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(SUPPL). <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>
- Silva, L. A. M. da. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1), 53–84. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922004000100004>

- Sposito, M. E., & Góes, E. M. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Unesp.
- Tribe, J. (2007). Critical Tourism: Rules and Resistance. In I. Ateljevic, A. Pritchard, & Ni. Morgan (Eds.), *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research methodologies*. UK: Elsevier.
- Tribe, J. (2010). Tribes, Territories and Networks in the Tourism Academy. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 7-33. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.05.001>
- Trindade, A., & Durante, M. (2019). Medo do crime e vitimização no Distrito Federal Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 12(2), 239-265.
- Urry, J. (2002). The tourist gaze. In *Sage* (Second Edi). California: SAGE.
- Wolff, K., Larsen, S., & Øgaard, T. (2019). How to define and measure risk perceptions. *Annals of Tourism Research*, 79, 102759. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102759>
- Zaluar, A. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo Em Perspectiva*, 13(3), 3–17. <https://doi.org/10.1590/s0102-88391999000300002>
- Zaluar, A. (2014). Sociability in crime. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 11(2), 12–46.
- Zaluar, A., & Ribeiro, A. P. A. (2009). Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos CEBRAP*, 1(84), 175–196. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200010>

AFINAL DE CONTAS, QUAL A RELAÇÃO ENTRE A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E A DINÂMICA DO TURISMO? CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A foto de capa deste capítulo final da tese é semelhante à foto do capítulo de abertura, registrada em diversos momentos de pesquisa empírica. Reflete o cenário de urbanização turística com calçamento, iluminação, bancos, pista de ciclismo (à esquerda da via), equipamentos como de alimentos e bebidas (quiosque à direita) e de hospedagem (à esquerda) e uma via arborizada. Ainda assim, situa a presença de um policiamento veicular em um calçadão que deveria ser exclusivo para pedestre, em nome de um suposto controle da vida urbana e a livre circulação do turista e transeunte.

É esse o tipo de cenário retratado nas pesquisas em turismo quando se associa a segurança pública com o fluxo turístico: controle social por meio de estratégia policial e políticas de embelezamento urbano. E foi exatamente este o ponto de partida desta pesquisa: *Analisar como as políticas de desenvolvimento urbano têm impactado na dinâmica socioespacial do turismo e na percepção da insegurança pública*. Neste momento, surge como opção a foto apresentada de forma nítida para desvelar os questionamentos desta tese, sendo eles: O que dizem (e o que não dizem explícita e diretamente) os dados estatísticos sobre o que ocorre com os crimes em espaços de dinâmica turística? As políticas urbanas que visam a dinâmica socioespacial do turismo fazem aumentar ou diminuir a insegurança do crime nessas localidades? O que faz as pessoas se sentirem inseguras? Como avaliar a insegurança e sua relação com a dinâmica socioespacial do turismo?

Há um marco empírico muito definido: a crise do sistema penitenciário que inicia em 2016 na região metropolitana de Natal e o aumento da sensação de insegurança ao transitar nas ruas da cidade. Em vista disso, aumenta-se o interesse de pesquisadores de diversas áreas para entender o fenômeno. Todavia, há peculiaridades no Nordeste brasileiro que foram aqui analisadas.

Na perspectiva criminal, não houve uma aceitação do comando do tráfico de drogas que dominava o eixo sul e sudeste brasileiro conhecido como Primeiro Comando da Capital (PCC) no gerenciamento do tráfico de drogas do Nordeste brasileiro. O que culminou na formação de um comando local denominado Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte. Na área investigada da pesquisa, é o Sindicato que gerencia o tráfico de drogas local, com alguma incidência do Comando Vermelho. Há, com isto, uma dinâmica territorial de atuação desses grupos no gerenciamento local, mas não restrito a eles, conforme foi evidenciado na pesquisa. Assim, a conhecida tranquilidade do Nordeste brasileiro é alterada com o advento de grupos organizados criminais de força e formação local em resposta a uma ausência estatal.

Na perspectiva social, há o adensamento populacional decorrente de investimentos públicos para fluxo turístico e imobiliário que provoca alteração na paisagem urbana. Estas

questões provocam o aumento da população local e alguns espaços adquirem novas funcionalidades para acomodar povos transitórios. A dinâmica do turismo local, nesse sentido, é impulsionada por políticas públicas que permitem a instalação de equipamentos e serviços, mesclando seu *modus operandi* tradicional com o advento de novos fluxos.

No campo teórico, identificou-se que as pesquisas, além de se situarem na lógica positivista estrutural, por meio de equações, de que a criminalidade reduziria o fluxo turístico, não contribuíam para o entendimento da segurança pública nos destinos turísticos. O que favorece o reforço do sistema punitivo existente, sem o posicionamento do saber crítico e autocrítico que elucidem empiricamente (prática) por meio de um campo teórico (teoria) uma explicação da realidade.

Desse modo, foi um desafio inicial a definição de um olhar metodológico sobre dois fenômenos que são complexos e interatuantes: a (in)segurança pública e a dinâmica socioespacial do turismo. O método da complexidade emergiu por ocasião de leituras e releituras, mas sobretudo devido ao fenômeno investigado. Olhar sua estrutura por meio de equações não forneceria novos elementos além dos já situados na literatura. Pontuar suas contradições a partir dos polos opostos, não acata a discussão de suas dialogias que permite a sua permanência. Havia uma resistência do sujeito pesquisador em relação a essas novas searas, justamente por seu percurso científico e metodológico. Assim, o saber-fazer turístico desta tese propõe um rompimento com as abordagens metodológicas usuais em turismo, através de um olhar mais amplo da realidade e não necessariamente da completude.

É papel da comunicação científica não reificar as questões já realizadas e limitar a incompreensão ainda maior da insegurança pública e do *modus operandi* do turismo. Torna-se um desafio da educação, a compreensão humana por meio dos seus diálogos entre as normas, regras, teorias, buscando transcendê-las através de seus campos científicos fechados.

Em relação aos procedimentos metodológicos, é natural da ciência a conexão e a convergência com diversas técnicas de coleta e análise dos dados. Nesta pesquisa, nos debruçamos sobre fontes estatísticas criminais, urbanas e turísticas; realizamos análise documental, legislativa e de política pública; e coletamos relatos empíricos a partir de uma imersão no cotidiano e nas narrativas constituídas sob a insegurança pública. Fugiu-se da zona de um egocentrismo turístico sob a forma de equações, fluxos ou descrição qualitativa para análise do fenômeno.

Seguindo um caminho de ordem, desordem e organização, no primeiro capítulo discutiu-se como a formulação de dados estatísticos ajuda a elucidar a relação entre segurança pública e turismo. A dificuldade primeira foi entender as terminologias criminais, a formulação

dos dados estatísticos e dominar uso de softwares de georreferenciamento para exposição visual dos resultados.

Evidenciou-se que a formulação dos dados criminais, assim como os dados de fluxo turístico, necessita da convergência de diversas fontes de dados que permita a acurácia dos resultados. O que ainda está sendo paulatinamente realizado e abre portas para as inferências realizadas. Desse modo, os dados estatísticos criminais ainda concebem o homicídio como crime padrão (proxy) para definir toda a criminalidade local, justamente por ser o único dado que permite a comparação entre distintas realidades, regulamentado pelo Protocolo de Bogotá (2015). Apesar disso, no campo do turismo, o homicídio não é o crime constante que acomete o turista (vítima) dentro de sua área de transição (espaço turístico). O crime que acomete o turista com maior frequência é contra o seu patrimônio, mas não há como estabelecer comparação entre distintas unidades de análise territoriais por sua indisponibilidade. Neste caso, trabalhou-se com os dados contextualizados do município de Natal. O que implica afirmar que a relação entre criminalidade e turismo carece de um direcionamento para as análises dos crimes patrimoniais para inferência sobre segurança em destinos turísticos.

No campo dos dados estatísticos em turismo, há uma carência de fontes de dados regulares/periódicas que permitam uma proximidade de um fluxo turístico real. Isso significa que, apesar de o turismo promulgar uma defesa econômica e social, não há interesse de sua sistematização por meio da conexão de fontes de dados regulares, com grau de cobertura, específica e disponível, conforme é requerido em fontes estatísticas (Trindade & Lima, 2018). Os dados estatísticos criminais e de fluxo turismo se conectam pela ausência de fontes com alto grau de cobertura, comparável, relevante, confiável, periódica e desagregada.

Ainda assim, realizou-se o exercício de reflexão sobre o que os dados estatísticos podem ajudar a compreender e contextualizar a realidade investigada. A partir de diferentes tipos de análise, foi possível identificar que os dados estatísticos criminais devem ser visualizados de acordo com sua tipologia criminal. De modo que os crimes letais possuem pouca inferência sobre a dinâmica turística e endossam a ideologia da pobreza associada ao crime (facultativamente negada); e os crimes patrimoniais incidem com maior frequência nos espaços de fluxo turístico, atingindo áreas de perfil socioeconômico heterogêneo (agregados e excluídos coexistindo).

Os atrativos culturais, por sua vez, se apresentam como de maior densidade na incidência criminal – tanto no âmbito letal quanto patrimonial. É importante considerar que o destino turístico investigado está situado em uma região costeira brasileira e consequentemente possui diversidade de atrativos naturais e, por isso, direciona políticas ao segmento denominado

de sol e mar. Tais questões sugerem que a criminalidade em áreas de fluxo turístico possui conexão com o abandono do uso do equipamento e não exatamente na atitude comportamental do criminoso. Por sua vez, evidenciou-se que a distribuição dos equipamentos públicos não atua como mecanismo de combate à criminalidade, endossando os mecanismos existentes.

A insegurança pública atua na criação de mecanismos de defesa com espaços verticais no estilo *gated communities* que se distribui até para áreas que foram criadas para sua proteção contra a especulação imobiliária. Assim, espaços que são planejados para melhorias sociais se tornam palco de um processo contraditório. Afastam os mais vulneráveis em prol da massificação do turismo e perpetuam a insegurança em nome da suposta segurança social, legitimada por uma legislação urbana. Compreende-se, nesse sentido, que as mudanças socioespaciais revestidas pela dinâmica física e simbólica são as raízes da insegurança pública e sua interface com o turismo. Inclui-se, ainda, o reflexo da permanência de um estado neoliberal que incentiva a privatização dos espaços públicos e o abandono da coisa pública.

Tais questões permitiram analisar o processo de desenvolvimento urbano que foi o ponto de discussão do segundo capítulo. O foco é teórico, mas também empírico, a partir de uma análise documental, legislativa, política e histórica das raízes do processo de desenvolvimento urbano. Compreende-se que o turismo, enquanto campo de conhecimento, causa impacto na dinâmica socioespacial das realidades. Nesse sentido, o turismo também é analisado em suas transformações urbanas, paisagísticas e sociais.

No campo teórico, fez-se um mergulho nas teorias da arquitetura e urbanismo, com uso de terminologias específicas, para compreender o processo de planejamento urbano. Com o auxílio da metodologia do Pro-Know-C e do teste de aderência de palavras, identificou-se que o processo de desenvolvimento urbano incentiva a gentrificação do espaço e se torna o mecanismo enraizado na percepção da insegurança pública.

A gentrificação, oriunda de um termo em inglês *gentry*, significa a arte de enobrecer uma área a partir de novos usos e significados, como consequência do afluxo do capital (Smith, 1996). Contemporaneamente, a gentrificação tem se apresentado como um desafio conceitual e empírico por conceber o enriquecimento de uma área não necessariamente por uma nobreza, mas por diversos mecanismos; onde deve-se analisar as relações em nível local. Não mais se apresenta como uma anomalia ou restrita a um espaço, mas é um fenômeno global e interatuante onde deve-se observar o seu processo (Hudalah et al., 2016; Picanço, 2020).

Se a gentrificação é o mecanismo enraizado, via processo de desenvolvimento urbano, que incentiva a insegurança pública; significa afirmar que as cidades pós-modernas são

constituídas em nome de uma insegurança urbana. Entender as características desse processo como um paradigma na territorialidade socioespacial, foi o desafio da discussão.

No caminho teórico, identificou-se que a insegurança urbana se conecta a partir de um processo que migra da gentrificação para a turistificação. A turistificação ou gentrificação turística (Gotham, 2005), tem como essência as práticas de direcionamento da estruturação das cidades para o consumo turístico que ocorre via ordenamento territorial e da paisagem urbana (Figueiredo, 2008).

No caminho empírico, com o uso de fontes documentais, legislativas e sociodemográficas, realizou-se a análise considerando os argumentos constituídos em sua trajetória histórica, o processo decisório e as contradições inerentes. Mescla-se, assim, conteúdo e discurso. Evidenciou-se, portanto, que a cidade é o espaço onde diversos atores e agentes se relacionam e a reproduzem por meio de seus poderes. O poder estatal no direcionamento do ordenamento urbano migra de Estado forte, direcionando ações e políticas públicas (sobretudo de embelezamento e ordenamento ambiental), para a sua omissão que permite a atuação do poder mercadológico imobiliário e culmina em uma associação com os agentes do setor mercadológico. Por sua vez, o poder do turismo, atua como discurso de melhorias sociais através de uma regulamentação de preservação ambiental e econômica, via turistificação do espaço. Não é uma constante, mas atua de forma secundária e surge de forma estratégica.

A gentrificação, nesse sentido, não se consolida com a decadência da área, tampouco com o advento de uma nobreza pelo fluxo do capital. Incide pela valorização do solo com características verticais, com um perfil de classe média que se mescla com as vulnerabilidades locais, previamente existentes. A turistificação também não é residencial, mas social, através de um novo estilo de consumo para acomodar povos transitórios, como é o caso dos turistas. O apelo ambiental e paisagístico é o discurso empregado para as alterações que são concebidas.

O consumo da cidade por meio da relação dos seus diversos agentes se caracteriza por uma dimensão física (documentos, regulamentações, políticas públicas) e simbólica (discursos e ações reproduzidos). Configura, assim, as raízes da relação entre turismo e (in)segurança pública por meio de um processo de gentrificação que migra para a turistificação, no caso analisado. Desse modo, o simbolismo de uma cidade supostamente segura, é alimentado por suas estruturas urbanas, legislações e os discursos reproduzidos em torno dos seus símbolos. Há um mito da reestruturação urbana onde o turismo é estrategicamente utilizado para o fomento da segurança pública. Reconhece-se, nesse sentido, que turismo e insegurança pública se retroalimentam a partir do processo de desenvolvimento urbano.

Relatar como as pessoas se sentem nos espaços que possuem dinâmica turística foi o objetivo do terceiro capítulo. E mais do que isso, em relação ao que se sentem inseguros, considerando o seu processo de retroalimentação. Os diferentes relatos sociais têm sido objeto da literatura criminal para entender a dinâmica dos espaços urbanos (Caldeira, 2003; Feltran & Fromm, 2020).

A partir de um olhar sobre as teorias ecológicas enfocando sua relação com a sociologia criminal e as mobilidades teóricas e críticas do turismo, fez-se uma discussão sobre um quadro teórico e empírico sugestivo por onde as pesquisas que retratam essa relação deve seguir. Este o resultado da tríade entre a Teoria das Atividades Rotineiras, observando os avanços teóricos e empíricos realizados pela abordagem sociológica de Gabriel Kessler; da Teoria da eficácia coletiva e o contexto de sociabilidade; e as abordagens críticas do turismo, refletindo sobre as mobilidades sociais e científicas. Com isso, estabeleceram-se três principais dimensões com suas categorias, a partir de um olhar hologramático da realidade, sendo elas: contexto de vulnerabilidade, dimensão socioespacial e dimensão de coesão e controle social.

Ainda no campo teórico, elucidaram-se diferenciações conceituais não restritas ao capítulo, mas da tese que ajuda a entender a relação com o turismo e evitar denominações diversas do se se concebe como risco, medo do crime, insegurança e criminalidade, são elas:

- Risco: mudança comportamental a depender das desvantagens percebidas. Este é o caso de mudar horário de saída e retorno, contratar dispositivos de segurança, etc.
- Medo do crime: ansiedade social ocasionada pelo aumento da criminalidade. Todavia, há uma área de pesquisa que desassocia o medo da criminalidade, ocasionando confusão conceitual.
- Insegurança: noção sociológica que compreende a dimensão do real (espaço) e subjetiva (relações e ações sociais). A insegurança inclui a dimensão criminal, mas não restrita a essa concepção, no que inclui os processos constitutivos sociais.
- Crime: ato delituoso associado à justiça criminal com efeitos de reprovação social e inclui legislação.

Identificou-se, nesse sentido, que o sentimento de insegurança pública não ocorre de forma aleatória a partir do espaço ocupado e do sentimento que é socialmente construído. Incide sobre o sentimento sociopolítico pela ausência no gerenciamento das decisões locais, onde inclui os serviços públicos; sentimento urbanístico a partir de uma dimensão física do espaço ocupado, mas também abstrata pelas normativas estabelecidas e pelo sentimento criminal onde

emergem as medidas de punição direcionadas a um espaço público (a rua) em contraposição ao espaço privado (casa).

O sentimento de insegurança pública é resultado de um processo histórico de desenvolvimento sociopolítico, de medidas punitivas criminais e de uma espacialização do sentimento que alterna em relação a sua proximidade e distanciamento e do tempo de estabilidade residencial. Diferentes percepções sobre o mesmo sentimento.

A tríade de reflexões conceituais, metodológicas e empírica coloca em evidência a relação do turismo com a criminalidade a partir de sua incidência estatística (capítulo 1); dos mecanismos de produção do espaço via documentos legislativos e de política pública (capítulo 2) e dos relatos sociais da insegurança pública (capítulo 3).

Assim, um dos pontos relacionados à pesquisa é que a insegurança pública é multicausal, inclusive não é aleatória no tempo e espaço ocupado. Foram identificados três principais fatores que se relacionam com a insegurança pública: sociopolítico, urbano e criminal.

Também identificou-se que nos espaços de alta vulnerabilidade social há um processo de turistificação com a chegada de um novo fluxo de pessoas. Dessa forma, agregados e excluídos convivem no mesmo espaço/tempo, fruto do processo de desenvolvimento urbano e adensamento populacional. Ainda assim, há áreas que foram projetadas para um perfil sociodemográfico, onde, quanto maior o distanciamento das vulnerabilidades sociais, maior foi narrado o sentimento de insegurança. Desse modo, as políticas urbanas provocam conflitos e desigualdades socioespaciais e uma onda de insegurança ao frequentar espaços de alta polarização social, mas não somente isto. Elementos como distanciamento/proximidade; mobilidade e fixidez devem ser analisadas para as políticas públicas que retratem a insegurança pública.

A conjuntura e diversos mecanismos de gerenciamento local não provocam uma coesão social. As relações por meio de diversas gestões locais garantem a diminuição da insegurança pública para os grupos participantes. Os espaços são conformados, alterados esteticamente para atender ao olhar ansioso do turista, mas as relações e inter-relações sociais desses espaços são superiores à sua estética.

Diante desse contexto, compreende-se que as políticas de desenvolvimento urbano conduzem uma beleza estética para determinadas áreas, especialmente onde há uma dinâmica socioespacial do turismo; e outras áreas são segregadas e, portanto, palco do sentimento de insegurança pelo cenário de desordem, incivilidade e ausência de serviços públicos. É uma relação causal que não ocorre de forma aleatória na construção do seu sentimento, tampouco

em sua espacialização. Interfere também nas relações estabelecidas, verificadas pelo tempo de estabilidade e mecanismos de proximidade e distanciamento.

A insegurança pública, nesse sentido, transita de um sentimento emocional para o racional, a partir do processo de gerenciamento das relações locais, relações vicinais, processo de vitimização e o próprio contexto de sociodemográfico em que está inserido. É individualmente sentido, mas socialmente compartilhado a partir das relações e o contexto urbano que se insere. O turismo retroalimenta o sentimento a partir das mobilidades sociais e o advento de novas economias e fluxo de pessoas, utilizando de um apelo ambiental e paisagístico para conformar povos transitórios e segregar a população local.

Compreende-se que a relação do turismo com a insegurança perpassa um contexto do processo de desenvolvimento urbano que se configura pelo adensamento populacional e alteração na paisagem. A insegurança, enquanto sentimento, é relacionada à criminalidade com a probabilidade de se tornar vítima, mas não restrita ao âmbito criminal. É associada ao mecanismo de gestão pública pela ausência de garantias sociais e serviços públicos, bem como a estrutura do tecido urbano.

Com maior ou menor intensidade, a insegurança emerge e não ocorre de forma aleatória. Possui espaço – territórios mais vulneráveis são espaços de maior medo para quem reside distante; e espaços abandonados são frutos do sentimento de medo de quem reside próximo, associando aos mecanismos de especulação imobiliária e possibilidade de expulsão dos moradores locais e comerciantes e o aumento de incidência criminal.

O contexto urbano, dessa forma, impõe amplo sentimento de insegurança pelas questões subjetivas do espaço ocupado por meio de suas vulnerabilidades e de sua especulação e relação social. O processo de urbanização desencadeado pelo turismo que privilegia o consumo, acaba por endossar essas inseguranças, afastando do espaço de “consumo turístico” as vulnerabilidades sociais, mas também pela própria expulsão de moradores locais (via especulação).

Por fim, o processo de ordem, desordem e ordenamento desta pesquisa, permitiu a reinvenção e o aprofundamento em temáticas e abordagens que são caras à área do turismo. Também possibilitou a desordem de teorias e metodologias consolidadas e o ordenamento em busca não de uma estaticidade, mas de uma sugestão, visando seu aperfeiçoamento para pesquisas futuras.

Referências

- Caldeira, T. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* (34th ed., Vol. 9). São Paulo: EDUSP.
- Feltran, G., & Fromm, D. (2020). Ladrões e caçadores: sobre um carro roubado em São Paulo. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, (50), 138–160. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i50.a43304>
- Figueiredo, S. L. (2008). Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In S. L. Figueiredo (Ed.), *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional* (p. 79-92). Belém: NAEA.
- Gotham, K. F. (2005). Tourism Gentrification: The case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter). *Urban Studies*, 42(7), 1099–1121. <https://doi.org/10.1080=00420980500120881>
- Hudalah, D., Winarso, H., & Woltjer, J. (2016). Gentrifying the peri-urban: Land use conflicts and institutional dynamics at the frontier of an Indonesian metropolis. *Urban Studies*, 53(3), 593-608. <https://doi.org/10.1177/0042098014557208>
- Picanço, V. (2020). *Processo de gentrificação em Belém-PA: em busca dos significados locais para o bairro do reduto, em período recente*. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Protocolo de Bogotá. (2015). *Protocolo de Bogotá: sobre calidad de los datos de homicidio en América Latina y el Caribe* (p. 1-18). pp. 1–18. Bogotá.
- Smith, N. (1996). *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. <https://doi.org/10.1177/030913259702100327>
- Trindade, A. C., & Lima, R. (2018). Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, 84, 81-106. <https://doi.org/10.17666/bib8403/2018>

Apêndices

Apêndice A – Componente turístico e densidade de CVP (Natal/RN, 2020)

id	Zona	Tipo	Nome	CVP
130	Leste	Cultural	Beco da Lama	50
59	SUL	Hospedagem	Lainas Place	50
44	SUL	Hospedagem	Hotel Areia de Ouro	45
113	SUL	Hospedagem	Praiamar Hotel	45
11	SUL	Hospedagem	Araça Praia Flat	44
45	SUL	Hospedagem	Hotel Bela Vista	44
91	SUL	Hospedagem	Pousada La Luna	43
171	Leste	Gastronômico	Severina Gastrobar	42
142	Sul	Artesanato	Villarte	40
128	Leste	Cultural	Igreja Matriz	39
112	SUL	Hospedagem	Praiamar Espress	39
129	Leste	Cultural	Museu Café Filho	38
28	SUL	Hospedagem	Coral Plaza	37
65	SUL	Hospedagem	Mercure	37
4	SUL	Hospedagem	Agora Hostel	36
27	SUL	Hospedagem	Coco Verde	36
62	SUL	Hospedagem	Manary	36
21	SUL	Hospedagem	Casa Turquesa	35
95	SUL	Hospedagem	Pousada Mar e Brisa	35
31	SUL	Hospedagem	Divi Divi	34
17	SUL	Hospedagem	Bello Mare Hotel	33
29	SUL	Hospedagem	Das Flores Inn Pousada	33
82	SUL	Hospedagem	Pousada Brasil	33
84	SUL	Hospedagem	Pousada Canto do Sossego	33
120	SUL	Hospedagem	Tirol Praia Hotel	33
12	SUL	Hospedagem	Atol das Rocas	32
16	SUL	Hospedagem	Bello Mare Conforto	32
34	SUL	Hospedagem	Esmeralda Praia Hotel	32
50	SUL	Hospedagem	Hotel Olimpo	32
52	SUL	Hospedagem	Hotel Trento	32
101	SUL	Hospedagem	Pousada Recantodas Flores	32
117	SUL	Hospedagem	Safari Hotel	32
14	SUL	Hospedagem	Barroso Rocha	31
43	SUL	Hospedagem	Hotel Alimar	31
143	Sul	Artesanato	Mercado de Ponta Negra	31
122	SUL	Hospedagem	Vip Praia Hotel	29

70	SUL	Hospedagem	O Tempo e o Vento	28
107	SUL	Hospedagem	Pousada Ventos do Mar	28
49	SUL	Hospedagem	Hotel Natal Praia	27
56	SUL	Hospedagem	Jardim Oceano	27
69	SUL	Hospedagem	Nobile Suítes	27
81	SUL	Hospedagem	Pousada Beijos e Abracos	27
92	SUL	Hospedagem	Pousada Laranja	27
170	Leste	Cultural	Mercado de Petrópolis	26
100	SUL	Hospedagem	Pousada Quebra Mar	26
25	SUL	Hospedagem	Che Lagarto – Hostel	25
39	SUL	Hospedagem	Golden Tulip	25
145	Sul	Infraestrutura	Praça dos Gringos	25
51	SUL	Hospedagem	Hotel Parque das Dunas	24
78	SUL	Hospedagem	Pousada Amazonacre	24
98	SUL	Hospedagem	Pousada Nossa Senhora Aparecida	24
108	SUL	Hospedagem	Pousada Veraneio	24
181	SUL	Hospedagem	Pousada Vila Bonita	23
18	SUL	Hospedagem	Blue Marlin Apartamento	23
109	SUL	Hospedagem	Pousada Vila Bonita	23
61	SUL	Hospedagem	Majestic	22
63	SUL	Hospedagem	Marambaia Apart Hotel	22
172	Leste	Infraestrutura	Midway Shopping	22
10	SUL	Hospedagem	Aram	21
90	SUL	Hospedagem	Pousada Italia	21
66	SUL	Hospedagem	Mirador Praia Hotel	21
9	SUL	Hospedagem	Aquaria Natal Hotel	20
13	SUL	Hospedagem	Bamboo Flat	20
26	SUL	Hospedagem	Clarity Pousada	20
55	SUL	Hospedagem	Jambuvipa Hostel	20
68	SUL	Hospedagem	New Stone	20
33	SUL	Hospedagem	Economy Flat	20
40	SUL	Hospedagem	Happy Hoteis	20
42	SUL	Hospedagem	Hotel Aconchego	20
57	SUL	Hospedagem	Kings Flat	20

119	SUL	Hospedagem	Terrazo Ponta Negra	20
131	Leste	Cultural	Casa De Câmara Cascudo	20
138	Sul	Gastronômico	Mangai Restaurante	20
141	Sul	Artesanato	Feirinha de Ponta Negra	20
83	SUL	Hospedagem	Pousada Brisa do Morro	19
94	SUL	Hospedagem	Pousada Manga Rosa	19
132	Leste	Cultural	Teatro Alberto Maranhão	19
67	SUL	Hospedagem	Natal Dunas Hotel	19
74	SUL	Hospedagem	Pizzato Praia Hotel	19
93	SUL	Hospedagem	Pousada Lisboa	19
96	SUL	Hospedagem	Pousada Maria Bonita	19
53	SUL	Hospedagem	Hotel Tubarao	18
19	SUL	Hospedagem	Brisa Potiguar	18
110	SUL	Hospedagem	Praia Apart Hotel	18
7	SUL	Hospedagem	Apart Hotel Serantes	18
20	SUL	Hospedagem	Casa Grande	18
30	SUL	Hospedagem	Dbeach Hotel	18
87	SUL	Hospedagem	Pousada E Restaurante Aconchego	18
104	SUL	Hospedagem	Pousada Solar Ponta Negra	18
127	Leste	Cultural	Centro de Turismo (Antigo Presídio)	18
85	SUL	Hospedagem	Pousada Castanheira	17
36	SUL	Hospedagem	Flat Pousada da Praia	17
72	SUL	Hospedagem	Paradise Hotéis	17
73	SUL	Hospedagem	Perola Hotéis	17
97	SUL	Hospedagem	Pousada Morada do Sol	17
111	SUL	Hospedagem	Praia Azul	17
37	SUL	Hospedagem	Frente Mar	16
22	SUL	Hospedagem	Castelo Beach Hotel	16
41	SUL	Hospedagem	His Hostel	16
103	SUL	Hospedagem	Pousada Sol	16
139	Sul	Gastronômico	Restaurante Camarões	16
15	SUL	Hospedagem	Bela Silvia	15
99	SUL	Hospedagem	Pousada Paraíso	15

35	SUL	Hospedagem	Estilo Pousada Boutique	15
80	SUL	Hospedagem	Pousada Beija Flor	15
118	SUL	Hospedagem	Suít à Beira Mar	15
123	SUL	Hospedagem	Visual Praia Hotel	15
102	SUL	Hospedagem	Pousada Sarue	14
144	Sul	Natural	Praia de Ponta Negra	14
47	SUL	Hospedagem	Hotel Costa do Atlântico	14
77	SUL	Hospedagem	Pousada Além do Horizonte	14
156	Sul	Infraestrutura	Supermercado Extra	14
54	SUL	Hospedagem	Ingá	13
114	SUL	Hospedagem	Recanto do Morro	13
159	Sul	Hospedagem	Hotel Ibis	13
23	SUL	Hospedagem	Chale Suisse	13
151	Sul	Infraestrutura	Supermercado	13
158	Sul	Infraestrutura	Calçadão Caminhada	13
88	SUL	Hospedagem	Pousada Estação do Sol	12
86	SUL	Hospedagem	Pousada Charme Chalé	12
154	Sul	Infraestrutura	Supermercado Favorito	12
5	SUL	Hospedagem	Aloha Beach	11
121	SUL	Hospedagem	Vila Ativone	11
165	Leste	Natural	Praia do Meio	11
75	SUL	Hospedagem	Pontalmar Praia Hotel	11
155	Sul	Gastronômico	Pizzaria Reis Magos	11
163	Leste	Artesanato	Shopping Artesanato	11
79	SUL	Hospedagem	Pousada Azzura	10
124	SUL	Hospedagem	Vogal Luxury	10
175	Leste	Gastronômico	Café Salão Nalva	10
115	SUL	Hospedagem	Republika	10
116	SUL	Hospedagem	Rifoles	10
8	SUL	Hospedagem	Aquamarina Praia Hotel	9
58	SUL	Hospedagem	Kristie Beach Hotel	9
105	SUL	Hospedagem	Pousada Terra do Sol	9
152	Sul	Infraestrutura	Cidade Jardim	9
153	Sul	Gastronômico	Polo Gastronômico	9

174	Leste	Cultural	IPHAN	9
140	Sul	Gastronômico	Polo Gastronômico	9
150	Sul	Gastronômico	Polo Gastronômico	9
38	SUL	Hospedagem	Get Up Hostel	8
64	SUL	Hospedagem	Marlymar	8
46	SUL	Hospedagem	Hotel Belo Horizonte	8
76	SUL	Hospedagem	Poseidon	8
166	Leste	Gastronômico	Casa do Matuto	8
167	Leste	Hospedagem	Hotel Porto Suítes	8
168	Leste	Natural	Praia do Meio	7
3	SUL	Hospedagem	Agora Hostel	7
173	Leste	Cultural	Museu Câmara Cascudo	7
24	SUL	Hospedagem	Chale Toca do Tato	6
148	Sul	Infraestrutura	Praia Shopping	6
149	Sul	Artesanato	Shopping do Artesanato	6
157	Sul	Gastronômico	Polo Gastronômico - Shopping Seaway	6
164	Leste	Gastronômico	Ponta do Morcego	6
177	Leste	Cultural	Centro Cultural Casa da Ribeira	5
32	SUL	Hospedagem	Duca Empreendimentos	5
60	SUL	Hospedagem	Lua Raio de Sol	5
106	SUL	Hospedagem	Pousada Tropical	5
176	Leste	Gastronômico	Ateliê Bar e Restaurante	4
71	SUL	Hospedagem	Oxente Travel	4
89	SUL	Hospedagem	Pousada Flor Dalia	4
146	Via Costeira	Infraestrutura	Centro de Convenções	4
169	Leste	Natural	Praia dos Artistas	4
2	SUL	Hospedagem	Ad Hospedagem	3
6	SUL	Hospedagem	Apart Hotel Aguai	3
48	SUL	Hospedagem	Hotel Dunas Park	3
126	Norte	Gastronômico	Mercado daRedinha	3
133	Leste	Infraestrutura	Terminal Marítimo de Passageiros	3
134	Leste	Natural	Praia dos Artistas	3
136	Sul	Infraestrutura	Arena das Dunas	3
179	Norte	Natural	Praia da Redinha	3

183	Via Costeira	Hospedagem	Wish Hotel	3
180	Leste	Hospedagem	Hotel Escola Barreira Roxa	2
147	Via Costeira	Natural	Via Costeira	2
161	Leste	Hospedagem	Hotel Senac	2
162	Leste	Infraestrutura	Farol de Mãe Luiza	2
178	Norte	Cultural	Igreja Nossa Senhora dos Pretos	2
160	Leste	Gastronômico	Tábua de Carne	1
182	Via Costeira	Hospedagem	Ocean Palace Resort	1
184	Via Costeira	Hospedagem	Imirá Plaza Hotel	1
125	Leste	Cultural	Fortaleza dos Reis Magos	0
135	Via Costeira	Infraestrutura	Farol de Mãe Luiza	0
137	Leste	Natural	Parque das Dunas	0
185	Via Costeira	Hospedagem	Hotel Parque da Costeira	0
186	Via Costeira	Hospedagem	Pirâmide Hotel	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Apêndice B – Roteiro de entrevista e observação da rotina dos indivíduos

1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- Fale um pouco sobre você: história, formação/escolaridade, e como chegou aqui no bairro.
- Participa de alguma associação/movimento social? Como surgiu? Quais trabalhos realiza(ou)?
- Como realiza sua mobilidade urbana? (trabalho/casa/lazer)
- Gênero, etnia, faixa etária, faixa de renda

2. DESENVOLVIMENTO URBANO

- Considerando um cenário histórico, pode descrever/citar o percurso de formação do bairro de Ponta Negra?
- Em alguns desses momentos de intervenção no bairro, você foi consultado para colaborar desse processo?
- Quais mudanças foram positivas e quais foram negativas?
- Você já foi vítima de algum tipo de crime? Qual? Quando ocorreu? Reportou às instituições de segurança pública?
- Você confia na polícia?
- Você se sente inseguro? O que te faz sentir-se inseguro?
- Por se sentir inseguro, você já mudou sua rotina? (descrever quais)
- A presença de mendigos, moradores de rua, prostituição ou tráfico de drogas, te causa insegurança? De que forma?

3. MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Como é o seu relacionamento com a vizinhança?⁶¹
- Vocês costumam trocar favores e gentilezas? Como ocorre? Você confia na sua vizinhança?
- Costumam fazer atividades coletivas e partilham do mesmo pensamento?
- Em algum momento houve mobilização social para ações coletivas de bem comum? Como ocorreu?
- O que seria um bairro ideal para você?

⁶¹ Neste momento ocorrem narrativas sobre o tráfico de drogas e a forma de gestão, bem como da vizinhança em geral.